

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

MARIA JULIANA HORTA SOARES

**TRABALHADORES, PERSONAGENS EM
DISCURSOS DE MENSÁRIOS SOCIOPOLÍTICOS:
*CAROS AMIGOS E LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL***

BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS

2013

Maria Juliana Horta Soares

**TRABALHADORES, PERSONAGENS EM
DISCURSOS DE MENSÁRIOS SOCIOPOLÍTICOS:
*CAROS AMIGOS E LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística do Texto e do Discurso.

Área de Concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Orientador: Antônio Augusto Moreira de Faria

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2013

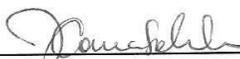
Tese intitulada *Trabalhadores, personagens em discursos de mensários sociopolíticos: Caros Amigos e Le Monde Diplomatique Brasil*, defendida por MARIA JULIANA HORTA SOARES em 26/03/2013 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:



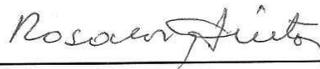
Dr. Antônio Augusto Moreira de Faria - UFMG
Orientador



Dra. Ana Maria Pereira Cardoso - PUC/MG



Dr. Jerônimo Coura Sobrinho - CEFET-MG



Dr. Rosalvo Gonçalves Pinto - UFMG



Dr. Wander Emediato de Souza - UFMG

AGRADECIMENTOS

A Capes, Fapemig e Poslin, pelo apoio ao longo deste percurso;

Ao professor Antônio Augusto, que me orientou em mais esta etapa de minha formação, sempre com paciência, dedicação e muita sabedoria;

Aos professores Wander Emediato e Guy Lochard, responsáveis pelo meu estágio na França, do qual guardarei ótimas lembranças por toda a vida;

Aos colegas do LinTrab, presentes no dia a dia desta pesquisa;

À minha família, aos amigos e ao Raphael, que tornam qualquer caminhada mais leve.

“Como tudo, as palavras têm os seus quês, os seus comos e os seus porquês. Algumas, solenes, interpelam-nos com ar pomposo, dando-se importância, como se estivessem destinadas a grandes coisas, e, vai-se ver, não eram mais que uma brisa leve que não conseguiria mover uma vela de moinho, outras, das comuns, das habituais, das de todos os dias, viriam a ter, afinal, consequências que ninguém se atreveria a prever (...)”.

(Saramago)

RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objetivo pensar o lugar do personagem trabalhador nos mensários sociopolíticos brasileiros a partir de uma análise contrastiva entre *Caros Amigos (CA)* e *Le Monde Diplomatique Brasil (LMDB)*. Nosso cópuz foi escolhido na tentativa de contribuir para reverter uma injustiça histórica: os diversos discursos em circulação em nossa sociedade, entre eles o jornalístico, costumam reproduzir os discursos hegemônicos, dos que têm poder econômico, social e cultural. Assim, ao analisar veículos midiáticos alternativos (em relação à mídia de referência), buscamos destacar discursos em que a temática do trabalho tenha destaque, como também os personagens trabalhadores. Para a análise de *CA* e *LMDB*, aliamos categorias analíticas da semiolinguística (CHARAUDEAU, LOCHARD, entre outros) e de outras teorias linguísticas anteriores a ela (BAKHTIN, FIORIN, MAINGUENEAU e outros). O primeiro campo teórico, da semiolinguística, nos permitiu fazer a análise desses discursos jornalísticos sob a ótica da contradição que os constitui: entre a lógica mercadológica e a simbólica, é preciso convencer o leitor e conquistá-lo. A *mise en page*, a seleção temática e a relação entre credibilidade e captação foram alguns dos aspectos que analisamos sob esta perspectiva. Já os outros estudos linguísticos nos ajudaram a pensar nos discursos dos mensários no que diz respeito ao seu conteúdo (categorias relacionadas a intradiscurso e interdiscurso, reflexo e refração e estratégias discursivas de convencimento). Ao fim deste estudo, após analisar aspectos intra e interdiscursivos de *CA* e *LMDB*, pudemos encontrar diferenças entre os dois mensários no que diz respeito, principalmente, ao formato como se apresentam a seu público. A primeira página, por exemplo, ganha formatação diversa nas duas publicações. *CA* usa, com frequência, fotografias e não tem uma forma fixa para o espaço. Já *LMDB* segue uma fórmula mais rígida. Os títulos também são construídos de maneira diferente. Se em *CA* a maioria deles é com verbos no presente, em *LMDB* os títulos

são nominais, destacando a temática em detrimento da temporalidade. Essas são algumas das diferenças que encontramos. No entanto, elas se mostraram pouco significativas se pensarmos nas semelhanças entre os dois veículos midiáticos, começando pelos temas ligados ao do trabalho. Exploração, baixa remuneração e insalubridade estão presentes nos dois mensários e são apresentados a partir de ponto de vista que defende o trabalhador. As estratégias de convencimento também aproximam *CA* e *LMDB*. Os personagens trabalhadores, por exemplo, são usados por ambos os mensários tanto para comover o público quanto para ilustrar os temas tratados, numa dupla lógica, de convencer e captar. Diferenças e semelhanças à parte, o que pudemos perceber ao fim de nossa análise é que *CA* e *LMDB*, no embate capital x trabalho, posicionam-se ao lado dos trabalhadores. Em relação a esses personagens e à temática do trabalho, podem ser considerados, de fato, veículos alternativos, que combatem a ideologia dominante e denunciam diversas formas de exploração.

Palavras-chave: Análise do discurso; personagem trabalhador; estratégias de convencimento.

RÉSUMÉ

Le but principal de cette recherche est de penser la place du personnage travailleur au sein des mensuels sociopolitiques brésiliens *Caros Amigos (CA)* et *Le Monde Diplomatique Brésil (LMDB)*. Notre corpus fut choisi afin de contribuer à combattre une injustice historique : les divers discours qui circulent dans notre société, et le journalistique entre autres, reproduisent habituellement les discours hégémoniques de ceux qui détiennent le pouvoir économique, social et culturel. C'est donc par l'analyse de véhicules de presse alternatifs (par rapport aux médias de référence) que nous avons tenté d'identifier des discours qui priorisent la thématique du travail et dans lesquels les personnages travailleurs se font entendre. Pour réaliser l'analyse linguistique de *CA* et *LMDB*, nous avons allié des catégories analytiques de la sémiolinguistique (CHARAUDEAU, LOCHARD) à d'autres théories antérieures (BAKHTIN/VOLOSHINOV, FIORIN, MAINGUENEAU). Le premier champ théorique, celui de la sémiolinguistique, nous a permis de réaliser l'analyse de ces discours journalistiques sous l'optique de la contradiction qui les constitue : entre la logique de marché et symbolique, il est nécessaire de convaincre le lecteur et de le conquérir. La mise en page, la sélection thématique et la relation entre la crédibilité et la captation sont des aspects analysés dans cette perspective. D'autres théoriciens, par contre, nous aident à penser le discours des mensuels à propos de leur contenu (comme la relation entre réflexion et réfraction et les stratégies pour convaincre). A la fin de cette étude, après l'analyse des aspects intra et interdiscursifs de *CA* et *LMDB*, nous avons identifié des différences entre les deux mensuels, principalement en ce qui concerne leur format de présentation au public. La première page, par exemple, présente une configuration différente dans les deux publications. *CA* utilise fréquemment des photographies et ne dispose pas de forme fixe pour l'espace. *LMDB*, de son côté, respecte une formule plus rigide. Les titres sont également construits différemment.

Dans *CA*, la plupart d'entre eux utilise des verbes au présent alors que dans *LMDB*, ces titres sont nominaux pour valoriser la thématique au détriment de la temporalité. Ce sont quelques différences de toutes celles que nous avons identifiées. Toutefois, ces différences furent peu significatives si l'on se réfère aux ressemblances entre ces deux véhicules médiatiques, et en débutant par les sous-thèmes liés au travail. Exploitation, faible rémunération et insalubrité se retrouvent dans les deux mensuels et sont exposées du point de vue de la victime, le travailleur. Les stratégies utilisées pour convaincre sont également semblables dans *CA* et *LMDB*. Les deux offrent des textes tantôt plutôt journalistiques, narratifs et abondant en personnages de façon prédominante, dont les travailleurs, ou tantôt plus académiques avec divers jargons et chiffres. La relation entre crédibilité et captation est également semblable. Les personnages travailleurs, par exemple, sont utilisés pour émouvoir le public tout comme pour illustrer les thèmes abordés, dans une double logique afin de convaincre et capter. Différences et ressemblances à part, ce que nous avons pu constater à la fin de notre analyse est que *CA*, tout comme *LMDB*, se positionnent en faveur des travailleurs dans le cadre de l'affrontement entre capital et travail. Dans le cas de ces personnages et de la thématique du travail, nous pouvons donc, de fait, les considérer comme des véhicules alternatifs qui combattent l'idéologie dominante et qui dénoncent diverses formes d'exploitation.

Mots-clés : Analyse du discours ; personnage travailleur ; stratégies pour convaincre

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Justificativa	18
1.2 A primeira página e as matérias principais em mensários	20
1.3 Sobre o córpus	24
1.3.1 <i>Caros Amigos (CA)</i>	24
1.3.2 <i>Le Monde Diplomatique Brasil (LMDB)</i>	26
1.4 Objetivos	27
1.5 Método de pesquisa e de organização da tese	28
2 CATEGORIAS ANALÍTICAS DO ENUNCIADO	31
2.1 Discurso e ideologia	31
2.2 Intradiscurso e interdiscurso	37
2.3 Reflexo e refração	41
2.4 Estratégias discursivas de convencimento	47
2.4.1 Seleção lexical	49
2.4.2 Seleção de personagens	53
2.4.3 Relações entre explícitos e implícitos	62
2.4.4 Silenciamento	64
3 DO ENUNCIADO À ENUNCIÇÃO JORNALÍSTICA	67
3.1 O fazer jornalístico	68
3.2 Transação, transformação, captação e credibilidade	71
3.3 O mensário	81

3.3.1 A organização formal do texto: <i>mise en page</i> e titulação	83
a) Editorias	90
b) Os títulos e a temporalidade	93
c) Distanciamento e aproximação do acontecimento	95
3.3.2 Análise de imagens	97
a) A mitografia	101
b) O uso de imagens no mensário	104
4 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE <i>CAROS AMIGOS</i> E <i>LE MONDE</i> <i>DIPLOMATIQUE BRASIL</i>	107
4.1 Aspectos da enunciação jornalística	108
4.1.1 A <i>mise en page</i>	108
4.1.2 Seleção temática	129
4.2 Aspectos do enunciado jornalístico	132
4.2.1 Principais percursos semânticos	132
4.2.2 Estratégias de convencimento	140
a) Seleção lexical	140
b) Seleção de personagens	149
c) Relação entre explícitos e implícitos	158
d) Silenciamento	163
4.3 Oposições discursivas	167
4.4 Credibilidade e captação	170
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	179

PARTE 2**ANEXOS**

Anexo 1	3
“Degradação e Violência no Tráfico de Mulheres” (CA, nº 147, junho / 2009)	
Anexo 2	11
“No Brasil quem paga impostos são os pobres” (CA, nº 150, setembro / 2009)	
Anexo 3	19
“Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (CA, nº 151, outubro / 2009)	
Anexo 4	25
“1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (CA, nº 152, novembro / 2009)	
Anexo 5	28
“Guerra do lixo massacra os catadores” (CA, nº 153, dezembro / 2009)	
Anexo 6	36
“Uma outra matriz produtiva” (LMDB, nº 18, janeiro / 2009)	
Anexo 7	39
“Perversos contratos de trabalho” (LMDB, nº 22, maio / 2009)	
Anexo 8	44
“Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (LMDB, nº 22, maio / 2009)	
Anexo 9	49
“Do trabalho precário ao desemprego” (LMDB, nº 23, junho / 2009)	
Anexo 10	56
“O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (LMDB, nº 28, novembro / 2009)	
Anexo 11 - CA, nº 142, janeiro de 2009, p. 1	62
Anexo 12 - CA, nº 143, fevereiro de 2009, p. 1	63
Anexo 13 - CA, nº 144, março de 2009, p. 1	64
Anexo 14 - CA, nº 145, abril de 2009, p. 1	65
Anexo 15 - CA, nº 146, maio de 2009, p. 1	66
Anexo 16 - CA, nº 147, junho de 2009, p. 1	67
Anexo 17 - CA, nº 148, julho de 2009, p. 1	68
Anexo 18 - CA, nº 149, agosto de 2009, p. 1	69
Anexo 19 - CA, nº 150, setembro de 2009, p. 1	70
Anexo 20 - CA, nº 151, outubro de 2009, p. 1	71

Anexo 21 - <i>CA</i> , nº 152, novembro de 2009, p. 1	72
Anexo 22 - <i>CA</i> , nº 153, dezembro de 2009, p. 1	73
Anexo 23 - <i>LMDB</i> , nº 18, janeiro de 2009, p.1	74
Anexo 24 - <i>LMDB</i> , nº 19, fevereiro de 2009, p.1	75
Anexo 25 - <i>LMDB</i> , nº 20, março de 2009, p.1	76
Anexo 26 - <i>LMDB</i> , nº 21, abril de 2009, p.1	77
Anexo 27 - <i>LMDB</i> , nº 22, maio de 2009, p.1	78
Anexo 28 - <i>LMDB</i> , nº 23, junho de 2009, p.1	79
Anexo 29 - <i>LMDB</i> , nº 24, julho de 2009, p.1	80
Anexo 30 - <i>LMDB</i> , nº 25, agosto de 2009, p.1	81
Anexo 31 - <i>LMDB</i> , nº 26, setembro de 2009, p.1	82
Anexo 32 - <i>LMDB</i> , nº 27, outubro de 2009, p.1	83
Anexo 33 - <i>LMDB</i> , nº 28, novembro de 2009, p.1	84
Anexo 34 - <i>LMDB</i> , nº 29, dezembro de 2009, p.1	85

1 INTRODUÇÃO

Ao contrário do que a imprensa costuma divulgar, o discurso jornalístico não é neutro, isento de posições políticas e outras. Como os demais discursos, ele é uma construção linguística. No discurso midiático, essa construção é realizada em meio a características particulares, numa tensão constante entre informar, convencer e vender. São essas algumas das relações que pretendemos avaliar em nossa pesquisa, que se propõe analisar discursos jornalísticos em mensários sociopolíticos brasileiros para entender o papel atribuído ao personagem trabalhador nesses discursos.

O interesse neste objeto de estudo foi construído ao longo de alguns anos de pesquisa no *LinTrab – Grupo de Estudos em Linguagem, Trabalho, Educação e Cultura*. O grupo, formado por professores e estudantes da graduação e da pós-graduação na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, reúne-se semanalmente para discutir que papel o trabalhador brasileiro ocupa em diferentes discursos que circulam em nossa sociedade.

Como afirmam os coordenadores do *LinTrab* na introdução da primeira antologia produzida pelo grupo, *Poemas brasileiros sobre trabalhadores: uma antologia de domínio público* (FARIA, A. A. M. F., PINTO, R. G. *et al*, 2011), “o trabalho humano consolida hábitos, valores, crenças - cultura, enfim, veiculada por muitas linguagens, entre elas a verbal” (FARIA, PINTO *et al*, 2011, p. 8). Daí a importância de estudar (e divulgar) discursos “que linguisticamente materializam diferentes conjuntos de ideias, sobre o trabalho e os trabalhadores” (idem). Entre os diferentes discursos pesquisados pelo grupo estão o literário, o educacional e o jornalístico, alvo de nossa pesquisa em particular.

Vale ressaltar, ainda, que o trabalho do *LinTrab* busca contribuir para a correção de uma injustiça histórica:

Remamos contra a corrente: nossa perspectiva tem sido historicamente preterida, por razões como o desinteresse ideológico tanto pelas personagens desprestigiadas econômica e socioculturalmente quanto pela temática das relações entre empregadores e empregados, ou seja, entre capital e trabalho. (SOARES, PINTO, FARIA, 2012, p.1)

Como a sociedade costuma reproduzir os discursos hegemônicos, dos que têm poder econômico, social e cultural, muitas vezes o tema do trabalho aparece só sob a ótica do empregador. Raramente o trabalhador é protagonista dos fatos que lhe dizem respeito e, por isso, o *LinTrab* busca destacar discursos em que ele tenha destaque e voz.

Também levamos em consideração, na escolha da temática do trabalho (e do personagem trabalhador), uma característica peculiar do discurso jornalístico, apontada por W. Emediato: “Se a problematização [na mídia] é interna à ética cidadã (a idealidade social, a justiça para todos, a ordem e a segurança pública, (...) etc.), a própria tematização é, de certo modo, dependente dela” (EMEDIATO, 2008, p.82). Por essa ótica, assuntos como educação, saúde e trabalho, entre outros, têm destaque na mídia de uma maneira geral.

Em alguns mensários sociopolíticos¹, veículos midiáticos escolhidos para a nossa análise, tais temáticas podem ser vistas como estruturantes de seus discursos. A interrelação entre tematização e ética cidadã nesse espaço é ainda mais relevante se pensarmos que se trata aqui não de um jornalismo essencialmente noticioso ou factual, como o jornalismo impresso diário. O discurso jornalístico nesses mensários tende a ser mais aprofundado, com maior abertura para análises e comentários.

É o que acontece em *Caros Amigos* e *Le Monde Diplomatique Brasil*, mensários que compõem o nosso corpus. As duas publicações surgiram no Brasil no fim da década de 90 com o objetivo de abordar com mais profundidade assuntos que, segundo esses mensários,

¹ Usamos o termo para diferir este tipo de mensário, que trata de temas mais gerais, relativos à política e à sociedade, de publicações especializadas, que também circulam uma vez por mês, mas cujo foco são temas menos abrangentes, mais delimitados, como por exemplo saúde, esportes, beleza, automóveis etc.

não são tratados de forma adequada pela mídia de referência (ou grande mídia). Assim, temas como política, saúde, educação e trabalho (central em nosso estudo) ganhariam tratamento diferenciado em suas páginas, menos superficial do que na mídia diária, por exemplo.

Esta é uma das bases de nossa hipótese geral: por serem mensários sociopolíticos alternativos à mídia de referência, acreditamos que *Caros Amigos* e *Le Monde Diplomatique Brasil* trarão matérias jornalísticas em que o tema do trabalho ganhe destaque e seja tratado sob o ponto de vista do trabalhador. Mesmo tendo linha editorial semelhante, os dois mensários, no entanto, devem conferir espaço diferente aos trabalhadores (assim como a outros personagens, entre eles empresários, políticos e especialistas, por exemplo).

Como afirmamos no início deste capítulo, discursos são construções linguísticas, feitas com base em determinados objetivos, entre eles, no discurso midiático, convencer e vender. Assim, de acordo com as estratégias discursivas que adotarem, *Caros Amigos* e *Le Monde Diplomatique Brasil* produzirão produtos distintos, diferenças essas que buscaremos evidenciar.

Para analisar os dois mensários, propomos categorias provenientes dos estudos linguísticos do texto e do discurso, mais especificamente as de J. L. Fiorin (1999; 2001; 2005), D. Maingueneau (1999; 2000; 2002; 2010), A. A. M. Faria (1999; 2001; 2011) e P. Charaudeau (1998; 2005; 2006), que nos possibilitam pensar no fazer jornalístico e na dupla lógica que rege esse discurso: comercial, por um lado, e simbólica, por outro.

Acreditamos que os estudos são complementares em vários aspectos, que, articulados, podem proporcionar uma melhor compreensão do discurso jornalístico; é esta a nossa hipótese teórica.

Alguns pesquisadores nos ajudam a entender a importância da análise de discursos midiáticos, entre eles o jornalístico. P. Charaudeau (2006) dedica um livro ao tema. Em

Discurso das mídias, tratando das particularidades da “máquina midiática” quando fabrica informação, Charaudeau aborda, entre outros, aspectos relativos à construção da notícia; ao contrato comunicacional que as mídias propõem aos leitores; e aos gêneros e variantes encontrados em discursos midiáticos.

No Brasil, também encontramos pesquisas produtivas no campo do jornalismo. W. Emediato (2008), em artigo do livro *Análises do discurso hoje*, discute tanto os lugares sociais no discurso midiático quanto outras questões relativas a influência, poder, tematização e problematização nas mídias (entre outras questões). Estudos como esses evidenciam a importância de se fazer análises mais detalhadas sobre as mídias, fugindo de “ideias preconcebidas” e de “pontos de vista ingênuos” (CHARAUDEAU, 2006, p.7).

Assim, analisar veículos midiáticos de forma mais aprofundada, o que pretendemos fazer com a ajuda das categorias analíticas que detalharemos nos Capítulos 2 e 3, é o principal norte deste estudo, que desenvolve e amplia uma pesquisa que passou em 2008 pela dissertação de mestrado, no próprio Poslin/UFMG, “Aspectos intra e interdiscursivos de um jornal: análise de notícias sobre transporte e trânsito no *Estado de Minas* (1955-1956 e 2005-2006)” (M. J. H. SOARES, 2008). Naquele estudo, procuramos identificar mudanças ocorridas no discurso jornalístico sobre trânsito e transportes no diário mineiro. A temática foi escolhida devido à grande importância que tem nas sociedades contemporâneas, aparecendo diariamente na imprensa.

Comparando as edições de 1955-1956 às de 2005-2006, encontramos mudanças relativas a elementos sintáticos, como a escolha dos tempos verbais e a alternância entre discurso direto e o indireto das personagens. Em relação a elementos semânticos, a forma de captação de leitores parece ter mudado significativamente, sendo que a seleção lexical, para citar apenas um exemplo, deixou de ser apelativa para tornar-se tentativamente lúdica,

atraente. Essas mudanças referem-se ao plano do enunciado, mas no plano da enunciação também encontramos modificações importantes, como um aumento expressivo no uso de ilustrações e a divisão cada vez mais rígida entre cadernos e editorias.

Contudo, quanto a possíveis mudanças no posicionamento ideológico do jornal, percebemos que elas foram mais superficiais do que imaginávamos. Concluímos que mesmo abrindo espaço para trabalhadores, estudantes e demais cidadãos do povo, personagens não pertencentes à elite econômica, política ou cultural, falarem em suas páginas nos exemplares mais recentes (2005-2006), o *EM* continua priorizando os mesmos discursos que priorizava há 50 anos.

Na maioria das notícias envolvendo o tema das obras, por exemplo, na década de 50 o jornal deixa de ouvir trabalhadores e usuários de meios de transporte, para destacar o discurso oficial, de políticos e outras personagens que ocupam cargos de direção de órgãos envolvidos. Já em 2005-2006, mesmo entrevistando “pessoas comuns”, o *EM* continua dando destaque ao discurso oficial. O jornal, mesmo mudando algo na sua forma de fazer notícia, manteve seu posicionamento ideológico, de defesa dos grupos do poder político, financeiro e cultural (como governos e empresas).

Nesta nova etapa de nossa pesquisa, agora de doutoramento, continuamos concentrados em elementos intra e interdiscursivos, desta vez nos discursos dos mensários *Caros Amigos* e *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ao estudarmos esses dois veículos jornalísticos brasileiros, pretendemos, a partir de uma análise contrastiva, entender como o trabalhador brasileiro é apresentado nestas publicações, além de caracterizá-las (no que diz respeito às categorias propostas).

1.1 Justificativa

Como já explicitamos, a análise dos mensários a que nos propomos é feita a partir de categorias dos estudos linguísticos do texto e do discurso. Para organizar nossa análise, dividimos as categorias em aspectos relativos ao enunciado jornalístico e aspectos da enunciação do discurso jornalístico.

Quanto ao enunciado jornalístico, analisamos os principais percursos semânticos; as estratégias discursivas de convencimento (seleção de personagens, seleção lexical, relações entre explícitos e implícitos e silenciamento); as principais oposições discursivas; e o emprego de tempos verbais, principalmente em títulos. Procuramos entender, ainda, a partir desses elementos linguísticos, como acontece a relação entre credibilidade e captação nos discursos de *Caros Amigos* e *Le Monde Diplomatique Brasil*.

No que diz respeito à enunciação jornalística, estudamos a *mise en page* (a partir de elementos como a composição da primeira página e o uso de imagens, tanto neste espaço quanto nas matérias jornalísticas no interior dos mensários) e a seleção temática ou tematização. Este segundo aspecto diz respeito aos principais temas de cada edição, inclusive os que ganham destaque na primeira página dos mensários.

A escolha dessas categorias analíticas justifica-se por dois motivos principais. O primeiro deles diz respeito à desmistificação da aparente objetividade da notícia. Analisar o discurso jornalístico linguisticamente torna possível apontar as estratégias usadas pela imprensa para convencer e seduzir os leitores, o que corrobora a ideia de que esse discurso, como qualquer outro, busca atrair e conquistar, não apenas informar.

Uma segunda contribuição deste tipo de análise é o enfoque na relação linguística entre o produto e o processo produtivo jornalísticos. Apesar de para os linguistas já ter se tornado bastante frequente o estudo de textos noticiosos, as instituições formadoras de

profissionais da imprensa ainda tendem a trabalhar mais com teorias que estudam questões relativas ao processo de recepção ou ao de produção. O produto costuma ficar de lado; por isso, mostrar que o jornal traz marcas linguísticas do processo que o produziu, marcas essas intimamente ligadas aos efeitos que se pretende provocar no leitor, é bastante útil para entendermos melhor o funcionamento desse discurso.

Diferentemente de nossa pesquisa de mestrado (M. J. H. SOARES, 2008), estaremos concentrados nos principais elementos semânticos do discurso, tanto no plano do enunciado quanto no da enunciação. Compartilharmos da afirmação de J. L. Fiorin (2001, p.17-18) segundo a qual o discurso é composto por duas dimensões que se complementam: a sintaxe discursiva, que compreende os processos de estruturação formal de um discurso; e a semântica discursiva, que compreende não a estrutura, mas os processos mais ligados ao sentido, os “conteúdos que são investidos nos moldes sintáticos abstratos” (idem, p.17): personagens e temas, por exemplo. Para buscar aprofundamento em uma dessas dimensões, optamos pela semântica discursiva.

Neste novo estágio da pesquisa, como já adiantamos, fazem parte de nosso *córpus* os mensários (veículos com doze edições anuais) sociopolíticos *Caros Amigos* e *Le Monde Diplomatique Brasil*. Acreditamos que o estudo de veículos midiáticos de periodicidade mensal justifica-se, em primeiro lugar, pelo fato de esses veículos ainda não terem sido amplamente estudados. Hoje encontramos mais análises sobre o discurso de revistas semanais e de jornais diários do que de jornais ou revistas de periodicidade mensal.

Além disso, por serem veículos que trazem análises mais aprofundadas, o que é permitido pelo menor número de edições anuais, os discursos desses *media* abrem mais espaço para comentários e interpretação. As edições trazem matérias menos factuais (e mais comentadas) do que veículos midiáticos de periodicidade diária, por exemplo. A construção

jornalística, por esse motivo, pode ser considerada mais complexa. As matérias são mais elaboradas, mais extensas, e, portanto, trazem uma possibilidade maior de as explorarmos e analisarmos.

Pelo mesmo motivo, temáticas como a do trabalho podem ser mais discutidas. Espera-se desses veículos que o tratamento dado aos diversos temas seja mais zeloso, já que as edições podem ser preparadas com mais tempo (ainda em comparação a outras de maior periodicidade).

Vale ressaltar, ainda, que as duas publicações brasileiras estão entre os maiores títulos do gênero mensário sociopolítico em nosso país, o que se comprova pela tiragem² de cada uma das edições. Por isso acreditamos que a análise dessas publicações ao longo de um ano (2009) possibilitará levantar as principais características que tornam este discurso jornalístico único e diferente de outros (como do diário ou do semanal, por exemplo).

1.2 A primeira página e as matérias principais em mensários

Nossa proposta de análise está concentrada na relação da primeira página de cada uma das publicações de nosso corpus ao longo de 12 edições com algumas das matérias que nela recebam destaque em cada uma dessas edições. Por que analisar esses dois espaços? Porque, para nós, a primeira página de qualquer impresso é, sem dúvida, seu espaço mais nobre. Em jornais da atualidade, tem não só a função de atrativo, mas também de resumir os principais assuntos que o veículo traz no dia.

O *Novo Manual de Redação da Folha* destaca a importância da primeira página em uma redação:

² *CA* tem tiragem média de 50 mil exemplares e *LMDB* de 40 mil. O número é pequeno se o compararmos com os maiores veículos jornalísticos do país, como a revista *Veja*, com mais de um milhão de exemplares semanais. Mas é expressivo se pensarmos em publicações mensais sociopolíticas, que tem número reduzido de assinantes e de anúncios.

Como vitrine do jornal, ela [a primeira página] expõe os principais assuntos da edição. (...) O texto precisa ser exemplar em qualidade, concisão e clareza. Fotos e artes (de preferência em cores) têm prioridade. (...) Seu conteúdo é discutido em reuniões vespertinas diárias. (In: www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm - Acesso em 10/12/09)

Assim como em jornais diários, a primeira página merece atenção especial em mensários, que trazem imagens cuidadosamente escolhidas para representar toda a edição e atrair leitores. *Le Monde Diplomatique Brasil (LMDB)* trata sua primeira página como uma combinação do que encontramos rotineiramente em jornais e revistas em nosso país. Traz, geralmente, uma foto grande da matéria principal (como nas revistas semanais), mas também pequenas chamadas para outras matérias (como seria comum encontrar em jornais). Em algumas edições, encontramos, em vez da foto, um desenho ou ilustração para ocupar o espaço.

Em *Caros Amigos* uma grande fotografia ocupa a maior parte da primeira página da publicação. Normalmente, trata-se de uma foto do entrevistado da edição, com chamada em destaque para a entrevista. Há, ainda, pequenas chamadas que apontam para outras matérias importantes, como em *LMDB*.

Assim, as duas publicações fazem do espaço o índice das matérias consideradas como as mais importantes da edição, temática e formalmente – já que ocupam, no interior da publicação, mais páginas que outras. Trazem, portanto, chamadas para os assuntos de maior relevância, segundo a concepção de cada veículo.

Para termos uma ideia de como essa característica pode ser peculiar ao mensário brasileiro, trazemos abaixo duas primeiras páginas de mensários, uma de *Le Monde Diplomatique (LMD)*, edição original do mensário, e a segunda de *LMDB*.



(LMD, n° 663, juin 2009)



(LMDB, n° 23, junho de 2009)

Podemos perceber pela imagem acima, à esquerda, que o mensário francês trata o espaço de forma bastante distinta do que costumamos encontrar em publicações do gênero no Brasil. Além de pequenas chamadas em sua parte superior, a primeira página de *LMD* traz seu editorial (localizado à esquerda da página, abaixo da imagem). O texto, neste caso assinado pelo editor da publicação, representa a opinião do veículo sobre um assunto de destaque na edição. Há, ainda, o início da matéria principal (“Le Brésil, ce géant entravé”), que terá continuação no interior do mensário.

A primeira página, portanto, tem cerca de ¾ de sua extensão cobertos por textos. A imagem, pequena, costuma ser uma reprodução de obra de arte, que represente o tema da matéria principal ou do editorial (que é o caso da edição de junho). Podemos encontrar neste espaço, ainda, anúncios de outras publicações da editora, o que não acontece em publicações

do gênero em nosso país (os anúncios aparecem somente no interior do veículo ou na contracapa).

Logo, até mesmo a relação entre a primeira página do veículo midiático e seu interior difere entre publicações. Como leitores brasileiros, estamos habituados a uma relação de índice entre a primeira e as demais páginas, como vemos em *LMDB* acima. Essa parece ser a formatação mais corriqueira em veículos midiáticos brasileiros, independentemente de sua periodicidade. Por isso foi necessário fazer uma adaptação de *LMD* ao trazer a publicação para o Brasil.

São essas particularidades que queremos entender em nosso corpus. Estudando a primeira página desses veículos, poderemos compreender melhor como eles se apresentam para seus leitores e como hierarquizam as matérias a cada edição, ou seja, quais assuntos são mais importantes para cada um deles e, portanto, merecem destaque na primeira página.

A análise de matérias com chamada na primeira página complementarará essa visão. Selecionamos matérias ligadas à temática do trabalho; essas matérias foram escolhidas entre as que apresentam, a cada mês, os assuntos que o corpo editorial julgou merecerem maior relevância (as “chamadas de capa”). São elas que trazem indícios do posicionamento dos dois *media* em relação ao tema e aos trabalhadores, colocando-se ao lado deste grupo de personagens ou contrário a eles nas diversas edições de 2009 em que o assunto foi destaque.

1.3 Sobre o *córpus*

A seguir, apresentamos os dois mensários sociopolíticos que compõem nosso *córpus*, *Caros Amigos* e *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ressaltamos que não analisaremos o conjunto desses veículos midiáticos, mas matérias retiradas de exemplares do ano de 2009. A apresentação abaixo procura contextualizar esses textos que serão analisados.

1.3.1 *Caros Amigos*

Caros Amigos (CA) está em circulação desde abril de 1997, sob responsabilidade da Editora Casa Amarela. Atualmente, a tiragem da publicação é de 40 mil exemplares mensais. Sua fórmula editorial consiste na publicação de uma entrevista com personalidade de destaque e diversas colaborações de nomes representativos do pensamento brasileiro. *CA* traz, além da entrevista, reportagens, artigos, colunas, seções, humor e um ensaio fotográfico. Seu formato é semelhante ao de um tabloide³.

Em entrevista, Sérgio de Souza, um dos fundadores da revista (morto em 2008), fala de seu foco: “a publicação [é] de interesse geral” e se posiciona “contrariamente ao ‘pensamento único’ que então [1997] transpirava de toda a grande imprensa do país, seguidora fiel do governo privatista de Fernando Henrique Cardoso”⁴. Segundo o diretor geral, Wagner Nabuco, a revista tem o papel “de ser um contraponto ao conservadorismo que predomina na mídia brasileira”⁵.

³ *CA* tem aproximadamente 33 cm de altura e 27 de largura fechado; *LMDDB* tem 40 cm de altura e 27,5 de largura; um tabloide pode medir entre 33 e 43cm de altura com 28 de largura (“32 cm por 24,9 cm”, segundo o Novo Manual da Redação da Folha – In: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_t.htm - Acesso em 22/10/2012.

⁴ www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=384 - Acesso em 15/12/2009.

⁵ http://carosamigos.terra.com.br/index_site.php?pag=revista&id=141&iditens=563 - Acesso em 28/04/2010.

No site da revista, no link História⁶, esse papel é reforçado. Ao descrever a criação da publicação, afirma-se que foi discutido pelo grupo fundador “como criar um veículo que se contrapusesse ao jornalismo predominante”, com “um conteúdo mais questionador, mais crítico e progressista”. A preocupação com a forma também fica explícita:

Queriam a volta do texto de qualidade e o cultivo dos aspectos artísticos da forma gráfica da revista, numa época em que a mídia grande promovia o modelo da revista alemã Focus e do jornal americano USA Today, com seus textos curtos e suas ilustrações cheias de cores e vazias de ideias⁶.

No espaço, é dito, ainda, que *CA* “se tornou referência de publicação contra-hegemônica, alternativa e de reflexão crítica do pensamento neoliberal”, buscando “um jornalismo independente, crítico e comprometido com a transformação da sociedade brasileira”. Como exemplo desse papel, a revista cita as matérias jornalísticas “Grupos de extermínio matam com a certeza da impunidade” (publicada em maio de 2010), “Porque a Justiça não pune os ricos” (de maio de 2009) e “Agronegócio escraviza milhares de trabalhadores no campo” (de novembro de 2010).

⁶<http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/quem-somos/historia-da-caros-amigos> - Acesso em 01/03/2012.

1.3.2 *Le Monde Diplomatique Brasil (LMDB)*

Passando a *LMDB*, antes de falarmos da edição brasileira do mensário, apresentamos brevemente o veículo midiático francês que lhe deu origem. Fundado em 1954, *Le Monde Diplomatique* circulou por muito tempo como suplemento do jornal *Le Monde* (jornal diário fundado em 1944). Em 1996, o *Diplô*, como é chamado pelos franceses, ganhou independência editorial e financeira, compondo sociedade autônoma filiada a Le Monde SA. Em 1970, *LMD* começa a ser impresso fora da França. Os primeiros países que publicaram edições do jornal foram Portugal e Grécia, após a queda da ditadura nesses países. Atualmente são 71 edições publicadas em 25 línguas: 46 edições impressas (com tiragem total de 2,4 milhões de exemplares) e 26 edições eletrônicas.

Publicada em versão eletrônica na internet desde 1999, a edição brasileira, *Le Monde Diplomatique Brasil*, passou a ser impressa em 2007. A partir de 2010, cabe ao Instituto Pólis a responsabilidade pelas duas edições, sendo que a impressa gira em torno de 40 mil exemplares. De acordo com *LMDB*, o jornal, que tem “independência político-econômica, autonomia editorial e densidade analítica (...) é uma publicação apartidária, pluralista e democrática, que busca ocupar um espaço que não foi até agora devidamente contemplado pelo jornalismo brasileiro”. O mensário propõe-se, portanto, trazer aos leitores análises alternativas às que a mídia de referência costuma apresentar.

Vale ressaltar que, assim como em *LMD*, as matérias de *LMDB* são assinadas e boa parte delas traz, ao fim, referência bibliográfica de citações feitas ao longo do texto. A edição brasileira traz a tradução de matérias jornalísticas da francesa, mas mais da metade do jornal é composta de textos escritos por brasileiros, em português. Os autores são, em sua maioria, acadêmicos, estudiosos ou, ainda, grandes especialistas nos assuntos tratados.

1.4 Objetivos

O objetivo central de nossa pesquisa é entender que espaço ou que papel *CA* e *LMDB* conferem ao personagem trabalhador. Nossa hipótese metodológica é que esses veículos, alternativos à mídia de referência, trarão matérias com a temática do trabalho em destaque, posicionando-se a favor dos trabalhadores. Nossa hipótese teórica é que são compatíveis a semiolinguística e estudos linguísticos anteriores a ela.

Nosso primeiro objetivo específico é identificar os principais elementos linguísticos no plano do enunciado relacionados às seguintes categorias:

- a) principais estratégias de convencimento, a saber: seleção lexical; seleção de personagens, com foco nos trabalhadores; relações entre explícitos e implícitos; e silenciamento;
- b) principais percursos semânticos intradiscursivos;
- c) principais oposições discursivas.

Em segundo lugar, e a partir dos fatos linguísticos discursivos levantados com a ajuda das categorias listadas acima, iremos identificar os principais elementos que compõem esses discursos no plano da enunciação. São eles:

- a) *mise en page*:
 - i. composição da primeira página;
 - ii. uso de imagens.
- b) seleção temática – temas de destaque na primeira página e nas que se relacionam com ela.

Com isso, pretendemos apontar as principais semelhanças e diferenças semânticas intra e interdiscursivas entre as duas publicações escolhidas.

Após a identificação desses elementos, pretendemos estabelecer como cada publicação constrói/enuncia seu discurso, pensando nas relações entre credibilidade e captação e no posicionamento ideológico de *CA* e *LMDB*. Isso nos permitirá compreender melhor como se constitui o discurso jornalístico nesses mensários sociopolíticos brasileiros.

1.5 Método de pesquisa e de organização da tese

Em nossa pesquisa, buscamos apontar, no *Capítulo 1*, o que é um mensário sociopolítico e por que analisar esse veículo midiático a partir de *CA* e *LMDB*, dando destaque aos personagens trabalhadores e à temática do trabalho. Apontamos, ainda, nossos objetivos.

No *Capítulo 2*, levantaremos categorias analíticas que nos possibilitem propor uma análise do enunciado dos dois mensários de nosso corpus. Entre essas categorias estão as estratégias de convencimento.

No capítulo seguinte (3), começaremos nossa análise pela primeira página de *CA* e de *LMDB*. A opção em começar a análise por esse espaço justifica-se pelo fato de ele ser um dos principais responsáveis pela identidade (e conseqüentemente pelo posicionamento ideológico) de um veículo midiático, como já dissemos aqui (seção 1.2, entre outras). Sobre as primeiras páginas de cada mensário, pensaremos em sua organização formal (hierarquização das matérias, distribuição dessas matérias pela página e uso de imagens – fotos e ilustrações) e identificaremos quais as principais temáticas ali tratadas.

Selecionamos chamadas de matérias jornalísticas cujo principal tema seja o do trabalho. Em *CA*, as matérias são as seguintes: “Degradação e violência no tráfico de

mulheres” (CA, nº 147, jun. de 2009 – Anexo 1); “No Brasil quem paga impostos são os pobres” (CA, nº 150, set. de 2009 – Anexo 2); “Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (CA, nº 151, out. de 2009 – Anexo 3); “1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (CA, nº 152, nov. de 2009 – Anexo 4); e “Guerra do lixo massacra os catadores” (CA, nº 153, dez. de 2009 – Anexo 5). Em *LMDB*: “Uma outra matriz produtiva” (*LMDB*, nº 18, jan. de 2009 – Anexo 6); “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 7); “Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 8); “Do trabalho precário ao desemprego” (*LMDB*, nº 23, jun. de 2009 – Anexo 9); “O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (*LMDB*, nº 28, nov. de 2009 – Anexo 10).

O discurso jornalístico presente nos dez textos (cinco de cada mensário) será analisado por nós a partir das categorias explicitadas nas seções 1.2 e 1.4 anteriores. Nossa primeira meta é identificar as principais estratégias de convencimento, no plano do enunciado, com foco nos personagens trabalhadores.

A partir da análise desses aspectos, pretendemos, no *Capítulo 3*, identificar os principais elementos que compõem o discurso dos dois mensários no plano da enunciação. Pretendemos, ainda, estabelecer como cada publicação constrói/enuncia seu discurso, pensando nas relações entre credibilidade e captação e no posicionamento ideológico dos dois mensários.

No *Capítulo 4*, apresentaremos nossas constatações a partir da análise comparativa dos dois mensários sociopolíticos. Essa apreciação nos permitirá apontar diferenças entre o posicionamento de cada um dos mensários, mas, também, as principais semelhanças. Isso nos permitirá traçar, no *Capítulo 5*, algumas considerações finais sobre *CA* e *LMDB*, relacionando nossa análise ao nosso objetivo principal: entender que espaço os trabalhadores ocupam nos dois mensários.

2 CATEGORIAS ANALÍTICAS DO ENUNCIADO

2.1 Discurso e ideologia

O primeiro conceito, fundamental para nossa pesquisa, é o de discurso. A noção de escolha, para nós, é essencial para entendermos o termo. P. Charaudeau (2005) afirma que, na comunicação, tudo é fruto dela.

Communiquer, informer, tout est choix. Non pas seulement choix de contenus à transmettre, non pas seulement choix de formes adéquates pour être conforme à des normes de bien parler et de clarté, mais choix d'effets de sens pour influencer l'autre, c'est-à-dire, au bout du compte choix de *stratégies discursives*. (CHARAUDEAU, 2005, p.28)

Como ressalta o pesquisador, ao nos comunicarmos, mesmo que o objetivo principal deste ato seja informar algo a alguém, operamos diversas seleções. Elas vão desde a forma mais adequada para se dizer algo, em função da clareza ou do público-alvo, até a busca por alcançar determinados efeitos nesse enunciatário.

D. Maingueneau (2002) contribui para a discussão ampliando o conceito. Para ele, o discurso é uma forma de agir sobre o outro, que é sempre levado em consideração durante esta construção que está em constante modificação, que nunca cessa.

O pesquisador ressalta que o discurso não existe estanque, isolado. Está em interação constante com outros discursos, contrários a ele ou não, também em circulação em uma determinada sociedade, em um determinado tempo e espaço. Para ele o discurso é:

uma organização situada para além da frase (...). Os discursos, enquanto unidades transfrásticas, estão submetidos a regras de organizações vigentes em um grupo social determinado (...); é 'orientado' não somente porque é concebido em função de uma perspectiva assumida pelo locutor, mas também porque se desenvolve no tempo (...). O discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade (...) mas ele pode desviar seu curso (digressões...), retomar sua direção original, mudar de direção etc (...); uma forma de ação (...) sobre o outro e não apenas uma representação do mundo (...); é (...) uma inter-atividade entre dois parceiros (...); é contextualizado (...) o mesmo enunciado em dois lugares distintos corresponde a dois discursos distintos (...); é assumido por um sujeito (...) que se coloca como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais e, ao mesmo tempo, indica que atitude está tomando em relação àquilo que diz e a seu co-enunciador (...); é regido por normas (...) cada ato de linguagem implica normas particulares (...); [e] só adquire sentido no universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho (...). (*sublinhados nossos*) (MAINGUENEAU, 2002, p.52-56).

Todo discurso, entre eles o jornalístico, nosso objeto de estudo, só ganha sentido, portanto, quando relacionado a outros discursos e atualizado por um enunciatário leitor/espectador/ouvinte. Em primeiro lugar, como Maingueneau ressalta no excerto acima, por ser parte de um gênero, um discurso já está numa relação com um conjunto ilimitado de outros discursos afins (ou concorrentes).

Veículos midiáticos de periodicidade mensal como *CA* e *LMDB* aproximam-se em diversos aspectos. As matérias são mais longas, há um número grande de articulistas em cada publicação, e a diagramação tende a ser bem elaborada. Essas características não são percebidas somente quando comparamos os dois mensários, mas quando os contrastamos com outros tipos de publicação. As matérias são mais longas do que matérias de diários ou mesmo de revistas semanais. Há mais articulistas em comparação também com esses dois veículos midiáticos, por exemplo. E, por fim, a diagramação tende a ser mais elaborada em relação a outros gêneros, em especial ao jornal diário, cuja impressão exige economia de material (daí o papel mais barato e menos durável) e de trabalho humano.

Além disso, mesmo que um texto jornalístico de um jornal impresso ou uma

reportagem de jornal televisivo pareçam produtos acabados, o coenunciador (leitor ou telespectador) escolhe quais matérias ou trechos ler/ver. Ele pode mudar de canal, saltar páginas ou mesmo ordenar sua leitura a seu gosto, no caso do jornalismo impresso. Pode, ainda, escrever indignado à redação ou mesmo sugerir novos temas, num complexo processo de coconstrução de sentidos.

O discurso jornalístico, por sua vez, recorre a outros discursos (político, jurídico, científico etc). O jornalista lê textos da concorrência, questiona fontes e insere discursos variados dentro de seu discurso e conseqüentemente do discurso do jornal. Vale ressaltar, mais uma vez, que o processo de construção de sentidos não cessa quando a publicação chega às bancas. Ela ainda será lida por diversos enunciatórios, que darão continuidade a ele, produzindo inferências, relacionando o que leram com outros discursos em circulação, entrando em contato para fazer comentários ou sugerir correções etc.

Às noções de Charaudeau e Maingueneau, acrescentamos a de J. L. Fiorin (2005), para quem o discurso é “um conjunto de temas e figuras que materializa uma dada visão de mundo” (FIORIN, 2005, p.32). O discurso não existe dissociado da ideologia, pois é um ponto de vista que será manifestado por um suporte; no caso da linguagem verbal, um texto escrito ou falado.

A linguagem materializa diferentes ideologias e é esse aspecto que nos interessa estudar. Analisando o discurso jornalístico em mensários, buscamos perceber quais ideologias essas publicações reproduzem e, conseqüentemente, como se posicionam ideologicamente. Isso quer dizer que procuramos perceber quais ideologias são materializadas nesses veículos midiáticos, em especial se eles reproduzem ou combatem a ideologia dominante, do capital, no embate capital x trabalho.

Cabe ressaltar aqui o que entendemos por ideologia. Assim como Fiorin (2001)

acreditamos não haver conhecimento neutro, “pois ele sempre expressa o ponto de vista de uma classe a respeito da realidade. Todo conhecimento está comprometido com os interesses sociais” (FIORIN, 2001, p.29). Cada ideologia corresponde a uma forma particular de enxergar a realidade, a uma formação ideológica, que “deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo” (idem, p.32). A ideologia é, portanto, a visão ou posicionamento que uma classe social tem sobre os diferentes temas problematizados num universo discursivo, entre eles as relações de produção, como destacamos acima (capital x trabalho).

É importante ressaltar que, embora haja uma multiplicidade de representações, a ideologia que se impõe às demais é a dominante, como continua Fiorin: “Embora haja, numa formação social, tantas visões de mundo quanto forem as classes sociais, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. No modo de produção capitalista, a ideologia dominante é a ideologia burguesa” (idem, p. 31). Desta forma, nos mais diversos meios que veiculam discursos em uma sociedade, incluindo os meios de comunicação, a ideologia dominante ocupa um espaço muito maior que ideologias de grupos e classes que não são hegemônicas, entre eles os trabalhadores.

A análise de discursos considerados como “alternativos”, como os de *CA* e *LMDB*, busca, ao mesmo tempo, colocar essas ideologias não dominantes em destaque e entender como os mensários reproduzem/reconstroem esses discursos. Para isso, retomemos a noção de escolha. Quando procura dar forma a uma determinada visão de mundo que quer colocar em circulação, a esse conteúdo latente que só poderá ser acessado por outros quando transformado em linguagem (verbal e não verbal), um enunciador escolhe desde os temas que vai tratar até a aparência final que terá esse material.

Exemplificamos, a seguir, alguns aspectos relativos aos conceitos de discurso e ideologia que tratamos acima. Para isso, selecionamos duas matérias de *CA* e *LMDB* que trazem a temática do trabalho como principal. São elas “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, junho de 2009 – Anexo 1) e “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, maio de 2009 – Anexo 7). Essas matérias jornalísticas servirão de base para esta e outras exemplificações no decorrer deste capítulo.

Começando por *CA*, a matéria jornalística do mensário estrutura-se da seguinte forma: a história de Maria, brasileira que se prostituiu na Espanha abre o texto; o entretítulo “Fornecedores e receptores” traz, em seguida, explicações sobre como o tráfico e a exploração sexual de mulheres acontecem mundo afora; “Quem são as vítimas” ouve pesquisadores que esclarecem como as mulheres são aliciadas e se deixam envolver por promessas de uma vida melhor; “Aliciadores e redes de tráfico” revela, a partir da história de uma adolescente baiana de 16 anos, como os aliciadores operam; “Caminhos do tráfico” e “Em terra de espanhol” tratam, respectivamente, dos principais estados brasileiros exportadores de trabalhadoras sexuais e do maior importador dessas pessoas, a Espanha; “De volta para casa”, por fim, aponta as principais estratégias do governo brasileiro para combater a situação e resgatar as vítimas fora do país. Há, ainda, duas retrancas: “O mercado de gente rende US\$ 32 bilhões”, que trata das “inúmeras formas da escravidão moderna”, e “Depoimento – Brasileira, prostituída”, que fecha a matéria (a retranca está localizada no fim do texto, na parte inferior da última página) com o depoimento, em primeira pessoa gramatical, de uma brasileira de 27 anos explorada sexualmente na Espanha.

LMDB, por sua vez, inicia sua matéria jornalística traçando um panorama geral da situação no país (“A cada ano, milhares de trabalhadores rurais vindos de regiões pobres do país são obrigados a trabalhar em fazendas e carvoarias.” é a frase de abertura). O mensário

cita, nesta primeira parte da matéria, dados do Ministério do Trabalho e Emprego e da Comissão Pastoral da Terra, apontando que, hoje, cerca de 50 mil trabalhadores brasileiros são vítimas da “escravidão contemporânea”.

A segunda parte do texto é “Modernização incompleta”, que acusa diversos setores do agronegócio de explorar trabalhadores, mesmo às vezes usando tecnologia de ponta em suas atividades. A matéria, neste ponto, contrapõe modernidade a costumes antigos, mostrando que trabalhadores assalariados e “escravos contemporâneos” podem conviver em uma mesma propriedade. *LMDB* denuncia, por fim, que a atuação do governo ainda é insuficiente e que a reforma agrária seria um instrumento importante para combater este tipo de exploração.

A descrição que fizemos acima nos ajuda a entender como *CA* e *LMDB* estruturam suas matérias, construindo seus discursos e firmando um posicionamento. O recorte temático é a primeira escolha que mostra a diferença entre os dois mensários. Apesar de os dois tratarem de formas atuais de exploração humana, *CA* opta por discutir a exploração sexual enquanto *LMDB* trata da exploração de trabalhadores rurais.

A forma como tratam cada um desses subtemas também é diferente. *CA* traz depoimentos de brasileiras que são ou foram exploradas. Dois desses depoimentos ocupam os espaços de maior destaque na matéria: sua abertura e fechamento. Logo, a publicação busca exemplificar a temática a partir não apenas da demonstração de dados, mas de histórias reais que a ilustram.

Ao fazer essa escolha, *CA* produz, como efeito de sentido, a constatação de que a matéria trata de gente, de pessoas cujo trabalho produz sofrimento para elas (trabalhadores) e lucro para outras pessoas (empresários e intermediários). Não se trata, pois, de abordar o assunto de uma forma abstrata, apenas sob o ponto de vista econômico da questão, por exemplo. Trata-se de destacar o sofrimento das trabalhadoras, concretizando, a partir da

história de vida dessas mulheres, o tema da exploração.

Já *LMDB* adota tom mais acadêmico. A matéria discute as causas da exploração do trabalho em propriedades rurais e faz considerações sobre como tecnologias modernas convivem com relações trabalhistas tão arcaicas no interior do país. No entanto, não traz personagens que passam ou passaram pela situação, mas dados que comprovam sua existência.

Fica claro que cada publicação produz suas matérias de maneira particular, construindo seu discurso de forma a expor um ponto de vista e concretizar uma visão de mundo. Neste ponto, as duas publicações voltam a se aproximar. Mesmo tratando de subtemas diferentes e estruturando as matérias também de forma distinta, ambas defendem os trabalhadores, opondo-se às diferentes formas de exploração do trabalho. Seja contra traficantes, seja contra empresários do agronegócio, *CA* e *LMDB* posicionam-se de forma assertiva contra a ideologia dos exploradores, defendendo os direitos dos explorados. Cobram, ainda, atitudes mais enérgicas do governo, que precisa rever sua legislação (*CA*) e investir na reforma agrária (*LMDB*).

2.2 Intradiscurso e interdiscurso

Como afirmamos na seção anterior, a partir de Maingueneau (2002), discursos relacionam-se de forma complexa e fluida, ora negando-se, ora aproximando-se. Isto inclui fronteiras movediças e porosas. Apesar de os discursos se manifestarem de forma a podermos determinar seu posicionamento ideológico, no sentido de ser possível dizer que um discurso jornalístico é favorável a determinada ideia ou a nega, não é tão fácil separarmos esse discurso dos outros que com ele interagem.

Logo, não basta analisar um discurso jornalístico baseando-se apenas no que ele

veicula. É preciso colocá-lo em relação com outros, principalmente porque esses outros farão parte dele na medida em que ele os negar, aceitar, combater, ignorar, silenciar etc. Em outros termos: o interdiscurso é inseparável do intradiscurso.

A. Faria (2001) facilita o entendimento dessa questão ao relacionar intradiscurso à categoria de percurso semântico, e interdiscurso à de contradição, de oposição.

Essas categorias decorrem da concepção teórica segundo a qual o discurso abrange duas dimensões, integradas e complementares: por um lado, o do intradiscurso, organiza-se em um conjunto, uma trajetória de sentidos que se desenvolve ao longo do texto; por outro lado, o do interdiscurso, constitui-se por contradição, por oposição a outros discursos. (FARIA, 2001, p. 31)

Assim, como reafirmamos há pouco, um discurso não pode ser definido apenas por si mesmo, mas por suas relações com outros, como também discute Fiorin:

Se um discurso cita outro discurso, ele não é um sistema fechado em si mesmo, mas é um lugar de *trocas enunciativas* (...), uma vez que é um espaço conflitual e heterogêneo ou um espaço de reprodução. Um discurso pode aceitar, implícita ou explicitamente, outro discurso, pode rejeitá-lo, pode repeti-lo num tom irônico ou irreverente. (...) Um discurso sempre cita outro discurso. Um texto pode citar outro texto. (FIORIN, 2001, p.45)

Não há discurso que explícita ou implicitamente não cite outros discursos, já que esses são espaços de troca, como diz o pesquisador. Em outro estudo, a partir de Maingueneau, Fiorin afirma que

a identidade de um discurso depende de sua relação com outros, isto é, ele não se constitui independentemente de outros discursos, para, em seguida, pôr-se em relação com eles, mas se constrói, de maneira regrada, no interior dessa oposição, define-se no limite dessa relação polêmica. (FIORIN, 1999, p.231).

Não se trata, portanto, de uma relação entre produtos acabados, mas de construções que acontecem motivadas pelas relações entre os mais diversos discursos em circulação num determinado tempo e espaço.

Em relação aos conceitos de intra e interdiscurso, é importante ressaltar, ainda, as noções de percurso semântico e de oposição interdiscursiva, citados acima. O conceito de percurso semântico diz respeito ao conjunto de temas desenvolvido ao longo de todo um texto, desde o seu título. Esse conjunto pode manifestar-se em temas, elementos semânticos mais abstratos, e/ou como figuras, elementos mais palpáveis, que concretizam os temas usados para construir uma narrativa.

O conceito de percurso semântico engloba os conceitos greimasianos de percurso temático e percurso figurativo, por se tratarem ambos de revestimentos – mais abstratos ou mais concretos, respectivamente – de estruturas narrativas. (FARIA, 2001, p. 32).

Para Faria, são os percursos semânticos que possibilitam determinar a visão de mundo defendida por um discurso, daí a importância dessa categoria analítica: “Quanto à visão de mundo que um discurso defende, ela pode ser descrita a partir dos percursos semânticos encontrados no intradiscurso, ou seja, nos textos que materializam o discurso dado.” (idem, p. 32).

Além disto, se um texto defende certa visão de mundo, ele se contrapõe a outra(s). A noção de oposição interdiscursiva remete ao confronto entre o que é defendido no texto, ou seja, na parcela intradiscursiva em análise, e o que é defendido em outros discursos: “ela permite, a partir de um dado discurso, caracterizar o outro discurso, a outra ‘visão de mundo’ contra a qual aquele discurso dado se constitui.” (idem, p.32).

Para exemplificar os conceitos de intradiscurso, percurso semântico e interdiscurso, retomemos as duas matérias jornalísticas que selecionamos de *CA* e *LMDB*, “Degradação e

violência no tráfico de mulheres” (Anexo 1) e “Perversos contratos de trabalho” (Anexo 7), ambas sobre mesma temática geral, (a exploração n) o trabalho. O recorte feito, no entanto, é diverso, como já mostramos. *CA* trata da exploração sexual de brasileiras no exterior e *LMDB* da exploração de trabalhadores rurais no Brasil. Intradiscursivamente, os dois mensários, portanto, selecionam diferentes percursos semânticos temáticos como principais.

Entretanto, há outros percursos em comum, como o percurso semântico temático da liberdade. *CA* relata desde a primeira personagem, Maria, cuja história abre o texto, como os traficantes de mulheres as mantêm em cativeiro, confiscando seus documentos (“Seus documentos foram apreendidos pelos donos dos clubes e, ela não podia escolher com quem fazer sexo” – *CA*, nº 147, p. 3 do anexo – Parte 2 desta tese⁷). Há, ainda, ameaças às famílias das brasileiras, como relata a brasileira obrigada a se prostituir na Espanha, na retranca que encerra a matéria (“Ele me ameaçou, disse que se eu não pagasse a dívida com ele, ele viria ao Brasil e mataria a minha família e que eu nem tentasse fugir, porque ele me mataria.” – *idem*, p. 9).

LMDB, apesar de não apresentar nenhuma personagem real, que tenha vivenciado a exploração, também começa seu texto tratando do cerceamento de liberdade de trabalhadores. Eles “são obrigados a trabalhar em fazendas e carvoarias (...) impedidos de romper a relação com o empregador (...) sob ameaças que vão de torturas psicológicas a espancamentos e assassinatos” (*LMDB*, nº 22, p. 39).

Se intradiscursivamente, portanto, há semelhanças entre *CA* e *LMDB*, na seleção de um mesmo percurso semântico, é de se esperar que interdiscursivamente os mensários

⁷ Para facilitar a leitura deste trabalho, as páginas a que nos referimos em todas as matérias de nosso corpus são as páginas da seção *Anexos* (e não as dos originais, aos quais o nosso leitor pode não ter acesso). Os *Anexos* estão após as Referências Bibliográficas e ganharam nova paginação.

conversem entre si. Como afirmamos na seção 2.1, as duas publicações denunciam a exploração do trabalho, mesmo que sob formas distintas. Posicionam-se, portanto, contra exploradores (traficantes e alguns empresários rurais).

2.3 Reflexo e refração

Tratemos, agora, de mais alguns conceitos essenciais para a nossa pesquisa, como reflexo e refração, de M. M Bakhtin / V. N. Voloshinov⁸. Se o tempo do acontecimento e o do discurso jornalístico são diferentes⁹, o que o jornalismo faz é reconstruir fatos, não só os reconstituindo, mas os recriando. Como já afirmamos algumas vezes anteriormente, o discurso jornalístico não é, portanto, isento, neutro, mas uma construção que contempla várias escolhas e vozes.

Algumas dessas vozes são internas à profissão, com suas técnicas e divisão social do trabalho ou “práticas discursivas”, como afirma A. Fausto Neto. “Espécie de um interdiscurso, o discurso jornalístico ocorre à base do processo de acolhimento amplo que faz e, ao mesmo tempo, em que é movido por diversas tensões e práticas discursivas” (FAUSTO NETO, 1991, p.32). Há ainda as vozes das fontes, anônimas ou não, vozes de outros campos de saberes e por aí em diante.

Guimarães (1999) é um dos que recusam a caracterização do discurso midiático como sendo objetivo, adjetivo que as empresas de comunicação ainda insistem em utilizar, principalmente em seus anúncios publicitários. Segundo ele, a mídia

⁸ Estudos como o de C. Bota e J.-P. Bronckart (2011), “Bakhtine démasqué”, ou a introdução de P. Sériot (2010) à tradução bilingue da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, apontam que a autoria do livro é de Voloshinov. Como a edição que usamos atribui o livro aos dois autores, mantivemos a citação “BAKHTIN/VOLOSHINOV”.

⁹ Mesmo que, recentemente, com a tecnologia digital, os avanços em transmissões sejam significativos, ainda não é possível produzir notícias em tempo real, pois mesmo imagens feitas por câmeras digitais trazem alguma diferença mínima de transmissão, temporal.

procura controlar ao máximo sua economia significativa interna, “dobrada” à verdade do objeto que ela deve simplesmente representar, fiel à ilusão referencial que a chamada objetividade jornalística teima em sustentar, de uma maneira paradoxal. Não existem fenômenos nem fatos absolutos, eles são construídos pelo discurso, sabemos bem, mas, mesmo assim, deve-se controlar, regrar, regulamentar (sob a forma de um protocolo) esse movimento da linguagem que não apenas relata o referente, mas o significa. (GUIMARÃES, 1999, p. 111).

Assim, por mais que jornalistas tentem se adequar a “regras” e “protocolos” nunca deixarão de reconstruir uma realidade. Para isso, apoderam-se de vários discursos em circulação. Não se trata, no entanto, de simples reprodução, como afirma Guimarães. Cada veículo midiático constrói o seu próprio discurso, aproveitando o que julga pertinente de outros discursos e descartando o que não lhe interessa.

Quando constrói seu discurso, portanto, a mídia não apenas reflete algo que já está na sociedade. Ela também cria uma realidade própria, fruto de um complexo processo de produção e de uma maneira própria de olhar os acontecimentos, olhar este intimamente ligado ao posicionamento ideológico do enunciador.

A ideia de que qualquer discurso, não só o jornalístico, não apenas reflete a realidade, mas a refrata, reconstrói, modifica, remonta a *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Segundo a obra, todo signo é ideológico, e é próprio da ideologia não só reproduzir a realidade, como reproduzi-la modificada:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1979, p. 17).

Após afirmar que mesmo objetos físicos e instrumentos de produção podem se converter em signos, dando como exemplo a ideologização da foice e do martelo como símbolos da

União Soviética, os pesquisadores tratam da linguagem verbal. Se “*tudo que é ideológico possui um valor semiótico*” (idem, p. 18), “esse aspecto semiótico (...) não aparece em nenhum lugar de maneira mais clara e completa que na linguagem. *A palavra é o fenômeno ideológico por excelência.* (...) A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.” (idem, p. 22 - grifos dos pesquisadores).

Charaudeau (2006), à sua maneira, particulariza os conceitos de reflexo e refração para o discurso midiático:

Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo. (CHARAUDEAU, 2006, p. 20)

Espelhos deformantes, os veículos midiáticos, portanto, mostram em suas páginas aspectos da realidade. Mas, como afirma Charaudeau, são fragmentos deturpados, ampliados, simplificados ou estereotipados.

Pensar o contrário, que as páginas de um jornal refletem os acontecimentos do mundo através de relatos objetivos, é cair na armadilha da objetividade aparente, como discute C. de Barros Filho:

A objetividade aparente é característica do texto informativo, por sua estrutura, seu léxico, seus limites e também sua posição entre os demais produtos da mídia. (...) Além das escolhas estritamente formais de sintaxe e léxico, opera-se uma seleção temática. (...) ao oferecer de forma mais ou menos consonante um conjunto limitado de temas, um ‘menu’ temático comum, permite-se ao sujeito dominar uma realidade social simplificada. (BARROS FILHO, 1995, p. 69-70).

A objetividade, portanto, é apenas um dos efeitos que uma publicação busca junto a seu leitor. Ao trazer uma infografia¹⁰ repleta de números e porcentagens, por exemplo, cria-se a sensação de que o que ali está sendo dito nada mais é do que uma realidade objetiva, espelhada nas páginas do jornal.

Nos mensários, parece um pouco mais fácil refutar a ideia de objetividade e neutralidade. Nessas publicações, além de o acontecimento não ser a principal fonte de matérias, o que é explicado por sua periodicidade, há mais espaço para comentários. As duas características estão interligadas. Não é possível trazer um relato que se aparente objetivo de algo que aconteceu há mais tempo. Se os jornais diários trazem em suas páginas a reconstrução de fatos que aconteceram no dia anterior à edição, mensários apresentam uma defasagem muito maior, que pode se estender a quase um mês. Assim, não faz sentido tentar relatar algo sendo que diversos outros veículos midiáticos (de periodicidade menor) já o fizeram. É preciso ir além, comentando e desdobrando o acontecido.

Para ilustrar as noções de reflexo e refração, retomemos as duas matérias de *CA* e *LMDB* sobre a exploração do trabalho humano. Ambas refletem uma triste realidade de trabalhadores brasileiros. “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, junho de 2009 – Anexo 1, p. 3 da Parte 2) denuncia, principalmente, a exploração sexual de mulheres no exterior. A matéria traz, ainda, dados que tratam a exploração de forma mais ampla e objetiva. “Inúmeras formas de escravidão moderna geram grande volume de dinheiro para o crime organizado de tráfico de pessoas. (...) pela estimativa da OIT, são 2,4 milhões de seres humanos traficados no mundo. Desses, 43% são para a exploração sexual e 32% são de

¹⁰ Ilustração, atualmente gerada por modernos programas de computação, que associam imagens e números, deixando uma página de jornal mais atraente e informações numéricas mais facilmente visualizadas.

exploração econômica, além dos 25% de vítimas escravizadas para os dois fins”. (CA, nº 147, p.8).

A matéria, no entanto, não se resume a essas informações ou a números levantados por pesquisas. Não se limita a descrever o tráfico e vai além, buscando explicações para o que acontece: “Uma das principais causas do tráfico de pessoas é o abismo socioeconômico existente entre os países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e os desenvolvidos, discrepância intensificada pela globalização recente”. CA alerta que não há como simplificar as causas do tráfico e que outros discursos podem incorrer nesse erro. Faz isso a partir do depoimento de pesquisadora envolvida no primeiro estudo nacional que mapeou as rotas do tráfico de pessoas.

Maria Lúcia atenta para o perigo das simplificações reducionistas: “Não devemos associar pobreza à exploração sexual, mas as situações de precarização potencializam isso”. E mais, “se uma mulher sai daqui para exercer a prostituição, não significa que ela está em situação de tráfico, que ela está sendo explorada ou violada. O que ocorre é que estão se fazendo grandes generalizações”. (CA, nº 147, p. 5).

O mensário, portanto, constrói suas próprias explicações, o que faz a partir de depoimentos de especialistas e de informações retiradas de pesquisas. Acredita, desta forma, estar fugindo de simplificações. Contudo, trata-se, ainda assim, de um recorte, de uma abordagem particular.

O mesmo acontece em *LMDB*. Se “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, maio de 2009 – Anexo 7, p. 39 da Parte 2) traz números que, objetivamente, tratam do problema (“de 1995 a 2008 (...) mais de 31 mil pessoas foram encontradas nessa situação”), refletindo-o, também busca explicações para ele.

A utilização de trabalho escravo contemporâneo não é resquício de modos de produção arcaicos que sobreviveram provisoriamente à introdução do capitalismo, mas sim um instrumento utilizado pelo próprio capital para facilitar a acumulação em seu processo de expansão. (*LMDB*, nº 22, p.39)

LMDB acusa o sistema capitalista de produção de causar situações de superexploração de trabalho. Além disso, aponta a reforma agrária como mudança estrutural fundamental para resolver o problema: “A reforma agrária, ou seja, a socialização, pelo menos parcial, dos meios de produção no campo significaria um pesado golpe no capital, que, direta ou indiretamente, se aproveita do exército reserva de mão de obra disponível para superexplorá-la.” (idem, p. 43). Os números apontam a gravidade do assunto e as explicações acusam o sistema capitalista de ser responsável pela exploração.

Os dois mensários, portanto, não apenas denunciam a exploração de trabalhadores, mas buscam causas, tentando aprofundar as temáticas de que tratam. Logo, mesmo trazendo informações objetivas, que refletem uma realidade, constroem os seus discursos sobre essa realidade, refratando-a. Essa contextualização é um dos aspectos que faz dos mensários publicações mais complexas que jornais diários ou revistas semanais, assunto que voltaremos a tratar no *Capítulo 3*, quando trataremos da enunciação jornalística em mensários.

2.4 Estratégias discursivas de convencimento¹¹

O enunciatório (leitor/espectador/ouvinte) de um veículo midiático tem que ser constantemente convencido e conquistado. É preciso que ele acredite no que lê/assiste/ouve, mas também é preciso que ele queira ler/assistir/ouvir.

No prefácio do livro *La presse – produit, production, réception*, P. Charaudeau (1988) reforça a ideia de que a imprensa escrita não só informa, mas desinforma, polemiza, comenta e seduz.

La presse écrite informe, désinforme, polémique, commente, séduit, dans ses différents journaux ou revues, quotidiens, hebdomadaires ou mensuels, en déployant toutes sortes de stratégies langagières repérables dans les diverses rubriques, plus ou moins convergentes (ou divergentes), selon les supports. (CHARAUDEAU, 1988, p. 3)

Discursos jornalísticos dos mais variados veículos midiáticos fazem isso empregando toda sorte de estratégias, ainda segundo o pesquisador, nas mais diversas editoriais, independentemente da periodicidade do veículo midiático.

Para E. Véron (1998), com a concorrência cada vez mais acirrada na mídia impressa, o que define e particulariza uma publicação frente às demais são justamente as estratégias adotadas por ela.

C'est pourquoi dans la presse écrite, chaque 'zone de concurrence directe' est un véritable laboratoire pour l'étude de phénomènes énonciatifs : on y trouve une multiplicité de stratégies énonciatives qui 'travaillent' de diverses façons une même 'matière' sémantique : dans le domaine des magazines féminins la *distance non-pédagogique* se distingue alors de la *distance pédagogique*, et toutes les deux s'opposent aux stratégies de la *complicité* (...). (VÉRON, 1988, p. 17)

¹¹ Substituímos o termo persuasão, utilizado na pesquisa de mestrado (SOARES, 2006), por convencimento a partir da diferenciação que faz Perelman. Como o discurso jornalístico se dirige a enunciários desconhecidos (somente imaginados), acreditamos que o termo seja mais adequado - "Propomos chamar persuasiva a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar convincente àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional." (PERELMAN, 2005, p. 31).

Uma multiplicidade de estratégias enunciativas pode trabalhar, portanto, um mesmo material semântico. Como Véron exemplifica, no domínio das revistas femininas podemos encontrar um distanciamento não pedagógico por parte do enunciador ou, ao contrário, um distanciamento pedagógico. Em ambos os casos o enunciador constrói uma relação mais afastada da leitora, com a diferença de trazer ou não algum tipo de ensinamento a esse público. Véron aponta uma terceira (de muitas) possibilidades neste gênero: adotar estratégias de cumplicidade, que, diferentemente dos exemplos anteriores, buscam uma aproximação com a leitora, muitas vezes com o enunciador colocando-se na mesma condição que seu público-alvo, compartilhando histórias, adotando linguagem mais informal (ou feminina) etc.

São as estratégias que cada veículo jornalístico adota que o diferencia, portanto, de seus concorrentes, já que elas serão as principais responsáveis pela construção do discurso. Elas variam de acordo com a ideia que uma publicação faz de seu público-alvo (idealizado) e dos objetivos que tem junto a esse público.

Para Fiorin (2005), todo discurso, inclusive o jornalístico, está sempre em busca de algo que vai além de informar.

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. Por isso, ele é sempre de persuasão. Nesse jogo de persuasão, o enunciador utiliza-se de certos procedimentos argumentativos visando a levar o enunciatário a admitir como certo, como válido o sentido produzido. A argumentação consiste no conjunto de procedimentos linguísticos e lógicos usados pelo enunciador para convencer o enunciatário. (FIORIN, 2005, p.75)

Isso quer dizer que, por mais que informar seja um grande enfoque dos veículos midiáticos¹², este nunca será o seu objetivo único ou final. A informação não é, portanto, despreziosa, como já afirmamos antes. Através de estratégias de convencimento, o enunciador busca produzir os mais diferentes efeitos em seus enunciatários.

Trazemos e exemplificamos, a seguir, algumas dessas estratégias. São elas: a seleção lexical; a seleção de personagens; as relações entre explícitos e implícitos; e o silenciamento.

2.4.1 Seleção lexical

A primeira e mais básica estratégia usada para convencer o enunciatário é a seleção lexical. Como em todo discurso, na mídia impressa as palavras ou expressões são escolhidas com a finalidade de firmar posicionamentos. Uma matéria que se refere a trabalhadores do Movimento Sem Terra como “invasores” mostra claramente um posicionamento contrário ao movimento¹³. A escolha de itens lexicais revela, portanto, diferentes atitudes frente a determinados temas, como afirma S. Moirand (2007).

A pesquisadora estuda o surgimento de novas denominações no discurso jornalístico, motivadas pela repercussão de determinados acontecimentos na mídia. Essas novas denominações (como “doença da vaca louca”, citada no exemplo a seguir) são carregadas de sentidos, que são criados ao longo de uma cadeia de acontecimentos e da associação entre palavras, produzindo novas expressões.

¹² Tal afirmação pode ser comprovada, por exemplo, pela criação do lide, que procura responder a algumas perguntas de cunho essencialmente informativo (quem fez o que, onde, quando, por que e como).

¹³ Como mostra Aurélio Kubo (2003) em sua dissertação de mestrado, defendida na Fale/UFMG.

(...) des mots comme fou, contaminé, pollué transportent avec eux les sens qu'ils ont acquis lors de moments discursifs antérieurs et des associations avec d'autres mots (...). Ce seraient donc les mots qui ont une mémoire..., et qui seraient du même coup des lieux d'inscription des conflits sémantiques entre la visée pragmatique de l'énonciateur, les différents sens qu'ils ont acquis au cours de leurs voyages dans les discours antérieur et d'autres communautés langagières, et ceux que les destinataires leur prêtent. Ainsi, depuis l'affaire de la vache folle, le mot fou a inscrit dans son signe l'idée de "contamination". (MOIRAND, 2007, p. 51)

Segundo ela, o item lexical "louca" na expressão "vaca louca" foi ganhando ao longo do tempo (e da publicação de uma série de matérias) o sentido de contaminação. Isso aconteceu depois que a mídia associou metonimicamente um dos sintomas da doença (os animais perdiam funções neurológicas, comportando-se como "loucos") à doença como um todo.

Nas matérias jornalísticas "Degradação e violência no tráfico de mulheres" (*CA* – Anexo 1, p. 3 da Parte 2) e "Perversos contratos de trabalho" (*LMDB* – Anexo 7, p. 39 da Parte 2) podemos ver uma nova denominação para o trabalho superexplorado da atualidade. *CA* usa o termo "inúmeras formas de escravidão moderna" enquanto *LMDB* denomina esse tipo de trabalho de "escravidão contemporânea", "nova escravidão" ou "trabalho análogo ao escravo" (*grifos nossos*).

Vale ressaltar que, apesar de todas as expressões se referirem à escravidão, a natureza econômica desta nova forma de exploração é diferente daquela. Não há um contrato de propriedade como havia antes (os trabalhadores de hoje são, por ameaças ou violência física, privados de sua liberdade, mas não são propriedade de seus patrões). Há vários casos, ainda, em que os trabalhadores recebem pelo seu trabalho. No entanto, além de os salários serem baixos, eles são obrigados a contrair dívidas com seus empregadores para moradia e alimentação, valor que costuma ser superior ao do que ganham, tornando os patrões eternos credores de seus empregados. Apesar dessas diferenças, como afirma *LMDB*, o tratamento

dado ao trabalhador é semelhante: “Sua natureza econômica difere da escravidão da Antiguidade clássica e da escravidão moderna¹⁴, mas o tratamento desumano, a restrição à liberdade e o processo de ‘coisificação’ são similares”. (*LMDB*, nº 22, p. 39).

Podemos perceber, dessa forma, como, mesmo cientes das diferenças entre a escravidão e o trabalho superexplorado de hoje (o que fica explícito em *LMDB*), os mensários selecionam no léxico os vocábulos “escravidão” ou “escravo”. O motivo dessa escolha parece estar relacionado a dois aspectos complementares.

Por um lado, a escravidão é algo relativamente recente em nosso país, oficialmente abolida em 1888. Por outro, essa relativa proximidade histórica faz com que a forma de exploração ainda esteja presente na memória discursiva dos brasileiros (e seja frequentemente retomada em diferentes discursos, como o jornalístico, o literário, o teatral, o cinematográfico etc). Assim, falar em escravidão é reativar um sentimento de sofrimento, injustiça e maus-tratos, que, como frisa *LMDB*, ainda estão presentes na exploração do trabalhador na atualidade.

Outros aspectos da seleção lexical podem ser ilustrados também a partir dessas duas matérias jornalísticas. Podemos perceber, por exemplo, um tom mais acadêmico ou técnico em *LMDB* pelas palavras e expressões que seleciona:

As propriedades rurais mais atrasadas do ponto de vista tecnológico tendem a compensar essa diferença por meio de uma constante redução da participação do ‘trabalho’ no seu custo final. Simulam, dessa forma, uma composição orgânica do capital de um empreendimento mais moderno, em que a diminuição da participação do custo do trabalho se dá através do desenvolvimento tecnológico. Em outras palavras, há fazendeiros que retiram o couro do trabalhador para poder concorrer no mercado. (idem, p. 40 – grifos nossos)

¹⁴ *LMDB* fala de escravidão moderna para se referir à escravidão que tivemos até o século XIX, contrapondo-a a escravidão da Antiguidade Clássica, período histórico antes da Idade Média. Já *CA* usa o mesmo termo para se referir à escravidão dos dias de hoje, moderna.

Se no uso de termos como “composição orgânica” ou “participação do custo”, *LMDB* aproxima-se da linguagem de economistas, na expressão “retiram o couro” confere tom mais informal a seu texto. Mas a predominância fica mesmo com uma linguagem técnica, diferentemente do que acontece em *CA*.

Em “Degradação (...)” (Anexo 1, p. 3 da Parte 2) a linguagem usada é mais jornalística do que técnica.

11 de junho de 2007. Aeroporto de Guarulhos, São Paulo. Uma mulher é encontrada com a cabeça apoiada numa toalha e pés sobre a cadeira. São sinais de cansaço, depois de quatro dias morando na sala de desembarque do terminal 2 (...). Deportada de Zaragoza, na Espanha, onde era trabalhadora sexual, Maria tenta, sem sucesso, entrar em contato com seus familiares. (*CA*, nº 147, p.3).

Como mostramos acima, no parágrafo de abertura da matéria há predominância de narração, levando ao leitor as experiências de uma mulher sexualmente explorada na Espanha.

Mesmo quando busca explicações para a exploração, apoiando-se, principalmente, no depoimento de especialistas, *CA* não usa expressões tão formais (ou técnicas) como *LMDB* em “Perversos contratos de trabalho” (Anexo 7, p. 39 da Parte 2). Em *LMDB*, parece predominar o modo dissertativo, com a construção de uma argumentação para buscar explicações e mostrar os desdobramentos da exploração do trabalho rural.

Há, ainda, no discurso de *CA*, uso de linguagem coloquial em trechos nos quais são reproduzidos os depoimentos das prostitutas, como em “as ‘putas’ brasileiras (...) levam porrada e são obrigadas a se ‘foder’ sem reagir (idem, p. 3 – *grifos nossos*).

Mais uma vez percebemos pontos de aproximação e distanciamento entre os mensários, fruto das estratégias usadas por cada publicação para convencer e seduzir seus leitores.

2.4.2 Seleção de personagens

A segunda estratégia que descrevemos aqui é a seleção dos personagens. Perceber quem (pessoa ou grupo) foi convocado a falar em uma matéria jornalística é identificar uma das categorias que dizem como o produtor de um discurso trabalhou nele para guiar seu leitor e levá-lo a certas conclusões/pontos de vista.

Em nossa pesquisa, a seleção de personagens é uma estratégia central. O primeiro motivo é que, como afirmamos desde a introdução deste trabalho, pretendemos entender o papel atribuído ao personagem trabalhador nos discursos dos mensários sociopolíticos brasileiros *CA* e *LMDB*.

Além disso, esta estratégia está diretamente relacionada com um aspecto fundamental do discurso jornalístico: quem informa. Através das fontes que seleciona, um jornalista pode priorizar e até dar voz a determinados grupos, muitas vezes corroborando o ponto de vista desse(s) personagem(s), e em outras, opondo-se a ele(s)¹⁵.

A esses aspectos soma-se um terceiro de grande importância: a forma como os discursos dos personagens são inseridos no discurso jornalístico. Quando opta por reproduzir excertos de uma fala em discurso direto ou inserir essa fala em seu próprio discurso (de forma indireta), o jornalista está pretendendo causar diferentes efeitos em seu enunciatário.

A seleção de personagens e sua inserção em um texto são procedimentos mais complexos do que costuma pensar grande parte dos leitores de um veículo midiático de informação. Quando insere a fala de um personagem em uma matéria jornalística, o jornalista está fazendo muito mais do que uma transposição do oral para o escrito. Como afirma Maingueneau (1999), nem mesmo a relação entre discurso direto e indireto, para muitos uma

¹⁵ Denominamos “fontes” o conjunto de pessoas e órgãos consultados para a produção de uma matéria. Eles são os responsáveis pelas informações contidas naquele texto jornalístico e podem ou não ser transformados em personagens, aparecendo de forma explícita no texto. Cada publicação elege suas fontes, optando por vezes em transformá-las em personagens.

mera questão de transformação, é tão simples quanto parece.

Contrairement à une idée répandue, confortée par les traditionnels exercices de ‘mise du DD [discours direct] au DI [discours indirect]’, le DI n’est pas le résultat d’une transformation mécanique d’énoncés au DD ; aucune de ces deux stratégies n’est première, il s’agit de deux modes de citation indépendants qui correspondent à deux perspectives complémentaires. (MAINGUENEAU, 1999, p. 121)

O pesquisador afirma, portanto, que o discurso indireto não é resultado de modificações feitas no discurso direto, como reforçam exercícios escolares gramaticais. São estratégias e modos de citação independentes. Se no discurso direto os enunciadores são explicitamente diferentes (o que é sinalizado graficamente no discurso impresso pelo uso de aspas ou travessões), no discurso indireto o enunciador se apropria de um discurso de outro, inserindo-o em seu próprio discurso.

Isso não quer dizer, contudo, que o discurso direto seja mais objetivo que o indireto.

On dit souvent que le DD rapporte exactement les propos tenus; sa principale qualité serait donc une fidélité très grande. En fait, il ne faut pas être dupe de l’illusion linguistique. (...) Quand on y réfléchit, le simple fait de choisir tel ou tel fragment d’un énoncé pour le rapporter constitue déjà une opération aux implications considérables. (idem, p.122)

A escolha de quais trechos do discurso serão reproduzidos já depõe, portanto, contra a ideia de que esse discurso é idêntico, fiel ao discurso de origem (confirmando a ideia de que todo discurso não só reflete um conteúdo, mas o refrata, conforme teorizado por Bakhtin / Voloshinov). Além disso, ele será inserido dentro de outro discurso, o que corrobora seu distanciamento do ponto de origem.

Já o discurso indireto trata-se não de uma “reprodução” de excertos, mas de uma

versão do novo enunciador.

Il ne s'agit donc pas d'une reproduction mais de la version qu'en donne le rapporteur (...) [qui] donne une certaine image de lui-même, renvoie à ses positions idéologiques, affectives... personnelles. Pour s'en convaincre il suffit, par exemple, de comparer les diverses versions au DI que proposent des journaux politiquement opposés des 'mêmes' paroles d'un homme politique. (idem, p.123)

Veículos de posicionamentos ideológicos opostos, seguindo o exemplo de Mainueneau, podem inserir a “mesma” fala de um homem político dentro de pontos de vista diversos, provavelmente contrários. O que será enfatizado como eufórico (de valor positivo) por uma publicação pode ser tido como disfórico (de valor negativo) pela outra, cada uma acentuando trechos ou aspectos específicos dessa fala.

J. -F. Tétu (1989) ressalta que a atividade do jornalista é construir um discurso a partir de outros discursos. Ao procurar fontes, no início de seu trabalho de investigação jornalística, ele se depara não com informações isoladas, mas com pontos de vista – de instituições ou mesmo de um indivíduo. E, como afirma o pesquisador, cada uma dessas instâncias vê nos *media* uma forma de preservar seu próprio ponto de vista.

Le trait le plus constant de l'écriture journalistique est en effet que, contrairement à ce que l'opinion courante pourrait imaginer, l'activité du journaliste ne consiste pas à mettre en mots une réalité factuelle, mais plutôt à construire un discours à partir d'autres discours. (...) Le premier travail du journaliste est de chercher des 'sources', et la 'source' est toujours source d'un discours. (...) Chaque institution, chaque informateur, et, de façon générale, chaque source voit dans l'information le moyen de préserver ou de diffuser son propre point de vue. (TÉTU, 1989, p.39)

O veículo midiático, por outro lado, tem que fazer com que o leitor acredite no que ali está escrito. Por isso, depende dos personagens para personificar um conteúdo. Como está

ciente de que o que opera é uma representação da realidade, tenta criar a ilusão de espelho mostrando essa realidade, “deixando-a falar”.

Le journal, d'un côté, tente de faire croire à la réalité du monde produite par le discours, son discours, et d'un autre côté, consciente que cette 're-présentation' est une 're-construction', il tente de révéler cette réalité en la montrant seulement, en la laissant parler, ou en la faisant parler. (...) le discours du journal, tout en étant reprise d'un discours premier, ou 'primaire', ne consiste jamais en un simple rapport. Il crée une réalité nouvelle, originale. Dès qu'on dit que quelqu'un a dit quelque chose, on dit quelque chose d'autre, on dit quelque chose de nouveau. (idem, p.184)

Segundo Tétu, a construção não é mais do que uma ilusão de realidade. Como já afirmamos, o discurso jornalístico não é jamais um simples relato ou um espelho da realidade. Ele refrata essa realidade e cria uma nova: “a partir do momento em que dizemos que alguém disse algo, dizemos algo novo”. E para reforçar tal “ilusão realista”, o jornalista utiliza as fontes, sua aparente garantia de veracidade, como personagens.

Pour 'faire croire' à la vérité de ce qu'il dit, le journaliste opère une sorte de 'transformation réaliste', comme dit Ph. Hamon. (...) Cette transformation est fondamentale dans l'illusion réaliste, elle repose sur le fait que la source de l'information, son garant, s'**incarne dans le récit**, sous la forme d'un personnage soit ministre, manifestant anonyme ou journaliste (...). Le journaliste possède en effet un certain savoir qui se manifeste, dans le 'montage' narratif, par la **citation** de 'personnages' (...). (idem, p. 163 - negritos no original)

Ministro, grevista ou jornalista: são todos personagens do enunciado que manifestam, através de citações, o saber do próprio jornalista (saber no sentido de que ele detém uma informação que os leitores não têm).

Um exemplo: “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, junho de 2009 – Anexo 1, p. 3 da Parte 2) e “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, maio de 2009 – Anexo 7, p. 39 da Parte 2), apesar de tratarem da mesma temática geral, selecionam seus personagens

de forma distinta. *CA* traz, como maior parte de seus personagens, mulheres reais (porém com nomes fictícios, para protegê-las, segundo o mensário) que foram traficadas como trabalhadoras sexuais.

Maria, que abre a matéria, foi deportada de Zaragoza, onde se prostituiu contra a sua vontade, após ter tido seus documentos apreendidos; “Baiana”, uma menina de 16 anos, foi traficada pela própria tia e obrigada a se prostituir na Suíça; “S”, uma universitária do Rio de Janeiro, era stripper e garota de programa no exterior e conta que, muitas vezes, o marido é quem obriga a brasileira a se prostituir; ao fim da matéria, há o depoimento de “Cristina”, mato-grossense prostituída na Espanha. Os depoimentos dessas personagens não só ilustram o tema da matéria, como tendem a sensibilizar o leitor. No caso de “Cristina”, são 12 parágrafos nos quais ela, em primeira pessoa, descreve seu drama pessoal.

Há, ainda, outros personagens individuais na matéria, como Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, pesquisadoras da Universidade de Brasília. As duas têm falas reproduzidas ao longo do texto, assim como Frans Nederstigt, do Projeto Trama, um consórcio de ONGs do Rio de Janeiro, e Verônica Teresi, também pesquisadora.

Os personagens coletivos, por sua vez, são citados principalmente como fontes de dados (“Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude - ASBRAD; “Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes - Pestraf; “Ministério da Justiça”; “Organização Internacional do Trabalho”) ou como personagens sem voz, como é o caso de “aliciadores”, “vítimas” e “migrantes brasileiros deportados”.

Além das trabalhadoras sexuais, pesquisadoras e ONG, que citamos acima, aparece toda a cadeia envolvida no negócio (o “empregador”, os donos dos clubes, os aliciadores, enfim, membros das máfias de tráfico de pessoas). Do lado dos explorados, além das prostitutas, são citados outros trabalhadores, como os “migrantes bolivianos, paraguaios e

colombianos que têm sua força de trabalho explorada aqui [no Brasil]”.

LMDB, por sua vez, seleciona os personagens de forma bastante distinta. A grande maioria dos personagens é coletivo. Há os trabalhadores e outros explorados, que são denominados de diversas formas: trabalhadores, trabalhadores rurais, populações indígenas, camponeses, comunidades quilombolas e ribeirinhas, exército de reserva de mão de obra, catadores de raízes (cobertos por veneno em pulverizações); vaqueiros, peões, escravos contemporâneos e trabalhadores assalariados, por exemplo. O explorador também aparece em diversas denominações, entre elas empregador, empresário, “gato” (empregador que intermedia o contrato de trabalhadores rurais), fazendeiro e pecuarista. Por fim, há o Estado, seus departamentos e representantes: Ministério do Trabalho e Emprego, Sudam, BNB, Basa, grupo móvel de fiscalização do governo, auditores do Ministério do Trabalho.

Mesmo quando exemplifica a exploração, *LMDB* prioriza personagens coletivos. Na legenda de uma foto (são duas ao todo), traz o seguinte texto: “Trabalhadores são libertados na fazenda de Cabaceiras, em Marabá, em 2004; foi a primeira fazenda desapropriada por trabalho escravo no país”. Afirma, ainda, no decorrer da matéria, que foram encontrados “54 trabalhadores em condição análoga à de escravo na fazenda Peruano, em Eldorado dos Carajás” e “22 trabalhadores (...) em situação de escravidão na fazenda Entre Rios”, em Sinop.

Somente no último exemplo citado acima, da fazenda Entre Rios, é que aparecem como personagens individuais o proprietário da fazenda, Manoel Barbosa Lopes Júnior, e seu gerente, Clóvis. Eles, no entanto não são ouvidos, não têm voz, ao contrário de Valdez Monte, auditora fiscal e coordenadora da operação que levou à descoberta do trabalho ilegal na propriedade, que reproduz ameaças ouvidas dos trabalhadores. Além desses dois personagens individuais, há Karl Marx (relembrado em uma citação) e o próprio autor da

matéria, caracterizado em terceira pessoa gramatical ao fim do texto (“Leonardo Sakamoto, jornalista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, é coordenador geral da ONG Repórter Brasil e membro da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo”).

Assim, se na matéria de *CA* figuram diversos personagens individuais, que personificam a exploração e concretizam o tema, como afirmamos anteriormente, *LMDB* privilegia personagens coletivos. No primeiro mensário, portanto, são outros discursos/vozes que denunciam o trabalho escravo e reiteram o posicionamento de *CA*, contrário à exploração. *LMDB*, em sua matéria, se posiciona de forma semelhante, mas fundamenta sua argumentação em uma visão mais academicista do tema, buscando a origem deste tipo de trabalho no Brasil e o porquê de ele ainda existir, mesmo que em uma parcela proporcionalmente pequena de trabalhadores rurais.

Voltando à estratégia da seleção de personagens, falta pensarmos, ainda, nas diversas origens das fontes. M. Mouillaud (1989) distingue, a princípio, agências de notícias de atores do espaço público. As primeiras seriam tidas como fontes “puras” e “transparentes” enquanto os atores seriam portadores do “discurso estratégico”, orientado para a persuasão. No entanto, mais que considerar que as fontes teriam definições estáveis, o pesquisador afirma que é a estratégia dos *media* que confere a elas um ou outro status.

Plutôt que de considérer que locuteurs et énoncés auraient a priori des définitions stables, nous supposerons que c’est la stratégie des médias qui leurs confère l’un ou l’autre statut. Suivant qu’il endosse des discours comme des informations ou, au contraire, qu’il en expose explicitement les sources, le journal oriente le regard du lecteur soit vers des faits soit vers des citations. Endosser un énoncé comme une information – sans l’affecter de sa source – c’est le légitimer comme un réel et, du même coup, véhiculer, s’ils existent, les intérêts que la supposée source a investis dans son discours (...). (MOUILLAUD, 1989, p.131)

Ao citar suas fontes, um jornal explicita para o leitor a origem da informação que lhe traz, o que faz através de citações. Ao contrário, quando deixa as fontes implícitas, ele acaba por igualá-las ao fato, elas passam a ser não citação, mas informação. É o que muitas vezes acontece com os despachos de agências de notícia internacionais. A fonte das informações é explicitada uma única vez, logo abaixo do título. Depois fica implícita, como se a informação ali trazida fosse resultado de apuração do próprio veículo, e não produzida por terceiros (como o é de fato).

Charaudeau (2005) acrescenta que os atores sociais selecionados pela mídia devem ser julgados por ela como dignos de ganharem visibilidade, julgamento esse que segue critérios relacionados tanto à credibilidade quanto à captação.

Les critères qui sont employés correspondent tantôt à des enjeux de crédibilité, tantôt à des enjeux de captation. Ce sont :

- le critère de *notoriété* qui est justifié par le fait que c'est l'un des rôles des médias que de rendre compte des acteurs de l'espace public les plus en vue, ayant des responsabilités collectives, ce qui pose du même coup le problème de l'accès aux médias pour les anonymes et les groupes minoritaires.
- le critère de *représentativité* (...) où sont concernés ici les acteurs appartenant à des groupes reconnus de pouvoir ou contre-pouvoir (personnes du gouvernement, de l'opposition, des syndicats, des coordinations, des différents corps professionnels ou de différents associations).
- le critère d'*expression* qui est justifiée davantage par des raisons de captation : il faut choisir des personnes qui savent parler avec clarté et simplicité, qui savent se faire comprendre par le plus grand nombre. (...)
- le critère de *polémicité* qui est également justifié par des raisons de captation : il faut organiser des affrontements entre des personnages ayant des opinions antagonistes et sachant polémiquer. (CHARAUDEAU, 2005, p. 116-117)

Notoriedade, representatividade, expressão e polemicidade. Para ter voz na mídia é preciso ser notório, estar em destaque no espaço público. Outra possibilidade é representar um grupo. Há ainda os selecionados por sua capacidade de se expressar bem: especialistas muitas vezes são escolhidos não só por seu currículo, mas por sua capacidade de síntese e clareza.

Por fim, é importante selecionar pontos de vista contrários, em busca de tornar a informação mais polemizada e, assim, captar a atenção do leitor/espectador (além de dar ao órgão de imprensa um ar de imparcialidade).

A forma de denominar as fontes também diz respeito sobre as estratégias de uma publicação para convencer o leitor. O nome de um personagem ou de sua instituição pode vir acompanhado ou não de marcas de deferência, como títulos e funções. O texto pode ainda se referir a uma fonte de forma direta (o governo), indireta (o Palácio do Planalto) ou mesmo usando termos genéricos (a oposição), cada uma dessas formas buscando determinado efeito no público.

Charaudeau chama atenção também para as fontes de denominação enganosa (“floue”). Ao usar expressões como “segundo fontes bem-informadas”, “segundo pessoas próximas da vítima” ou “segundo fontes que não querem ser identificadas”, por exemplo, o jornalista busca a adesão do leitor. Busca que ele acredite, em primeiro lugar, que a informação é segura e, em segundo que não teve origem no próprio veículo de comunicação, é fruto de apuração. No entanto, não dá provas dessa apuração, daí ser uma fonte enganosa.

Charaudeau diferencia, por fim, as fontes internas ao discurso jornalístico das externas (idem, p. 119). Como não pode inventar notícias (pelo menos é o que está previsto em um contrato tácito com o leitor), é preciso buscar fontes tanto dentro quanto fora do veículo de comunicação. Essas fontes podem pertencer ao mundo das mídias (“in médias”), como correspondentes ou agências de notícia ou a outras instâncias (“hors média”), sejam elas institucionais (governos, institutos de pesquisa, partidos políticos etc) ou não (como testemunhas, especialistas).

Em nossa pesquisa, buscamos mostrar como *CA* e *LMDB* selecionam suas fontes e personagens, a quais grupos ou indivíduos dão espaço ou voz e quem, por outro lado, é

preterido por essas publicações. Procuramos, principalmente, determinar qual o espaço destinado aos personagens trabalhadores em cada publicação. Nossa hipótese inicial, anunciada na *Introdução* e corroborada pela análise, é que mesmo veículos de linha editorial semelhantes conferem espaço diferente a esses personagens, assim como a outros, como empresários, políticos e especialistas, por exemplo.

2.4.3 Relações entre explícitos e implícitos

Há outras estratégias de convencimento mais dificilmente percebidas. Mas, assim como as que trouxemos acima, elas também são manobras feitas com o objetivo de fazer prevalecer um ponto-de-vista: o do enunciador. São exemplos desse segundo grupo as relações entre explícitos e implícitos. Um tema explicitado pode trazer implícita uma série de outros temas e questionamentos.

Antes de exemplificarmos a estratégia, cabe definirmos o que são os implícitos de um texto. Maingueneau (1998), a partir de Ducrot (1972, apud MAINGUENEAU, 2010), divide os implícitos em dois tipos: subentendidos e pressupostos. Os primeiros são resultado de uma relação do que foi dito com o seu contexto. Algo é explicitado no texto e uma inferência pode ser feita a partir do que foi dito, relacionando-o à sua conjuntura. Já os pressupostos estão inscritos no próprio enunciado: o posto (ou dito) pressupõe um outro dito. Nas palavras de Maingueneau:

(...) un tel type de implicite, qui se tire d'une mise en relation de l'énoncé avec le contexte d'énonciation, moyennant le postulat que sont respectées les lois du discours [principe de coopération dans ce cas], est appelé **sous-entendu**. On l'oppose en général à un autre type d'implicite, les **présupposés**, que, eux, sont inscrits *dans l'énoncé*. (MAINGUENEAU, 2010, p. 13 – negrito no original)

Uma matéria jornalística que divulgue que a maior parte da verba do governo federal de um determinado ano será destinada a obras e à segurança, por exemplo, deixa implícita

subentendida a falta de investimentos mais maciços em educação e saúde, mesmo que os temas não tenham aparecido explicitamente na matéria. Já o pressuposto, como afirma o pesquisador, está inscrito no texto. Um título como “Governo mantém perdas para aposentados” (*LMDB*, março de 2009) deixa pressuposto que as perdas já existiam.

Para exemplificar como se constroem as relações entre explícitos e implícitos em um texto, selecionamos alguns trechos de “Degradação e violência”, de *CA* (Anexo 1, p. 3 da Parte 2). Na abertura da matéria, Maria, recém-deportada de Zaragoza, é assim descrita: “descendente de mãe índia, nascida em uma cidadezinha localizada a 13 horas de barco de Belém do Pará” (*CA*, nº 147, p. 3). Fica explicitada sua ascendência e o quão remoto é o lugar onde vivia. Ficam implícitas (subentendidas) as prováveis dificuldades financeiras de Maria, a falta de oportunidades com que convivia e o difícil acesso a educação e saúde onde morava.

Apesar de afirmar que a pobreza não está ligada, necessariamente, à exploração sexual, acusando esse tipo de pensamento de “simplificação reducionista”, *CA* afirma, em outro trecho, o que havia ficado implícito em seu parágrafo de abertura:

Segundo pesquisa, geralmente as mulheres em situação de tráfico são pertencentes às classes mais populares, com baixa escolaridade, moram nas periferias, onde há carência de saneamento básico e transporte. Muitas trabalham em serviços mal remunerados, sem carteira assinada, sem garantia de direitos em funções subalternas, com alta rotatividade, sem perspectiva de ascensão social e melhoria da qualidade de vida. (*idem*, p. 4-5)

A afirmação que faz no excerto acima (feita a partir de uma pesquisa) não está diretamente ou explicitamente relaciona à Maria, a personagem apresentada no primeiro parágrafo do texto. No entanto, quando opta por destacar aquelas características (descendente de índia e moradora de um lugar ermo) *CA* deixa implícita subentendida essa afirmação. A falta de oportunidades, explicitada no trecho acima, aparece implícita na história de Maria.

Pensando agora em um exemplo de implícitos pressupostos, temos em *LMDB* o

seguinte título: “O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (*LMDB*, nº 28, nov. de 2009), que trata da situação de desemprego e insalubridade na fronteira do México com os EUA. A situação, no entanto, não foi sempre assim: a expressão “o fim do pleno emprego” pressupõe que antes havia pleno emprego. Para que uma situação acabe, é preciso que antes ela tenha existido.

2.4.4 Silenciamento

Outro tipo de estratégia de convencimento estudado por nós é o silenciamento. Da mesma forma que decide mostrar determinados aspectos de um acontecimento ou assunto, o enunciador opta, também, por ocultar outros. Ao escolher não dar visibilidade a um tema, assim como não dar voz a um personagem, ele acaba por silenciá-los.

E. Orlandi (1995) lembra que “todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer” (ORLANDI, 1995, p. 12).

O estudo do silenciamento (que já não é o silêncio mas ‘pôr em silêncio’) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’(...) [e] liga o não dizer à história e à ideologia.” (idem, p.11-12)

Como afirma a pesquisadora, o silenciamento, que nos interessa aqui, é um ato de colocar em silêncio que está ligado à história e a ideologia. Ela ressalta, ainda, que a estratégia diz respeito ao “poder-dizer” (“A relação dito/não-dito pode ser contextualizada sócio-historicamente, em particular em relação ao que chamamos de ‘poder-dizer’.” – idem, p.75.).

Na mídia, o poder-dizer está relacionado não só à autoridade de quem fala, como já afirmamos anteriormente, mas ao dar a palavra, dar visibilidade a um tema/personagem. A

matéria “Guerra do lixo massacra catadores” (*CA*, dezembro de 2009 – Anexo 5, p. 28 da Parte 2) afronta um silenciamento quando dá visibilidade a personagens que em nossa cultura são geralmente silenciados: os trabalhadores catadores de lixo. Personagens como esses não costumam ter lugar na mídia de referência. O que fazem e as dificuldades pelas quais passam são ocultados por essas publicações, nas quais uma matéria sobre reciclagem de lixo tenderia a explorar os aspectos econômicos da questão, raramente os sociais. A reciclagem acontece, é um assunto atual e explorado pela mídia de uma maneira geral, mas o processo entre as casas dos consumidores, que descartam material reciclável, e as usinas que reciclam esse material não costuma ser destacado por ela.

3 DO ENUNCIADO À ENUNCIÇÃO JORNALÍSTICA

Antes de tratarmos de aspectos relativos à enunciação jornalística, distinguiamos antes, esses dois planos: do enunciado e da enunciação. No *Dicionário de Análise do Discurso* encontramos a definição de “enunciação” como um “acontecimento em um tipo de contexto e apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas” (MAINGUENEAU, 2004, p. 193).

“Enunciado”, na perspectiva discursiva, pode ser considerado, segundo Maingueneau, “como uma sequência verbal relacionada com a intenção de um mesmo enunciador e que forma um todo dependente de um gênero de discurso determinado: um boletim meteorológico, um romance, um artigo de jornal etc.” (MAINGUENEAU, 2000, p. 54-55). O pesquisador equipara enunciado a texto, definindo-os, ainda, como “uma sequência linguística autônoma, oral ou escrita, produzida por um ou vários enunciadores numa situação de comunicação determinada.” (idem, p. 140).

A distinção (entre enunciação e enunciado) já havia sido feita por O. Ducrot (1987), que define enunciado como “o objeto produzido pelo locutor tendo escolhido empregar uma frase” e enunciação como “a ação que consiste em produzir um enunciado, isto é, dar a uma frase uma realização concreta.” (DUCROT, 1987, p. 89).

No *Dicionário de Linguística da Enunciação* encontramos, ainda, “enunciação” como a “materialização da interação verbal de sujeitos históricos” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1929 *apud* FLORES, 2009, p. 99); “instância linguística que permite a passagem da organização virtual do discurso à sua realização” GREIMAS, 1979, idem, p. 104); “atividade na qual se manifesta a presença codificada do falante naquilo que é falado” (JAKOBSON, 1969;1971, idem, p.105), entre outros pesquisadores. Enunciado, segundo a mesma obra, seria

uma “manifestação particular de uma frase” ou uma “unidade argumentativa de sentido” (DUCROT, 1987; 1988, idem, p. 105-106), entre outras definições.

Em nosso trabalho, pensamos, como aspecto principal da distinção entre enunciação/enunciado, na oposição entre produto e processo. Dessa forma, como afirmamos na seção referente aos nossos objetivos (1.4), buscamos analisar características enunciativas e enuncivas do discurso jornalístico. Nossa análise está focada tanto no produto, o texto jornalístico formado pelos enunciados selecionados para as páginas dos jornais quanto no processo de produção jornalística, na enunciação, que abrange escolhas gráficas e outras a elas relacionadas.

A gama de escolhas é extensa, mas pensar em algumas categorias pode nos ajudar a encontrar diferenças e semelhanças entre discursos de veículos jornalísticos distintos. Partindo de uma mesma temática ou acontecimento, essas publicações sempre farão abordagens diversas. Tudo depende das escolhas feitas, entre elas quem entrevistar, que tipo de linguagem empregar, quais subtemas tratar etc. Mesmo que os posicionamentos sejam semelhantes, que dois jornais retratem a retirada das tropas americanas do Iraque como algo positivo, por exemplo, o produto final será certamente distinto.

3.1 O fazer jornalístico

Se pensarmos no fazer jornalístico, no trabalho nas redações, como os “profissionais da notícia” operam suas escolhas diariamente? O que os norteia, tornando viáveis essas operações? H. Boyer e G. Lochard (1998, p. 20-35) resumem os principais critérios que direcionam o recorte no vasto mundo de acontecimentos em busca de notícias. O primeiro deles é a atualidade (*critère 'd'actualité*). Tal critério relaciona-se ao objetivo de que as notícias sejam sempre atuais, novas, aos olhos do enunciatário. Noticiar algo que já foi

matéria na concorrência como sendo algo novo é, no jargão jornalístico, “tomar um furo”, ser visto como desatualizado ou incompetente aos olhos do leitor.

No mensário, no entanto, o critério parece não ser tão importante. A periodicidade maior implica um distanciamento do fato. Além disso, a atualidade acaba perdendo parte de sua importância se pensarmos que mensários não noticiam acontecimentos, mas os comentam, contextualizam, questionam etc. Por isso, o leitor de um mensário não espera receber deste veículo midiático uma notícia “em primeira mão”, mas compreender melhor o que aconteceu, sob o ponto de vista daquela publicação.

O segundo critério de noticiabilidade é a proximidade (*critère de proximité*). Segundo Boyer e Lochard, o interesse do enunciatário (leitor/telespectador/ouvinte) é proporcional à proximidade (espacial e temporal) que o acontecimento tem em relação a ele. Uma notícia da cidade onde se mora é mais importante do que de uma cidade distante. Uma notícia vinda de Washington também tende a ser mais importante do que uma do Oriente Médio (a não ser que o leitor tenha relações com a região ou que algo de extraordinário esteja acontecendo por lá) e daí por diante.

Há, por fim, aspectos psicoafetivos (*critères psychoaffectifs*), que dizem respeito à dimensão insólita, excepcional, dramática ou trágica dos fatos a serem noticiados. Guerras, acidentes e catástrofes tornam-se, por essa ótica, mais “noticiáveis” que outros acontecimentos. A combinação desses critérios, interiorizados pelos profissionais da notícia, proporciona escolhas cotidianas automatizadas.

Para exemplificá-los, tomemos duas matérias de *CA* e *LMDB*. “Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (*CA*, nº 151, outubro de 2009 – Anexo 3, p. 19 da Parte 2) é uma matéria atual, por tratar de mudanças que estavam sendo votadas pelo Congresso Brasileiro à época (com a ressalva que fizemos acima, sobre a importância relativa da

atualidade em mensários). Além disso, é próxima do leitor – caso ele não seja aposentado, certamente tem parentesco/contato com alguém que seja.

Já “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 7, p. 39 da Parte 2) explora mais os critérios psicoafetivos. A dimensão “insólita” da matéria está relacionada ao fato de, ainda hoje, haver no Brasil trabalho análogo ao escravo. O pior: não se trata da manutenção de antigas práticas, mas de formas encontradas por fazendeiros e agricultores para se tornarem mais competitivos. O subtítulo da matéria chama atenção para esse aspecto: “É a escravidão contemporânea, que longe de ser um resquício de modos de produções arcaicos, é usada como forma de viabilizar a concorrência na economia globalizada” (*idem*, p. 39).

M. Wolf (1995), que também trata das regras que norteiam a produção jornalística ou *newsmaking*, questiona a parcela de consciência de um jornalista quando faz essas escolhas: “a noticiabilidade (...) constitui um elemento da distorção involuntária¹⁶ contida na cobertura informativa dos *mass media*” (WOLF, 1995, p. 193). Acreditamos que com o termo “involuntária” Wolf se referia à acelerada rotina da produção jornalística, que leva o jornalista a escrever de determinada maneira quase automaticamente.

Para nós, no entanto, não se trata somente de defeitos produzidos inconscientemente, e sim, mais uma vez, de escolhas, fruto do posicionamento discursivo da empresa e de sua busca por vendas e lucro. Quanto ao discurso jornalístico em mensários, a afirmativa de Wolf parece ser ainda menos válida, já que é um discurso preparado de forma menos apressada que o discurso jornalístico diário.

¹⁶ “Distorção” é um dos termos que podem ser relacionados ao conceito de refração (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1929). Involuntárias ou não, essas distorções revelam que não é possível apenas refletir o que acontece na realidade no discurso jornalístico: sempre haverá recortes, escolhas, distorções etc, ou seja, sempre haverá também refração.

3.2 Transação, transformação, captação e credibilidade

Outras noções discutidas por Charaudeau (2006) podem nos ajudar a entender melhor a produção do texto-notícia. Os conceitos de transação e transformação, captação e credibilidade estão fortemente ligados aos de reflexo e refração, parecendo, às vezes, equivaler-se a eles. A validade do que apresentamos abaixo está no fato de especificarem para o discurso midiático tais conceitos.

Charaudeau (2006) preocupou-se em se aprofundar no estudo das mídias, não em determinar o que são os discursos de uma forma mais geral, o que fizeram Balhtin/Voloshinov em *Marxismo e filosofia da linguagem*, além do próprio Charaudeau em outras oportunidades.

Segundo este pesquisador, a produção de sentido num ato de comunicação ocorre num duplo processo: de transformação e de transação. O primeiro consiste em dar forma (no nosso caso, texto escrito acompanhado de fotografias e ilustrações) ao que se deseja significar. É “transformar o ‘mundo a significar’ em ‘mundo significado’, estruturando-o segundo certo número de categorias que são, elas próprias, expressas por formas.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 41).

Já a transação implica atribuir objetivos à comunicação, a partir das formas imaginárias acerca da identidade do parceiro, dos efeitos que se pretende produzir junto a ele, das restrições da situação etc. No contrato de comunicação midiática, transforma-se o acontecimento em matéria jornalística¹⁷, que é construída em função do público que a irá

¹⁷ Desde o início deste trabalho, equiparamos os termos “texto jornalístico” e “matéria jornalística”. Como não é nosso objetivo nos aprofundarmos em questões ligadas ao gênero jornalístico, não nos preocupamos em estabelecer diferença entre notícia, matéria e reportagem, por exemplo. Em *CA* e *LMDB* todos os textos analisados por nós parecem ser reportagens, textos mais longos que buscam explicações e desdobramentos dos acontecimentos. O *Manual da redação da Folha* define notícia como “puro registro dos fatos, sem opinião” (definição da qual discordamos, por motivos óbvios) enquanto a reportagem “pode aprofundar um fato recém-noticiado ou revelar um fato inédito com ampla documentação e riqueza de detalhes” (In: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_r.htm - Acesso em 25/10/09).

receber, do veículo etc. Como afirmamos na seção 2.3, não se trata, apenas, de refletir o que acontece no mundo, mas refletir parte dessa realidade priorizando algum enfoque. Ao fazer escolhas e recortes, o enunciador de um discurso acaba, dessa forma, não só espelhando o que aconteceu, mas refratando esse conteúdo.

Um acontecimento é, portanto, formatado, transformado para ser transmitido para um público-alvo. Estes enunciatários são, por sua vez, idealizados pelo enunciador. Mesmo que uma publicação busque informação sobre seus leitores em pesquisas de mercado e outros canais de comunicação, como a carta do leitor, nunca conhecerá com exatidão quem é esse público.

Tratemos agora da captação e da credibilidade, que decorrem do fato de o discurso jornalístico, como afirma Charaudeau (2006, p.86), fazer-se da constante tensão entre “fazer sentir” e “fazer saber”. Os alvos, portanto, são captar o leitor e fazê-lo acreditar que está recebendo informação de credibilidade.

A finalidade do contrato de comunicação midiática se acha numa tensão entre duas visadas, que correspondem, cada uma delas, a uma lógica particular: uma visada de *fazer saber*, ou visada de informação propriamente dita, que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão; uma visada de *fazer sentir*, ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência. (idem, p.86)

Quando se preocupa em informar, a mídia tem que fazer os leitores acreditarem que o veiculado em suas páginas é exatamente o que aconteceu: “*Dizer o exato* é dar a impressão de controlar o mundo no instante em que ele surge, e nada nem ninguém poderia se opor a essa verdade capturada no momento em que sai da fonte; eis por que as mídias estão sempre em busca da transmissão direta” (idem, p. 90). Por outro lado, todo veículo midiático pretende captar o maior número de destinatários, tendo que se preocupar, assim, com a sensação, o

espetáculo, a emoção.

É no conjunto dessas duas condições, a princípio contraditórias, que a mídia organiza seu discurso.

Assim, o contrato de informação midiática é, em seu fundamento, marcado pela contradição: finalidade de fazer saber, que deve buscar um grau zero de espetacularização da informação, para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade; finalidade de fazer sentir, que deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização. (idem, p. 92).

Mesmo que o discurso jornalístico seja visto como um serviço em prol da cidadania e da democracia, como afirma o pesquisador na obra citada, ele torna-se “suspeito” por ser guiado por uma lógica comercial. Além disso, a informação nunca estará isenta da tomada de posição por parte do enunciador¹⁸.

Boyer e Lochard (1998) afirmam que a captação é o fundamento de toda empresa de mediatização, já que a conquista, manutenção e aumento do público consumidor é a razão de ser dessas empresas.

L'impératif de captation est le fondement même de toute entreprise de médiatisation. La conquête puis l'élargissement d'un public sont en effet la raison d'être du média. Cette conquête et cet élargissement reposent cependant sur trois principes directeurs secondaires : faire sérieux, donner du plaisir et être empathique. (BOYER, LOCHARD, 1998, p. 23)

Para captar, segundo eles, é preciso, ao mesmo tempo, realizar um trabalho sério e proporcionar prazer ao público. A parte “séria” da informação é a responsável por que a notícia tenha credibilidade. Segundo os pesquisadores, para que uma informação seja a mais

¹⁸ Aqui discordamos parcialmente do autor, que afirma, na citação logo acima desta nossa colocação, que a “informação não estará sempre isenta da tomada de um posicionamento ideológico”. Para nós, ela nunca estará isenta desta tomada de posição.

credível possível, é necessário que ela apresente marcas de autentificação: “[l’information doit être] la plus crédible possible, sous peine de ne pas être pris au sérieux et d’y perdre en audience. Pour ce faire, il convient de multiplier les marques d’authentification, les preuves de ce qu’on avance.” (idem).

Podemos identificar algumas dessas marcas a partir de estratégias discursivas usadas para fazer com que o leitor acredite que aquilo que lê, vê ou escuta é verdadeiro. Na seleção lexical, uma das estratégias de convencimento que apresentamos na seção 2.4, é possível perceber o uso de termos técnicos ou de numerais que precisem os fatos acontecidos (número exato de mortos, porcentagens em matérias de economia etc). Na estratégia seleção de personagens, é a partir da escolha de fontes que o enunciador busca comprovar a veracidade do que diz.

Nas matérias sobre exploração de trabalhadores, vimos algumas dessas estratégias. Em “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (Anexo 1, p. 3 da Parte 2), *CA* precisa, por exemplo, o número de rotas (ou voos) que levam prostitutas do Brasil a outros países: Espanha: 32 rotas; Holanda: 11 rotas; Venezuela: 10 rotas; Itália: 9 rotas; Portugal: 8 rotas; Paraguai: 7 rotas; EUA: 6 rotas; Suíça: 5 rotas; Alemanha: 5 rotas; Suriname: 5 rotas. Os números afirmam implicitamente não só a dimensão do problema, como também que foi feita uma pesquisa, houve um processo de levantamento de dados que estão, agora, à disposição do leitor. Quanto às testemunhas ou vítimas, *CA* traz, ainda, várias prostitutas que vivenciaram a exploração, além do depoimento de pesquisadores que estudam o assunto, mais uma vez comprovando o que diz, agora a partir do testemunho de vítimas e *experts*.

Em *LMDB*, também podemos perceber a marca na caracterização do autor ao fim do texto. Em “Perversos contratos de trabalho” (Anexo 7, p. 39 da Parte 2) o autor da matéria é assim descrito: “Leonardo Sakamoto, jornalista e doutor em Ciência Política pela

Universidade de São Paulo, é coordenador geral da ONG Repórter Brasil e membro da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo”. Supostamente, tem conhecimento técnico e acadêmico sobre o assunto, já que é doutor em Ciências Políticas. Mas também está envolvido diretamente nesse universo, como coordenador de uma ONG dedicada ao assunto e membro de uma comissão do governo vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Do lado do “espetáculo” ou da *mise en scène* (responsável pelo prazer), é preciso construir o discurso de acordo com os objetivos que se pretende junto ao público - “construire le discours qu’on juge le plus approprié à son objectif communicatif (à l’intention, mais aussi à la réception visée). Car ce discours doit intéresser, séduire, emporter l’adhésion.” (idem, p. 24). Assim, o discurso jornalístico deve não só parecer verdadeiro, mas deve interessar e seduzir. Caso contrário não terá a adesão do leitor.

As histórias das prostitutas em *CA*, algumas menores de 18 anos, têm em “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (Anexo 1, p. 3 da Parte 2) não só o papel de comprovar a veracidade do que foi apurado, mas de apresentar ao leitor o drama dessas mulheres. Ao personificar esse sofrimento e dar detalhes através dos depoimentos, *CA* “convoca” seu leitor a se envolver e se indignar com a vida dessas mulheres. O leitor tende a se comover ao ler o depoimento de uma menina de 16 anos que foi traficada pela tia e obrigada a perder sua virgindade assim que chegou à Suíça. Não se trata, pois, de saber que existe tráfico de mulheres, mas de testemunhar a história dessas vítimas.

Em relação à credibilidade, Charaudeau (2005) distingue, ainda, valor e efeito de verdade. O primeiro é uma espécie de comprovação científica, alcançada por instrumentos tido como objetivos, “une construction explicative qui s’élabore à l’aide d’un instrumentation scientifique qui est censée être extérieure à l’homme (même si c’est lui qui l’a construite), objectivant et objectivée” (CHARAUDEAU, 2005, p. 36). É como se a “verdade” de um fato

fosse, portanto, comprovada cientificamente, como a existência dos átomos e subpartículas atômicas o foram através do uso de equipamentos eletrônicos.

Já o efeito de verdade está relacionado a fazer crer que algo é verdadeiro.

L'effet de vérité est davantage du côté du 'croire vrai' que du 'être vrai'. Il surgit de la subjectivité du sujet dans son rapport au monde, créant chez lui une adhésion à ce qui peut être jugé vrai du fait que cela est partageable avec d'autres que lui et s'inscrit dans des normes de reconnaissance du monde. Contrairement à la valeur de vérité qui s'appuie sur de l'évidence, l'effet de vérité s'appuie sur la conviction (...). (idem, p.37)

Não se trata de comprovar com evidências, mas de convencer. No fim das contas, o que importa é quem diz (se esse enunciador tem direito à palavra) e quais são as condições da troca entre os enunciadores. Um jornalista tem direito à palavra porque se acredita que o que ele diga seja verdadeiro e se espera que ele investigue os fatos e consulte diversas fontes antes de escrever seu texto.

Em *CA* e em *LMDB* a autoridade de quem enuncia vai, muitas vezes, além da profissão jornalística. Em *LMDB*, isso se torna evidente no minicurrículo do autor, disposto ao fim do texto, como o que trouxemos acima (“Leonardo Sakamoto, jornalista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, é coordenador geral da ONG Repórter Brasil e membro da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo” – grifos nossos).

Em *CA*, também há notas de rodapé que qualificam o autor das matérias jornalísticas. Podem ser simples, como “José Arbex Jr. é jornalista” ou “Joel Rufino é historiador e escritor”. Ou mais elaboradas, até ironicamente, como “Ferréz é escritor e hoje vive com a esposa e uma filha num país chamado periferia”. Todas essas referências buscam mostrar ao leitor a autoridade de quem escreve, seja por sua qualificação profissional (jornalista, escritor, historiador), seja pelo lugar que ocupa na sociedade, o que lhe dá conhecimento para tratar de

certas temáticas (como é o caso de Ferréz, escritor que mora na periferia e escreve sobre ela).

Assim, no discurso da informação não é “a verdade em si” que vale, mas a maneira de reconstruir os fatos, criando “condições de veracidade”.

Dans le discours d’information, cependant, il ne s’agit pas de la vérité en soi, mais de celle qui est liée à la façon de rapporter les faits: il ne s’agit pas tant des conditions d’émergence de la vérité que des *conditions de véracité*. Il s’agit pour l’instance médiatique d’authentifier les faits, de les décrire de façon vraisemblable, d’en suggérer les causes et justifier les explications qu’elle fournit. (CHARAUDEAU, 2005, p. 37)

O que importa, portanto, é descrever os fatos com verossimilhança, levantar causas e apresentar explicações plausíveis. Dizer o que se passou não é relatar um acontecimento, mas fazer a reconstituição/reconstrução dos fatos.

Rendre vraisemblable, c’est tenter de faire croire que ce qui est rapporté relève de la reconstitution la plus probable, le dit se voulant le plus fidèle possible au fait tel qu’il s’est réalisé. (...) Dans les médias, les moyens utilisés sont l’image, les témoignages (...), ainsi qu’une certaine technologie permettant de reconstituer des faits. (idem, p. 72)

Charaudeau afirma que a reconstituição deve procurar ser fiel. No entanto, temos de assinalar que o enunciatório nunca terá certeza dessa fidelidade. Como ele não tem acesso ao fato a não ser pelo que a mídia lhe informa, para ele o que importa é que a reconstituição lhe pareça fiel, com depoimentos de testemunhas, imagens, dados etc. Dessa forma, ele tende a acreditar no que lê/vê/ouve e a se sentir bem informado.

As condições de veracidade não dizem respeito somente a fatos como acidentes, em que o leitor de uma publicação tem nela acesso ao número de vítimas, dia e hora do acidente, número de carros envolvidos e quantidade de quilômetros de engarrafamento gerados etc. Em qualquer matéria jornalística encontraremos marcas relacionadas ao efeito de verdade.

Retomando a matéria “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (CA, junho de 2009 – Anexo 1, p. 3 da Parte 2), além de especificar e quantificar as rotas do tráfico de mulheres do Brasil para o exterior, ela reproduz números que apontam para o tamanho do problema do tráfico mundial de pessoas:

(...) segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (...) o lucro anual produzido pelo tráfico de pessoas gira em torno de US \$ 32 bilhões (...). Cerca de metade disso, US \$ 15,5 bilhões, vai para os países desenvolvidos. O restante é distribuído para a Ásia (9,7 bi), países do Leste Europeu, (3,4 bi), Oriente Médio (1,5 bi), América Latina (1,3 bi), e África Subsaariana (US\$ 159 milhões). Ainda pela estimativa da OIT, são 2,4 milhões de seres humanos traficados no mundo. Desses, 43% são para a exploração sexual e 32% são de exploração econômica, além dos 25% de vítimas escravizadas para os dois fins. (CA, nº 147, p.7-8)

São dados qualificados e quantificados, nos quais o leitor tende a acreditar não só por julgar a publicação digna de confiança, mas por dar crédito também à fonte consultada (OIT, no caso).

O comentário, por outro lado, pode quebrar esse efeito, surgindo como um rompante de subjetividade e de posicionamento do enunciador no meio de um discurso que se pretenda objetivo. Charaudeau, no entanto, afirma que esse aspecto da enunciação jornalística também está em oscilação permanente, num lugar de tensão entre o fazer sentir e o fazer saber.

En fait, le commentaire journalistique, pris dans la double contrainte de crédibilité/captation du contrat de communication médiatique, tire sa légitimité d'une oscillation permanente entre d'un côté un discours d'engagement moral, de l'autre un discours de mise à distance (...). (idem, p. 153)

Engajamento e distanciamento: o comentário tem que transitar entre esses pares antagônicos para não exagerar nem por excesso, nem por omissão.

Como já afirmamos, o mensário é uma publicação em que há mais espaço para os

comentários do que o jornal diário. De uma maneira geral, há mais tempo para aprofundar os assuntos, já que o processo de produção é menos veloz do que em diários, por exemplo. Mas, mesmo assim, podemos perceber a constante tensão de que fala Charaudeau.

A matéria “Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (Anexo 3, p. 19 da Parte 2) discute o acordo entre o presidente Lula e algumas centrais sindicais para criar as novas regras que entrariam em vigor a partir de 2010. Entre outras questões, *CA* discute a “falácia”, segundo o mensário, de que a previdência seria deficitária, determinando a origem desta crença.

O senador José Sarney (PMDB-AP), à época [1988] presidente da República, afirmou em cadeia de rádio e televisão, pouco antes dos constituintes promulgarem a Carta Magna, que se o texto proposto fosse aprovado pelos parlamentares tornaria o país ingovernável. A tese advogada por Sarney era a de que os avanços sociais previstos na redação constitucional levariam o Brasil à insolvência.

O objetivo da elite, verbalizado e expresso na fala de Sarney, era justamente o de conter os avanços sociais previstos na redação do texto constitucional, mais especificamente no que tange ao capítulo que dispõe sobre a seguridade social.

A partir de então a voz conservadora não cessou os ataques às conquistas asseguradas, ao mesmo tempo em que defende a necessidade de se reformar a previdência social brasileira. O principal argumento utilizado para justificar a reforma é o de que a previdência é deficitária. O docente da Unicamp [economista Eduardo Fagnani] contesta essa versão. “Quando se fala que a previdência tem déficit, se mente à luz da Constituição. É uma atitude no mínimo leviana”, frisa. O senador [Paulo] Paim reforça os argumentos de Fagnani. “Nos últimos 10 anos a seguridade teve superávit de R\$ 400 bilhões. Só no último ano o superávit foi superior a R\$ 50 bilhões”, destaca o petista. (*CA*, nº 151, p. 21)

A fim de determinar a origem de um discurso (da elite), contrário a uma melhor remuneração de aposentados, *CA* retoma a afirmação de José Sarney de que a Constituição quebraria o Brasil com esse tipo de gastos. O mensário, portanto, parte de um fato, que pode ser verificado pelo leitor que assim o desejar, para fazer um comentário: a elite queria, desde aquela época, conter avanços sociais, principalmente da seguridade social, cujos benefícios

não lhe dizem respeito.

CA convoca, então, um especialista, professor da Unicamp, e o senador Eduardo Paim para contestarem a hipótese de prejuízo, sendo que o senador apresenta valores que comprovariam seu ponto de vista. Logo, *CA* faz um comentário, mas o embasa, retomando o discurso do qual discorda (Sarney) e trazendo especialistas que comprovem seu ponto de vista.

Para terminar a discussão sobre a tensão entre fazer crer e fazer saber, trazemos mais algumas ponderações de Tétu (1989), que afirma que a informação deve sempre dar a impressão de que reproduz ou imita a realidade. Faz isso através de processos como os de autenticação, sendo a redundância um deles, assim como procedimentos anafóricos.

(...) le journal en use d'une façon particulièrement manifeste parce que la redondance est inscrite dans la forme même du journal: la répétition du même, dans le titre, le chapeau, et l'article, sans compter pour certains journaux l'illustration et sa légende. A l'hypertrophie de la redondance s'ajoute celle des procédés anaphoriques. L'anaphore et la redondance se combinent fréquemment dans la qualification des personnages ('M. Doumeng, le milliardaire rouge...') ou dans les descriptions inaugurales des récits. (...) il s'agit bien là d'un effet de référence qui détermine la matière de la communication. (TÉTU, 1989, p. 156-157)

Como destaca o pesquisador, a própria organização formal do jornal é redundante, reafirmando constantemente a "autenticidade" daquele espaço, o seu "poder dizer". Expressões anafóricas, por outro lado, reforçam as referências em uma matéria jornalística, além de revelarem e corroborarem os pontos de vista em um discurso.

O trabalho do jornalista, segundo ele, não se limita nunca em fazer saber, mas em fazer crer naquilo que se diz, o que nos remete novamente à questão do convencimento (convencer o outro de que aquilo que se diz é verdadeiro).

L'information, à proprement parler, n'est que la communication d'un savoir (qui devrait n'apparaître que sous la forme d'un énoncé d'état) ; son résultat est seulement l'équilibrage des savoirs entre le destinataire et le destinataire. La persuasion, en revanche, ajoute, à l'information un projet sur le savoir de l'autre, qui aboutit à un équilibrage entre le 'faire croire' du destinataire et le 'croire' du destinataire. L'information suppose du destinataire qu'il établisse une relation de véridiction d'un énoncé d'état, c'est-à-dire, qu'il passe d'une manifestation ('Mitterrand paraît en bonne santé') à une immanence ('Mitterrand est en bonne santé'). La possibilité de ce passage présuppose une relation entre /paraître ceci/ et /être ceci/ que Greimas appelle la 'relation fiduciaire'.

Or le travail du journaliste vise à faire adhérer le lecteur à cette relation, à le faire 'croire'. Le 'croire' intervient lorsque le sujet de l'interprétation prend en charge cette 'relation fiduciaire'. (idem, p.176)

Tétu afirma que o leitor tem que estar em relação fiduciária, de confiança, com o jornal, passando de um estado de possibilidade de o acontecimento ter existido a um estágio de convicção de que ele aconteceu. Para isso, o jornalista utiliza um conjunto de meios que empurrem o leitor a assumir esse caráter de convicção. Entre eles, estão, por exemplo, o uso de números e dados precisos (seleção lexical) ou a convocação de testemunhas (seleção de personagens) que comprovem o ocorrido, estratégias de convencimento das quais tratamos na seção 2.4.

3.3 O mensário

A seguir, tratamos de mais alguns aspectos da enunciação jornalística, pensando, agora, em características do mensário e nas particularidades que elas conferem ao discurso jornalístico dessas publicações. Trataremos mais precisamente de sua organização formal (fruto dessa enunciação específica), o que inclui aspectos como a construção de títulos e o uso de imagens, entre outros.

O mensário se distingue de outros veículos de comunicação jornalística por algumas características. A primeira é sua periodicidade mensal, que permite ser ele trabalhado de forma meticulosa. Afinal, os produtores da notícia têm, entre uma edição e outra, pelo menos

um mês para pensar em temas e desenvolvê-los em forma de matérias jornalísticas.

É claro que acontecimentos inesperados podem abalar essa rotina. Um acidente com trabalhadores em uma mina é um acontecimento diferente de uma votação sobre uma emenda a uma lei trabalhista, por exemplo. No primeiro caso, não há como prever o fato, enquanto o segundo faz parte de uma agenda do governo. Assim, muitas vezes, como no jornalismo diário, o tempo (ou a falta dele) imprime o ritmo de produção e cobra rapidez na apuração. No entanto, *a priori*, quem faz um mensário conta com prazos mais elásticos do que outros produtores de notícia.

Os prazos maiores trazem uma série de consequências linguísticas ao produto mensário. A primeira e mais perceptível são os textos mais longos. A extensão, por sua vez, é fruto de um número maior de personagens, além de um aprofundamento das causas e explicações de determinados fatos, entre outros aspectos. “Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (*CA*, nº 151, out. de 2009 – Anexo 3, p. 19 da Parte 2), que citamos há pouco, não ouve apenas os que participaram do acordo sobre as regras da aposentadoria (CUT, Força Sindical, CGTB, UGT e o governo federal). Diversas outras fontes são consultadas e figuram no texto como personagens, como a Copab (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), o senador Paulo Paim (PT-RS) e o professor da Unicamp Eduardo Fagnani. *CA* reconstrói, ainda, a história da seguridade social desde que foi regulamentada, na Constituição de 1988, embasando assim sua hipótese de que a previdência não daria prejuízos ao governo, ao contrário do que ele costuma afirmar.

3.3.1 A organização formal do texto: *mise en page* e titulação

Uma segunda característica do mensário, decorrente de sua periodicidade, é a preocupação com sua organização formal específica. Nesta seção destacamos dois aspectos dessa organização: a *mise en page* de uma matéria jornalística, incluindo o uso de ilustrações e outras imagens, e o uso de tempos verbais, principalmente em títulos. Começaremos pela *mise en page*, aspecto mais abrangente, para depois tratar dos títulos, o espaço de maior destaque da matéria jornalística.

A diagramação ou a formatação de um veículo midiático, a maneira como matérias e imagens são dispostas em suas páginas, diz muito sobre a imagem que ele quer passar ao seu público. Em mensários, assim como em revistas, ela é mais elaborada e sofisticada do que em jornais diários. Mais uma vez, é preciso ressaltar que o tempo permite essa melhor preparação. Por outro lado, veículos de periodicidade mais espaçada tendem a ser guardados por mais tempo. Além de as matérias serem mais longas, exigindo uma leitura mais demorada, a edição seguinte só é impressa um mês depois, o que torna mais provável que a publicação seja guardada por um período maior.

O uso de papel de melhor qualidade em mensários reforça implicitamente a ideia de que eles devem ser mais duráveis do que diários (impressos em papel jornal, mais frágil e barato). O mesmo acontece com revistas semanais, impressas em papel de melhor qualidade para serem lidas por um período maior e (provavelmente) por mais pessoas.

Tétu (1989) ressalta a importância da diagramação:

La mise en page a progressivement donné à chaque journal son identité propre au point qu'aucun organe de presse actuellement n'ose lui apporter de modification sensible sans s'expliquer auprès de ses lecteurs (...). (TÉTU, 1989, p.56)

O pesquisador se refere à imprensa da atualidade porque até o fim do séc. XIX, como ele mesmo afirma, a composição das páginas dos jornais diários se dava em duas ou três colunas verticais, repletas de texto. O uso de ilustrações era restrito, até mesmo por motivos técnicos. O grande passo para a mudança aconteceu no fim do século XIX com o emprego de títulos ocupando toda a página (*titres-bandeaux*), em sua dimensão horizontal.

Pudemos comprovar um pouco dessa evolução no que concerne à imprensa brasileira em nossa dissertação (SOARES, 2008). Nela, identificamos mudanças significativas em um jornal de referência de grande tiragem, comparando exemplares de 1955-1956 com jornais 2005-2006. Na década de 50, a diagramação privilegiava o texto em detrimento das imagens, como pudemos ver no jornal *Estado de Minas*.

Para citar um breve exemplo, a primeira página do jornal trazia, em 1956, uma série de pequenas notas jornalísticas que, segundo a linha editorial do jornal, mereciam destaque. No entanto, quase nenhuma delas era desenvolvida no interior do jornal. Com a análise de diversas edições, pudemos perceber que esta era a função da primeira página à época: trazer os destaques do dia para o leitor, de forma reduzida, já em seu primeiro contato com o jornal.

Nos dias de hoje, sabemos que um jornal de referência faz de sua primeira página, com raras exceções, uma espécie de índice da edição. Neste espaço, são criadas chamadas para matérias que virão no interior do jornal, aquelas julgadas mais importantes.



(Estado de Minas, 03/06/1956, p.1)



(Estado de Minas, 16/01/2005, p.1)

A evolução que pode ser percebida com o passar do tempo foi fruto, principalmente, do aumento da concorrência e do avanço da tecnologia, que passou a permitir composições mais sofisticadas. Além de tornar uma publicação harmoniosa e agradável aos olhos do público, a *mise en page* tem por objetivo distribuir e organizar a informação nas páginas de uma publicação.

Segundo Tétu (1989, p. 55-75), a divisão do texto em colunas, os fios, o uso de negrito, o tipo de caractere, a posição das ilustrações na página, as cores são o que permite aproximar ou distanciar as “unidades informacionais” em um veículo de informação. E essa organização, ainda de acordo com o pesquisador, rompe a lógica temporal – e a espacial, acrescentamos – do discurso, sua linearidade, para criar um novo discurso, com suas próprias regras e formas de organização.

Examinemos agora as primeiras páginas de duas edições de *CA* e *LMDB*, a fim de pensar em como os dois mensários organizam esse espaço. Podemos perceber (abaixo) que as

publicações possuem características em comum.



(CA, nº 148, julho de 2009)



(LMDB, nº 28, novembro de 2009)

Ambas trazem uma grande imagem que ocupa boa parte do espaço. Em *CA*, na maior parte das vezes, trata-se da foto do entrevistado da edição. Normalmente, a imagem demonstra que esse personagem tem algo a falar, com lábios entreabertos ou sem olhar diretamente para a câmera, o que tende a desconstruir a ideia de fotografia posada. É o que vemos na foto acima, de Marina Silva. A foto ilustra a entrevista com a então candidata à presidência da república (eleições de 2010), que trabalhou como seringueira e empregada doméstica na infância e na adolescência e que foi senadora por 16 anos e Ministra do Meio Ambiente no governo Lula.

A entrevista com Marina Silva (“Agronegócio quer acabar com a Amazônia”) é a principal da edição, mas ganha destaque, também, “Dívida pública – a farra dos especuladores”, o que podemos afirmar pelo uso de uma fonte maior e de cor diferente, que destaca a reportagem de outras (escritas ou em fonte menor ou em branco, cor mais neutra). A primeira página de *CA* traz, ainda, uma série de outras informações, como o nome de todos os autores da edição (na barra inferior), assim como outras chamadas, dispersas pela primeira página.

Em *LMDB* a fotografia ou ilustração também está relacionada à principal chamada da edição. Acima, temos a ilustração de uma família pobre brasileira (assunto de que voltaremos a tratar à frente) fazendo referência à matéria “A herança de Lula – o projeto de consolidação das leis sociais”. A segunda matéria de maior destaque é “A infância ainda em risco”, que vem em um box de fundo vermelho. O título da publicação, *Le Monde Diplomatique Brasil*, vem separado por dois fios, assim como o slogan “Um novo olhar sobre o mundo, um novo olhar sobre o Brasil”. A escolha faz com que essas informações apareçam em destaque, separadas das demais, diferentemente do que acontece em *CA*, que traz uma chamada logo acima de seu título: “Funk carioca – o perseguido”.

À *mise en page* cabe, ainda, hierarquizar as notícias, conferindo a elas mais ou menos importância de acordo com sua localização na página.

(...) tout, dans la page, est mis en valeur ou tend à l'être, par la seule opposition des unités rédactionnelles entre elles. La mise en page ne consiste pas seulement à 'faire tenir' une matière rédactionnelle généralement excédentaire, elle consiste d'abord à produire des différences dont le seul jeu produit l'effet de mise en valeur. (TÉTU, 1989, p.67)

Tudo na página, cada aspecto de sua composição, tem a função, portanto, de organizar hierarquicamente as diversas matérias jornalísticas ali distribuídas. Isso, claro, de acordo com

as estratégias do próprio veículo, dos efeitos que ele quer causar em seu público e de seu posicionamento ideológico.

Tétu atribui dois efeitos principais e distintos à diagramação: fazer daquele espaço uma representação analógica do mundo ou uma forma de dominá-lo (“maîtriser”).

De façon générale, la dispersion des surfaces, l’absence de symétrie ou de toute autre ordre apparent (c’est une des caractéristiques des journaux populaires) a tendance à être perçu comme le signe que le journal se contente d’enregistrer l’événement. (...) Il donne le sentiment de suivre la pression des événements et de les livrer avec une apparence qui est analogique de l’importance du réel : la page sera ainsi une figure diagrammatique du réel. (...).

L’autre forme limite est évidemment la symétrie, très recherchée au début de ce siècle [XX], ou, plus simplement, l’équilibre visible qu’on constat dans la presse d’élite. Cet équilibre comporte un sens supplémentaire et fondateur, c’est la maîtrise du réel que livre le journal. Bien entendu, cette mise en page joue aussi sur les rapports d’importance respective des événements, mais elle s’affiche d’abord, et surtout, comme maîtrise. C’est là sans doute la forme la plus subtile de l’effet d’objectivité, celle qui se voit avant d’être lue. (idem, p. 69-70)

A primeira forma de diagramação, segundo Tétu, consiste em “derramar” os acontecimentos nas páginas de uma publicação. Ao se mostrarem como assimétricos e desordenados, jornais populares, mencionados pelo pesquisador, tendem a deixar implícito para seu público que não teria havido uma elaboração cuidadosa ou uma grande intervenção naquele espaço. Fazem, assim, vezes de registro: as notícias estão “jogadas” ali, da forma e na ordem em que aconteceram.

Uma diagramação mais cuidadosa, por outro lado, como vemos em jornais de referência (e nos mensários, sem dúvida) cria uma escala de importância entre os diversos acontecimentos (hierarquização). Tende, ainda, a deixar implícito que houve um domínio prévio do acontecimento antes de sua transformação em notícia. Segundo Tétu, esse tipo de organização formal é uma das maneiras mais sutis de se produzir um efeito implícito de

objetividade.

Voltando às primeiras páginas de *CA* e *LMDB* que trouxemos acima (de julho e novembro de 2009, respectivamente), podemos observar que os dois mensários selecionam e hierarquizam as chamadas para suas matérias mais importantes de maneira bastante distinta. O número de matérias com chamadas na primeira página é uma dessas diferenças significativas: *CA* traz, geralmente, quatro chamadas (número que pode chegar a seis), enquanto *LMDB* traz sempre oito.

O número poderia levar o leitor pouco familiarizado com as publicações a inferir o implícito de que *LMDB* tem uma primeira página mais próxima ao que Tétu chama de representação analógica do mundo, com diversas chamadas “jogadas” no espaço. No entanto, parece acontecer o contrário.

As chamadas em *LMDB* têm espaço fixo, sendo que seis delas ocupam espaço restrito, três numa estreita faixa no alto da página e a outra metade num espaço também pequeno no pé da página. Há sempre espaços em branco entre as chamadas, o que contribui para a “limpeza” e organização da página.

Já em *CA*, não há uma formatação fixa. As chamadas mudam de lugar, assim como as fontes. A primeira página da edição conta ainda com grifos e fontes negritadas, o que contribui para a sensação de desorganização (em relação a *LMDB*). A foto ainda ocupa todo o fundo da página, o que corrobora nossa afirmação anterior. Em *CA*, portanto, apesar de o número de chamadas ser menor, há implícito um efeito de “derramamento” de notícias/matérias que não acontece em *LMDB*.

a) Editorias

Tétu (1989, pág. 55-75) destaca, ainda, outras categorias responsáveis pela *mise en forme* ou formatação do espaço de uma publicação: as editorias e os títulos estão entre elas. Começando pelas editorias (termo que designa a categoria no discurso jornalístico brasileiro), o pesquisador localiza seu surgimento entre o fim do séc. XIX e o início do séc. XX. Até então, as notícias eram organizadas cronologicamente, geralmente em quatro páginas de um jornal, formato padrão e tecnicamente possível para a época.

La ‘mise en rubrique’ constitue les ‘références’ selon lesquelles les contenus peuvent se distribuer; ces références n’existent que dans la mesure où le journal lui-même les institue, les constitue comme références. (...). On est ainsi passé de la ‘correspondance’, qui fut la première forme des journaux, à une structuration thématique (étranger, intérieur, société, ...), ou événementielle (la guerre du golfe, telle prise d’otage, les élections présidentielles, etc.). (TÉTU, 1989, p.64-65)

As editorias são, portanto, um dos principais elementos responsáveis por organizar a relação do conteúdo e da organização formal de uma edição com a realidade, com o mundo. Mas elas só existem na medida em que o jornal as institui, em uma classificação que lhe é própria. Por isso não são necessariamente fixas, podendo desaparecer de uma edição para outra (ou serem criadas sem anúncio prévio).

As editorias em *CA* e em *LMDB* são um pouco diferentes do que costumamos encontrar em diários (Política, Economia, Saúde, etc). Em *CA*, as editorias podem ser encontradas já na primeira página, acima dos títulos das chamadas. São palavras ou expressões que se referem ao assunto que será tratado nas matérias que têm chamada na primeira página. Um exemplo, relacionado a nosso cópuz é a palavra “Impostos” (nº 150 – Anexo 19, p. 70 da Parte 2). Escrita em fonte diferente (em maiúsculas e de cor amarela, contrastando com o branco das chamadas), ela antecipa a temática da matéria “No Brasil

quem paga impostos são os pobres”. Na primeira página, o título é “Pobres pagam mais que ricos”.

Internamente, no sumário da edição da *CA*, os espaços que recebem essas etiquetas são bastante restritos. São eles “Caros Leitores”, dedicado a e-mails e cartas de leitores; “Entrevista”; “Ensaio” [fotográfico]; e algumas colunas que têm nome fixo, como “Amigos de papel”, de Joel Rufino dos Santos. Assim, se na primeira página há diversas palavras ou expressões que indiquem qual assunto será tratado por aquela matéria (algumas indicando a localização, como “Honduras”, “Chile” e “Rio de Janeiro”, na edição de outubro), no índice esse tipo de caracterização é mais restrita, limitando-se às colunas ou seções que têm nomes fixos.

Em *LMDB*, todas as chamadas de primeira página trazem uma palavra ou expressão, logo acima do título da chamada, que indique a temática de que essas matérias jornalísticas irão tratar. Por isso, encontramos na primeira página do mensário editoriais que irão remeter às matérias que tratem da temática do trabalho (selecionadas em nosso córpus). Essas editoriais são: “Reformas de base” (na edição de janeiro, editoria da matéria “Uma outra matriz produtiva” – Anexo 6); “Formas de exploração” e “Zâmbia” (na edição de maio, editoriais, respectivamente, de “Perversos contratos de trabalho” – Anexo 7; e “Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” – Anexo 8); “Trabalho na China” (junho – “Do trabalho precário ao desemprego” – Anexo 9); e “Pós-neoliberalismo” (“O fim do pleno emprego nas maquiladoras” – Anexo 10, edição de novembro).

Abaixo, destacamos na primeira página da edição de maio dois dos exemplos de que acabamos de mostrar para exemplificar o que estamos afirmando.



Tópicos como os trazidos na ilustração acima aparecem acima dos títulos, indicando o assunto mais geral a que eles se referem. Muitas vezes, eles já mostram que se trata da temática do trabalho (“Formas de exploração” e “Trabalho na China”). Em outras, tratam da temática de forma ainda mais geral (“Reformas de base”, “Pós-neoliberalismo”) ou, ainda, da localização espacial (“Zâmbia”).

No sumário da edição, encontramos outras editoriais semelhantes. Na grande maioria das vezes, no entanto, elas são nomeadas de forma distinta da primeira página. “Reformas de base”, internamente, torna-se “Perspectivas para 2009”; “Formas de exploração”, “Trabalho escravo”; “Zâmbia”, “Efeitos do neoliberalismo”; “Trabalho na China”, “A crise na China”. A única editoria mantida é “Pós-neoliberalismo”, que faz referência à crise nas montadoras na fronteira do México.

Mesmo que *CA* também traga editoriais, podemos perceber, assim, que o mensário rotula menos os seus espaços do que *LMDB*. Em *CA*, as editoriais servem, assim como *LMDB*, para destacar assuntos na primeira página. Internamente, no entanto, indicam espaços fixos destinados, por exemplo, a manifestações do leitor. Já em *LMDB* as “etiquetas” são mais usuais e aparecem antes de todas as chamadas, tanto na primeira página quanto no sumário.

b) Os títulos e a temporalidade

Ao apresentar uma notícia, o que faz através de seu título, é como se uma publicação implicitamente reafirmasse seu contrato com o leitor, oferecendo algo que ela, enquanto parte integrante da mídia, decide destacar para lhe apresentar. Mouillaud (1989) reforça a importância da “região chave”, “qui est l’articulé et l’articulant du journal, l’expression de sa structure” (MOUILLAUD, 1989, p. 115).

Os títulos possibilitam ao leitor entrar no jornal. Fazem, pois, a ligação entre o exterior (mundo) e as páginas de uma edição, nomeando aquele espaço em relação às temáticas que propõe.

Em *LMDB*, quase todos os títulos das matérias selecionadas para nosso corpus, tanto os que aparecem na primeira página quanto os títulos dados internamente, são nominais, sem verbos. Nas primeiras páginas, por exemplo, temos: “Propostas para um novo Brasil” (janeiro – Anexo 23); “Novo trabalho escravo” (maio – Anexo 27); “A tragédia dos mineiros” (maio – Anexo 27); e “Da precariedade ao desemprego” (junho – Anexo 28). Os títulos assumem quase um papel de editoria: de uma forma geral, comunicam ao leitor o assunto que será tratado na matéria. Internamente, percebemos a mesma composição: “Uma outra matriz produtiva” (janeiro – Anexo 6); “Perversos contratos de trabalho” (maio – Anexo 7); “Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (maio – Anexo 8); “Do trabalho precário ao

desemprego” (junho – Anexo 9); “O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (novembro – Anexo 10).

É o que também acontece em “Tráfico de mulheres made in Brazil” (junho – Anexo 16) e “Os mortos-vivos da Cutrale” (novembro – Anexo 21), títulos retirados das primeiras páginas de duas edições de *CA*. Internamente, as mesmas chamadas ganham títulos semelhantes: “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (Anexo 1) e “1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (Anexo 4). São títulos nominais, sem verbos, cuja função parece ser ressaltar a temática da matéria jornalística. Essa forma de titulação, no entanto, parece ser exceção em *CA*.

Diferentemente de *LMDB*, *CA* usa, na maior parte das vezes, títulos com verbos no presente. São exemplos de nosso córpus, retirados das chamadas primeiras páginas do mensário, “Impostos – pobres pagam mais que os ricos” (setembro – Anexo 19); “O que muda na aposentadoria” (outubro – Anexo 20); “Guerra do lixo massacra os catadores” (dezembro – Anexo 22). Internamente, temos: “No Brasil quem paga impostos são os pobres” (Anexo 2); “Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (Anexo 3); e “Guerra do lixo massacra os catadores” (Anexo 5) (grifos nossos).

Os verbos no presente parecem reforçar não só a ligação com a edição, mas também com nossa realidade política e social atual. A escolha dessa forma parece querer dizer que na sociedade de hoje [2009], pobres pagam mais impostos; que o governo atual [Lula] manteve as perdas para os aposentados; e que os catadores (profissão que não existia há algum tempo) sofrem com a falta de vontade política da prefeitura de São Paulo [de Gilberto Kassab].

Em *LMDB*, a única ocorrência (de nosso córpus) é “A indústria desemprega” (Anexo 33), que, assim como os exemplos de *CA*, estabelece uma relação com o momento da leitura e com o momento pelo qual passavam as maquiladoras mexicanas. Se antes a indústria

montadora na fronteira oferecia milhares de postos, hoje [2009] há filas de desempregados na porta daquelas empresas.

c) Distanciamento e aproximação do acontecimento

Não é só a preocupação com a forma que aproxima revistas semanais e mensários. Segundo Charon (1999) o ritmo mais lento de produção desses veículos jornalísticos (semanal, mensário, bimestral) permite olhar os fatos com maior distância, como já afirmamos anteriormente.

Le rythme du magazine, hebdomadaire, mensuel, bimestriel... est plus lent que celui des autres médias. Il permet de prendre du recul. Il oblige surtout la très grande majorité des titres à 'décrocher' de l'actualité. Concevoir, planifier et réaliser un contenu sans ce guide qu'est le fil des événements oblige, à s'en remettre à la créativité, à la capacité d'anticipation, à la sensibilité aux tendances, à l'air du temps', et, de l'autre, à tourner le miroir vers le public lui-même, ses goûts, les questions qui l'animent, ses passions et ses hantises, ses caractéristiques, d'où la place prise par le marketing dans cette forme de presse. (CHARON, 1999, p.4)

Recuar, desgarrar-se da atualidade, conceber matérias fora do fio dos acontecimentos, antecipar tendências e se adaptar a seu público: mensários devem se organizar, pois precisam ser produzidos diferentemente dos diários. Se nestes são os acontecimentos cotidianos que ditam a pauta do dia, nos outros é preciso ir além para não ficar datado.

Um exemplo de nosso corpus: “Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (CA, nº 151, outubro de 2009 – Anexo 3, p. 19 da Parte 2) discute o acordo firmado pelo governo com centrais sindicais que mudariam regras da aposentadoria a partir de 2010. A matéria jornalística parte desse fato (o acordo), que havia acontecido no fim de agosto (já dois meses distante da edição, portanto). Contudo, propõe uma discussão mais ampla sobre o tema da seguridade, traçando um panorama desde a Constituição de 1988.

A matéria aponta os motivos pelos quais a elite seria contra a previdência e escuta especialistas que não só a defendem, como apontam as causas de seu déficit (entre elas o encolhimento do emprego formal e a sonegação de empresas e prefeituras). Ouve, ainda, dois aposentados que vivem em seu dia a dia as consequências da falta de reajustes em seus vencimentos. Não se limita, portanto, a descrever o acordo e explicar o que mudaria a partir dele. Distancia-se desse acontecimento para tratar da seguridade social de forma mais ampla, explicando o porquê (histórico) do descaso da elite e do governo com os aposentados.

Assim, por mais que as edições de nosso *cópus* mantenham um vínculo forte com a atualidade, já que são publicações que abordam temas sociopolíticos, o acontecimento pode ser apenas um ponto de partida. A matéria não se resumirá a seus aspectos mais básicos (os ‘5W+1H’ em inglês: who, when, what, where, why, how – quem, quando, o quê, onde, por quê e como), mas buscará explicações e desdobramentos do fato.

O que costuma predominar nessas publicações, ainda segundo Charon, são matérias sobre assuntos de interesse (de seu) público. É comum encontrarmos nos mensários de nosso *cópus* textos sobre política externa, cultura, meio ambiente, energias alternativas etc., sem um vínculo direto com a atualidade. São abordagens mais amplas, que buscam levar uma maior quantidade/complexidade de informação sobre determinado tema ao seu enunciatário.

“Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, nº 147, junho de 2009 – Anexo 1, p. 3 da Parte 2) e “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 7, p. 39 da Parte 2), que trouxemos anteriormente em várias exemplificações, denunciam formas de exploração de que brasileiras e brasileiros são vítimas. As duas matérias tratam da temática de forma mais aprofundada que a imprensa diária. Buscam tanto motivos que permitem tais relações de exploração existirem quanto formas mais eficazes para inibi-las.

Apesar de a temática ser atual e de interesse público, as duas publicações não fazem,

nessas matérias, referência a um acontecimento recente específico. Não há uma nova lei em votação contra o tráfico de mulheres ou a descoberta de novos cativeiros. *CA* e *LMDB* propõem, portanto, uma discussão acerca de um assunto atual e que diz respeito à ética cidadã (EMEDIATO, 2008, p. 82), mas não tratam de nenhum fato pontual (não trazem novidades), e sim da denúncia de uma situação que vem acontecendo no Brasil.

3.3.2 Análise de imagens

Após levantarmos algumas questões sobre a organização formal (ou *mise en page*) em *CA* e *LMDB*, tratemos agora, mais especificamente, da análise de fotografias e ilustrações, que ganham destaque no discurso jornalístico a partir do século XIX. Um primeiro aspecto relevante das fotografias é que, ao lado dos personagens, são elas as responsáveis por “mostrar” ao leitor o que aconteceu, por lhe dar a prova concreta do que ali é dito. No discurso jornalístico, a fotografia tem, portanto, uma importante função de índice, de conexão com o real, como afirma Barthes:

(...) la photographie installe en effet, non pas une conscience de l'*être-là* de la chose (que toute copie pourrait provoquer), mais une conscience de l'*avoir-été-là*. Il s'agit donc d'une catégorie nouvelle de l'espace-temps: locale immédiate et temporelle antérieure ; dans la photographie il se produit une conjonction illogique entre l'*ici* et l'*autrefois*. (BARTHES, 1964, p. 47)

Ao diferenciar o ‘estar lá’ (“l’être-là”) do ‘ter estado lá’ (“l’avoir-été-là”), o pesquisador ressalta que uma fotografia tem o poder de registrar um acontecido, de criar um efeito de que algo se passou em um determinado lugar e num certo tempo anteriores a ela.

É o que também afirmam Boyer e Lochard (1998). Reforçando a dimensão indicial de uma foto, eles particularizam a função para o jornalismo e afirmam que, desde o fim do século XIX, a fotografia é usada pela imprensa com o intuito de conferir efeito de

autenticidade às notícias. Comparando-as às ilustrações, até então usadas nas páginas da imprensa escrita, fotografias ganham em credibilidade, segundo os pesquisadores, porque nelas a mediação do profissional é bem menos notada do que em desenhos, esses incontestavelmente fruto de uma produção humana¹⁹.

(...) son [de la photographie] statut d' 'empreinte' du réel lui confère un pouvoir d'authentification dont sont privées les illustrations (y compris les plus ressemblantes), qui présupposent une médiation humaine. Le gain de crédibilité (...) explique que la photographie occupe aujourd'hui une fonction stratégique dans la grande majorité des journaux. (BOYER, LOCHARD, 1998, p. 52)

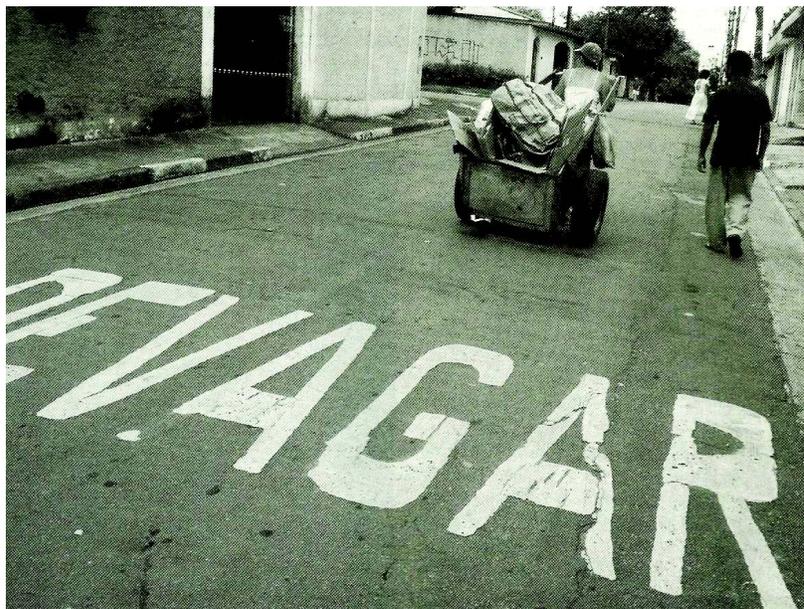
CA e *LMDB*, apesar de selecionarem seus personagens de maneira distinta, trazem, em algumas edições, fotos desses personagens. Com isso, não apenas contam a história dessas pessoas, mas mostram-nas aos leitores. É como se eles (leitores) fossem de fato apresentados aos personagens, que têm uma trajetória e também um rosto.

“Guerra do lixo massacra os catadores” (*CA*, nº 153, dez. de 2009 – Anexo 5, p. 28 da Parte 2) é uma das matérias jornalísticas de *CA* que apresenta alguns de seus personagens. A catadora Vilma aparece em duas fotos ao longo do texto, uma na abertura da matéria (que serve de fundo para o título) e outra mais ao fim, com a legenda “A catadora Vilma Lopes Conceição caminha pelas ruas do Grajaú, na zona sul, a procura de material reciclável”. Vilma tem sobrenome e rosto na reportagem de *CA*, é uma catadora, mas também uma cidadã e uma personagem real.

¹⁹ Como discutem esses e outros autores, há interferência humana na produção de uma foto, já que o resultado obtido decorre de diversas escolhas feitas pelo fotógrafo (enquadramento, foco, recorte etc). No entanto, se compararmos ilustrações e fotografias, as primeiras são inteiramente produzidas pelas mãos do homem (pelo menos até o século XIX), enquanto as fotografias o são com a ajuda de um aparato mecânico.



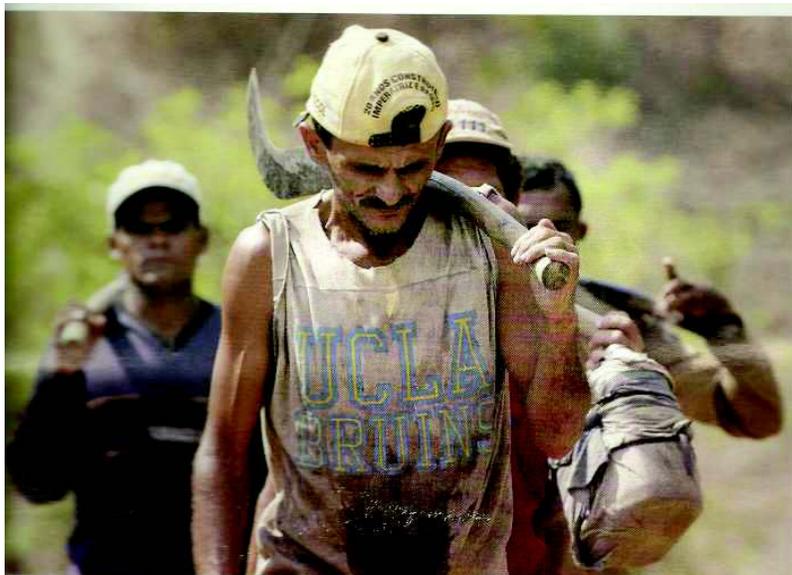
(CA, nº 153, dez. de 2009, p. 35)



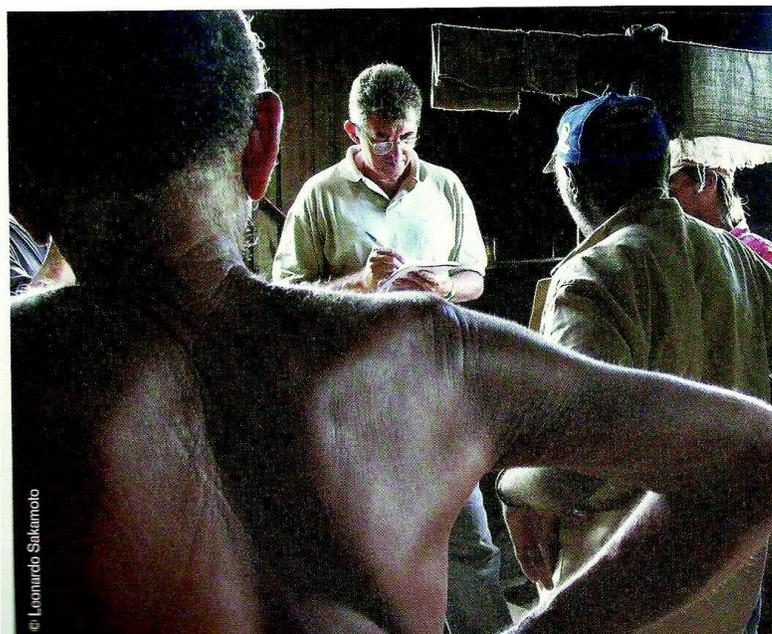
(idem)

Em “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 7, p. 39 da Parte 2), *LMDB* traz duas fotografias de trabalhadores que foram encontrados em situação análoga ao trabalho escravo. Apesar de não identificar esses trabalhadores, nem na legenda,

nem no texto, comprova, através das fotos, que eles de fato existem.



(LMDB, nº 22, p. 43)



© Leonardo Sakamoto

Trabalhadores são libertados na fazenda Cabaceiras, em Marabá, em 2004;
foi a primeira fazenda desapropriada por trabalho escravo no país

(idem)

À importância indicial das imagens fotográficas, que lhes confere o poder de autenticação citado por Boyer e Lochard, somam-se outros importantes efeitos, que atribuem à fotografia jornalística uma função estratégica na grande maioria dos jornais da atualidade. Como afirma Barthes, além de informar, as fotografias podem prender, chocar, significar e despertar o desejo²⁰.

No mensário, pelos motivos que expusemos acima, entre eles a ligação menos estreita com o factual, muitas vezes a imagem tem funções mais importantes que a indicial. Essas funções não estão, pois, necessariamente ligadas à credibilidade (testemunhar e ilustrar), mas à sedução (emocionar e fazer vender), como veremos a seguir.

a) A mitografia

Muitas vezes pobre em informação, a qual o texto se incumbirá de trazer, à fotografia cabe buscar o reconhecimento social ou cultural junto ao público. É o que afirma Lambert (1987): “En photographie de presse, informer c’est aussi répéter les mythes d’une société”. (LAMBERT, 1987, p. 16).

Para o pesquisador, as fotografias teriam muito mais a expressar do que a informação nos *media*. Serviriam para reforçar normas sociais, modelos de sociedade, modelos estéticos. Lambert propõe que a imagem fotojornalística seja lida não somente em sua dimensão “real”, mas como mitografia.

(...) lire une photographie de presse comme une mytographie, c’est découvrir en elle le système de valeur qu’elle vient reproduire pour le perpétuer. (...) L’information ne nous apprend plus rien, mais vient conforter l’ensemble des croyances auxquelles nous devons adhérer. (idem, p. 20)

²⁰ Nas palavras de Barthes (1980): “informer”, “peindre”, “le choc”, “signifier”, “faire envie” (págs. 52-58)

Segundo ele, os efeitos de real estariam no plano do significante, enquanto os efeitos simbólicos, no significado.

La spécificité de la mytographie de presse, c'est la relation d'arbitraire qu'elle fait entretenir entre les effets de réel (le signifiant) et les effets symboliques (les signifiées) du système connotatif. Ce faisant, elle nous fait tout de même croire à la prédominance du référent photographique tout en diffusant un message symbolique. (idem, p.171)

Assim, o enunciatório acredita estar diante de uma mensagem em que predomina o referente, sem se dar conta de que há por trás uma mensagem simbólica. Um exemplo: em sua edição de novembro, *LMDB* (Anexo 33, p. 84 da Parte 2) traz como matéria principal “A herança de Lula”. Acompanha a chamada uma ilustração: um homem, uma mulher com um neném no colo e uma criança, posicionada entre eles, estão enrolados, como em um cobertor, em uma propaganda (outdoor) do governo Lula (da campanha “Brasil, um país de todos”, amplamente difundida durante seu governo). Os personagens trazem expressões abatidas, usam roupas simples e chinelo de dedo (a criança está descalça). Metonimicamente, essas personagens representam as famílias carentes no Brasil, “abraçadas” por programas sociais do governo de Lula.

Apesar de ser uma ilustração, é um exemplo de mitografia, pois preenche as características do que culturalmente acreditamos ser uma família carente. Podem ser trabalhadores, que moram numa favela, desempregados ou trabalhadores rurais: o que importa é que eles preenchem nossas expectativas de que seria a representação de uma família carente. Reforçam, ainda, um modelo de injustiça que faz parte da memória discursiva de nossa sociedade, já que a ilustração perpetua a imagem da família pobre, malvestida e desamparada, que (confirma a matéria) espera no governo e em seus projetos sociais uma possibilidade de reverter essa situação.

Podemos relacionar a imagem, por fim, à obra “Os retirantes”, de Cândido Portinari.



(In: <http://www.wikipaintings.org/en/candido-portinari/os-retirantes-1944>; Acesso em 24/1/13)

Pintada em 1944, a tela traz uma família numerosa e paupérrima, num cenário que remete ao sertão brasileiro. A mulher, o homem, cinco crianças (uma delas um bebê) e um idoso representam, metonimicamente, a família nordestina brasileira migrando para fugir da seca, como o título do quadro explicita.

A família de *CA* poderia ser interpretada como a evolução da família de Portinari. Apesar de ainda vestirem roupas simples, não apresentam corpos tão magros ou fragilizados. Estão, ainda, calçados, mesmo que com sandálias de dedo, ao contrário da família descalça do quadro acima.

b) O uso de imagens no mensário

Cada veículo midiático desenvolve uma linguagem verbal própria, em função de sua periodicidade e público-alvo, entre outros aspectos. O mesmo acontece com a linguagem não verbal, como destaca Lambert (1993) ao falar do fotojornalismo: “Une magazine national, un quotidien régional, un journal d’entreprise n’ont pas les mêmes impératifs. D’un journal à l’autre, les critères de sélection diffèrent.” (LAMBERT, 1993, p. 19). Os critérios de produção/seleção de imagens são diferentes de uma publicação para outra, da mesma forma que acontece com as demais escolhas que o(s) enunciador(es) de um veículo midiático realiza(m) durante todo o seu processo de produção.

Assim, como já afirmamos em relação ao texto jornalístico em mensários, principalmente em função de sua periodicidade menos frequente, a imagem nessas publicações também recebe tratamento mais elaborado, com um apelo estético e cultural bastante perceptíveis. O uso frequente de ilustrações ou mesmo de fotografias de ilustração comprova essa preocupação estética.

Diferentemente da fotografia “comum”, a fotografia de ilustração se prende a um detalhe de uma temática para deixar implícito subentendido algum conceito junto ao leitor. A noção é relevante para o mensário se pensarmos que o foco das matérias não é o acontecimento, mas seus desdobramentos. A imagem, da mesma forma, não busca levar ao leitor o conhecimento de algo que ocorreu, mas aspectos ou nuances do que aconteceu. Por isso, em vez de comprovar ou testemunhar acontecimentos, as fotografias com frequência buscam ilustrar temas: liberdade, bem-estar, felicidade, solidão, etc.

Ainda mais elaboradas, as ilustrações, praticamente abolidas nos quotidianos (com a exceção de infogravuras e outros tipos de imagens mais explicativas) também são encontradas em mensários.

A ilustração que acompanha a abertura da matéria “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (CA, junho de 2009 – Anexo 1, p. 3 da Parte 2) pode nos ajudar a exemplificar isso.



(CA, nº 147, p. 10)

Na ilustração acima, podemos ver representada uma mulher de estética clássica, que poderíamos comparar a uma deusa como Vênus (ou Afrodite). A mulher de CA é semelhante à representação da deusa no conhecido quadro de Sandro Boticelli “O nascimento de Vênus”, do séc. XV.



(In: <http://ultrdownloads.com.br/papel-de-parede/O-Nascimento-de-Venus-Botticelli/>)

As duas estão na mesma posição e têm traços semelhantes. A diferença parece ser muito pequena e restringir-se aos cabelos. Mas ao contrário da deusa de Botticelli, cujo nascimento é celebrado pelos outros personagens representados no quadro, a deusa de CA (que aparece sozinha) traz uma tarja preta em seus olhos. Na imprensa, normalmente, esse tipo de censura acontece para proteger a identidade da vítima, menor de 18 anos. A Vênus de CA ainda traz uma corrente ao redor de seu corpo, indicando a privação de sua liberdade, e um código de barras, o que deixa subentendida sua comercialização.

Todos esses aspectos, que distorcem e atualizam a deusa original, clássica, remetem ao percurso semântico principal da matéria, o tráfico de mulheres. Fazem-no evocando certos temas através dos elementos representados na ilustração: a beleza e a feminilidade estão na figura mítica da deusa clássica; a exploração de menores está presente na tarja nos olhos; o código de barras traz o tema da mulher como produto; e a corrente, mais do que os outros elementos, representa o tema da falta de liberdade, central quando o assunto é a exploração do trabalho (sexual, nesse caso).

4 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE *CAROS AMIGOS* E *LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL*

A fim de alcançarmos nosso objetivo de entender o funcionamento dos discursos jornalísticos de *CA* e *LMDB*, com foco em como os personagens trabalhadores são por eles representados, faremos nossa análise de maneira comparativa. Dessa forma, estudaremos tanto *CA* quanto *LMDB* no que concerne a cada um dos seguintes tópicos: 1) *mise en page* (primeira página e páginas internas); 2) seleção temática; 3) principais percursos semânticos; 4) estratégias de convencimento; 5) oposições interdiscursivas; 6) aspectos relativos à relação entre credibilidade e captação.

Em complementaridade à primeira página dos veículos jornalísticos, analisaremos as seguintes matérias²¹:

<i>Caros Amigos</i>	
“Degradação e violência no tráfico de mulheres”	<i>CA</i> , nº 147, jun. de 2009 – Anexo 1, p. 3
“No Brasil quem paga impostos são os pobres”	<i>CA</i> , nº 150, set. de 2009 – Anexo 2, p. 11
“Governo mantém perdas para 38% dos aposentados”	<i>CA</i> , nº 151, out. de 2009 – Anexo 3, p. 19
“1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo”	<i>CA</i> , nº 152, nov. de 2009 – Anexo 4, p. 25
“Guerra do lixo massacra os catadores”	<i>CA</i> , nº 153, dez. de 2009 – Anexo 5, p. 28

²¹ A paginação das tabelas refere-se à segunda parte desta tese, conforme já apontamos anteriormente, que conta com nova numeração após as Referências Bibliográficas.

<i>Le Monde Diplomatique Brasil</i>	
“Uma outra matriz produtiva”	<i>LMDB</i> , nº 18, jan. de 2009 – Anexo 6, p. 36
“Perversos contratos de trabalho”	<i>LMDB</i> , nº 22, maio de 2009 – Anexo 7, p. 39
“Zâmbia: privatização, poluição e pobreza”;	<i>LMDB</i> , nº 22, maio de 2009 – Anexo 8, p. 44
“Do trabalho precário ao desemprego”	<i>LMDB</i> , nº 23, jun. de 2009 – Anexo 9, p. 49
“O fim do pleno emprego nas maquiladoras”	<i>LMDB</i> , nº 28, nov. de 2009 – Anexo 10, p. 56

4.1 Aspectos da enunciação jornalística

4.1.1 A *mise en page*

Apesar de *CA* e *LMDB* serem mensários sociopolíticos “alternativos”, podemos encontrar não só semelhanças, mas diferenças no que diz respeito a como esses veículos midiáticos constroem seus discursos. O primeiro aspecto que analisaremos neste capítulo é a *mise en page*, pensando principalmente na construção da primeira página e na hierarquização de matérias naquele espaço. Esses elementos revelam aspectos da enunciação jornalística nos dois mensários, pois apontam para como as publicações são elaboradas e construídas para que se apresentem ao público.

A primeira página, como já alegamos, é um espaço chave em qualquer publicação midiática. É nela que o público tem seu primeiro contato com a edição e com suas matérias principais, cujas chamadas estão lá registradas. A primeira página de uma publicação não é, portanto, apenas sua “embalagem”, mas o primeiro contato do leitor com as notícias (e com a edição).

Em *CA*, não há uma fórmula fixa para preencher o espaço: o número de chamadas para matérias varia, assim como a disposição de imagens e ilustrações. Logo, como é possível

observar na seção de Anexos (11 a 22, p. 62 a 85 da segunda parte desta tese), parece haver certa liberdade na ocupação da página.

No que concerne à disposição das chamadas, por exemplo, é possível perceber uma grande diferença entre as edições de 2009. A chamada principal não tem um lugar fixo: na maioria das vezes aparece na metade superior da página, mas pode vir também na parte inferior, o que acontece nas edições de março, abril, novembro e dezembro. Não há, pois, uma forma preestabelecida, nem da disposição das manchetes, nem do número de chamadas. Essa quantidade varia de quatro a oito em 2009, com uma ou duas chamadas principais por edição (o que podemos notar ou pelo uso de fotografias ou pelo uso de fontes maiores e em cores destacadas).

Em *LMDB*, por outro lado, a organização do espaço parece ser bem mais rígida (Anexos 23 a 34, p. 74 a 85 da Parte 2). Uma grande foto ou ilustração ocupa a parte central da página. A manchete que acompanha esta imagem vem nela sobreposta. Além desta chamada, há outras sete na primeira página de *LMDB*: uma logo abaixo da foto (destacada por uma tarja de cor diferente do fundo da página, sempre branco), três na barra superior e três na inferior. O número é fixo e, além da imagem principal, pequenas imagens acompanham as chamadas da parte superior, de maior destaque (quando comparadas às da barra inferior).

Em relação ao uso de imagens, em *CA*, o espaço é ocupado quase em sua totalidade por uma grande fotografia do entrevistado em plano médio (da cintura para cima), o que acontece nas primeiras páginas de junho a dezembro. Mas há edições bem diferentes. Em janeiro (Anexo 11, p. 62 da Parte 2), um homem segura um jornal local que trata da investigação do assassinato de seu filho (informação à qual temos acesso a partir da legenda que acompanha a foto). A edição traz, ainda, a reprodução da carteira de identidade do rapaz, o que parece ter duas funções: o retrato de criança e a letra infantil do documento tendem a

comover o leitor, pois fazem referência à pouca idade da vítima. Por outro lado, um documento (e não uma foto qualquer do menino) afirma implicitamente sua condição de cidadão – um cidadão, jovem, foi assassinado friamente, assunto ao mesmo tempo tocante e sério. O fundo preto e a feição consternada do pai completam o tom de luto da primeira página da edição.

Na edição de fevereiro (Anexo 12, p. 63 da Parte 2), também não é um entrevistado que ocupa a primeira página, mas uma mulher e uma criança em meio a destroços. A imagem reforça implicitamente uma figura ideológica de injustiça que está em nossa memória: mulheres e crianças são as grandes vítimas de uma guerra civil.

Em março (Anexo 13, p. 64 da Parte 2), a foto da entrevistada divide espaço com uma foto da favela paulista de Paraisópolis. A foto enquadra a favela, mas revela um prédio de luxo no plano de fundo. A legenda (“Favela de Paraisópolis, Morumbi, São Paulo”) reforça essa relação: a favela está em Morumbi, um dos bairros mais luxuosos da cidade. Desta vez, a desigualdade é que fica evidente, numa oposição intra e interdiscursiva clara entre ricos e pobres, luxo e más condições de vida.

A primeira página da edição de maio (Anexo 15, p. 66 da Parte 2) também traz duas grandes imagens, que ilustram duas matérias distintas. Na parte superior da primeira página, vemos a fotografia da entrevistada e a manchete. Na parte inferior (além de retratos “estilo 3x4” de outros dois entrevistados), *CA* traz uma ilustração desenhada, algo pouco usual para o espaço. Nela, encontramos uma releitura paródica da deusa grega Diké, filha de Zeus e Têmis, que representa a justiça.



(mythicdecor.com - Acesso em 30/11/12)



(CA, nº 146, p. 66)

Diferentemente da representação mais tradicional (acima, à esquerda), em que a deusa está com os olhos vendados, com uma balança em uma das mãos e uma espada na outra, a deusa de *CA* olha, com um de seus olhos livre da venda, para a balança que segura. Nela, cifrões, uma representação implícita de dinheiro ou riqueza, fazem a balança pender. É uma referência implícita à ideia de que a justiça no Brasil privilegia os ricos, interpretação reafirmada pela manchete: “Injustiça escancarada – O que fazer para punir ricos e poderosos.”.

Em abril (Anexo 14, p. 65 da Parte 2), outro tipo de imagem ocupa a primeira página de *CA*. A foto de uma manifestação (em frente ao prédio da *Folha de S. Paulo*, informação a que temos acesso na matéria no interior da edição) tem função indicial: mostra a manifestação ao leitor, prova para ele que houve um protesto. Assim, ao contrário das outras imagens que *CA* trouxe em sua primeira página, que, explícita ou implicitamente, reforçam uma ideia já na memória discursiva do leitor (ligadas, portanto, ao conceito de mitografia, de Lambert, de que tratamos na seção 3.3.2), aqui a imagem busca comprovar um fato.

Em *LMDB*, como afirmamos há pouco, uma grande foto ou ilustração ocupa toda a

parte central da primeira página do mensário. Em 2009, as ilustrações desenhadas prevalecem, num total de oito primeiras páginas. Percebemos, dessa forma, uma maior liberdade criativa para compor o espaço (contrapondo-se à rigidez da localização das chamadas), assim como uma maior preocupação com a padronização estética.

Na edição de fevereiro (Anexo 24, p. 75 da Parte 2), a ilustração de um grande trem verde e amarelo, semelhante aos modernos trens europeus, acompanha a matéria “Imperialismo brasileiro”²². Nos trilhos, as bandeiras de países da América do Sul revelam sobre quem se dá a dominação. O Brasil é a potência da América do Sul, numa relação de dominação de seus vizinhos. O trem moderno, que implicitamente representa tecnologia, velocidade e dinamismo (não é uma Maria Fumaça...) corre sobre trilhos formados com as bandeiras dos demais países sul-americanos, ilustrando, assim, o que seria essa relação de poder desigual.

Encontramos uma primeira página muito semelhante na edição de outubro (Anexo 32, p. 83 da Parte 2). As cores verde e amarela também predominam, desta vez em uma plataforma *offshore* de petróleo, referência implícita ao pré-sal. O desenho ilustra a matéria “O novo estado desenvolvimentista” e também remete ao posicionamento político do governo brasileiro, desta vez em relação à sua política interna de crescimento econômico²³.

Na edição de maio (Anexo 27, p. 78 da Parte 2), há novamente a predominância das cores da bandeira brasileira para ilustrar a matéria “Saídas para a crise”. A ilustração, no entanto, não remete a modernidade, tecnologia ou desenvolvimento. Trata-se de um labirinto

²² É importante ressaltar que *LMDB* trata do imperialismo brasileiro, mas silencia outros imperialismos, como o norte-americano e mesmo o francês. A França, país da publicação original *LMD*, possui ainda hoje uma colônia na América do Sul, a Guiana. A edição, portanto, denuncia o comportamento do governo brasileiro, mas silencia o de outros países. A estratégia silenciamento será retomada na seção 4.2.5, nos exemplos de nosso corpus.

²³ Nas edições de junho, outubro e novembro, *LMDB* traz em suas edições o “Encarte Ano da França no Brasil”. Os encartes abordam não só a programação cultural que aconteceria no Brasil em 2009 para festejar o acontecimento, mas a aproximação política e comercial dos dois países, reforçando a aproximação entre *LMDB* e *LMD*.

com diversos personagens representando implicitamente brasileiros: trabalhadores rurais (homem com enxada na mão), operários ou trabalhadores da construção civil (homens com capacetes), grandes empresários ou homens ricos (homem de cartola e charuto na mão, o estereótipo do homem poderoso do início do século XX), advogados e outros profissionais “de escritório” (homem de terno com pasta na mão), mulheres (uma grávida, uma negra), entre outros. São imagens estereotipadas (como a do homem rico), que permitem um rápido conhecimento por parte do leitor de quem são as pessoas ali representadas²⁴.

As edições de abril e novembro (Anexos 26 e 33, p. 77 e 84, respectivamente, da Parte 2) também trazem ilustrações, mas com um apelo diferente. Elas não remetem à nação ou ao governo - em seu aspecto político e econômico, mas para aspectos sociais, ligados ao povo.

Em abril, a referência não é especificamente ao povo brasileiro (“A força das ruas – O papel das mobilizações sociais para enfrentar a crise / A construção de novas propostas na América Latina”). Não há aqui, como na edição de maio, uma representação estereotipada de indivíduos: homens e mulheres, com uma cidade ao fundo, marcham juntos, olhando para frente (para o leitor). Ficam implícitas as temáticas da união e da solidariedade.

Já a edição de novembro (Anexo 33) traz, implicitamente, uma família brasileira de classe baixa. Os trajes que usam e suas expressões recobram essa representação estereotipada de brasileiros pobres, é uma imagem comum neste repertório (como os chinelos de dedo). Da mesma forma, o pano que os envolve e protege, uma propaganda dos projetos sociais do governo Lula, faz apelo à memória discursiva do leitor (que viu a propaganda, amplamente divulgada, em diversos meios e deve ser capaz de reconhecê-la). Novamente, há uma relação metonímica da ilustração com os brasileiros: esta família representa implicitamente as

²⁴ Leitores reais, diferentemente dos idealizados, farão leituras distintas da mesma imagem, sendo que muitos podem não reconhecer esses personagens que citamos. Mas o apelo ora para instrumentos de trabalho ora para imagens muito repetidas em nossa cultura ocidental (como o charuto simbolizando riqueza) busca aumentar as chances de esse reconhecimento, de fato, acontecer.

famílias carentes, que veem nos projetos sociais uma chance de melhorar de vida.

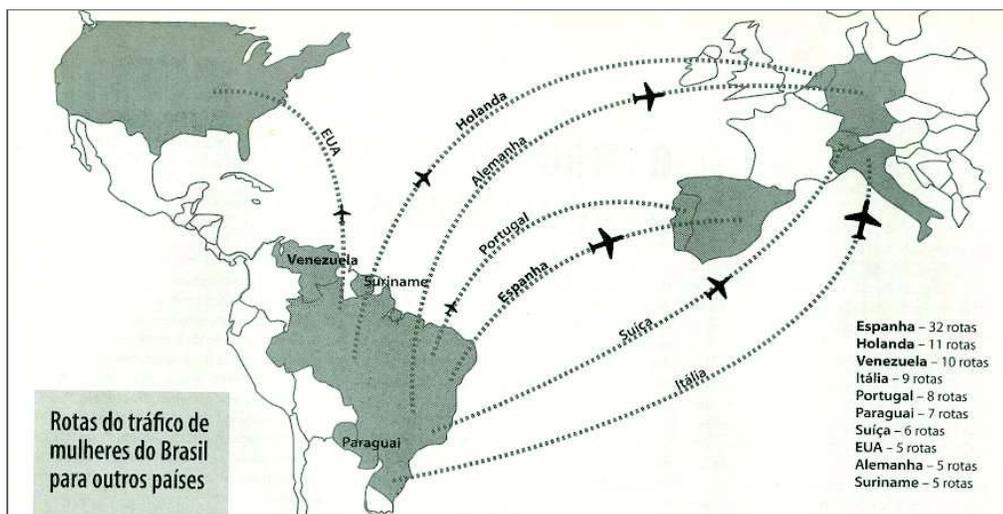
Há, ainda, como tratamos no capítulo anterior (seção 3.3.2a), uma relação interdiscursiva com o quadro “Os retirantes”, de Cândido Portinari. O pintor, na obra de 1944, retratou uma família de imigrantes. A família de Portinari era composta por mais membros (cinco filhos), todos subnutridos e descalços. A família de *CA*, apesar de também representar metonimicamente a família pobre brasileira, é menos numerosa, não é esquelética e está calçada (com exceção da criança). A imagem mostra, assim, uma melhora de vida desta família (se comparada à de Portinari), melhora esta causada pelos programas sociais do governo federal, relação que fica implícita subentendida quando comparamos as duas imagens.

Em relação às ilustrações (internas) das matérias de nosso corpus, podemos perceber, novamente, uma elaboração bem distinta entre *CA* e *LMDB*. Enquanto o primeiro mensário prioriza desenhos e charges, o segundo dá preferência a fotografias. Das cinco matérias analisadas de *CA*, três trazem desenhos para ilustrá-las, sendo que duas delas trazem também fotografias (e “1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo”, nº 152, Anexo 4, p. 25 da Parte 2, não traz ilustrações que acompanhem a matéria). Já em *LMDB*, três das cinco matérias são ilustradas com fotos.

“Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, nº 147, jun. de 2009 – Anexo 1, p. 3 da Parte 2) traz como imagem principal, na página de abertura, uma releitura da deusa clássica Afrodite. Como afirmamos na seção 3.3.2b (p. 103-104), a Afrodite de *CA*, acorrentada, com vendas e um código de barras em seu corpo, indica, implicitamente, que as mulheres traficadas são aprisionadas, menores de idade e tratadas como mercadorias, respectivamente. A ilustração opõe, dessa forma, liberdade à prisão, inocência à mercantilização.

Além de lidar com a memória discursiva do leitor (necessária para o reconhecimento da deusa), *CA* propõe a ele um jogo, numa aproximação lúdica. Além da leitura paródica da deusa (como vimos também com Diké, que representa a justiça), ele é convidado a reconhecer os outros objetos para fazer as inferências que fizemos acima, relacionando a corrente à falta de liberdade, a venda à proteção da identidade de menores e o código de barras a produtos comercializáveis.

A matéria traz outra ilustração. Trata-se de um mapa com as “Rotas do tráfico de mulheres do Brasil para outros países”, acompanhado de uma listagem com o número de rotas realizadas entre Brasil e outros países.



(*CA*, nº 147, p. 10)

A ilustração parece ter duas funções: ao mesmo tempo em que resume visualmente para o leitor as principais rotas que saem do Brasil traficando brasileiras para fins de exploração sexual, mostra implicitamente a ele, no mapa-múndi, a amplitude do problema.

“No Brasil quem paga impostos são os pobres” (*CA*, nº 150, set. de 2009 – Anexo 2, p. 11 da Parte 2) também traz uma ilustração, desta vez uma charge, logo na primeira página da

reportagem:



(CA, nº 150, p. 18)

O leão²⁵ da receita federal (que reconhecemos metonimicamente pelas garras) observa o rico (de terno e cartola) deixar uma moeda em sua vasilha de comida (cofre da receita) enquanto o operário (de macacão e capacete) traz um saco de moedas. A charge ilustra o título: os pobres pagam muito mais impostos que os ricos. O leitor reconhece esses personagens por suas vestimentas, aspecto novamente ligado à sua memória discursiva.

O operário se desfaz do dinheiro que tem ao levar para o fisco um saco cheio de moedas, com um cifrão nele estampado. Já o rico, que tem o cifrão estampado em sua cartola (o que, implicitamente, mostra que o dinheiro faz parte de sua vestimenta, de sua vida, de sua rotina), deixa apenas uma moeda. Novamente, a intenção de *CA* parece ser de provocar o riso no leitor. Apesar de a mensagem da charge ser séria, o leão na casinha de cachorro recebendo

²⁵ O uso do leão como símbolo para a receita federal no Brasil também remete à memória discursiva dos brasileiros, que o identificam como sinônimo de imposto de renda. Uma curiosidade: o animal foi escolhido em uma campanha publicitária do governo veiculada em 1980. “A escolha do leão levou em consideração algumas de suas características: é o rei dos animais, mas não ataca sem avisar; é justo; é leal; é manso, mas não é bobo. As peças publicitárias começaram a ser veiculadas no início de 1980. A campanha resultou, de imediato, numa identificação pela opinião pública do leão com o imposto de renda. (...) O sucesso da campanha publicitária foi tão grande que [a definição de leão como símbolo para imposto de renda] chegou aos dicionários.” (In: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/irpf/curiosidades> – Acesso em 02/01/2013).

dinheiro dos personagens estereotipados empresário e operário é uma forma bem-humorada de representar essa mensagem.

Três fotos e uma tabela²⁶ completam a linguagem não verbal da matéria de *CA*. As fotos são de entrevistados de *CA*, dois especialistas (João Sicsú, diretor do Ipea e professor da UFRJ, e Waldir Quadros, professor da Unicamp) e Paulo Gil, da Delegacia Sindical de Campinas da Unafisco.



(idem)

Os três personagens defendem uma tributação mais justa e acusam o governo de dar preferência aos ricos e empresários, onerando os mais pobres com impostos indiretos. Implicitamente, a foto deles tem destaque porque este é um ponto de vista compartilhado por *CA*. Há outros entrevistados, que falam em nome dos ricos, cujas fotografias não são reproduzidas – têm voz, mas não têm rosto.

²⁶ Apesar de vir repleta de texto e números, estamos considerando a tabela como linguagem não verbal porque ela está relacionada ao apelo visual da matéria. É interessante perceber, por exemplo, que em uma redação esse tipo de informação costuma ser trabalhado por profissionais do design gráfico, responsáveis pela diagramação, e não pelos jornalistas, profissionais do texto.

A tabela, por sua vez, traz o “Peso da carga tributária por países e dispêndio com juros”. A análise dos dados nela contidos mostra que o Brasil tem arrecadação semelhante à de outros países, no entanto bate recordes no que diz respeito aos juros líquidos.

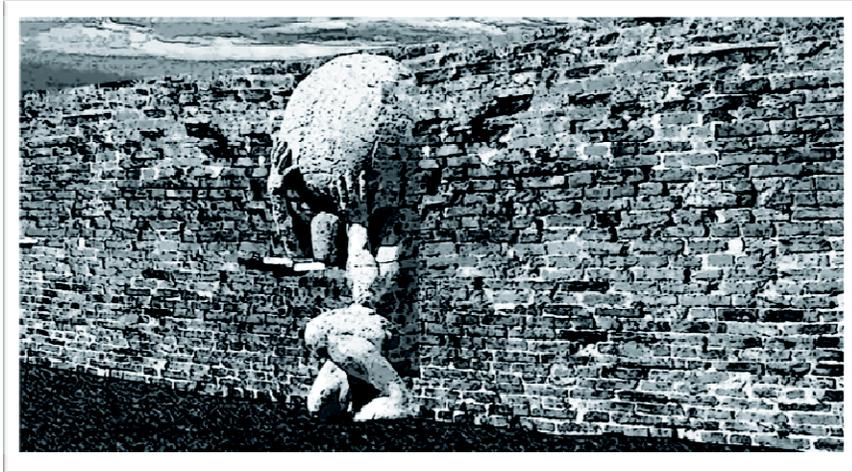
Países	Carga tributária bruta	Juros líquidos
Alemanha	39,2	2,4
Brasil	34,7	6,2
Canadá	33,1	0,7
Coréia do Sul	26,8	-1,5
Espanha	32,7	1,2
Estados Unidos	28,4	2,1
França	42,3	2,5
Grécia	31,6	0,1
Hungria	39,9	0,5
Irlanda	30,8	-4,6
Itália	42,5	4,5
Japão	28,1	0,7
Noruega	42	-13,3
Nova Zelândia	36,5	-0,9
Polônia	34,1	1,6
Portugal	36,5	2,9
Reino Unido	36,5	1,8
Suécia	46,8	2,6

Em %, em 2007
 Fonte: Banco Central do Brasil, OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico)
 Elaboração: Ipea

(idem)

Com as fotos e a tabela, *CA* propõe, novamente, uma abordagem séria junto ao leitor. Se a charge que abre a matéria tem um aspecto lúdico (como toda charge o tem), aqui a função da linguagem não verbal não é entreter, mas informar.

“Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (*CA*, nº 151, out. de 2009 – Anexo 3, p. 19 da Parte 2) também traz como imagem principal uma ilustração. Trata-se, novamente, de uma releitura de um deus grego, desta vez Atlas, condenado por Zeus a sustentar os céus eternamente.



(idem, p. 24)



(In: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/editorial/o-riso-de-george-orwell>)

A ilustração de *CA* coloca o deus preso em um muro de pedras. Além de sustentar os céus sobre os ombros, ele está preso, sem ter como se mexer (ou como reagir). Através de uma figura mítica (que faz, mais uma vez, parte da memória discursiva ocidental), o mensário

evoca, implicitamente, a situação dos aposentados brasileiros.

Com salários defasados e achatados, esses trabalhadores não têm como reagir. Além disso, até 20% do orçamento da Seguridade Social pode ser desviado para outros gastos do governo, entre eles o pagamento de juros. O muro de pedras poderia implicitamente representar, sob esse ponto de vista, os salários que não aumentam, deixando os aposentados de “pé e mãos atados”. Já carregar o mundo nas costas significaria, também implicitamente e nesta mesma linha de raciocínio, o desvio de verbas da seguridade para outros gastos do governo. O leitor tende a reconhecer essa situação e a se consternar com ela.

Além da ilustração, há uma foto:



(idem)

O metalúrgico Antônio Valeri, que trabalhou por 35 anos, chegou a receber uma aposentadoria de nove salários mínimos, mas agora [2009] recebe cerca de quatro, menos da metade. O personagem ilustra implicitamente o descaso com os aposentados. Sua história, assim como sua foto, representam, metonimicamente, os aposentados brasileiros. A foto do

idoso de traços simpáticos e meio sorriso é usada, novamente, na tentativa de comover o leitor, que tende a se compadecer com suas dificuldades, explicitadas no texto. Por outro lado, comprova que ele é uma pessoa de “carne e osso”, não um personagem fictício, que poderia ter sido criado pelo autor da matéria.

“Guerra do lixo massacra os catadores” (*CA*, nº 153, dez. de 2009 – Anexo 5, p. 28 da Parte 2), diferentemente das outras matérias de *CA* de nosso cópulo, traz apenas fotos como ilustração. São três fotos, duas da catadora Vilma, as quais começamos a analisar em 3.3.2 (p. 96-97). A primeira delas mostra Vilma de perfil, puxando seu carrinho. No fundo uma imensa favela conota pobreza. O carrinho está vazio, “carrega” apenas o título, diagramado dentro dele. A falta de material dentro do carrinho pode remeter, também implicitamente, à situação difícil dos catadores (representados metonimicamente por ela), que não têm condições adequadas de trabalho e mal conseguem se sustentar.

Na segunda foto, Vilma aparece no plano de fundo. Novamente, o cenário é pobre: casas simples aparecem ao lado da rua. Em primeiro plano, em destaque, a palavra “Devagar”, escrita no asfalto. Normalmente um alerta para que os motoristas diminuam a velocidade, o termo pode, aqui, referir-se implicitamente à lentidão da prefeitura paulista, acusada por *CA* de “emperrar” a construção de novas cooperativas.

As fotografias parecem ter duas funções. Uma está ligada a seu aspecto mais denotativo: mostram uma mulher trabalhadora e seu instrumento de trabalho. O leitor tende a reconhecer nela uma catadora e tem na foto uma prova de que a personagem é real. Por outro lado, temos uma mensagem implícita subentendida nas fotos. Na primeira, o carrinho vazio deixa subentendidas as dificuldades dos catadores. Na segunda, o item lexical “devagar” remete, implicitamente, ao ritmo com que o poder público tem tratado a questão da reciclagem e das cooperativas na cidade de São Paulo.

A terceira foto é do deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP). Na matéria, ele ocupa o papel de principal opositor da prefeitura paulista, denunciando a morosidade com que o governo municipal trata o aprimoramento da reciclagem na cidade. A legenda (“O deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP) critica a prefeitura”) reafirma esse papel ao selecionar o verbo criticar.



(idem, p. 35)

Assim, além de Vilma, ganha rosto na matéria o político que se opõe à prefeitura. *CA*, com a seleção dessas imagens, se posiciona mais uma vez ao lado dos catadores, destacando em sua linguagem não verbal a catadora Vilma e o deputado que defende a causa da trabalhadora.

LMDB, como afirmamos, confere mais destaque às fotografias do que às ilustrações internamente. É o que podemos ver em “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 7, p. 39 da Parte 2), “Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 8, p. 44 da Parte 2) e “Do trabalho precário ao desemprego” (*LMDB*, nº 23, jun. de 2009 – Anexo 9, p. 49 da Parte 2). Com exceção da última, em que um

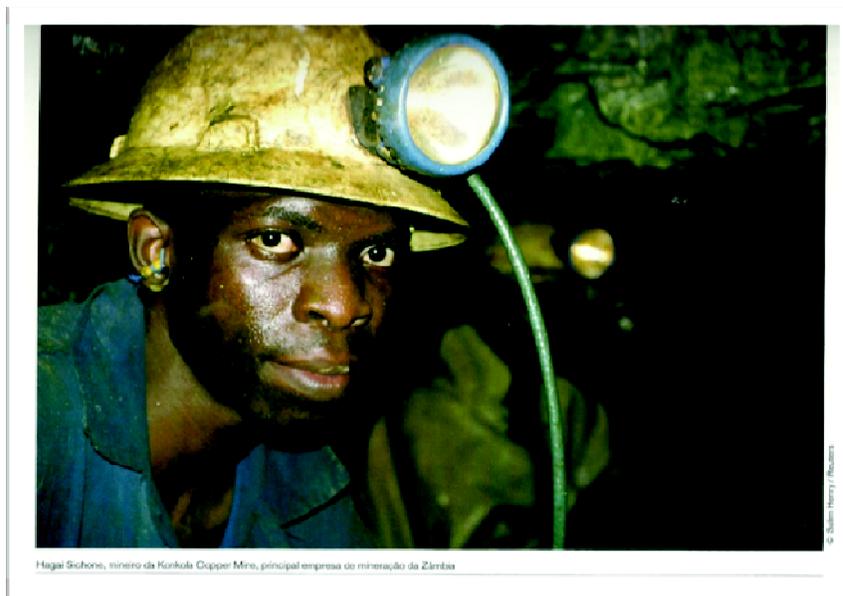
mapa tem destaque maior, na abertura da matéria, as duas primeiras trazem fotos que comprovam o acontecido e buscam comover o leitor.

São compostas, assim, como nas demais fotos que analisamos, por duas mensagens, uma mais facilmente percebida e outra implícita subentendida. A primeira mostra uma realidade para os leitores. Trabalhadores rurais, mineradores e operários são capturados pelas lentes de *LMDB*. A mensagem implícita, que busca emocionar, refere-se a aspectos da vida dessas pessoas. Elementos das fotos apontam para esses aspectos, que devem ser inferidos pelo enunciatório.

“Perversos contratos” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 7) traz duas fotos (que analisamos nas págs. 97-98). Na primeira delas, quatro trabalhadores rurais, carregando suas foices, caminham em direção à câmera. O que está em primeiro plano olha para baixo, uma alusão à falta de esperança ou cansaço. Ele está sujo e suado, o que implica o trabalho árduo no campo. A legenda afirma: “Trabalhadores rurais na fazenda Bom Jesus, na Amazônia, identificados por inspetores do governo em situação de trabalho análogo ao escravo” (idem, p.43).

A segunda foto mostra, novamente, trabalhadores, agora de costas para a câmera. O que está em primeiro plano tem a pele castigada pelo sol e cabelos brancos. Fica subentendido nesses traços que ele continua na ativa mesmo aparentando ser mais velho. Há outros trabalhadores na cena. De frente para a lente, há um homem que podemos identificar como fiscal do governo. De caneta e bloco de anotação nas mãos, ele está bem trajado, contrastando com os demais personagens. A legenda (“Trabalhadores são libertados na fazenda Cabaceiras, em Marabá, em 2004; foi a primeira fazenda desapropriada por trabalho escravo no país” – idem) aponta que ele, provavelmente com uma equipe, foi responsável pela libertação dos trabalhadores.

“Zâmbia (...)” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 8), por sua vez, tem como única imagem a foto de um mineiro.



(idem, p. 48)

Usando um capacete com lanterna, suado e sujo de terra (o que deixa implícitas as suas duras condições de trabalho), ele está dentro de uma mina, cujas rochas vemos ao fundo. A legenda confirma sua profissão e o identifica: “Hagai Sichone, mineiro da Konkola Copper Mine, principal empresa de mineração da Zâmbia” (idem, p.30). *LMDB*, portanto, não só trouxe trabalhadores como traz a foto de um deles para ilustrar a reportagem (mesmo que não os identifique, como nas duas primeiras matérias).

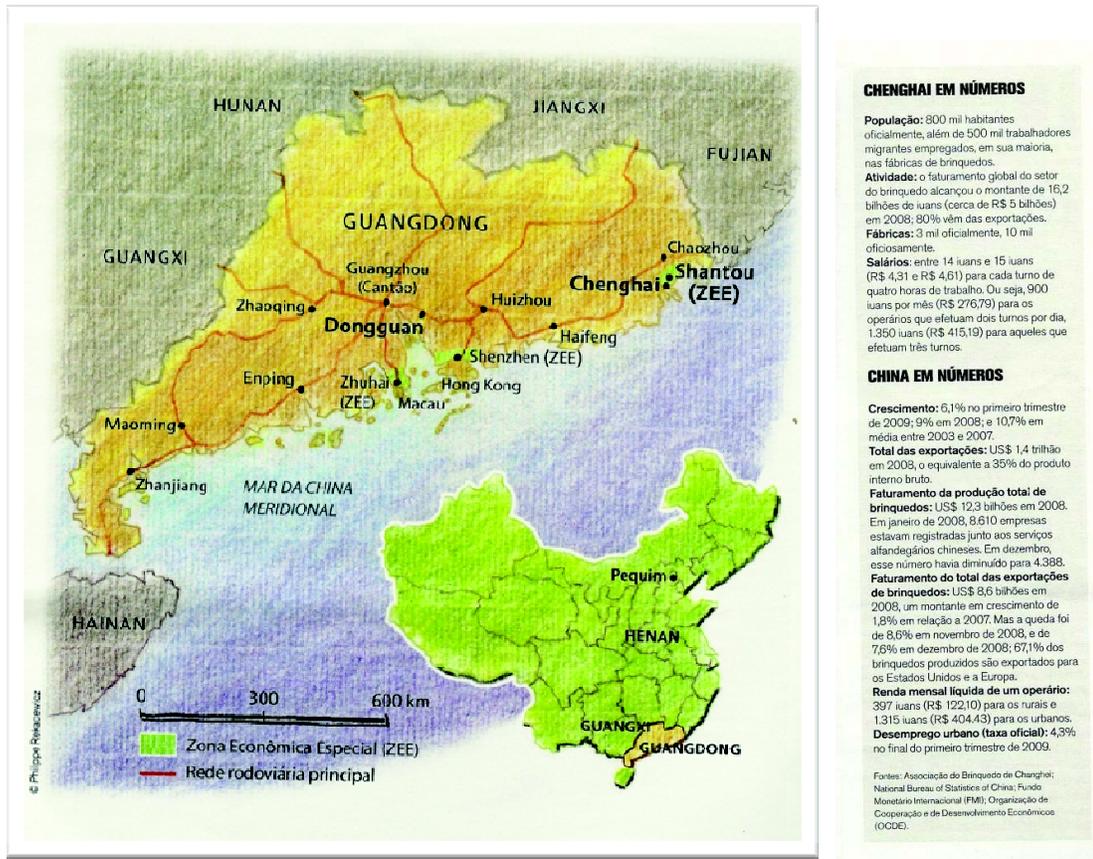
“Do trabalho precário ao desemprego” (*LMDB*, nº 23, jun. de 2009 – Anexo 9) também traz como principal imagem uma fotografia, desta vez de trabalhadoras chinesas.



(idem, p.55)

Elas estão enfileiradas e concentradas em seu trabalho, o que pode nos levar a inferir que se trata de um trabalho em série, como em fábricas desse tipo. A legenda explicita o trabalho árduo das operárias: “todas as fábricas funcionam 7 dias por semana, com a crise passaram de três para dois turnos por dia” (idem, p.21 – grifo nosso).

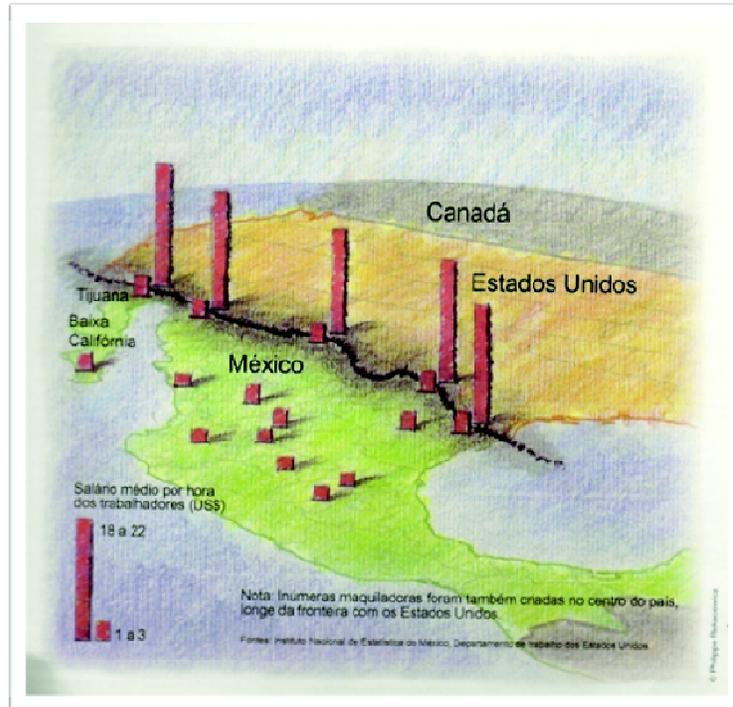
A outra imagem da matéria é um mapa da China, no qual é possível localizar as regiões de Dongguan e Chenghai, de que o texto trata.



(idem)

Apesar de a ilustração ocupar boa parte da página, não a consideramos a principal imagem da matéria por estar na segunda página. É um lugar de menos destaque que a página de abertura, que traz a foto das operárias. Um pequeno texto acompanha o mapa, descrevendo Chenghai e a China em termos populacionais e econômicos.

“O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (*LMDB*, nº 28, nov. de 2009 – Anexo 10, p. 56 da Parte 2) traz mapa semelhante. Em mesmo estilo do que apresentamos acima, é a única imagem da matéria.



(idem)

O mapa destaca o salário médio por hora trabalhada, comparando Estados Unidos e México. A diferença alarmante pode ser percebida pelo uso das colunas vermelhas. A cor, em gráficos que trazem dados econômicos, normalmente está associada a resultados negativos ou ruins (“estar no vermelho”). Neste caso, parece servir para destacar a diferença gritante de salários entre os dois países, mesmo em lugares muito próximos, quase na fronteira entre eles.

Por fim, “Uma outra matriz produtiva” (*LMDB*, nº 18, jan. de 2009 – Anexo 6, p. 36 da Parte 2). Como afirmamos acima, o tipo de ilustração que a matéria traz parece ser uma exceção no mensário.



(idem, p. 38)

A charge traz uma situação de diálogo. O homem que entra na casa simples (o que podemos inferir pela parede descascada) traz notícias sobre a reunião com latifundiários. Outro homem, com uma enxada na mão e trajes rotos, e uma mulher grávida querem saber qual foi o resultado. Um terceiro homem pergunta se eles vão ter terras e a mulher pergunta se vão poder plantar. O que foi negociar se lembra do que lhe foi dito: mandaram que ele plantasse batatas, o que poderia ser bom para os trabalhadores se o sentido da frase fosse literal. No entanto, metaforicamente, sabemos ser esta uma expressão negativa, de descaso.

É interessante perceber na charge, além do jogo entre o “plantar batatas” denotativo e o seu sentido conotativo (que faz parte da cultura brasileira, portanto, da memória discursiva do leitor), como os trabalhadores são representados de forma estereotípica. Assim, podem ser mais facilmente identificados pelo leitor, novamente com base em sua memória e vivência cultural.

O trabalhador que ocupa o papel de negociador usa barba e um boné vermelho. O sindicalista mais conhecido em nosso país, o ex-presidente Lula, sempre usou barba. A cor vermelha, por sua vez, remete a partidos de esquerda. Já o representante patronal pode ser assim identificado, principalmente, pelos dentes de ouro.

4.1.2 Seleção temática

Voltando à primeira página dos mensários, um último aspecto que gostaríamos de analisar é a seleção temática feita por *CA* e *LMDB*. Os temas que cada publicação traz em sua primeira página refletem o posicionamento ideológico de cada mensário. Ao destacar determinada matéria neste espaço tão importante, a edição assume, diante de seu público, quais matérias têm maior peso a cada número.

Podemos perceber, de uma maneira geral, tematização bem semelhante quando comparamos os dois mensários. Como tratamos na introdução, *CA* e *LMDB* parecem guiar-se por uma demanda cidadã, refletindo (e refratando) os anseios e a ética desse grupo.

No entanto, parece haver uma diferença no foco de cada publicação, principalmente no que tange à temática da política. Mesmo que ambos critiquem as políticas neoliberais, *CA* concentra-se mais em aspectos da política nacional. Trata das medidas que o governo tem tomado frente a diversas questões (crise econômica e políticas sociais, principalmente) e de embates ideológicos dentro desta esfera (direita x esquerda).

LMDB, por sua vez, traz uma abordagem mais internacional, o que se justifica pelo fato de o mensário ser uma das versões em circulação de *LMD*, publicação francesa. Assim, *LMDB* também trata de embates ideológicos e de políticas de combate à crise, mas no âmbito internacional, pensando, por exemplo, na União Europeia, na relação do Brasil com os parceiros do Mercosul etc.

O tema do trabalho é outro em destaque nas duas edições. Cinco matérias (selecionadas em nosso corpus) trazem como principal em cada mensário essa temática, que em tantas outras aparece como secundária. Assim como as temáticas de que falamos acima, esta também é uma que concerne ao cidadão.

Pensando nas chamadas principais de cada edição, temos, em *CA*: “PM assassina –

política de extermínio de jovens nas periferias” (jan – Anexo 11); “Até quando Israel oprimirás teus irmãos?” (fev – Anexo 12); “Conceição Tavares, professora dos professores – ‘não vamos quebrar e cresceremos em 2009’” e “Infernópolis - ocupação policial torna o ar em Paraisópolis irrespirável” (mar – Anexo 13); “‘Ditabranda’ nunca mais – a *Folha de S. Paulo* tentou revisar a história e foi devidamente corrigida por quem não tem o rabo preso com a ditadura” (abr – Anexo 14); “Depressão na sociedade do vazio – entrevista com Maria Rita Kehl” e “Injustiça escancarada – o que fazer para punir ricos e poderosos” (maio – Anexo 15); “Wagner Moura ‘o cineasta quer entender que país é este’” e “Tráfico de mulheres - Made in Brazil” (jun – Anexo 16); “Agronegócio quer acabar com a Amazônia – entrevista exclusiva com Marina Silva” (jul – Anexo 17); “José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobrás: A disputa do pré-sal / A quem interessa a CPI / Distribuição dos lucros / Terceirização do trabalho / Os ataques da mídia de direita / Privatização x Estatização” (ago – Anexo 18); “Virgínia Fontes – ‘A luta popular hoje deve ser anticapitalista’” (set – Anexo 19); “Férrez – ódio da favela vai explodir” (out – Anexo 20); “Juíza Kenarik: ‘O estado brasileiro continua matando muito’” (nov – Anexo 21); “Paulo Vannuchi: ‘Vamos abrir os arquivos, punição é com o judiciário’” (dez – Anexo 22).

Podemos perceber entre elas uma repetição do que afirmamos em relação às chamadas de uma forma geral. Os temas da política e da economia estão fortemente presentes, como podemos ver nas edições de março, abril e agosto. O tema do trabalho também está em destaque e é a chamada principal de junho, além de fazer parte do escopo da entrevista com o então presidente da Petrobrás, em agosto.

Além dessas temáticas, ganham destaque as da segurança pública / violência (nas edições de fevereiro, março, outubro e novembro), da justiça (maio e dezembro), da saúde (maio) e do meio ambiente (julho). O tema da segurança pública é, dessa forma, um dos

principais tratados por *CA*. Aparece relacionado à violência com os pobres, que sofrem com uma polícia corrupta e com condições de moradia e trabalho muitas vezes desumanas.

Em *LMDB* temos como chamadas principais nas edições de 2009: “A polícia na mira – combater a política de extermínio e criar uma nova corporação” (jan – Anexo 23); “Imperialismo brasileiro” (fev – Anexo 24); “Moradia popular – o socorro às empreiteiras” (mar – Anexo 25); “A força das ruas” (abril – Anexo 26); “Saídas para a crise - a receita do FMI - o congelamento dos salários, a redução das despesas públicas e o aumento das taxas de juros” (maio – Anexo 27); “Quem controla o dinheiro público” (jun – Anexo 28); “Modelo de desenvolvimento – o custo ambiental” (jul – Anexo 29); “Estratégia nacional de defesa – mais poder com novas armas” (ago – Anexo 30); “A legalização das drogas e seu impacto na sociedade” (set – Anexo 31); “O novo estado desenvolvimentista” (out – Anexo 32); “A herança de Lula – o projeto de consolidação das leis sociais” (nov – Anexo 33); “Os limites do planeta” (dez – Anexo 34).

A política e a economia estão também presentes nas chamadas principais, como em *CA*. Se afirmamos que muitas vezes *LMDB* tem como foco relações políticas internacionais, vemos nas chamadas principais um redirecionamento para a política brasileira (fevereiro, junho, agosto e outubro). Mesmo que o mensário faça parte de uma cadeia de outras edições internacionais liderada por *LMD*, podemos perceber, neste aspecto, uma tentativa de dar uma “roupagem” brasileira à publicação, tratando, ao menos na chamada principal, de assuntos nacionais.

Outros temas sociais também são recorrentes em *LMDB* (abril e novembro), entre eles o do meio ambiente (julho e dezembro). Completam as edições de 2009 chamadas sobre segurança pública/violência (janeiro) e legalização das drogas (setembro). Assim, *LMDB* mostra preocupação com projetos sociais e com o meio ambiente, trazendo alternativas tanto

para uma reação das classes menos favorecidas (“A força das ruas”) quanto para a exploração do planeta.

4.2 Aspectos do enunciado jornalístico

Passemos agora para outros aspectos que nos propusemos analisar, relacionados aos principais percursos semânticos e às estratégias de convencimento que encontramos nos discursos de cada mensário. Mais uma vez para facilitar a comparação geral que faremos entre os dois mensários, iremos analisar cada categoria separadamente, tanto nas matérias de *CA* quanto nas de *LMDB*.

4.2.1 Principais percursos semânticos

Começando por *CA*, “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, nº 147, junho de 2009 – Anexo 1, p. 3 da Parte 2) traz como chamada “Tráfico de mulheres - Made in Brazil”. A matéria jornalística aborda, principalmente, a exploração sexual de brasileiras no exterior e tem o percurso semântico das relações de trabalho como o principal.

A matéria trata, ainda, de outros tipos de exploração, como o da mão de obra. É o que vemos no trecho “Apesar disso, no Brasil também entram pessoas para serem exploradas no tráfico (...) como é o caso de alguns migrantes bolivianos, paraguaios e colombianos que têm sua força de trabalho explorada aqui” (idem, p. 4 – grifo nosso) e no box intitulado “O mercado de gente rende US\$32 milhões”, no qual o tráfico de pessoas é tratado de forma mais geral.

Diferente do que se pode imaginar, escravidão não é um fenômeno social que ficou num passado distante. Inúmeras formas de escravidão moderna geram grande volume de dinheiro para o crime organizado de tráfico de pessoas (...).

segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2005, Uma Aliança Global Contra o Trabalho Forçado, o lucro anual produzido pelo tráfico de pessoas gira em torno de US \$ 32 bilhões, riqueza gerada pela exploração do corpo e da força-trabalho dos traficados. (...)

Ainda pela estimativa da OIT, são 2,4 milhões de seres humanos traficados no mundo. Desses, 43% são para a exploração sexual e 32% são de exploração econômica, além dos 25% de vítimas escravizadas para os dois fins. (idem, p.7-8)

Seja para a “exploração do corpo”, seja para a exploração da “força de trabalho”, o tráfico de pessoas é o principal tema do percurso das relações de trabalho. Ao lado dele, outro percurso semântico temático também está presente em todo o texto, desde o seu início: trata-se do percurso da privação da liberdade. Todas as vítimas têm seus documentos apreendidos, como acontece com a personagem Maria, cuja história abre o texto: “Seus documentos foram apreendidos pelos donos dos clubes e ela não podia escolher com quem fazer sexo, pois tinha que pagar a dívida da passagem aérea.” (idem, p.3).

Assim, o trabalho forçado parece ser chamado de “escravidão moderna” pela semelhança da privação de liberdade entre os escravos de antigamente e os trabalhadores explorados de hoje. Estes, ao contrário daqueles, podem até ter um pequeno salário e não ser considerados mais propriedade de seus “empregadores”. No entanto, são impedidos de ir e vir, além de sofrerem constantemente com os maus tratos, assim como acontecia na escravidão.

“No Brasil quem paga impostos são os pobres” (CA, nº 150, setembro de 2009 – Anexo 2, p. 11 da Parte 2) trata, desde o seu título, de relações tributárias, um dos principais percursos semânticos do texto. A matéria jornalística explica como funciona a tributação no país, fala da necessidade de uma reforma na área e questiona o imposto pago pelos

latifundiários, já que no Brasil, “ao contrário do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), que é lançado pelas prefeituras, no ITR [Imposto Territorial Rural] cabe ao proprietário rural lançar o valor de sua propriedade”. (idem, p. 16).

Ao lado desse percurso semântico, o do trabalho também aparece como principal, o que podemos perceber já no subtítulo: “A carga tributária brasileira é profundamente injusta. Os trabalhadores que recebem salários mais baixos trabalham três meses a mais do que os ricos, para pagar tributos (...)”. (idem, p. 11 – grifo nosso). Não são, portanto, apenas os pobres que pagam mais impostos, mas os trabalhadores pobres.

O percurso semântico temático do trabalho, portanto, está em destaque desde o início da matéria e continua sendo tratado ao longo dela, sempre em associação com o percurso semântico das relações tributárias: “No primeiro ano do governo FHC ocorreu uma grande reforma no imposto de renda, com a diminuição da tributação sobre a renda do capital e o aumento sobre a renda do trabalho” (idem, p. 16 – grifo nosso). Em outro trecho, retirado entre os últimos parágrafos, *CA* reforça a tese segundo a qual o trabalhador é quem paga cada vez mais imposto no país:

Na base dos metalúrgicos do ABC, poucos trabalhadores apresentavam declaração de imposto de renda. Mas após 1995 muitos passaram declarar à Receita. Não ocorreu distribuição de renda, não houve aumento da massa salarial, pelo contrário a massa diminuiu. O que ocorreu foi que o governo avançou sobre a parcela dos salários, entrou no que se costuma chamar de mínimo existencial. (idem, p. 17)

“Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (*CA*, nº 151, outubro de 2009 – Anexo 3, p. 19 da Parte 2) trata das mudanças no reajuste da remuneração dos aposentados, por acordo firmado em 2009 entre centrais sindicais e o governo federal. O principal percurso semântico da matéria é, pois, o percurso do trabalho, tendo a seguridade social como outro percurso semântico.

A matéria aborda a má remuneração dos aposentados, a defasagem de seus salários e a repercussão disso em suas vidas. A previdência privada também é um tema tratado. Segundo *CA*, a elite nunca foi a favor da previdência social por querer abrir espaço para bancos e empresas privadas lucrarem com esse mercado.

A matéria denuncia, ainda, que o déficit na previdência (um dos temas) deveria ser atribuído ao encolhimento dos empregos formais (outro tema) e à sonegação de empresas e prefeituras (mais um tema), que deixam de repassar ao governo valores arrecadados dos trabalhadores. Além disso, vários personagens dão seu testemunho sobre a passagem de uma vida ativa, como trabalhadores esforçados, a uma aposentadoria sem dignidade, dependendo de ajuda financeira de parentes para sobreviver.

Outra matéria selecionada de *CA*, “1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (*CA*, nº 152, nov. de 2009 – Anexo 4, p. 25 da Parte 2), traz como percurso semântico mais importante, a princípio, o percurso da fome. A impressão ocorre porque já no primeiro parágrafo é reproduzido um trecho do discurso do diretor geral da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), Jacques Diouf, que alerta para o problema: “Pela primeira vez na história mais de 1 bilhão de pessoas estão subnutridas no mundo inteiro. Isso representa cerca de 100 milhões a mais que no ano passado e significa que uma a cada seis pessoas passa fome todos os dias” (*idem*, p. 25).

Ainda no primeiro parágrafo, ao lado do percurso da fome, o das relações de trabalho (rurais) passa a coexistir no texto: “A crise espreita os pequenos agricultores e as áreas rurais, onde trabalham e vivem 70% das pessoas que passam fome no mundo” (*idem* – grifos nossos). A denúncia do texto, desde o seu título, é que grandes empresas do agronegócio, como a Cutrale, massacram pequenos agricultores e investem pesado em monoculturas, sendo responsáveis pelo aumento da fome do planeta.

Selecionamos por fim, em *CA*, “Guerra do lixo massacra catadores” (*CA*, nº 153, dez. de 2009 – Anexo 5, p. 28 da Parte 2). No título estão os dois percursos semânticos principais, ambos implícitos no item lexical “catadores”: a reciclagem de lixo e as relações de trabalho. Abaixo, o subtítulo da matéria:

A reciclagem do lixo pode ser uma fonte de geração de emprego e renda para milhares de pessoas. O governo federal disponibilizou R\$ 5.9 milhões para a construção de 10 cooperativas na capital paulista, mas o projeto não sai do papel porque a Prefeitura de São Paulo emperra o empreendimento. (idem, p. 28)

É a partir desses percursos semânticos, da reciclagem e do trabalho, que o texto trata de outros temas. Entre eles estão a falta de vontade política e de incentivo para a construção de cooperativas, denúncia feita ao longo do texto (e no trecho acima). A miséria e a fome são outros temas relacionados aos personagens catadores de lixo. A matéria jornalística trata, ainda, de temas como o enriquecimento de empresas do lixo e da exploração dos trabalhadores por atravessadores, além da preservação do meio ambiente.

Tratemos agora dos percursos semânticos e temas que encontramos nas cinco matérias selecionadas em *LMDB*. A primeira é “Uma outra matriz produtiva” (*LMDB*, nº 18, jan. de 2009 – Anexo 6, p. 36 da Parte 2). No título encontramos os dois grandes percursos semânticos, relacionados à expressão “matriz produtiva”. Por um lado, o título remete à organização produtiva de um país ou região (no caso do texto, produção de alimentos). Por outro, implica o trabalho humano, já que será o homem o responsável por essa produção, mesmo com o auxílio de máquinas. Temos, assim, o percurso semântico temático do agronegócio, por um lado, e o do trabalho rural, por outro.

Outros percursos temáticos, que perpassam a matéria jornalística, são os da alimentação (com a fome e a soberania alimentar como grandes temas) e da energia (com

destaque ao recente aumento da plantação de monoculturas voltadas à produção de agrocombustíveis). Há, ainda, a reforma agrária, outro percurso semântico. O texto afirma que João Goulart tinha um excelente projeto agrário, cuja implantação foi impedida pelo golpe militar. Ao longo do texto, afirma-se, por mais de uma vez, que a expansão do agronegócio é um empecilho para o projeto e, ao final, acusam-se os governos FHC e Lula de terem mantido o “bloqueio” à reforma.

Outra matéria de *LMDB*, “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 7, p. 39 da Parte 2), trata da “escravidão contemporânea” ou “nova escravidão”, termos usados para contratos de trabalho desumanos, nos quais, além de sofrer torturas psicológicas e físicas, o trabalhador tem sua liberdade cerceada. No percurso semântico das relações de trabalho, há destaque para o trabalho rural. É no trabalhador rural superexplorado que o texto se concentra, explicando por que esse tipo de exploração acontece ainda hoje.

As explicações são encontradas no outro percurso semântico principal, o do agronegócio. Com uma concorrência cada vez mais acirrada, muitos empresários sentem a necessidade de expandir ou modernizar seus negócios, economizando, para isso, com a exploração de mão de obra. Uma terceira situação é a das fazendas que não conseguiram se modernizar e, por isso, precisam fazer cortes nos gastos para sobreviver.

Assim, encontra-se trabalho escravo contemporâneo não apenas em atividades em área de expansão agropecuária, mas também em empreendimentos cuja modernização foi incompleta, em comparação com o restante do setor. Em outras palavras, o desenvolvimento capitalista de uma propriedade rural pode ter se estagnado e, sem aumento da produtividade do trabalho, ela deprecia o capital variável para continuar operando de forma viável. (idem, p. 41)

O texto condena as formas de exploração praticadas pelas fazendas e culpa o capitalismo por incentivar e permitir que elas ainda sejam praticadas. A matéria também trata

do personagem governo, que, se hoje está mais atento à questão, financiou por muitos anos (com empréstimos e incentivos fiscais) fazendas e empresas que usavam mão de obra ilegal.

Como parte fundamental da solução, o texto cita a reforma agrária. Este é um tema apontado como a “mais importante mudança nessa estrutura e no modelo de expansão do modo de produção no campo brasileiro”. No entanto, não chega a ser um percurso semântico, pois surge apenas no último parágrafo.

“Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 8, p. 44 da Parte 2) traz como principal percurso semântico temático o das relações de trabalho, que se relaciona aos da mineração, da privatização e do meio ambiente. Desde o título, destaca-se a situação de pobreza em que os operários mineiros de Zâmbia estão e as péssimas condições de trabalho a que são submetidos.

No percurso semântico da privatização, a matéria destaca que empresas chinesas assumiram quase todas as estatais da Zâmbia a partir do fim da década de 90. As transações foram acompanhadas de perto pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que não teriam previsto (ou teriam desprezado propositalmente) um possível aumento do preço das matérias primas, entre elas o cobre, principal minério do país. Contratos com retornos mínimos ao governo da Zâmbia foram assinados também sobre a supervisão dessas instituições financeiras, situação que parece impossível de ser revertida, segundo o mensário.

Há ainda, o percurso semântico do meio ambiente. As empresas mineradoras são acusadas por *LMDB* de poluírem as regiões que ocupam. Minas ainda [2009] eram abandonadas sem o tratamento adequado e inúmeros acidentes colocavam a população em risco. Assim, as empresas chinesas teriam, ainda, uma enorme ‘dívida ecológica’ com a população da Zâmbia, o que completa o quadro de maus tratos ao país e à sua população.

“Do trabalho precário ao desemprego” (*LMDB*, nº 23, junho de 2009 – Anexo 9, p. 49

da Parte 2) também denuncia condições de trabalho, desta vez na China. O principal percurso semântico, como apontado no título, é o das relações de trabalho, com temas como o desemprego, baixos salários e condições insalubres dentro das fábricas de brinquedo, filão retratado na matéria.

A matéria aponta que os operários dessas fábricas eram submetidos a condições perigosas e insalubres (“Esses operários não trajam nenhum capacete e nem mesmo uma roupa de proteção contra os produtos químicos. O mesmo ocorre com seus colegas que, sentados num minúsculo banquinho, são encarregados de controlar a qualidade da produção” – *idem*, p. 51).

Mesmo assim, um grande número de chineses, vindos do interior, continuava a procurar emprego nessas fábricas. O êxodo rural parece ser outro percurso semântico importante no texto. Ele é explicitado por meio do relato de diversos personagens camponeses que abandonaram suas vilas para buscar emprego (tema básico) nas fábricas das cidades maiores. Desenvolve-se ao longo de todo o texto.

Chegamos à matéria “O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (*LMDB*, nº 28, nov. de 2009 – Anexo 10, p. 56 da Parte 2), última selecionada de *LMDB*. O percurso semântico das relações de trabalho, aqui, também é um dos mais importantes, desta vez no que diz respeito às *maquiladoras*, “fábricas de montagem implantadas no México a partir da década de 1960 ao longo de 3 mil quilômetros de fronteira com os Estados Unidos” (*idem*, p. 56). As más condições de trabalho e o desemprego são os principais temas deste percurso semântico.

Os dois outros grandes percursos semânticos são os da crise econômica mundial (que afetou diretamente as montadoras, ligadas a empresas norte-americanas) e do meio ambiente. *LMDB* denuncia que, além de desrespeitar normas trabalhistas, as fábricas são altamente poluentes. Contaminam rios e a atmosfera, contribuindo para que muitos trabalhadores e crianças

da região fossem doentes em função da destinação inadequada de resíduos tóxicos.

4.2.2 Estratégias de convencimento

a) Seleção lexical

A primeira estratégia de convencimento que estudamos é a seleção lexical, a partir da qual se desenvolvem as demais estratégias. A estratégia diz respeito a maneira como um enunciador seleciona os itens lexicais com os quais constrói seu discurso e quais efeitos ele pode provocar no enunciatário com essas escolhas.

“Degradação e violência no tráfico de mulheres” (CA, nº 147, jun. de 2009 – Anexo 1, p. 3 da Parte 2) traz vítimas do tráfico entre seus personagens. Essas mulheres contam sua história e CA as deixa falar com suas próprias palavras. Por isso, encontramos na matéria expressões como “‘putas’ brasileiras”, “levam porrada”, “se ‘foder’”, “[transa] brutal”, “homem podre”, “o cara”, “dinheiro curto”, “‘snifando’ [cocaína]”.

Às vezes, CA mantém as aspas (mesmo em trechos nos quais as fontes têm seus depoimentos reproduzidos de forma direta) para ressaltar que o termo foi usado pelo personagem. Dessa forma, implicitamente protege-se da acusação de usar linguagem chula, como em ‘puta’ ou em ‘foder’.

Outro termo aparece entre aspas: “empregador”. Desta vez, o sinal gráfico é usado, de forma irônica, para se referir implicitamente ao traficante de mulheres. Na realidade, não se trata de uma situação de emprego, com empregador e empregados, mas de atividade ilícita.

Além disso, CA busca trazer numerais que se reportem a essa realidade. Assim, mesmo afirmando que “É difícil precisar números exatos (...) devido à ilegalidade com que essas máfias atuam” (idem, p. 7), recorre a dados de pesquisas para quantificar a situação descrita.

Numerais como os que apresentamos a seguir deixam implícito, quanto ao tráfico humano, sua grandiosidade: “241 rotas de tráfico no Brasil, sendo 131 delas com destinos internacionais”; “US\$ 32 bilhões [gerados pelo tráfico humano]”, sendo que “US\$ 15,5 bilhões vai para os países desenvolvidos”; “para a Ásia (9,7 bi), países do Leste Europeu, (3,4 bi), Oriente Médio (1,5 bi), América Latina (1,3 bi), e África Subsaariana (US\$ 159 milhões)”; “2,4 milhões de seres humanos traficados no mundo (...) 43% são para a exploração sexual e 32% são de exploração econômica, além dos 25% de vítimas escravizadas para os dois fins” (grifos nossos).

“No Brasil quem paga impostos são os pobres” (*CA*, nº 150, set. de 2009 – Anexo 2, p. 11 da Parte 2) também vem repleta de numerais para comprovar a grande denúncia da reportagem, feita já em seu subtítulo: “A carga tributária brasileira é profundamente injusta” (*idem*, p. 11). No parágrafo de abertura, *CA* afirma, a partir de dados do estudo do Ipea, que os pobres pagam muito mais impostos, proporcionalmente, que os ricos:

Quem recebe até dois salários mínimos de renda familiar mensal (...) contribuiu no ano passado, com 53.9% desses recursos para o pagamento de tributos. Ao passo que o esforço dos que se encontram na outra ponta da tabela e recebem acima de 30 salários mínimos ficou na casa dos 29%. O total de dias trabalhados para o pagamento de impostos por esses trabalhadores de baixa renda foi de 91 dias a mais no ano do que os que se encontram no topo da tabela. (*idem* – grifos nossos)

Além de apontar números que mostrem a injustiça, como os que trouxemos destacados acima, *CA* mostra o que isso representa em relação à riqueza produzida no país. O problema, segundo a reportagem, não é a carga tributária bruta, em 2008, ter atingido “36,2% do PIB”, mas grande parte deste montante ter sido destinado para o pagamento de juros:

Em termos percentuais, os juros e encargos da dívida (...) representaram 3,81% do orçamento fiscal e da seguridade. No mesmo período, o governo federal gastou 0,76% com a educação de ensino superior. Os gastos da União com a saúde representaram 1,51%. Para a habitação o governo despendeu 0,01%” (idem, p. 12).

Os números apontam que o investimento do governo em áreas como educação, habitação e saúde, nas quais o país tem grandes deficiências, receberam muito menos recursos que o pagamento da dívida pública.

Outro problema, desta vez tratado de forma qualitativa pela reportagem, é a tributação sobre a renda e a riqueza. “A legislação tem de ser modificada para corrigir essas distorções. Tem de se criar mais alíquotas no imposto de renda, (...) tributar a propriedade, o automóvel, apartamento, a herança, lancha, ferrari, o iate...” (idem – grifos nossos). Os termos grifados remetem, implicitamente, à taxação de grandes fortunas.

Quanto à taxação da propriedade, *CA* quantifica com numerais o valor irrisório pago pelos fazendeiros em 2006: “o valor pago pelos donos da terra representou R\$ 0,3 bilhão de um total de R\$ 141,1 bilhões de tributos arrecadados incidentes sobre a propriedade e renda do capital”. O adjetivo escolhido pelo autor da reportagem para qualificar a opinião do professor de Economia da Unicamp Waldir José de Quadros revela o posicionamento de *CA*: “A baixa tributação da terra no Brasil também deixa o professor indignado.” (idem, p. 14)

A indignação continua: “Os empresários, como pessoas físicas, não pagam um tostão de imposto de renda quando transferem os lucros de suas empresas. (...) Além desse subterfúgio, os setores empresarial e financeiro também se valeram de outro mecanismo para engordar ainda mais seus recursos: o juro de capital próprio.” (idem, p. 17 – grifos nossos). Se não bastasse a isenção dos empresários, que não desembolsam um tostão como pessoa física, eles ainda dão um jeito de recheiar ainda mais seus cofres.

Ao fim da matéria, *CA* reafirma (com embasamento na fala do presidente da delegacia

de Campinas do Unafisco, Paulo Gil Introíni) o que havia trazido em seu subtítulo: “Para Gil, a carga tributária do país é profundamente mal distribuída: “Há um falso debate, se é alta ou baixa. A pergunta fundamental que tem de ser respondida é quem é que paga a conta (...)’ ” (p.18 – grifo nosso). A escolha do advérbio, reforçada pelos diversos dados que a matéria traz (entre eles a tabela “Peso da carga tributária por país e dispêndios com juros”, que traz números de 18 países, incluindo o Brasil), ressalta o tamanho do problema.

Em *LMDB*, “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 7, p. 39 da Parte 2) é matéria construída de forma um pouco mais acadêmica. O mensário explica o que é o trabalho escravo contemporâneo, quando e por que surgiu, e enumera as situações em que ele acontece hoje no Brasil: “Tal processo ocorre em três situações: a) Há atividades que, por motivos técnicos (...)” (idem, p. 40). As três situações aparecem ao longo do texto como a, b e c, assim como encontraríamos em um discurso mais técnico, o que não costuma ser o caso do jornalístico.

LMDB usa, ainda, ao longo de todo o texto, o jargão econômico. É o que vemos no excerto abaixo:

Dois modos de produção atuam de forma complementar e simultânea. O modo arcaico serve ao moderno para garantir uma expansão do capital (terras e benfeitorias), sem que seja necessário capitalizar grandes montantes de mais-valia provenientes da parte moderna, garantindo que esta mantenha sua competitividade no mercado enquanto cresce. (idem, p. 41 – grifos nossos)

Mesmo assim, o mensário não deixa de tentar envolver e emocionar o leitor. Muitas vezes, busca uma descrição mais forte da situação em que vivem os trabalhadores, usando adjetivos como “perversos contratos”, “condições degradantes”, “forma mais cruel” e “formas extremas de exploração”. Substantivos parecem buscar o mesmo efeito: “a superexploração

do trabalho”, “essa pilhagem constante da força de trabalho”, “ameaças de espancamento”, etc.

A descrição da situação de alguns trabalhadores também tende a comover o leitor e a prender sua atenção: “Algumas pessoas não eram pagas há meses, recebendo apenas comida e alojamento – pequenas barracas de lona nas quais se amontoavam, em redes, famílias inteiras. A água que utilizavam era imprópria e servia ao mesmo tempo para consumo, banho e lavagem de roupa.” (idem, p. 41).

“Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 8, p. 44 da Parte 2), por sua vez, vem repleta de numerais que mostram, por um lado, exploração de cobre na Zâmbia e, por outro, problemas trabalhista e ambiental no país. No trecho a seguir, por exemplo, *LMDB* afirma que uma das empresas mineradoras paga salários acima da média do mercado:

a KCM oferece salários líquidos de 5 milhões de kwachas (cerca de R\$ 2.100) por mês e participação no capital da empresa – num país onde a renda média mensal dos 400 mil empregados formais gira em torno de 2 milhões de kwachas (R\$ 840). Enquanto 68% dos 11 milhões de habitantes vivem com menos de R\$ 4 por mês. (idem, p. 44 – grifos nossos)

O mensário afirma, no entanto, que se trata de uma exceção e que a privatização trouxe desemprego e pobreza ao país. É o que vemos com o auxílio de numerais em “Desde o final dos anos 1990, 257 de 280 empresas da Zâmbia deixaram o setor público. Cerca de 100 mil trabalhadores foram demitidos ao longo do período, dentre eles os 40 mil da estatal Zambia Consolidated Copper Mine (ZCCM)” (idem, p. 44 – grifos nossos).

Além de serem responsabilizadas por desemprego, as empresas mineradoras transnacionais não pagam o que devem ao governo zambiano, mesmo faturando alto, segundo o mensário: “Em 2006, o cobre gerou o equivalente a R\$ 300 milhões para a Zâmbia,

enquanto a exportação do produto movimentou quase R\$ 7 bilhões [para as empresas] (...) Em 2008, estima-se que a exploração do cobre teria rendido às mineradoras outros R\$ 7 bilhões. Porém, dos R\$ 975 milhões que deveriam ter entrado nos caixas zambianos, apenas R\$ 600 milhões foram realmente recebidos” (idem, p. 47 – grifos nossos). Mesmo com taxas baixas, as empresas questionam o governo e, muitas vezes, conseguem não repassar o que lhe é devido.

Aos poucos, o governo zambiano tenta reverter a situação: “O imposto sobre as empresas passou [em 2009] de 25% a 30%. A taxa sobre o lucro subiu de irrisórios 0,6% para 3%. O Banco Mundial foi o primeiro a apoiar a medida, forçado a reconhecer a modéstia das somas até então revertidas ao tesouro zambiano” (idem). No entanto, o próprio presidente do país [em 2009] admitia uma flexibilização fiscal com as empresas, temeroso de matar a “galinha dos ovos de ouro” e levar o país a uma nova onda de desemprego.

A poluição é outra realidade afirmada por *LMDB* com numerais. Uma das grandes empresas mineradoras foi responsável pelo derramamento de resíduos tóxicos em um rio do país:

As análises químicas revelaram que um litro de água continha 38,5 mg de manganês, 10 mg de cobre e 1 mg de cobalto. Ou seja, concentrações 1,7, 10 e 10,7 vezes, respectivamente, mais elevadas que os níveis recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Com pH de 1,5, o Kafue se tornou um rio ácido. (idem, p. 45 – grifos nossos)

A descrição da poluição no rio é qualificada como uma “cena surpreendente”. A visita a uma das minas revelou-se um “espetáculo dantesco” diante da poluição encontrada pela reportagem. Um substantivo também é “emprestado” por *LMDB* para descrever a gravidade da situação - um professor universitário afirma (e *LMDB* reproduz) que o país está a ponto de viver uma “catástrofe social”.

Em “Do trabalho precário ao desemprego” (*LMDB*, nº 23, jun. de 2009 – Anexo 9, p. 49 da Parte 2), o mensário seleciona vocábulos, desde o título, que mostram a situação de trabalhadores operários de fábricas de brinquedo na região chinesa de Guangdong, em duas localidades (Chenghai e Dongguan). Se antes o trabalho era “precário”, uma das cidades, Dongguan, agora enfrenta o fantasma do desemprego.

Em outro trecho, o trabalho nas fábricas é descrito como uma “atividade penosa demais”: os operários trabalham “sentados num minúsculo banquinho”, uma tortura física diária. A figura de um prédio público é usada para mostrar decadência do governo local: “Na sede do governo municipal de Chenghai, um prédio de aspecto tão gigantesco quanto deprimente (...)” (idem, p. 50 – grifo nosso).

Desemprego é revelado a partir de números: a “cidade [Dongguan] havia sido atingida pela supressão de 66 mil empregos entre janeiro e fevereiro de 2009, enquanto outras 440 fábricas com 48 mil operários se encontravam numa situação ‘instável’.” (idem, p.23).

O quadro que acompanha a matéria traça com auxílio de numerais dois panoramas, o chinês e o de Chenghai. Os números de Chenghai mostram a situação da região: quase um terço da população é de migrantes que trabalham nas fábricas. São 3 mil empresas oficiais e outras 10 mil oficiosas (número que deixa implícito o desrespeito a leis trabalhistas e ambientais, principalmente pela falta de fiscalização em empresas ilegais).

Em relação à China, os números apontam para os efeitos da crise: a diminuição das exportações e do lucro das empresas (“queda de 8,6% em novembro de 2008 e de 7,6% em dezembro”), o desemprego (“4,3% no final do primeiro trimestre de 2009”) e a renda mensal dos operários, com distinção para camponeses e operários (“397 iuans (R\$122,10) para os rurais e 1315 iuans (R\$404,43) para os urbanos”).

CHENGHAI EM NÚMEROS

População: 800 mil habitantes oficialmente, além de 500 mil trabalhadores migrantes empregados, em sua maioria, nas fábricas de brinquedos.

Atividade: o faturamento global do setor do brinquedo alcançou o montante de 16,2 bilhões de iuans (cerca de R\$ 5 bilhões) em 2008; 80% vêm das exportações.

Fábricas: 3 mil oficialmente, 10 mil oficiosamente.

Salários: entre 14 iuans e 15 iuans (R\$ 4,31 e R\$ 4,61) para cada turno de quatro horas de trabalho. Ou seja, 900 iuans por mês (R\$ 276,79) para os operários que efetuam dois turnos por dia, 1.350 iuans (R\$ 415,19) para aqueles que efetuam três turnos.

CHINA EM NÚMEROS

Crescimento: 6,1% no primeiro trimestre de 2009; 9% em 2008; e 10,7% em média entre 2003 e 2007.

Total das exportações: US\$ 1,4 trilhão em 2008, o equivalente a 35% do produto interno bruto.

Faturamento da produção total de brinquedos: US\$ 12,3 bilhões em 2008. Em janeiro de 2008, 8.610 empresas estavam registradas junto aos serviços alfandegários chineses. Em dezembro, esse número havia diminuído para 4.388.

Faturamento do total das exportações de brinquedos: US\$ 8,6 bilhões em 2008, um montante em crescimento de 1,8% em relação a 2007. Mas a queda foi de 8,6% em novembro de 2008, e de 7,6% em dezembro de 2008; 67,1% dos brinquedos produzidos são exportados para os Estados Unidos e a Europa.

Renda mensal líquida de um operário: 397 iuans (R\$ 122,10) para os rurais e 1.315 iuans (R\$ 404,43) para os urbanos.

Desemprego urbano (taxa oficial): 4,3% no final do primeiro trimestre de 2009.

Fontes: Associação do Brinquedo de Changhai; National Bureau of Statistics of China; Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos (OCDE).

(idem, p. 55)

“O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (*LMDB*, nº 28, nov. de 2009 – Anexo 10, p. 56 da Parte 2) também traz informações, quantitativas e qualitativas, que remetem, de forma implícita subentendida, à difícil situação de operários de montadoras em Tijuana, na divisa do México com os EUA. Os números referem-se aos trabalhadores das maquiladoras. Eles sofrem “abusos flagrantes” e recebem aproximadamente “755 pesos mexicanos por semana, cerca de R\$ 98”.

Além disso, o calor em algumas empresas de tecnologia é apresentado por *LMDB* como “sufocante”. Especialistas citados afirmam, ainda, que os “empregos [são] precários e mal remunerados” e que os “abusos [estão] cada vez mais escandalosos”. Desempregados, os operários que enfrentam filas diariamente em busca de emprego “estão todos aterrorizados”.

Outra estratégia lexical usada por *LMDB* para retratar a realidade em Tijuana é a ironia. Na abertura do texto, um dos entrevistados diz: “Crise? Qual crise? Ah, existe uma nova crise? Bem, em Tijuana nós jamais saímos dela!”, afirma Jaime Cotta, sempre sorridente. Apesar de todas as desgraças que passam por seu escritório (...)” (idem, p. 56). Ao ironizar uma nova crise e dizer que nunca se saiu de crise, ele afirma, de forma subentendida, que a região nunca experimentou de verdade a prosperidade, como se quis um dia pensar.

A ironia também aparece em “uma bela manhã ele foi demitido e recusou o cheque irrisório de indenização que lhe ofereceram” (idem, p. 57). Segundo *LMDB*, um funcionário foi demitido porque estava alertando os colegas em relação às más condições de trabalho na fábrica. A expressão “bela manhã” inverte o sentido de “bela” ironicamente.

b) Seleção de personagens

Veremos agora como cada mensário seleciona seus personagens, abrindo ou não espaço para que os próprios trabalhadores se posicionem em suas matérias. Começando novamente por *CA*, em “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, nº 147, junho de 2009 – Anexo 1, p. 3 da Parte 2), temos, já no título, o primeiro personagem coletivo: “mulheres” especifica qual tipo de tráfico humano a matéria priorizará. Outros termos usados para se referir a elas são “‘putas’ brasileiras” (usado no depoimento de uma vítima), “mulheres em situação de tráfico” e “afrodescendentes, com idade entre 15 e 25 anos” (grupo mais suscetível).

A personagem Maria é a primeira a individualizar as vítimas, logo no parágrafo de abertura:

Dia 11 de julho de 2007. Aeroporto de Guarulhos, São Paulo. Uma mulher é encontrada com a cabeça apoiada numa toalha e pés sobre uma cadeira. São sinais de cansaço, depois dos quatro dias morando na sala de desembarque do terminal 2, até que um funcionário da Infraero percebe sua situação e vai ajudá-la.
Deportada de Zaragoza, na Espanha, onde era trabalhadora sexual, Maria tenta, sem sucesso, entrar em contato com os seus familiares.
(idem, p. 3)

O nome da personagem, como das demais vítimas do tráfico de mulheres, é fictício, como apontado por *CA* em nota de rodapé. Além de Maria, mais três vítimas do tráfico sexual: Baiana, uma adolescente de 16 anos; S., uma universitária do Rio de Janeiro; e, ao fim do texto, em um box separado, uma mato-grossense prostituída aos 23 anos, que dá seu depoimento de forma detalhada, ocupando 12 parágrafos da matéria.

Além das mulheres, vítimas de exploração sexual, há os personagens coletivos “migrantes bolivianos, paraguaios e colombianos”, que têm sua força de trabalho explorada no Brasil. No box “O mercado de pessoas rende US\$32 bilhões”, os personagens coletivos

são tratados de forma mais geral: “2,4 milhões de seres humanos [são] traficados no mundo. Desses, 43% são para a exploração sexual e 32% são de exploração econômica, além dos 25% de vítimas escravizadas para os dois fins.” (idem, p. 8).

Três outros grupos de personagens estão no discurso de *CA*, todos ligados às vítimas: os familiares; os aliciadores ou exploradores; e os pesquisadores e integrantes de ONG. Os familiares são, em alguns casos, apresentados como responsáveis diretos ou indiretos da prostituição. Podem ser aliciadores das vítimas, caso da tia de Baiana, que já morava na Suíça, ou terem abusado delas (“Essas mulheres podem ter sofrido abusos sexuais – estupro, sedução, atentado violento ao pudor, abandono, negligência ou maus tratos – de membros da família ou de conhecidos próximos.” – idem, p. 5). São, ainda, usados para fazer chantagem com elas (“Ele me ameaçou, disse que se eu não pagasse a dívida com ele, ele viria ao Brasil e mataria a minha família e que eu nem tentasse.” – idem, p. 9).

Os exploradores aparecem, principalmente, como personagens coletivos: “aliciadores”; “culpados”; “estrangeiros que visitam o Brasil em busca do turismo sexual”; “crime organizado de tráfico de pessoas”; e “máfia” são algumas das designações usadas para se referir a eles. Os personagens individuais, por sua vez, não são identificados: “Homem” [que me levou]; “homem podre”; “o cara [passa a cafetizá-la]”; “um surinamês”; “um brasileiro que se deu bem lá, ou um holandês [se aproveitam delas]”. Há, ainda, o personagem coletivo “funcionários públicos que facilitam o tráfico pelas fronteiras”, cuja corrupção muitas vezes possibilita a exploração dessas mulheres.

Por fim, há os personagens que lutam para acabar com o tráfico ou revelar o que de fato acontece. Podem ser personagens coletivos, como “Posto de Atendimento Humanizado da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad)”, “pesquisadores de todo o País” ou “Ministério da Justiça”. Podem ser, ainda, personagens

individuais, com ou sem identificação. No primeiro caso temos “uma assistente social da Asbrad”. No segundo, as “sociólogas Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, da Universidade de Brasília”, “Frans Nederstigt, do Projeto Trama – consórcio de Ongs do Rio de Janeiro que atende vítimas de tráfico” e “Marcel Hazeu, da Ong Só Direitos”.

Podemos perceber, dessa forma, que personagens coletivos e individuais são convocados por *CA* para ocuparem seus respectivos papéis na cadeia do tráfico humano. É interessante notar, no entanto, que somente as vítimas e as pessoas ou entidades ao lado delas têm voz. A matéria não busca ouvir aliciadores ou traficantes (que poderiam, por exemplo, tentar justificar o que fazem culpando a falta de oportunidade que tiveram ou o desemprego), mas personificar o sofrimento das trabalhadoras, que dão seus depoimentos, e traçar um panorama da questão, a partir do depoimento de especialistas.

Em “1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (*CA*, nº 152, nov. de 2009 – Anexo 4, p. 25 da Parte 2), temos como primeiro personagem um bilhão de pessoas famintas [em 2009]. No título (e em outras passagens) esse personagem coletivo é também designado como “mortos vivos” devido à situação de risco e subnutrição em que estão.

Outros personagens coletivos são citados logo no primeiro parágrafo: “população mais pobre” e “pequenos agricultores”. Os dois se sobrepõem na afirmação do diretor da FAO (primeiro personagem individual), Jacques Diouf: é nas “áreas rurais onde trabalham e vivem 70% das pessoas que passam fome no mundo” (idem, p. 25). Podemos ver, assim, já no título e no primeiro parágrafo, que o texto tem foco no personagem pobre, e, principalmente, no trabalhador pobre. Se 70% das pessoas que passam fome ‘trabalham e vivem’ no campo, podemos inferir o implícito de que 700 milhões de pessoas dependem, direta ou indiretamente, do trabalho rural. Trata-se de uma situação irônica: “justamente nas áreas rurais, aquelas responsáveis pela produção de alimentos, ‘vivem 70% das pessoas que passam

fome no mundo’.” (idem).

Se os trabalhadores e pobres aparecem como personagens vítimas da situação, no quarto parágrafo o texto refere-se aos exploradores, no entanto de forma implícita. Os empresários do agronegócio aparecem como personagens implícitos em expressões como “concentração de riqueza”, que deixam implícitos um grupo rico e outro pobre, e “vastos latifúndios”, que deixa implícitos os latifundiários. O mesmo acontece em “comércio mundial de máquinas agrícolas” (que implica compradores e vendedores); “grandes culturas mecanizadas”; e “grandes plantações”, entre outras expressões.

O personagem coletivo empresarial só aparece de forma explícita no oitavo parágrafo (de dez): a “Cutrale” e “outras agroempresas” são aqueles que tratam a comida como mercadoria especulativa, não como um direito do ser humano ou “mercadoria sagrada”, como afirma CA. Além disso, são superexploradoras do trabalho de seus empregados, tese reafirmada ao longo de todo o texto.

A ‘mídia gorda’²⁷ e seus especialistas são mais um personagem coletivo. Eles são acusados de omitir a “verdadeira” relação das agroempresas e suas monoculturas com a fome. O grupo é, ainda, responsável por divulgar algo que não seria verdadeiro, uma inversão de valores segundo CA: “são criminosos os que lutam em defesa do mais sagrado dos direitos humanos, o direito à vida, e são tratados como vítimas (e heróis) os monstros, os carrascos, os que especulam com a comida.” (idem, p. 26).

Os falsos “criminosos” a que se faz referência no trecho acima são os integrantes do MST (Movimento Sem Terra), outro personagem coletivo que aparece explicitamente apenas

²⁷ O adjetivo ‘gorda’ é usado para se referir à grande mídia ou mídia de referência e remete aos contratos publicitários milionários que o setor possui, gerando rendas fartas, o que leva outros grupos midiáticos a acusá-los de proteger grandes empresas e patrocinadores.

no fim do texto, no último parágrafo: “A mídia ‘gorda’ fez questão absoluta de ocultar a reivindicação central do MST no caso Cutrale (...). Não está em jogo, apenas, saber se o MST destruiu ou não meia dúzia de pés de laranja, mas sim o significado do agronegócio para o Brasil e para o mundo” (idem). O texto se refere ao embate entre MST e Cutrale, sendo o primeiro amplamente acusado pela mídia de referência, à época, de destruir bens da empresa, entre eles parte de plantações de laranja. Como afirma *CA*, os verdadeiros ‘monstros’ e ‘carrascos’, tratados como heróis pela grande imprensa, são os que especulam com a comida (e não os “invasores” do MST).

CA opõe, dessa forma, dois grupos de personagens. De um lado estão os trabalhadores rurais, MST e demais explorados em seus trabalhos e vítimas da fome causada pela crescente modernização da agricultura, à qual não têm acesso, e pelo aumento de monoculturas que agravam o problema de alimentos do mundo. Do outro lado, estão os grandes empresários do agronegócio, responsáveis por especular com a comida e explorar os trabalhadores rurais, e a mídia ‘gorda’ e os “donos da mídia”, que não revelam essa situação. A FAO acaba relacionada ao segundo grupo, já que compactuaria com a fome ao ter como meta reduzir o número de famintos pela metade (em vez de acabar com a fome), como apontado no sétimo parágrafo (“A FAO, há muito tempo, compactua com a barbárie”).

É interessante notar que a maior parte desses personagens é somente citado por *CA*. Não têm falas reproduzidas (nem de forma direta, nem indireta) e são personagens coletivos, sem rosto. A exceção é o diretor geral da FAO, Jacques Diouf, que, no entanto, não foi entrevistado por *CA*. O que o mensário fez foi recortar trechos do discurso do diretor “durante a celebração do Dia Mundial da Alimentação”, como afirma.

Em “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 7, p. 39 da Parte 2), temos dois grupos de personagens antagônicos: trabalhadores rurais, de um lado,

e empresários, de outro.

Os trabalhadores são denominados “milhares de trabalhadores rurais”; “31 mil pessoas [em situação de escravidão moderna em 2009]”; “mão de obra escrava”; “exército de reserva de mão de obra”; “força de trabalho”; “catadores de raízes”; “peões”; “vaqueiros”; “escravos contemporâneos e trabalhadores assalariados [que convivem nas fazendas]”. São vítimas de condições precárias de trabalho, têm sua liberdade cerceada e sofrem torturas psicológicas e físicas, em especial dos “gatos”, intermediários a serviço dos patrões.

Há, ainda, “populações indígenas, camponeses, comunidades quilombolas ou ribeirinhas”. Esses personagens não são apontados, explicitamente, como vítimas da escravidão moderna. Mas *LMDB* afirma que o capitalismo cresce em áreas onde não existia antes e que a ocupação dessas regiões onde as populações tradicionais brasileiras viviam faz parte da expansão do agronegócio. Assim, podemos inferir o implícito de que, além de perderem suas terras para grandes plantações ou pastos, provavelmente esses personagens vão integrar o contingente de trabalhadores explorados pelo agronegócio.

Esses personagens trabalhadores não têm rosto ou voz. Mesmo nas fotografias que ilustram a matéria, eles aparecem de costas ou com olhos baixos. É uma forma de fazer referência implícita ao todo, aos “milhares de trabalhadores rurais”.

Do lado dos personagens empresários, exploradores da mão de obra, encontramos as seguintes denominações: “fazendas e carvoarias”; “empregador”; “produção capitalista”; “empreendimentos agropecuários”; “capital”; “capitalista”; “empresários”; “fazendeiros”; pecuaristas proprietários de terras”; fazenda “Peruano”; fazenda “Entre Rios”; “lavouras de cana-de-açúcar em Campos dos Goitacazes, estado do Rio de Janeiro”; fazendas de extração de resina, no interior de São Paulo”; fazendas de soja e algodão” [todas ligadas a contratos de trabalho ilegais]; e “empreendimentos pecuaristas”. São, mais uma vez, expressões que

remetem ao coletivo.

A exceção são os personagens individuais Manoel Barbosa Lopes Júnior, proprietário da fazenda Entre Rios, e seu gerente Clóvis. Na fazenda, havia 22 trabalhadores em situação ilegal, que alegaram terem sido espancados pelo gerente. Nenhum dos dois é procurado pela reportagem. A terceira personagem individual é ouvida por *LMDB*: “De acordo com Valderez Monte, auditora fiscal e coordenadora da operação, os trabalhadores sempre ouviam o gerente dizer que ‘maranhense tem que apanhar mesmo de facção’” (idem, p. 41). Valderez é a única personagem individualizada de um grupo de personagens coletivas: entidades e organismos que combatem o trabalho análogo ao escravo. São eles o Ministério do Trabalho e Emprego; a Comissão Pastoral da Terra (CPT); e o “grupo móvel de fiscalização do governo federal” ou “auditores do Ministério do Trabalho e Emprego”. Esses personagens institucionais estão ao lado dos trabalhadores, em defesa deles.

Os personagens “ditadura militar”; “setores cúmplices ou coniventes do Estado”; “governos federal, estadual e municipal”; “Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Banco da Amazônia (Basa)” aparecem na matéria somente como coletivos. Além de coniventes com a exploração, organismos como a Sudam, BNB e Basa são acusados de terem financiado por longos anos empreendimentos que exploravam sua mão de obra.

“Do trabalho precário ao desemprego” (*LMDB*, nº 23, jun. de 2009 – Anexo 9, p. 49 da Parte 2) aborda, como o próprio título indica, más condições de trabalho e o aumento de desemprego. Os locais, dessa vez, são Chenghai e Dongguan, na região de Guangdong, na China, e as personagens principais são trabalhadores de fábricas de brinquedo. “Milhares de operários”; “operária”; “jovens mães”; “funcionários”; “homens e mulheres jovens” são termos que se referem a homens e mulheres que trabalham nas fábricas de brinquedo. Eles

são, na maioria, antigos camponeses.

Alguns dão seu depoimento. “Mei Lan, migrante originária de uma aldeia da província do Guangxi” estava sem trabalhar, para cuidar da filha de seis meses, quando foi entrevistada. Ela afirma que muitas fábricas aceitavam que as mães levassem seus filhos para o trabalho, mas que ela esperaria a criança ter idade para ir à creche antes de retornar ao trabalho.

Xu Hong veio de uma aldeia e ganhava entre 1.300 e 1.400 iuans mensais. Com a redução das encomendas, o patrão havia avisado que os trabalhadores tirariam folgas não remuneradas.

Personagens patrões, por sua vez, se dizem afetados com a crise econômica. O sr. Wang, dono de uma pequena fábrica, diz que sua empresa reduziu o número em função da queda de encomendas de outros países. O fundador da fábrica You Yi Toys, que não tem seu nome revelado, disse que sua companhia estava contratando em 2008, mas teve que reduzir o ritmo em 2009 e contava com apenas 300 funcionários. John X, um dos executivos da Haipengda Plastic Toys que pediu para não ter seu nome revelado, afirma: ““Para atrair e manter os operários, nós temos de oferecer-lhes condições de vida melhores do que as de outros lugares”” (idem, p. 50).

É comum que os empresários ofereçam alojamento e alimentação gratuita aos funcionários. No entanto, *LMDB* revela que a atividade pode ser “penosa demais”, sendo que “operários não trajam (...) nem mesmo uma roupa de proteção contra os produtos químicos. O mesmo ocorre com seus colegas que, sentados num minúsculo banquinho, são encarregados de controlar a qualidade da produção.” (idem, p. 51).

Governos locais e um governo provincial chinês são personagens coletivos institucionais acusados de não fiscalizar a aplicação de leis trabalhistas e as condições nas fábricas, como podemos ver no trecho abaixo no depoimento do personagem individual

senhor Xie, que dirige uma agência de empregos:

“É verdade que as empresas nada têm a temer por aqui. Todas elas contam com a proteção das autoridades locais e do governo da província, e, portanto, não respeitam a lei. Há uma única exceção: a Audley, que é a maior companhia de brinquedos da cidade. Por quê? Porque ela produz brinquedos para marcas estrangeiras famosas como a Disney ou a Bandai. Sua política social é vigiada de muito perto pelos seus clientes”. (idem, p. 52)

Já o personagem coletivo governo central, segundo um dos personagens individuais, o trabalhador “Cao Yuanfang, um migrante de 25 anos”, não consegue impor-se regionalmente: “O governo central de Pequim não tem condições para impor sua política aqui. Os patrões não estão nem aí com essa lei, se eu ficar doente, terei de pagar com meus próprios recursos”, diz.” (idem). Por outro lado, como afirma *LMDB*, o governo central tem adotado medidas para combater a crise: “as autoridades municipais empreenderam uma vasta operação de reformas das suas infraestruturas, contando com a liberação de verbas que foi aprovada por ocasião da votação do plano nacional de recuperação da economia, lançado pelo governo” (idem, p.53).

Mesmo que abra espaço para os empresários falarem e trate do plano de recuperação nacional, *LMDB* posiciona-se ao lado dos trabalhadores. Através de depoimentos, o mensário afirma implicitamente que ambientes insalubres ou falta de fiscalização não são justificáveis, nem pela crise econômica nem por outro motivo qualquer.

c) Relações entre explícitos e implícitos

A partir dos elementos que apresentamos acima (seleção lexical e seleção de personagens), vimos como o discurso jornalístico vai, aos poucos, construindo seu posicionamento. Veremos agora, nesta seção, como ele o faz muitas vezes de forma implícita pressuposta ou subentendida. Trata-se de pistas ou afirmações que ele faz explicitamente ao longo de todo o texto para que o enunciatário construa outra cadeia de sentidos, esta baseada nas inferências realizadas ao longo da leitura.

Em “1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (*CA*, nº 152, nov. de 2009 – Anexo 4, p. 25 da Parte 2), vimos que *CA* se coloca a favor dos trabalhadores rurais e do direito à alimentação, por um lado, e contrário aos megaempresários do agronegócio e do mercado especulativo de bens alimentícios, por outro. Apesar de o posicionamento do mensário ficar claro, muitas dessas ideias ficam nas entrelinhas, na relação entre o dito (ou explicitado) e o sugerido, que tem que ser inferido pelo enunciatário (implícitos subentendidos).

Em um dos trechos da matéria (“vasto exército de seres humanos forçados, quando podem, a vender sua força de trabalho por valores aviltantes em grandes plantações” - idem, p. 26 – grifo nosso) fica explícita a exploração dos trabalhadores rurais. Fica implícita subentendida a relação capital x trabalho e a mais valia – o capitalista sempre explora os seus trabalhadores, já que há excedente entre o valor do que produzem e o valor do que lhes é pago.

Além disso, a terra deveria ser tida como um bem comum, o que, implicitamente, remete à injustiça socioeconômica de apenas uma pequena parte da população ter acesso à maior parte dessa riqueza e, conseqüentemente, a esse meio de produção. Fica implícita, ainda, a necessidade de reforma agrária em nosso país, que garantiria o acesso a todos a esse

bem.

Num outro trecho, um aspecto da relação capital x trabalho é explicitado: o lucro (“O comércio da comida deveria ser submetido ao primado da segurança alimentar, priorizando o ser humano, e não o lucro.” - idem) Aqui o termo aparece explicitamente, assim como fica clara a denúncia de que o lucro muitas vezes se sobressai aos seres humanos para aqueles que fazem comércio. E fica implícito subentendido que os responsáveis por essa inversão de valores são os agroempresários – afirmação explicitada adiante, em outros trechos da matéria. Pequenos comerciantes e pequenos produtores não são acusados, nem explícita nem implicitamente, por *CA*.

Podemos ver, assim, que mesmo evidenciando boa parte de suas ideias e afirmando alguma delas com veemência (como faz em “a razão para o aumento da fome e da subnutrição é bastante simples: a crescente concentração de riqueza, traduzida na implantação de vastos latifúndios que exploram monoculturas”), o mensário deixa muitas inferências ou construções de sentido a cargo do leitor. Além das que apontamos acima, no embate entre capital trabalho, há várias outras, como a ideia de que monoculturas (como cana de açúcar e soja) não estão voltadas, no geral, para a alimentação da população, mas para a produção de combustíveis e alimentação de animais.

“Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (*CA*, nº 151, out. de 2009 – Anexo 3, p. 19 da Parte 2) traz já no título um importante implícito pressuposto. “Mantém” (usado no título e em outros pontos da matéria) implica que os aposentados já sofriam com perdas antes da decisão do governo. O implícito torna-se explícito adiante, no texto: “Os três mecanismos que penalizam milhares de aposentados foram introduzidos no cenário nacional pelo governo do ex presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 90.” (idem, p. 19).

Outra regra prejudicial teria sido mantida pelo governo petista: “O desvio de recursos

previsto pela DRU foi possível devido à legislação aprovada na gestão do tucano e mantida intacta na do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.” (idem, p.20). Além disso, o governo é acusado de incentivar as previdências privadas através dos sindicatos: “O governo Lula também prosseguiu com a regulamentação dos planos de previdência complementar fechados, nos quais os sindicatos podem gerir e incentivar seus sócios a aderir a esses planos de previdência privada, que também contribuem com a movimentação da ciranda financeira.” (idem, p. 22).

No entanto, mesmo com essas acusações explícitas, *CA*, implicitamente, desculpa o presidente. Além de usar o verbo “atenuar”, que destacamos acima, traz dois personagens, um especialista e um aposentado, que depõem a favor dele.

Segundo o professor da Economia da Unicamp Eduardo Fagnani, o ponto crucial da questão seria “o fato de o mercado de trabalho ter sido comprimido ao longo de duas décadas e meia e na ausência de crescimento econômico. (...) Ele considera que a segunda gestão do presidente Lula melhorou significativamente o crescimento econômico do país” (idem, p.21). Implicitamente, o depoimento do professor alivia as acusações feitas, já que o governo estaria trabalhando em um dos fatores primordiais para resolver o problema da despesa com a seguridade.

O segundo personagem é o aposentado Antonio Valeri.

O ex metalúrgico não debita na conta do ex colega de profissão e atual presidente da República uma fatura alta. “O Lula entrou lá e disse que ia melhorar para nós, mas continua a mesma coisa do Fernando Henrique. Mas eu não vou xingar ele, porque foi o único que ajudou o Brasil. Estacionou a inflação e sustentou até hoje, senão não dava nem para comer”, ressalta. (idem, p. 23).

A acusação de *CA* está presente na fala de Valeri: Lula manteve as perdas previdenciárias (o que vem sendo explicitado desde o título). No entanto, como afirmaram o especialista e o aposentado, voltou a trazer crescimento para o país. Fica implícito subentendido que, apesar de não ter feito o que poderia/deveria, o petista estaria solucionando o problema do crescimento, o que traria novos empregos formais e mais dinheiro para a seguridade social.

Vejamos agora alguns aspectos da relação entre explícitos e implícitos em *LMDB*. A matéria “Uma outra matriz produtiva” (*LMDB*, nº 18, jan. de 2009 – Anexo 6, p. 36 da Parte 2) discute, em três períodos políticos brasileiros, as relações entre o agronegócio e a reforma agrária.

O regime militar é o primeiro deles. O governo é acusado de interromper o projeto de João Goulart e Celso Furtado, “uma proposta de reforma agrária que talvez tenha sido a mais avançada na história de nosso país” (*idem*, p. 36).

Na década de 90, “com o neoliberalismo em voga, essas empresas [transnacionais do agronegócio] continuaram crescendo, pois o capital financeiro injetou montantes significativos na agricultura” (*idem*). Fica claro o período histórico, fica implícito subentendido que no governo FHC o neoliberalismo ganhou forças no país.

O terceiro momento é o da época da matéria [2009]. No trecho abaixo, *LMDB* acusa Lula de não agilizar a reforma agrária.

Em 2008, das 18.630 famílias oficialmente assentadas pelo governo federal, apenas 2.366 são novas, enquanto o restante são ainda regularizações de projetos de assentamentos dos anos anteriores. É uma vergonha para aqueles que tinham um compromisso histórico com a reforma agrária. (*idem*, p.37-38)

Através de numerais, *LMDB* explicita que os assentamentos em 2008, durante o governo Lula, foram “uma vergonha”. Fica implícito subentendido o motivo da vergonha: entre “aqueles que tinham um compromisso histórico com a reforma agrária” estão integrantes do PT, principal partido do governo Lula.

“Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 8, p. 44 da Parte 2) afirma explicitamente no subtítulo da matéria:

Com suas minas de cobre privatizadas, a Zâmbia não se beneficiou da alta dos preços das matérias-primas nesses últimos anos, apenas as empresas mineradoras e seus acionistas. Mas, agora, quem está pagando os custos da queda dos preços são os mineiros, suas famílias e o meio ambiente. (idem, p. 44)

Segundo o mensário, as empresas mineradoras teriam se beneficiado da alta cotação do minério durante anos, o que não teria acontecido com a “Zâmbia”, personagem coletivo que, implicitamente, remete à população do país.

Se explicitamente *LMDB* culpa as empresas mineradoras por problemas sociais no país, no trecho a seguir fica implícito subentendido que o governo federal seria o responsável por baixas exigências no que diz respeito a direitos trabalhistas e meio ambiente: “segundo a Fundação Bench Marks, na Zâmbia as ‘filiais de empresas extrativistas operam com exigências muito menores em termos de saúde, normas de segurança e respeito ao meio ambiente que aquelas aplicadas em suas sedes localizadas em países desenvolvidos’.” (idem, p. 46). As exigências são estabelecidas e fiscalizadas pelos governos, por isso o implícito governo zambiano é responsabilizado.

Além disto, *LMDB* faz a seguinte afirmação explícita sobre o presidente do país [em 2009]: “o presidente Rupiah Banda anunciou que seu governo estava discutindo uma flexibilização fiscal com as empresas mineradoras. ‘Não devemos matar a galinha dos ovos de

ouro” (idem, p. 47). Na metáfora atribuída ao presidente, as mineradoras seriam implicitamente, subentendidas, a “galinha dos ovos de ouro”.

d) Silenciamento

Outra estratégia comumente usada no discurso jornalístico é o silenciamento. Diferentemente da última estratégia que analisamos, não é uma questão de deixar inferências por conta do leitor, de fornecer explícitos para que ele construa informações implícitas. Trata-se, aqui, de omitir informações, dados e fontes, optando por apagá-las.

A primeira matéria de *CA*, “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, nº 147, jun. de 2009 – Anexo 1, p. 3 da Parte 2), traz explicações para o tráfico de pessoas e um mapa indicando rotas entre Brasil e outros países do mundo. A culpa, no entanto, recai sobre trabalhadores do serviço público brasileiro e sobre o moroso sistema jurídico de nosso país.

(...) o Brasil é um país predominantemente “fornecedor” de pessoas para o tráfico, enquanto países como Espanha, Holanda, França, Itália são “receptores”. (...) A corrupção de funcionários públicos que facilitam o tráfico pelas fronteiras e a ineficiência ou morosidade do Judiciário no julgamento dos casos e na punição dos culpados, além da emigração sem documentação também fortalecem a viabilidade do crime (idem, p. 4).

CA afirma que a legislação no país estaria avançando, o que podemos inferir no trecho abaixo.

O Brasil foi uma das nações a assinar o Protocolo de Palermo, e em 29 de maio de 2003 o conceito ali disposto foi aprovado pelo Congresso Nacional na Resolução nº 231, e posteriormente promulgado pelo Decreto presidencial do governo Lula, nº 5.107, em 14 de março de 2004, tornando-se lei ordinária federal, em âmbito interno (idem, p. 8).

No entanto, não ficamos sabendo quais são as nações que assinaram o protocolo, nem quantas são, já que o Brasil foi um dos que assinaram o documento. Assim, *CA* discute o tema a partir do que brasileiros estariam fazendo, mesmo que a própria reportagem afirme que quem lucra com o tráfico para fins sexuais são os países ditos desenvolvidos (“o lucro anual produzido pelo tráfico de pessoas gira em torno de US \$ 32 bilhões, riqueza gerada pela exploração do corpo e da força-trabalho dos traficados. Cerca de metade disso, US \$ 15,5 bilhões, vai para os países desenvolvidos.” – *idem*, p. 7-8). A responsabilidade desses países não é tematizada pela reportagem.

Em “1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (*CA*, nº 152, nov. de 2009 – Anexo 4, p. 25 da Parte 2), vimos que no embate agronegócio x trabalhadores rurais nenhum dos dois personagens coletivos é convocado a falar; nem são entrevistados empresários, nem trabalhadores. No entanto, os interesses dos trabalhadores não são silenciados: desde o início do texto a causa deles é defendida.

CA afirma que os trabalhadores foram excluídos da modernização que aconteceu no campo brasileiro. Mesmo que não proponha “a destruição das máquinas e a volta à agricultura rudimentar como solução para a fome” (*idem*, p. 26), diz ser necessário colocar a máquina a favor do homem e parar de tratar comida como “commodity, artigo de especulação negociado em mercados futuros, sem qualquer relação com a demanda real da população” (*idem*).

Já os empresários, além de não serem convocados a falar, não têm quem defenda seu ponto de vista. *CA* cita um acontecimento, o “caso Cutrale”, da invasão/ocupação do MST de uma fazenda de laranjas da empresa, mas não dá voz para que a Cutrale se defenda. Segundo o mensário, o caso teria sido mal conduzido pela “mídia gorda”, que em vez de revelar o que o MST realmente queria (discutir a questão do agronegócio), preferiu focar sua cobertura na destruição de “meia dúzia de pés de laranja”. Os proprietários da fazenda de laranjas, assim

como todos os empresários do agronegócio, têm, portanto, seu ponto de vista silenciado. *CA* poderia ter entrevistado algumas dessas personagens e contestado seus depoimentos, como faz em outras matérias. Não foi o caso aqui.

“Guerra do lixo massacra os catadores” (*CA*, nº 153, dezembro de 2009 – Anexo 5, p. 28 da Parte 2) acusa a prefeitura de São Paulo de ainda não ter feito uso da verba destinada pelo governo federal para a construção de novos galpões para a reciclagem de lixo. O montante estaria parado, segundo o mensário, por falta de vontade política do então governo municipal, que teria chegado a pedir que fossem construídas menos unidades.

CA, no entanto, não trata da política nacional de gerenciamento de resíduos. A demora para a implantação da logística reversa ou mesmo outros aspectos relativos a reciclagem em âmbito nacional poderiam ser pontos explorados e discutidos, por exemplo, por ambientalistas (que não são ouvidos na reportagem). Assim, não há qualquer questionamento em relação ao governo federal, que é posto, implicitamente, como incentivador da reciclagem.

Em “Uma outra matriz produtiva”, *LMDB* (nº 18, jan. de 2009 – Anexo 6, p. 36 da Parte 2) questiona a produção de “agrocombustíveis”, como podemos ver no excerto abaixo:

Formou-se uma aliança diabólica entre as empresas petroleiras, as automobilísticas e as transnacionais do agronegócio para atuarem nos países do hemisfério sul. O alvo eram regiões com abundância de terra, sol e água para a produção dos agrocombustíveis – que eles chamam erroneamente de “biocombustíveis”, mesmo não tendo nada de vida. (...)

Estamos assistindo a uma repetição da manipulação da Revolução Verde: as melhores terras, mais próximas das grandes cidades e dos portos, deixam de dar alimentos para produzir energia para os automóveis da classe média americana, chinesa, japonesa etc. (idem, p. 36)

LMDB silencia as vantagens do bio ou agrocombustível, energia renovável e considerada mais limpa que o petróleo. O mensário enfatiza os aspectos negativos (da

concentração de terras e do aumento da fome), omitindo os pontos positivos do combustível gerado a partir de produtos agrícolas (o que a mídia de referência faz com frequência).

Já em “O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (*LMDB*, nº 28, nov. de 2009 – Anexo 10, p. 56 da Parte 2), o governo mexicano é responsabilizado por não fiscalizar adequadamente as *maquiladoras*: “Implantadas no México na década de 1960 e potencializadas pelo tratado de livre comércio com os Estados Unidos nos anos 1990, as fábricas de montagem de peças praticamente não são fiscalizadas e exploram a mão de obra local com abusos flagrantes e chantagens cotidianas.” (idem, p. 56).

Eis o que atrai as empresas, segundo *LMDB*: “mão de obra barata, impostos praticamente inexistentes, autoridades que pouco fiscalizam e a vizinhança da primeira economia do mundo.” (idem).

Em relação ao tratado comercial entre México e EUA, *LMDB* afirma:

De 1994, ano de assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), a 2001, houve de fato uma expansão prodigiosa. (...) As primeiras falhas do modelo apareceram com o novo milênio: a recessão de 2001 nos Estados Unidos provocou a demissão de 200 mil trabalhadores nas maquiladoras da fronteira. (idem, p. 58)

Mas *LMDB* silencia a evidente geral desigualdade do México frente aos EUA e ao Canadá (que podemos inferir, por exemplo, pelo mapa trazido pela reportagem, que analisamos neste capítulo e que mostra a grande diferença entre os salários pagos nos EUA e os pagos no México, mesmo perto da fronteira entre os dois países).

4.3 Oposições discursivas

A partir das estratégias de convencimento que analisamos acima, podemos ver que a grande oposição, tanto em *CA* quanto em *LMDB*, é capital versus trabalho. Os mensários trazem personagens dos dois grupos e mostram o embate entre eles, colocando-se ao lado dos trabalhadores.

Começando mais uma vez por “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, nº 147, jun. de 2009 – Anexo 1, p. 3 da Parte 2), *CA* denuncia a exploração sexual de brasileiras, fruto, principalmente, da fragilidade social dessas mulheres. Elas são ouvidas e colocadas como vítimas. Já os exploradores, que representam o capital, lucram US\$ 32 bilhões anualmente. Metade do dinheiro vai para os países “desenvolvidos”.

“No Brasil quem paga impostos são os pobres” (*CA*, nº 150, set. de 2009 – Anexo 2, p. 11 da Parte 2) questiona a tributação brasileira, afirmando que a grande taxa indireta, sobre o consumo, penaliza os mais pobres, o que deixa implícitos os trabalhadores. Os ricos, apesar de reclamarem, não só se beneficiam da situação como conseguem diminuir ainda mais os impostos que lhe são devidos, já que podem contratar advogados especializados. *CA* defende uma reforma, em que o grande capital (a propriedade incluindo os latifúndios, também acusados de quase não pagar impostos) e as fortunas sejam mais taxados que o consumo.

“Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (*CA*, nº 151, out. de 2009 – Anexo 3, p. 9 da Parte 2) acusa a elite brasileira de sabotar a previdência social sob o falso pretexto de que o gasto oneraria o governo. *CA* rotula a afirmação de “mito neoliberal” e, com o depoimento de especialistas, afirma que a previdência sempre apresentou superávit e o que a elite (principalmente os bancos) quer é movimentar a ciranda financeira, promovendo, entre outros produtos, a previdência privada.

“1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (*CA*, nº 152, nov. de 2009 – Anexo 4, p. 25 da Parte 2) explicita no título a oposição que traz. Um bilhão de pessoas, a grande maioria do campo, passa fome. Enquanto isso transnacionais (entre elas a Cutrale) implantam vastos latifúndios de monoculturas. A tecnologia chega somente aos donos do capital no agronegócio, tornando os trabalhadores rurais cada vez menos competitivos. Além disso, os latifúndios são apresentados como os principais responsáveis do aumento da fome mundial.

“Guerra do lixo massacra os catadores” (*CA*, nº 153, dez. de 2009 – Anexo 5, p. 28 da Parte 2) traz já em seu título, agora implícita, a oposição catadores x massacradores. Ao longo da reportagem, percebemos que os responsáveis pelo massacre são, além da prefeitura municipal, que não estaria dando a atenção devida ao problema, os empresários proprietários de ferros-velhos e responsáveis pela negociação entre os catadores não cooperados e as indústrias de reciclagem.

“Uma outra matriz produtiva” (*LMDB*, nº 18, jan. de 2009 – Anexo 6, p. 36 da Parte 2) faz a mesma oposição que “1 bilhão de mortos-vivos” (Anexo 4), de *CA*, mas não a explicita no título. A matéria denuncia que as terras mais produtivas e mais próximas dos centros urbanos estariam com as transnacionais do agronegócio, enquanto os trabalhadores rurais não teriam onde plantar, já que a reforma agrária não seria prioridade para o governo federal desde a ditadura.

“Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 7, p. 39 da Parte 2), “Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 8, p. 44 da Parte 2), “Do trabalho precário ao desemprego” (*LMDB*, nº 23, jun. de 2009 – Anexo 9, p. 49 da Parte 2) e “O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (*LMDB*, nº 28, nov. de 2009 – Anexo 10, p. 56 da Parte 2) opõem empresas (do agronegócio, da mineração, da

indústria de brinquedos e da indústria eletroeletrônica, respectivamente) aos trabalhadores. Como *CA*, *LMDB* se posiciona ao lado dos últimos, denunciando a exploração de seu trabalho, configurada por baixos salários e condições insalubres de trabalho.

Na primeira, o foco são os trabalhadores rurais, em situação de trabalho análoga à escrava em latifúndios brasileiros. *LMDB* afirma que não se trata de resquícios da escravidão que vigorou no Brasil, mas de estratégias usadas por empresas do agronegócio que não dispõem dos recursos necessários para se expandirem e competirem em relação de igualdade com empresas mais modernas e capitalizadas. Economizam, assim, na mão de obra.

Já a matéria sobre mineração na Zâmbia (Anexo 8) trata da vida dos operários nas minas de cobre do país. As transnacionais, além de pagarem salários baixos e poluírem o país, são pouco taxadas pelo governo. A exploração, portanto, não traz benefícios à nação.

“Do trabalho precário ao desemprego” (Anexo 9) aborda a produção em fábricas de brinquedo na região chinesa de Guangdong, em duas localidades (Chenghai e Dongguan). Mesmo que Chenghai não esteja em recessão como Dongguan e que muitas fábricas ofereçam alojamento e refeição aos operários, *LMDB* acaba denunciando que há exploração nesses ambientes de trabalho e que o governo, muitas vezes, não fiscaliza essas empresas como deveria.

“O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (Anexo 10) discorre sobre a situação dos operários nas empresas montadoras instaladas no México, próximas à fronteira com os EUA. Baixos salários e insalubridade sempre teriam feito parte da vida dos operários. Sucessivas crises econômicas teriam agravado a situação, principalmente com aumento do desemprego.

Podemos ver assim, de forma resumida, como os dois mensários contrapõem grupos opostos e se posicionam ao lado dos desprivilegiados. Explorados x exploradores; operários x fábricas; trabalhadores rurais x latifúndios: todas essas oposições podem ser resumidas em

uma: trabalho x capital. Os exploradores são os detentores dos meios de produção de mercadorias, os explorados são os que precisam se submeter a condições subumanas de trabalho por não terem opção. *CA* e *LMDB* denunciam a relação e colocam-se ao lado dos trabalhadores, muitas vezes dando voz a esses personagens.

4.4 Credibilidade e captação

O discurso jornalístico, como já afirmamos, é construído a partir de uma dupla lógica, comercial e mercadológica. Se, por um lado, é preciso que o leitor creia no que leu (afinal, ele busca essencialmente informações nesses veículos), por outro, é preciso conquistá-lo e envolvê-lo. É preciso, portanto, fazer crer e fazer sentir (CHARAUDEAU, 2006), convencer e comover.

As estratégias de convencimento, as quais discutimos neste capítulo, podem nos ajudar a entender como os discursos de *CA* e *LMDB* percorrem esses dois trajetos. É importante ressaltar que, como os demais aspectos de um discurso, credibilidade e captação são aspectos complementares - separá-los é uma questão de tentar organizar nossa análise, muitas vezes diferenciando elementos que não apresentam uma diferença clara entre si.

Em “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, nº 147, jun. de 2009 – Anexo 1, p. 3 da Parte 2), pudemos ver que *CA* convoca brasileiras exploradas no exterior para darem seu depoimento. Elas descrevem, muitas vezes com detalhes, o que vivenciaram no exterior. Experiências sexuais traumatizantes e ameaças constantes fazem parte do repertório dessas mulheres.

Os depoimentos tendem a emocionar o leitor, mas tendem, também, a lhe mostrar, na prática, como a exploração acontece. Além da comoção, os depoimentos criam um efeito de verdade: são mulheres reais, que vivenciaram “na pele” os abusos de que trata a reportagem.

Além do depoimento dessas mulheres, *CA* convoca especialistas para falar sobre o assunto. Pesquisadores e autoridades no tema trazem números que comprovam a gravidade do assunto.

LMDB também trata da exploração do trabalho, desta vez do trabalhador rural, o que pudemos ver em “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 7, p. 39 da Parte 2). A matéria é conduzida de forma bem distinta que em *CA*, no entanto também sob a ótica de convencer e conquistar.

Em vez de trazer o depoimento das vítimas, *LMDB* traz fotos desses trabalhadores e o depoimento de fiscais do governo, responsáveis por investigar denúncias e libertá-los. São estas personagens que descrevem o que as vítimas passam. Além de trabalharem na área, são elas que saem na defesa dos trabalhadores em situação análoga à escravidão, estourando cativeiros e devolvendo-lhes a liberdade. Tendem, portanto, a ganhar a simpatia do leitor e a sua confiança.

Por outro lado, *LMDB* constrói seu texto em linguagem mais acadêmica. Como observamos na seleção lexical, chega a listar as três situações (a, b e c) em que o capitalismo ainda usa mão de obra análoga à escrava. A caracterização do autor, no fim da reportagem, é outro fator de credibilidade, já que ele é um especialista no assunto, como apontado por *LMDB*: “Leonardo Sakamoto, jornalista e doutor em Ciência Política pela USP, é coordenador geral da ONG Repórter Brasil e membro da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo”.

A seleção de personagens diretamente envolvidos no assunto, vítimas dos abusos denunciados por *LMDB* e *CA*, assim como de especialistas nas temáticas tratadas, acontece com frequência nas duas publicações. “Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (*CA*, nº 151, out. de 2009 – Anexo 3, p. 19 da Parte 2) e “Guerra do lixo massacra os catadores” (*CA*, nº 153, dez. de 2009 – Anexo 5, p. 28 da Parte 2) trazem, respectivamente,

aposentados e catadores como personagens. Nas duas matérias, eles ganham uma retranca (espécie de matéria à parte), em que figuram como personagens principais.

Na primeira, o metalúrgico Antônio Valeri conta sua história em aproximadamente dois terços da terceira (e última) página da reportagem. Imigrante italiano, ele descreve sua vinda para o Brasil e as dificuldades que enfrentou no começo. Após trabalhar 35 anos em uma fábrica, conseguiu se aposentar com nove salários mínimos. A história de luta e sucesso de Valeri serve para enfatizar a fase ruim pela qual passa na velhice. Com o salário defasado, perto dos quatro salários mínimos, ele é doente e conta com a ajuda de uma filha para se sustentar. A dignidade do trabalhador enquanto estava na ativa e a falta de dignidade com que é tratado depois de se aposentar tendem a comover o leitor.

Algo semelhante acontece em “Guerra do lixo” (Anexo 5, p. 28 da Parte 2). Na retranca, temos as histórias de vida de Vilma e Mara Lúcia. As duas são catadoras e passavam por sérias dificuldades financeiras à época da reportagem. Responsáveis pelo sustento de suas famílias, não estavam conseguindo uma remuneração digna com a ocupação. Mal paga pelos donos de ferro velho, Vilma tinha esperanças na reabertura da cooperativa da qual Mara Lúcia era presidente. Vítimas de preconceito, as duas mulheres são um exemplo de força e tendem a ganhar a simpatia dos leitores.

Em *CA*, das cinco matérias que analisamos, duas não trazem o depoimento das “personagens vítimas” entre os que selecionam. “No Brasil quem paga impostos são os pobres” (*CA*, nº 150, set. de 2009 – Anexo 2, p. 11 da Parte 2) traz políticos e especialistas para opinar sobre o assunto, no entanto não usa o exemplo de nenhum trabalhador para mostrar o peso que os impostos têm em seu salário. Por outro lado, dá voz aos ricos (através de representantes da Fiesp e da Febraban), os quais critica por reclamarem da tributação no Brasil sem motivo. Com a estratégia, um implícito subentendido é reforçar que os ricos

reclamam.

Em “1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (*CA*, nº 152, nov. de 2009 – Anexo 4, p. 25 da Parte 2), quando *CA* opta em começar seu texto com uma fala atribuída ao diretor da FAO, convoca uma autoridade no assunto (fome) e afirma implicitamente, dessa forma, sua seriedade ao tratar do tema. Tende a ganhar, assim, a confiança do leitor, mas também sua atenção (pela convocação do diretor e pelo uso da expressão “mortos-vivos” já no título, termo com forte apelo emotivo).

Mas o que parecia tomar ares de um texto acadêmico, com dados da FAO, revela-se um texto irônico, com expressões pouco lisonjeiras ao organismo e ao agronegócio. A fala de Jacques Diouf, que no início parecia tentar causar no leitor um efeito de verdade, acaba sendo usada para acusar a FAO de conivência com grandes agricultores.

Em *LMDB*, além de “Perversos contratos” (Anexo 7, p. 39 da Parte 2), outras três matérias tratam diretamente de trabalhadores em outros países: “Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 8, p. 44 da Parte 2); “Do trabalho precário ao desemprego” (*LMDB*, nº 23, jun. de 2009 – Anexo 9, p. 49 da Parte 2); “O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (*LMDB*, nº 28, nov. de 2009 – Anexo 10, p. 56 da Parte 2). Todas trazem depoimentos dos trabalhadores, alguns identificados por nome fictício, o que deixa implícita a situação de risco em que estariam. Eles não ganham uma retranca, como vimos em *CA*, mas recheiam as reportagens com os depoimentos do que vivem no dia a dia. São testemunhas de más condições de trabalho, como baixos salários, ameaças e insalubridade.

Se os personagens trabalhadores são usados para ilustrar as denúncias que os mensários fazem e tentar comover os leitores, outras estratégias parecem mais ligadas ao efeito de verdade (e, conseqüentemente, à credibilidade que a matéria jornalística terá junto

ao leitor). O uso de informações precisas é uma dessas estratégias.

Algumas matérias de *CA* trazem muitos numerais, usados como uma espécie de radiografia das temáticas tratadas. É o que acontece em “Degradação e violência no tráfico de mulheres” (*CA*, nº 147, jun. de 2009 – Anexo 1, p. 3 da Parte 2), na qual o mensário traz dados numéricos quando trata do tráfico de brasileiras para fins sexuais. O leitor tem acesso, assim, ao número de rotas que saem do Brasil com destino a países receptores de pessoas traficadas, à quantia que o tráfico de brasileiras gera anualmente e até mesmo a como este dinheiro é dividido entre os países do exterior.

“No Brasil quem paga impostos são os pobres” (*CA*, nº 150, set. de 2009 – Anexo 2, p. 11 da Parte 2) também vem repleta de números. Ficamos sabendo na matéria, por exemplo, que quem recebe um teto de dois salários mínimos de renda mensal pagou 53,9% de seu salário em impostos, enquanto os mais ricos, que recebem acima de 30 salários, pagaram 29%. *CA* aponta, ainda, que a carga tributária representou “36,2% do PIB” do país e que “os juros e encargos da dívida (...) representaram 3,81% do orçamento fiscal e da seguridade. No mesmo período, o governo federal gastou 0,76% com a educação de ensino superior. Os gastos da União com a saúde representaram 1,51%. Para a habitação o governo despendeu 0,01%” (idem, p. 12).

“Guerra do lixo massacra os catadores” (*CA*, nº 153, dez. de 2009 – Anexo 5, p. 28 da Parte 2) evidencia, também com números, descaso da prefeitura paulista com a reciclagem de lixo. A matéria denuncia que o governo federal destinou R\$ 5.965 milhões para a construção de 10 galpões para reciclagem, sendo que a prefeitura teria que contribuir com somente R\$ 228 mil, quantia irrisória comparada ao gasto mensal com a limpeza da capital paulista: R\$ 48 milhões. Outros dados revelam a situação dos catadores: o quilo da lata de alumínio, que já chegou a R\$ 4, agora vale R\$ 2; alguns catadores recebem R\$ 100 mensais; uma tarde de

trabalho, puxando uma carroça que pesa, vazia, 20 kg, rendeu a Vilma, personagem da matéria, R\$ 3,50.

“Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 8, p. 44 da Parte 2) também traz dados numéricos. Eles mostram, por um lado, riqueza gerada pela mineração de cobre na Zâmbia. Por outro, baixos salários dos empregados e poluição. É o que vemos, por exemplo, na descrição dos níveis de produtos tóxicos encontrados em um rio após um acidente: “As análises químicas revelaram que um litro de água continha 38,5 mg de manganês, 10 mg de cobre e 1 mg de cobalto. Ou seja, concentrações 1,7, 10 e 10,7 vezes, respectivamente, mais elevadas que os níveis recomendados pela OMS” (idem, p. 45).

“Do trabalho precário ao desemprego” (*LMDB*, nº 23, jun. de 2009 – Anexo 9, p. 49 da Parte 2) utiliza a mesma estratégia: apresenta os baixos salários dos operários das fábricas em uma região chinesa, trazendo os valores ao conhecimento do leitor, menos de R\$ 5 por quatro horas de trabalho. Demissões também são mostradas com números: 66 mil postos de emprego fechados no início de 2009, outros 48 mil em situação “instável”. A matéria traz, ainda, um mapa econômico da China, destacando a região de Guangdong (onde ficam as cidades de Dongguan e Chenghai, retratadas na matéria). Compara, através de dados, a situação da região e do país de uma forma geral.

Há outras formas de tentar convencer o leitor e fazê-lo crer no que lê. “Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (*CA*, nº 151, out. de 2009 – Anexo 3, p. 19 da Parte 2), por exemplo, não traz tantos dados numéricos quanto as matérias que acabamos de citar. No entanto, o uso de um vocabulário técnico deixa implícita uma suposta “expertise” do mensário e tende a fazer com que o leitor acredite no que lê.

Autoridade de quem escreve as matérias é outra questão importante. É o que vemos em duas matérias de *LMDB* de nosso corpus. A primeira é “Uma outra matriz produtiva”

(*LMDB*, nº 18, jan. de 2009 – Anexo 6, p. 36 da Parte 2), que apresenta assim seu autor ao fim da matéria: “João Pedro Stédile é integrante da coordenação nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da Via Campesina Brasil”. Do ponto de vista de *CA* (e não dos empresários do agronegócio, por exemplo), Stédile tem credibilidade e conhecimento para falar sobre o agronegócio e a reforma agrária.

E “Perversos contratos de trabalho” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 7, p. 39 da Parte 2), como já afirmamos acima, traz como autor “Leonardo Sakamoto, jornalista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, é coordenador geral da ONG Repórter Brasil e membro da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo”. Assim como Stédile, ele ocupa cargos que lhe conferem autoridade e tem conhecimento para falar sobre trabalho rural em condições análogas à escravidão. Além disso, é jornalista e doutor em Ciência Política, títulos que lhe conferem o poder da palavra (se ele é jornalista, presume-se que saiba e possa escrever em veículos jornalísticos; como doutor em Ciência Política, assume ainda a posição de especialista).

Uma última estratégia que gostaríamos de ressaltar (da qual tratamos ao analisar a seleção lexical nos dois mensários, neste capítulo), também mais diretamente ligada à credibilidade, é o uso que *LMDB* faz de notas em algumas de suas matérias. É o que vemos em nosso cópulo em “Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (*LMDB*, nº 22, maio de 2009 – Anexo 8, p. 44 da Parte 2) e em “O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (*LMDB*, nº 28, nov. de 2009 – Anexo 10, p. 56 da Parte 2). As duas trazem uma série de notas ao longo do texto que levam a uma lista de referências e indicações ao fim dele. Em “Zâmbia” (Anexo 8, p. 49 da Parte 2), a lista tem quatro itens, sendo três indicações de leitura e uma referência bibliográfica. “O fim do pleno emprego” (Anexo 10) traz uma lista mais robusta, com dez itens. Além de enriquecerem e contextualizarem as matérias, as notas conferem aos textos um

tom acadêmico. Isso porque esse tipo de estrutura é mais facilmente encontrado justamente em textos técnicos e científicos. Assim, os textos, mesmo sendo jornalísticos, aparentam ser mais formais. Trazem, ainda, informações adicionais (e o caminho para outras leituras), o que tende a ganhar a simpatia do leitor que quer se sentir bem informado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmamos na *Introdução* deste trabalho, nosso estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla, realizada pelo *LinTrab - Grupo de Estudos em Linguagem, Trabalho, Educação e Cultura*, que tem como objeto diferentes discursos (entre eles o jornalístico) que trazem os trabalhadores como protagonistas. A ideia é dar destaque a esses discursos, muitas vezes preteridos por não reproduzirem o discurso hegemônico do capital.

Ao estudar *Caros Amigos* e *Le Monde Diplomatique Brasil* pretendíamos ver se seus discursos eram, de fato, alternativos, se realmente davam espaço para trabalhadores ou se defendiam o ponto de vista deles (o que não costuma acontecer em grande parte da mídia de referência em nosso país, pertencente a grandes grupos empresariais). Com a análise de elementos intra e interdiscursivos buscamos entender como são construídos os discursos desses mensários, apontando diferenças e semelhanças entre eles.

Vimos, por exemplo, que desde a primeira página *CA* e *LMDB* ganham formas um pouco diversas. A organização da primeira página, por exemplo, é diferente nos mensários. Além disso, *LMDB* tematiza assuntos nacionais e internacionais, enquanto *CA* tem foco em assuntos internos. Outra diferença é que *LMDB* se aproxima mais de um discurso acadêmico, enquanto *CA* busca tratamento mais humano para suas matérias, personificando com frequência, na temática do trabalho, o sofrimento causado pela exploração.

Mas vimos também que, se há diferenças, há pontos de aproximação. As temáticas selecionadas são semelhantes, assim como as estratégias de convencimento. A relação entre credibilidade e captação também não é significativamente distinta.

Diferenças e semelhanças à parte, o que podemos perceber ao fim de nossa análise é que *CA* e *LMDB*, no embate capital x trabalho, ficam ao lado dos trabalhadores. Em relação a

esses personagens e à temática que estudamos, são, de fato, veículos alternativos, que combatem a ideologia dominante e denunciam diversas formas de exploração.

Assim, se é através da linguagem que as ideologias são materializadas, pudemos ver que a ideologia defendida nos discursos de *CA* e *LMDB* prioriza os trabalhadores. Mesmo com diferenças na linguagem verbal e não verbal, os mensários combatem a ideologia do capital. As diferenças entre os dois tornam-se, pois, pouco representativas se pensarmos que ambos se posicionam a favor dos trabalhadores.

Gostaríamos de ressaltar que nossa análise não pretendeu, em nenhum momento, ser exaustiva (objetivo que sabemos ser inalcançável) ou mesmo descrever de maneira mais abrangente os dois veículos jornalísticos de nossos corpos.

Mas cremos haver atingido os objetivos que nos propusemos, inclusive com relação às duas hipóteses. A hipótese teórica, a nosso ver confirmada ao fim deste trabalho, é que a análise dos dois discursos jornalísticos poderia mostrar-se proveitosa se utilizássemos categorias analíticas tanto da semiolinguística quanto de estudos linguísticos anteriores a ela. No encontro destas perspectivas teóricas, pudemos levantar semelhanças em relação aos dois mensários. O produto discursivo (as 12 primeiras páginas de cada edição ao longo de 2009 e as cinco reportagens de cada mensário que trouxeram como principal percurso semântico o do trabalho) nos deu pistas sobre o processo a partir do qual essas edições e reportagens foram elaboradas, quais estratégias foram usadas na construção dos discursos das duas publicações e, ainda, quais efeitos eles tenderam a causar em seus enunciatários.

Cremos haver confirmado também nossa hipótese metodológica inicial: como veículos alternativos, *CA* e *LMDB* conferem mais espaço à temática do trabalho e aos personagens trabalhadores, posicionando-se a favor destes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail/VOLOSHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979 [1929].

_____. “Enunciação”. In: FLORES, Valdir do Nascimento [et al.] (orgs.). **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 99.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

BARTHES, Roland. **La chambre claire**: Notes sur la photographie. Paris: Éd. du Seuil, 1980.

_____. “Rhétorique de l’image”. In: **Communications**, 4, 1964. Recherches sémiologiques. p. 40-51. In: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1964_num_4_1_1027. Acesso em: 15/08/2011.

BOYER, Henri, LOCHARD, Guy. **La communication médiatique**. Paris: Éd du Seuil, 1998.

BRONCKART, Jean-Paul, BOTA, Cristian. **Bakhtine démasqué**: Histoire d’un menteur, d’une escroquerie et d’un délire collectif. Genève: Droz, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. “La critique cinématographique : faire voir e faire parler”. In: CHARAUDEAU (sous la direction de). **La presse**: produit, production, réception. Paris: Didier Érudition, 1988. p. 47-70.

_____. **Les médias et l’information**: L’impossible transparence du discours. Bruxelles: Ed. De Boeck Université, 2005.

_____. **O discurso das mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P., MAINGUENEAU, D (orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. KOMESU, F. (coord. Trad.). São Paulo: Contexto, 2004.

CHARON, Jean-Marie. **La presse magazine**. Paris: La Découverte, 2008 [1999].

DUCROT, Oswald. “As Leis de Discurso”. In: GUIMARÃES, Eduardo et al (Trad.). **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

_____. “Enunciação”. In: FLORES, Valdir do Nascimento [et al.] (orgs.). **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 105-106.

EMEDIATO, Wander. “Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas”. In: LARA, G. M. P., MACHADO, I. L., EMEDIATO, W. (Org.). **Análises do discurso hoje, volume 1**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FARIA, Antônio A. Moreira de. **Sobre Germinal: interdiscurso, intradiscurso e leitura** (tese de doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

_____. “Interdiscurso e intradiscurso: da teoria à metodologia”. In: E. A. MENDES et al (org.). **O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

_____, PINTO, Rosalvo G. *et al* (org.). **Poemas brasileiros sobre trabalhadores: uma antologia de domínio público**. Belo Horizonte: Viva Voz, 2011.

FAUSTO NETO, Antônio. **Mortes em derrapagem: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo, 1991.

FIORIN, José Luiz. “Semântica e análise do discurso”. In: MARI, H. et al. (Org.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. BH: Carol Borges e Núcleo de Análise do Discurso/FALE-UFMG, 1999.

_____. **Linguagem e ideologia**. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

_____. **Elementos de análise do discurso**. 13ª impressão. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, Valdir do Nascimento [et al.] (orgs.). **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 99-106.

GREIMAS, Algirdas J. “Enunciação”. In: FLORES, Valdir do Nascimento [et al.] (orgs.). **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 104.

GUIMARÃES, César. “Algumas notas sobre a interlocução entre a análise do discurso e a teoria da comunicação”. In: MARI, H. et al. (Org.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. BH: Carol Borges – Núcleo de Análise do Discurso/FALE-UFMG, 1999.

JAKOBSON, Roman. “Enunciação”. In: FLORES, Valdir do Nascimento [et al.] (orgs.). **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 105.

KUBO, Aurélio Takao Vieira. **Aspectos do discurso jornalístico sobre a luta pela terra**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

LAMBERT, Frédéric. **Mytographies - La photo de presse et ses légendes**. Paris: Edilig, 1987.

_____. “Photographie de presse et information”. In: ALMASY, Paul, DAVID, Francis, GARNIER, Claude et al. **Le photojournalisme – informer en écrivant avec des images**. 12ª ed. Paris: Presse et formation, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. **Analyser les textes de communications**. Paris: Armand Colin Éditeur, 2010 [1998].

_____. **Análise de textos de comunicação**. SOUZA-E-SILVA, Cecília; ROCHA, Délio

(trad.). São Paulo: Cortez, 2002 [1998].

_____. **L'énonciation en Linguistique Française**. 2ª ed. Paris: Hachette, 1999 [1994].

_____. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000 [1996].

_____. “Enunciação”. In: CHARAUDEAU, P., MAINGUENEAU, D (org.). **Dicionário de Análise do Discurso**. KOMESU, F. (coord. Trad.). São Paulo: Contexto, 2004. p. 193

_____. “Enunciado”. In: CHARAUDEAU, P., MAINGUENEAU, D (org.). **Dicionário de Análise do Discurso**. KOMESU, F. (coord. Trad.). São Paulo: Contexto, 2004. p. 54-55.

Manual da Redação – Folha de S. Paulo (1996). In: www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm. Acesso em 18/11/2011.

MOIRAND, Sophie. **Les discours de la presse quotidienne: observer, analyser, comprendre**. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.

MOUILLAUD, Maurice. “Les stratégies de la citation”. In : MOUILLAUD, M., TÉTU, J-F. **Le journal quotidien**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1989. p. 129-149.

_____. “Le titre et les titres”. In : MOUILLAUD, M., TÉTU, J-F. **Le journal quotidien**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1989. p. 115-128.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PERELMAN, Chaïm. **Tratado de Argumentação - A Nova Retórica**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31.

PINTO, Alice Regina et al. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. Viçosa, MG, 2011. 70 p. Disponível em: <<http://www.bbt.ufv.br/>>. Acesso em: 19/12/2012.

SARAMAGO, José. **Caim**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 52.

SÉRIOT, Patrick. “Préface: Voloshinov, la philosophie de l'enthymème et la double nature du signe”. In: VOLOSHINOV, Valentin N. **Marxisme et philosophie du langage** : Les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage. SÉRIOT, P. & Tylkowski-Ageeva, I (Trad.). Limoges: Lambert-Lucas, 2010. p. 13-110.

SOARES, Maria Juliana Horta. **Aspectos intra e interdiscursivos de um jornal: análise de notícias sobre transporte e trânsito no Estado de Minas (1955-1956 e 2005-2006)** (dissertação de mestrado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2008.

_____, PINTO, Rosalvo Gonçalves, FARIA, Antônio Augusto Moreira de. “Linguagem, trabalho, educação e cultura: poemas brasileiros sobre trabalhadores, entre outros discursos”.

In: **Anais do IV Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade - SITRE**. Belo Horizonte: 2012. Disponível em CD.

TÉTU, Jean-François. “Aux sources du journal”. In : MOUILLAUD, M., TÉTU, J-F. **Le journal quotidien**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1989. p. 37-54.

_____. “La mise en page”. In : MOUILLAUD, M., TÉTU, J-F. **Le journal quotidien**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1989. p. 55-75.

_____. “L’effet de réel”. In : MOUILLAUD, M., TÉTU, J-F. **Le journal quotidien**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1989. p. 153-172.

VÉRON, Eliséo. “Presse écrite et théorie des discours sociaux : production, réception, régulation”. In: CHARAUDEAU (sous la direction de). **La presse – produit, production, réception**. Paris: Didier Érudition, 1988. p. 11-26.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

Sítios eletrônicos

<http://carosamigos.terra.com.br/>

www.diplomatique.org.br

www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm.

www.jornalopcao.com.br/posts/editorial/o-riso-de-george-orwell

www.lemonde.fr

www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/irpf/curiosidades

www.uai.com.br/estaminas.html

www.wikipaintings.org/

PARTE 2

ANEXOS

Anexo 1	3
“Degradação e Violência no Tráfico de Mulheres” (CA, nº 147, junho / 2009)	
Anexo 2	11
“No Brasil quem paga impostos são os pobres” (CA, nº 150, set. / 2009)	
Anexo 3	19
“Governo mantém perdas para 38% dos aposentados” (CA, nº 151, out. / 2009)	
Anexo 4	25
“1 bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do Mundo” (CA, nº 152, nov. / 2009)	
Anexo 5	28
“Guerra do lixo massacra os catadores” (CA, nº 153, dez. / 2009)	
Anexo 6	36
“Uma outra matriz produtiva” (LMDB, nº 18, jan. / 2009)	
Anexo 7	39
“Perversos contratos de trabalho” (LMDB, nº 22, maio / 2009)	
Anexo 8	44
“Zâmbia: privatização, poluição e pobreza” (LMDB, nº 22, maio / 2009)	
Anexo 9	49
“Do trabalho precário ao desemprego” (LMDB, nº 23, junho / 2009)	
Anexo 10	56
“O fim do pleno emprego nas maquiladoras” (LMDB, nº 28, nov. / 2009)	
Anexo 11 - CA, nº 142, janeiro de 2009, p. 1	62
Anexo 12 - CA, nº 143, fevereiro de 2009, p. 1	63
Anexo 13 - CA, nº 144, março de 2009, p. 1	64
Anexo 14 - CA, nº 145, abril de 2009, p. 1	65
Anexo 15 - CA, nº 146, maio de 2009, p. 1	66
Anexo 16 - CA, nº 147, junho de 2009, p. 1	67
Anexo 17 - CA, nº 148, julho de 2009, p. 1	68
Anexo 18 - CA, nº 149, agosto de 2009, p. 1	69

Anexo 19 - <i>CA</i> , nº 150, setembro de 2009, p. 1	70
Anexo 20 - <i>CA</i> , nº 151, outubro de 2009, p. 1	71
Anexo 21 - <i>CA</i> , nº 152, novembro de 2009, p. 1	72
Anexo 22 - <i>CA</i> , nº 153, dezembro de 2009, p. 1	73
Anexo 23 - <i>LMDB</i> , nº 18, janeiro de 2009, p.1	74
Anexo 24 - <i>LMDB</i> , nº 19, fevereiro de 2009, p.1	75
Anexo 25 - <i>LMDB</i> , nº 20, março de 2009, p.1	76
Anexo 26 - <i>LMDB</i> , nº 21, abril de 2009, p.1	77
Anexo 27 - <i>LMDB</i> , nº 22, maio de 2009, p.1	78
Anexo 28 - <i>LMDB</i> , nº 23, junho de 2009, p.1	79
Anexo 29 - <i>LMDB</i> , nº 24, julho de 2009, p.1	80
Anexo 30 - <i>LMDB</i> , nº 25, agosto de 2009, p.1	81
Anexo 31 - <i>LMDB</i> , nº 26, setembro de 2009, p.1	82
Anexo 32 - <i>LMDB</i> , nº 27, outubro de 2009, p.1	83
Anexo 33 - <i>LMDB</i> , nº 28, novembro de 2009, p.1	84
Anexo 34 - <i>LMDB</i> , nº 29, dezembro de 2009, p.1	85

ANEXO 1

Degradação e Violência no Tráfico de Mulheres

(CA, nº 147, jun. de 2009, p.12-25)

Dia 11 de julho de 2007. Aeroporto de Guarulhos, São Paulo. Uma mulher é encontrada com a cabeça apoiada numa toalha e pés sobre uma cadeira. São sinais de cansaço, depois dos quatro dias morando na sala de desembarque do terminal 2, até que um funcionário da Infraero percebe sua situação e vai ajudá-la.

Deportada de Zaragoza, na Espanha, onde era trabalhadora sexual, Maria* tenta, sem sucesso, entrar em contato com os seus familiares. Descendente de mãe índia, nascida em uma cidadezinha localizada a 13 horas de barco de Belém do Pará, Maria estava a milhares de quilômetros de casa.

Convidada para ser trabalhadora sexual na Espanha, ela aceitou. Saiu do Brasil com passaporte passagem paga pelo “empregador”.

O funcionário da Infraero encaminhou a mulher ao Posto de Atendimento Humanizado da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad), que atende brasileiros deportados ou não-admitidos no Exterior. Sua história foi identificada como um caso de tráfico para fins de exploração sexual.

Como consta no relatório da Asbrad, Maria aparentava “abstinência de drogas” e estava “muito fragilizada”. Tinha muito medo e dificuldade de se comunicar, “pois confundia o português com o espanhol”. Uma das coisas que disse foi que “não queria o cárcere”.

Maria morava em Zaragoza, e trabalhava em clubes, onde fazia programas. Recentemente, havia mudado para um piso, apartamento procurado por clientes que buscam discrição.

A mulher foi obrigada a “fazer muitas coisas contra a sua vontade”. Seus documentos foram apreendidos pelos donos dos clubes e, ela não podia escolher com quem fazer sexo, pois tinha que pagar a dívida da passagem aérea.

Em conversa com uma assistente social da Asbrad, demonstrou indignação “com as ‘putas’ brasileiras que não são respeitadas, levam porrada e são obrigadas a se ‘foder’ sem reagir. ‘Desde que cheguei lá, já disse que queria a minha passagem e meu passaporte de volta!’” “A ‘puta’ tem que se respeitar”, dizia, revoltada. “Muitas mulheres saem da minha cidade para a Espanha. Esse homem que me levou tinha que me trazer de volta. Agora, para a Espanha, só vou como turista.”

A história de Maria foi registrada pelas assistentes sociais do Posto da Asbrad, como parte do programa de apoio às mulheres e transexuais vítimas de tráfico, no aeroporto de Guarulhos, maior fronteira aérea do País. Fundado em dezembro de 2006, o Posto procura identificar possíveis casos de tráfico, dentre os migrantes brasileiros deportados ou não-admitidos, e ajudá-los em sua chegada ao Brasil.

* *Nome fictício*

Mesmo depois da assistência oferecida, Maria recusou-se a voltar de avião para Belém, dizendo preferir “pegar carona com um caminhoneiro qualquer”. A Asbrad, por meio de convênio com uma companhia de ônibus, conseguiu uma passagem para Belém, e a moça partiu. Consigo, levou mais R\$ 70 para o barco e o lanche, doados pela própria associação que recebe apoio de uma organização humanitária holandesa.

FORNECEDORES E RECEPTORES

Resultado da situação de vulnerabilidade social em que vive parte da população, o Brasil é um país predominantemente “fornecedor” de pessoas para o tráfico, enquanto países como Espanha, Holanda, França, Itália são “receptores”. Apesar disso, no Brasil também entram pessoas para serem exploradas no tráfico, vindas principalmente de países latino-americanos com os quais o Brasil faz fronteira, como é o caso de alguns migrantes bolivianos, paraguaios e colombianos que têm sua força de trabalho explorada aqui.

As oportunidades de emprego oferecidas pelos aliciadores, que prometem gordos salários em euros e dólares, seduzem pessoas dos países de origem, onde vivem destituídos dos seus direitos mais básicos como cidadãos.

Uma das principais causas do tráfico de pessoas é o abismo socioeconômico existente entre os países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e os desenvolvidos, discrepância intensificada pela globalização recente.

A corrupção de funcionários públicos que facilitam o tráfico pelas fronteiras e a ineficiência ou morosidade do Judiciário no julgamento dos casos e na punição dos culpados, além da emigração sem documentação também fortalecem a viabilidade do crime.

QUEM SÃO AS VÍTIMAS

Em 2002, foi realizada a primeira pesquisa em âmbito nacional para mapear as rotas do tráfico de pessoas. Foram localizadas 241 rotas de tráfico no Brasil, sendo 131 delas com destinos internacionais. A Pesquisa Sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes Para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (Pestraf), organizada pelas sociólogas Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, da Universidade de Brasília, contou com a participação de pesquisadores de todo o País.

De acordo com a socióloga Maria Lúcia Leal, na época em que o trabalho foi feito “não se falava em tráfico de pessoas, o movimento de mulheres não tratava disso, muito menos o movimento de trabalhadoras do sexo”. A Pestraf deu o pontapé inicial para a intensificação do debate no Brasil: “De repente, a sociedade foi surpreendida com um dado dessa natureza que vai contra a dignidade humana. Tráfico de pessoas em pleno século 21”. A pesquisadora aponta que as brasileiras são muito requisitadas para exercer a prostituição em países da Europa. Uma das imagens mais comuns associadas ao País é o tríptico clichê: praia, futebol e mulher bonita.

Esse estereótipo está presente no imaginário dos estrangeiros que visitam o Brasil em busca do turismo sexual, em especial nas cidades litorâneas. Segundo pesquisa, geralmente as mulheres em situação de tráfico são pertencentes às classes mais populares, com baixa escolaridade, moram nas periferias, onde há carência de saneamento básico e transporte. Muitas vezes, moram com familiares, têm filhos e algumas já passaram pela prostituição. Outras trabalham em serviços mal remunerados,

sem carteira assinada, sem garantia de direitos em funções subalternas, com alta rotatividade, sem perspectiva de ascensão social e melhoria da qualidade de vida.

As que mais despontam na pesquisa são “afrodescendentes, com idade entre 15 e 25 anos”. As adultas são as mais traficadas para o Exterior e as adolescentes são mais comumente traficadas entre municípios e Estados da federação. Essas mulheres podem ter sofrido abusos sexuais – estupro, sedução, atentado violento ao pudor, abandono, negligência ou maus tratos – de membros da família ou de conhecidos próximos.

Maria Lúcia atenta para o perigo das simplificações reducionistas: “Não devemos associar pobreza à exploração sexual, mas as situações de precarização potencializam isso.” E mais, “se uma mulher sai daqui para exercer a prostituição, não significa que ela está em uma situação de tráfico, que ela está sendo explorada, ou violada. O que ocorre é que estão se fazendo grandes generalizações”. A pesquisadora também aponta para a deficiência da legislação nacional que da forma em que está redigida não faz diferenciação entre a prostituição autônoma e a prostituição forçada.

ALICIADORES E REDES DE TRÁFICO

“Eu perguntei a ela, ‘como seria viver na Suíça?’. A resposta foi que a Suíça é um país maravilhoso, que teria tudo o que sempre sonhei, liberdade... então, pedi a ela um tempo para pensar em tudo.” Esse depoimento, recolhido na Pestraf, é de uma adolescente baiana de 16 anos que foi convidada por uma tia que morava na Suíça para estudar e trabalhar.

O Exterior, principalmente países da Europa e América do Norte, é visto como local onde boas oportunidades de emprego, educação e formação pessoal podem ser encontradas.

Tais mulheres partem do Brasil atrás de seus sonhos, querem mudar as suas vidas e trilhar um caminho diferente, de ascensão. No caso da “Baiana”, como ela era menor de idade, a tia conseguiu documentos falsos para que pudesse sair do País. Os pais, a princípio não concordaram, mas a menina acabou por convencê-los: “Como a minha tia falava tanta coisa sobre a Suíça, eu queria ir!”.

Chegando ao aeroporto de Zurique, a tia mandou um homem buscá-la. A adolescente, virgem, foi obrigada a ter relações sexuais com tal homem. “Ter que transar com um homem que eu vi um só dia... e ainda por cima brutal! Nunca vi coisa igual! Perder a minha virgindade com um homem podre como aquele, foi difícil. Daí por diante a minha vida mudou totalmente...aí, senti que o pesadelo estava apenas começando para mim.”

Como no caso acima, os aliciadores muitas vezes são pessoas da própria família que inspiram confiança na futura vítima de tráfico. Inclusive, grande parte são mulheres que já foram traficadas e que fornecem “conselhos” de como ganhar muito dinheiro lá fora. Frans Nederstigt, do Projeto Trama – consórcio de Ongs do Rio de Janeiro que atende vítimas de tráfico –, diz que “muitas mulheres que são identificadas como traficantes foram exploradas e, como forma de pagamento e pressão, aceitam trazer um familiar, uma amiga, uma conhecida” e existe a dificuldade de prender os verdadeiros mandantes das máfias de tráfico de pessoas.

CAMINHOS DO TRÁFICO

Os principais Estados fornecedores de mulheres traficadas são Ceará e Goiás, tendo um número de casos consideráveis no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pará. Os principais destinos são os países de língua latina, como Espanha, Itália e Portugal.

No Nordeste, muitas partem do Maranhão para a Holanda, pelo porto de Itaqui, na capital São Luís. Ocorre ali o “leilão das virgens”, em que uma agenciadora percorre os povoados em busca de meninas para os prostíbulos, para que sejam leiloadas a clientes de alto poder executivo, inclusive políticos.

Recife, Salvador, Fortaleza e Natal são cidades onde o turismo sexual é muito forte. Deste encontro com os europeus, muitas brasileiras acabam se apaixonando e se casam. “Eles as convidam para ir embora. Mas chegando lá nem todas são bem sucedidas, porque se há um conflito familiar, uma violência doméstica, elas têm que voltar ou ficar clandestinas. Muitas dessas mulheres passam por situações muito difíceis”, conta Maria Lúcia.

Esses casamentos podem ser mais uma forma de aliciamento, como narra na Pestráf uma universitária em psicologia e direito, do Rio de Janeiro, identificada como “S” que também era stripper e garota de programa: “Você paga para usar o sobrenome de alguém e ter cidadania, e o que acontece? O cara passa a cafetizá-la. A exploração sexual não é pelo dono do estabelecimento. É quando a idiota quer ficar no país e casa com um cliente! É ele que vai tentar cafetizá-la, que prende o passaporte, que faz horrores, como no caso daquela menina que foi para a Alemanha, da Bahia, que o cara matou e enterrou no quintal.”

Na região Norte, Belém e Manaus são as cidades por onde essas mulheres saem do País de avião. Circulou durante um tempo um folheto em Belém com o seguinte texto: “Brasil/Holanda. Quer encontrar um homem gentil? Um europeu? Pegue sua chance para ser feliz! Vida nova. ATENÇÃO! Damas a partir de 21 anos, que sonham em conhecer o seu príncipe encantado, chegou a hora!!! Conheça um europeu gentil, carinhoso e com estabilidade. Ajudamos você.”

De Belém, partem cinco vôos semanais para Paramaribo, capital do Suriname. Por essa rota, Marcel Hazeu, da Ong Só Direitos, identificou casos de migração voltados para o trabalho escravo. Lá chegando, muitas mulheres vão se prostituir nos clubes da cidade, outras são encaminhadas para as zonas de garimpo, no interior do Suriname. Ou, o que pode acontecer é que “muitas pessoas saem daqui para ficar com um surinamês, um brasileiro que se deu bem lá, ou um holandês, e esses homens se aproveitam delas. Têm uma, duas, três mulheres em casas diferentes, a serviço deles”, relata.

EM TERRA DE ESPANHOL

De todos os países europeus, a Espanha é onde chega o maior número de rotas. No total, são 32. Para Portugal são mais oito, o que se configura como a “conexão ibérica”.

A quantidade de brasileiras exercendo a prostituição nesses países é tão grande que as brasileiras são estigmatizadas, consideradas “putas” pelos locais, explica a socióloga Maria Lúcia Leal, que atualmente inicia uma pesquisa conjunta com a Universidade de Coimbra e Universidade Complutense de Madrid, para analisar as histórias de mulheres que vão para Espanha e Portugal exercer a prostituição.

Verônica Teresi, brasileira que também participa desta pesquisa, está desenvolvendo desde 2007 um trabalho de articulação entre as organizações brasileiras e as espanholas.

De acordo com os dados recolhidos junto à Guarda Civil espanhola, as brasileiras são as imigrantes que mais se prostituem na Espanha, tendo esse número aumentado de 2004 para 2005, e está por volta de cinco mil.

Verônica observou que muitas mulheres em situação de tráfico na Espanha não se enquadram no perfil de baixa renda e escolaridade. Pelo contrário: “Existem mulheres de classe média baixa, inclusive universitárias que vão para a Espanha em busca de outras possibilidades de vida, é errado achar que a migração é apenas um fator econômico”, diz.

Algumas regiões espanholas identificadas com alta concentração de brasileiras na prostituição são a Galícia, no Norte, as Astúrias, Madrid, Barcelona, na Catalunha, e na Andaluzia.

DE VOLTA PARA CASA

Em 2004, o Brasil ratificou o protocolo antitráfico de pessoas. Em 2006, Lula promulga a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, ampliando assim o conceito do Código Penal Brasileiro, que só se refere ao tráfico de pessoas para a prostituição, e não a outras formas de tráfico humano.

O Ministério da Justiça lança, no final de 2007, o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que tem dois anos para ser implementado. Estão determinados três eixos de ação: a prevenção, a atenção às vítimas e a repressão dos atores.

O objetivo é diminuir a vulnerabilidade de determinados grupos sociais ao tráfico de pessoas. Para isso, se prevê a cooperação bilateral e multilateral na área de repressão.

Mas ainda existe muita dificuldade de se elaborar políticas de cooperação entre os países, para melhor atender às vítimas de tráfico na Justiça. “Muitos casos têm trâmites internacionais, e nós não temos informação sobre quem está defendendo essa mulher”, diz Frans Nederstigt, do Projeto Trama.

“São pessoas muito corajosas, que estão fazendo rebeldia, querem mudar o seu caminho de vida. É uma forma de busca de crescimento. Alguns se dão bem, outros não, e acabam sendo explorados e alguns morrem ou desaparecem”, lamenta Frans.

(Box 1) O mercado de gente rende US\$32 bilhões

Diferente do que se pode imaginar, escravidão não é um fenômeno social que ficou num passado distante. Inúmeras formas de escravidão moderna geram grande volume de dinheiro para o crime organizado de tráfico de pessoas. É difícil precisar números exatos, justamente devido à ilegalidade com que essas máfias atuam, que contam com empresas de fachada para lavar o dinheiro do mercado de seres humanos.

No entanto, segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2005, Uma Aliança Global Contra o Trabalho Forçado, o lucro anual produzido pelo tráfico de pessoas gira em torno de US \$ 32 bilhões, riqueza gerada pela exploração do corpo e da força-trabalho dos traficados.

Cerca de metade disso, US \$ 15,5 bilhões, vai para os países desenvolvidos. O restante é distribuído para a Ásia (9,7 bi), países do Leste Europeu, (3,4 bi), Oriente Médio (1,5 bi), América Latina (1,3 bi), e África Subsaariana (US \$159 milhões).

Ainda pela estimativa da OIT , são 2,4 milhões de seres humanos traficados no mundo. Desses, 43% são para a exploração sexual e 32% são de exploração econômica, além dos 25% de vítimas escravizadas para os dois fins.

Marco-regulatório

A convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional, no Protocolo Adicional Anti-Tráfico Humano (mais conhecido como o Protocolo de Palermo), de 15 de novembro de 2000, no art.3, define o tráfico de pessoas como: “O recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha a autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem, ou de formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.”

O Brasil foi uma das nações a assinar o Protocolo de Palermo, e em 29 de maio de 2003 o conceito ali disposto foi aprovado pelo Congresso Nacional na Resolução nº 231, e posteriormente promulgado pelo Decreto presidencial do governo Lula, nº 5.107, em 14 de março de 2004, tornando-se lei ordinária federal, em âmbito interno.

(BOX 2) Depoimento - Brasileira, prostituída

Eu vim de Naviraí, Mato Grosso do Sul. Eu era estudante, fazia o primeiro ano de educação física. Eu trabalhava e estudava e tinha uma vida de dinheiro curto, entende?

Foi um próprio espanhol que me convidou. A mulher dele era brasileira e ela exercia a prostituição na Espanha. Ele era encarregado de um clube, disseram que eu ia ganhar muito dinheiro. Na época, eu tinha sonhos de fazer uma carreira em educação física e queria montar uma academia.

Ele falou “vai para a Espanha que em seis meses você vai conseguir dinheiro para sua academia, para um carro, uma casa”.

Eu vim por uma máfia de contrabando de mulheres, desembarquei no aeroporto de Bilbao. O dono do clube foi me buscar. A primeira coisa que eles fazem quando tu chega é recolher sua passagem de volta. De Bilbao, eu fui parar em Torre de La Vega.

Eu tinha uma dívida com eles, o meu bilhete eu até considero que foi um valor barato, porque foi 1,7mil euros, mas tem casos de “chicas” que pagam 4,8 euros. No piso onde eu estava, tinha que comprar comida à parte, e tinha que pagar o quarto que era 90 euros por semana. É uma dívida incrível que você paga, paga e parece que nunca acaba de pagar, você está sempre devendo.

No Brasil, eu não trabalhava na prostituição. O dono do clube me batizou como Cristina. Eu venho de família evangélica, nunca tive o hábito de usar maquiagem e saia curta; quando eu vi aquilo eu fiquei

assustada. Muita gente “snifando” [cheirando] coca, eu pensei que estava no próprio inferno. Foi uma experiência tenebrosa, horrível.

Eu fiquei 15 dias sem me “acostar” (deitar) com nenhum homem, porque os homens chegavam em mim e eu só sabia chorar, chorar, chorar. Eu queria ir embora, queria voltar para o meu país, mas não tinha como. E o dono do clube me ameaçou, tanto psicologicamente como fisicamente. Ele me ameaçou, disse que se eu não pagasse a dívida com ele, ele viria ao Brasil e mataria a minha família e que eu nem tentasse fugir, porque ele me mataria.

No Brasil eu tinha uma vida saudável, não fumava, não bebia, nunca tinha usado drogas. Nesse clube, a primeira vez que eu tive que estar com um homem, tive que usar droga, porque eu não tinha coragem.

Eu paguei minha dívida com ele, e através de uma amiga minha, de Belém do Pará, ela disse para eu ir à Galícia que “era mais fácil de trabalhar”. Eu vim trabalhar num clube e conheci um homem, 11 anos mais velho, era policial aqui da Espanha. Antes de conhecer ele, eu estava com ideia de voltar ao Brasil porque estava com uma crise de depressão muito grande. Só conseguia trabalhar se eu cheirasse coca e tomasse um litro de uísque. Estava ficando louca.

Então, depois de 21 dias, eu fui morar com ele. Foram cinco meses de inferno. Porque ele não me fazia tortura física, mas psicológica. Ele tinha vergonha de andar comigo na rua.

Aí eu voltei a trabalhar num clube, como camareira de copos, e um dia bateu a polícia. Eles chegaram como se fossem clientes normais. Era a polícia. Pára a música, pede documentação e passaporte.

Você vem enganada porque eles te dizem uma coisa, mas a realidade é outra. Se eu pudesse voltar atrás... Eu amadureci bastante aqui, mas com muito sofrimento. Eu cheguei com 23 anos, hoje tenho 27 e são sequelas que quando eu tiver 60 e 70 anos isso vai comigo. “É uma coisa que não compensa, acaba com a pessoa.” (Depoimento recolhido por Lourdes García, da Ong Vagalume, em Santiago de Compostela.)

Carolina Rossetti é reporter

Carolina Rossetti

PEQUENAS BRASILEIRAS IDENTIFICAM OS LOCAIS DE ALICHIAMENTO E AS PRINCIPAIS ROTAS PARA A EUROPA.

DEGRADAÇÃO E VIOLÊNCIA NO TRÁFICO DE MULHERES

27/08/05, 9:57:56



Em 12 de julho de 2007, Aeroporto de Charolles, na França. Uma mulher é entrevistada. Ela estava agitada, quase não falava e não sabia o nome do agente. Ela estava de mãos amarradas e não conseguia se mexer. Ela estava de mãos amarradas e não conseguia se mexer. Ela estava de mãos amarradas e não conseguia se mexer.

... (text continues) ...

QUER SAO AS VITIMAS

... (text continues) ...

PROIBIDOS E REDES DE TRÁFICO

... (text continues) ...

QUER SAO AS VITIMAS

... (text continues) ...



Rotas de tráfico de mulheres do Brasil para outros países

... (text continues) ...

QUER SAO AS VITIMAS

... (text continues) ...

PROIBIDOS E REDES DE TRÁFICO

... (text continues) ...

QUER SAO AS VITIMAS

... (text continues) ...

(CA, 147, p. 12-15)

075432659476

O MERCADO DE GENTE RENDE US\$ 32 BILHÕES

... (text continues) ...

CAEMOS NA TRÁFICO

... (text continues) ...

DE VOLTA PARA CASA

... (text continues) ...

Depoimento BRASILEIRA, PROSTITUIDA

... (text continues) ...

LIVROS para todas as esquerdas

O catálogo mais completo de livros de esquerda do Brasil.

OFERTAS ESPECIAIS

LIVRARIA CASA VERMELHA

www.livrariacasa.com.br

Novo sítio: www.carosamigos.com.br

ANEXO 2

No Brasil quem paga impostos são os pobres

(CA, nº 150, set. de 2009, p. 28-31)

A carga tributária brasileira é profundamente injusta. Os trabalhadores que recebem os salários mais baixos trabalham três meses a mais do que os ricos, para pagar tributos. A propriedade e o capital sofrem baixa taxaço. E os latifundiários praticamente não pagam imposto sobre a terra.

O estudo divulgado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre carga tributária e capacidade do gasto público no Brasil revela que são os trabalhadores os responsáveis pela maior parcela da arrecadação tributária no país. O percentual despendido para o pagamento de tributos é inversamente proporcional à renda dos brasileiros.

Quem recebe até dois salários mínimos de renda familiar mensal, ou seja, meio salário mínimo percapita por mês (levando-se em conta que o padrão de estrutura familiar no Brasil é composto por quatro pessoas), contribuiu no ano passado, com 53.9% desses recursos para o pagamento de tributos. Ao passo que o esforço dos que se encontram na outra ponta da tabela e recebem acima de 30 salários mínimos ficou na casa dos 29%.

O total de dias trabalhados para o pagamento de impostos por esses trabalhadores de baixa renda foi de 91 dias a mais no ano do que os que se encontram no topo da tabela. Ou seja, os trabalhadores mais pobres tiveram de trabalhar três meses a mais do que aqueles que recebem acima da faixa de 30 salários mínimos de renda familiar mensal.

“O sistema tributário brasileiro tem uma preferência. Fez a opção pelos ricos e proprietários”, afirma o presidente do Ipea, Márcio Pochmann. Ele conta que a tributação no país está focada sobre o consumo, principalmente, dos produtos destinados à população de baixa renda.

“Mas geralmente quem reclama da carga tributária são os ricos. Rico não quer pagar imposto, não é um fenômeno novo, é secular. Infelizmente somos um país que não tem cultura democrática. O sistema político expressa os interesses daqueles que têm propriedade e têm mais recursos para fazer valer os seus direitos”, argumenta.

O papel do Ipea ao produzir estudos dessa natureza é o de mostrar a realidade do país, segundo Pochmann. “Conhecer a realidade é o primeiro passo para transformá-la. No Brasil se tributam alimentos. Nos países desenvolvidos essa tributação não ocorre, pois são bens de primeira necessidade”, frisa. Ele defende a ideia de que é preciso avançar em um mecanismo de educação tributária. “Deve-se informar nos produtos quais são os tributos embutidos neles.”

A estimativa do Ipea para a carga tributária bruta, em 2008, foi de 36,2% do PIB (Produto Interno Bruto), a soma de tudo o que é produzido no país. Para o diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea e professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), João Sicsú, a carga tributária no Brasil não é alta, mas mal distribuída. Ele foi um dos técnicos que participou da elaboração do estudo. Durante aproximadamente um ano e meio dezenas de técnicos do instituto se debruçaram sobre o tema.

“A grande imprensa fala que a carga tributária no Brasil é muito alta. Mas não é verdade. Ela tem distorções. O que tem de se fazer é tornar a carga tributária progressiva. Quem tem mais, paga mais, quem tem menos, paga menos”, ressalta.

Segundo Sicsú, uma das distorções a ser corrigida é o baixo escalonamento de alíquotas do imposto de renda da pessoa física. “Até o ano passado só tínhamos três alíquotas. Maior justiça tributária se faz com um maior número de alíquotas. Deve-se atingir com alíquotas mais elevadas, quem tem rendas mais elevadas.”

No Brasil, o imposto de renda para a pessoa física tem cinco alíquotas, a mais alta fica na casa de 27,5%. “A França tem doze alíquotas. Mas não é só o número de faixas que precisa ser corrigido. Tem de ter alíquotas mínimas e máximas”, frisa.

Na França a alíquota mínima é 5% e a máxima de 57%. Na Holanda a máxima é de 60%, na Bélgica, 55%, na Alemanha, 53%, na Áustria, 50%, Austrália 47%, Israel 50%, Itália 45% e Estados Unidos, 40%. “O imposto de renda é o instrumento para se fazer justiça tributária, sobre a renda, sobre a riqueza”, destaca Sicsú.

Uma das características dos países desenvolvidos ou daqueles que honram o título de países em desenvolvimento é ter uma baixa carga tributária recaindo sobre impostos indiretos, caracterizados basicamente pelos tributos que taxam o consumo.

“Quando se compra um quilo de feijão, o rico e o pobre pagam o mesmo imposto embutido no preço final. Mas isso é absolutamente injusto, porque o esforço que o pobre faz para pagá-lo é infinitamente superior ao do rico.”

Para ele, o ponto central do argumento que deve ser discutido para se reverter essa distorção na tributação brasileira é aumentar os impostos sobre a renda e a riqueza e diminuir o peso dos impostos indiretos.

“A legislação tem de ser modificada para corrigir essas distorções. Tem de se criar mais alíquotas no imposto de renda, tributar a riqueza de uma forma mais justa, tributar a propriedade, o automóvel, apartamento, a herança, lancha, ferrari, o iate...”

Pagamento de juros

No ano passado, o governo federal pagou aproximadamente R\$ 115 bilhões em juros e encargos da dívida. Esse tipo de pagamento é a única despesa que para ser autorizada não requer a identificação de uma fonte de receita. O Banco Central é quem determina quanto será pago e o Tesouro se vira para honrar.

Em termos percentuais, os juros e encargos da dívida, pagos em 2008, representaram 3,81% do orçamento fiscal e da seguridade. No mesmo período, o governo federal gastou 0,76% com a educação de ensino superior. Os gastos da União com a saúde representaram 1,51%. Para a habitação o governo despendeu 0,01%. Qualquer um desses gastos foi infinitamente inferior ao montante pago com a dívida.

“A carga tributária subiu fundamentalmente para pagar juros, não foi para gastar com os pobres”, frisa o professor de Economia da Unicamp Waldir José de Quadros, estudioso da estrutura social brasileira.

Para Quadros, a regressividade da carga tributária no Brasil é estrutural. “É uma discussão da resistência contra a ditadura, contra a concentração de renda. O bom é que o Ipea recolocou essa questão novamente na pauta”, afirma.

Segundo o professor, quem paga imposto no Brasil é pobre e assalariado. “A estrutura é distorcida, é regressiva. Tem uma grande ênfase no imposto indireto, aquele que está embutido no preço final do produto.”

Ele conta que ao contrário dos trabalhadores, as empresas montam estruturas, assessorias jurídicas para não pagarem impostos. “Existem vários escritórios de advocacia especializados, para evitar que os ricos paguem impostos, cumprindo a legislação. Não é sonegação. Escapam do imposto, dentro da lei. A legislação é confusa, e se valem de suas brechas. Os tributaristas são muito bem remunerados para conseguirem fazer isso.”

A interpretação conservadora, segundo ele, afirma que a carga tributária subiu por causa da Constituição Federal, que aumentou os direitos sociais. Mas na verdade, a arrecadação foi voltada para pagar juros da dívida. “Aí o consenso conservador viabilizou”, afirma ao se referir a aceitação do pagamento da dívida pelos ricos.

O pagamento de juros e encargos da dívida consumiu no ano passado 6,9% do PIB. “Mas o país já chegou a pagar mais de 8%”, ressalta Quadros. “Estão tributando a sociedade para pagar a dívida. Isso é transferência de renda, por isso, a concentração de renda aumenta no Brasil”, conclui.

O professor Sicsú também critica o gasto com juros, apesar de afirmar que a dívida deve ser honrada. “No gasto com os juros se transfere recursos para um indivíduo ou uma empresa que já têm todas as suas necessidades de gastos satisfeitas. Tanto que aplicou em títulos da dívida pública, gastou tudo que precisava, aplicou nos títulos da dívida pública e recebeu os juros”, frisa.

“E o que ele faz com os recursos que recebe? Aplica de novo no mercado financeiro. Não melhora a qualidade de vida de ninguém. Esse montante não é transformado em gasto, para gerar emprego e renda”, acrescenta.

A maioria dos capitalistas que conseguem escapar pelas brechas previstas na legislação, além de reduzir sua contribuição na carga tributária, injetam esses recursos na ciranda financeira. Esses rentistas aplicam seus capitais em títulos da dívida e são remunerados pelo governo quando este paga os juros. Ganham nas duas pontas.

“Hoje a dívida interna brasileira está em R\$ 1,7 trilhão. É, por isso, que o governo não tem dinheiro para fazer reforma agrária. É por isso que não tem educação, que não tem saúde, 30% do orçamento está direcionado para pagar a dívida. Juros e carga tributária se inter-relacionam. O governo tem de arrecadar a qualquer custo para pagar os juros da dívida”, critica o assessor econômico do PSOL na Câmara dos Deputados, Rodrigo Ávila.

Ele é o responsável pelo estudo que o partido elaborou para subsidiar as discussões sobre a reforma tributária. O PSOL é contra o projeto apresentado pelo governo. Apesar de ter sofrido emendas na Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara o texto está longe de representar um avanço do ponto de vista da equidade tributária, segundo Ávila.

O substitutivo está pronto, mas não deve ir à votação no plenário da Câmara nem neste nem no próximo ano. “A reforma proposta não altera a estrutura tributária, quem paga imposto, hoje, vai continuar pagando. E o pior é que ainda tira a fonte de renda garantida para a seguridade social. A proposta defende a extinção da Cofins e do PIS”, adverte o assessor.

O PSOL apresentou uma proposta alternativa à reforma tributária apresentada pelo governo. “Queremos que seja criado um imposto sobre as grandes fortunas, que está previsto na Constituição, mas que nunca foi regulamentado”, ressalta. O partido também quer acabar com a isenção do imposto de renda, para os investidores estrangeiros. Pela legislação, qualquer investidor estrangeiro que aplique o capital no mercado financeiro, não paga imposto de renda.

“Aprovar uma boa reforma tributária com esse congresso conservador vai ser difícil. Considero que a carga tributária não tem de diminuir. Sou a favor de mantê-la. Mas o governo tem de gastar melhor. O gasto é ineficiente, gasta muito com juros”, critica Quadros [o professor de Economia da Unicamp Waldir José de Quadros].

A baixa tributação da terra no Brasil também deixa o professor indignado. “Isso vem desde a época das sesmarias. A propriedade sempre foi subtaxada, é um problema histórico. É uma piada”, ironiza.

Redução do IPI

Segundo dados da Receita Federal, a renúncia estimada para este ano com a isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) concedida pelo governo federal, para eletrodomésticos da linha branca, veículos, motocicletas, caminhões, materiais de construção e farinha de trigo, representará R\$ 3,3 milhões.

Apesar da renúncia na arrecadação do tributo pela União, o professor Quadros considera que o governo federal acertou na medida. “A isenção do IPI foi eficiente, evitou a precipitação da crise. A recessão seria uma penalização maior.”

O presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Artur Henrique da Silva Santos, foi procurado pela reportagem da Caros Amigos, por intermédio de sua assessoria de imprensa, para comentar o estudo do Ipea sobre a carga tributária brasileira e a redução do IPI, mas não retornou o contato até o fechamento desta edição.

A assessoria da Central encaminhou um documento datado de 2003, com as propostas da CUT para uma reforma tributária. As diretrizes do texto informam que a entidade defende a melhoria na distribuição de renda, o aperfeiçoamento na distribuição dos recursos do pacto federativo e estímulo ao crescimento com estabilidade de preços.

O incentivo ao investimento produtivo, especialmente àqueles que geram mais empregos, a recuperação da capacidade de investimento do Estado nas áreas sociais e de infraestrutura econômica, a elevação do peso dos impostos diretos sobre o grande patrimônio, a redução da participação dos impostos indiretos no total arrecadado, a desoneração da cesta básica, além da eliminação da guerra fiscal entre Estados e municípios e o combate à fraude e sonegação também são preocupações da CUT.

Empresários

Para os empresários ligados à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a carga tributária brasileira tem dois problemas: é alta e complexa. “O Brasil tem uma tributação de primeiro mundo e serviços de terceiro”, afirma Hércio Honda, diretor do Departamento Jurídico da entidade.

“O gasto do governo é mal aplicado no retorno para a população. Se tivesse uma carga tributária de 40% do PIB, mas não se precisasse pagar escola para os filhos, não se precisasse pagar um plano de saúde, pedágios nas rodovias, talvez a carga tributária fosse até baixa. Mas na realidade brasileira tem que se pagar por tudo”, frisa.

Ele reclama do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), o imposto que é cobrado pelos governos estaduais. “A carga é complexa porque são 27 alíquotas diferentes. Os impostos da União são mais simples, têm uma legislação só.”

O secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Mauro Costa, foi procurado pela reportagem da Caros Amigos, por intermédio da assessoria de imprensa, para comentar a carga tributária paulista, mas não retornou as ligações. A assessoria do secretário informou que somente ele poderia comentar o assunto.

Para Honda, a carga tributária brasileira penaliza a população de baixa renda porque é regressiva. “Está baseada no consumo. A carga tributária sobre o consumo e o faturamento é elevada”, reclama.

Banqueiros

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) considera a carga tributária brasileira alta. Segundo o assessor sênior da entidade, Ademiro Vian, a tributação paga pelos bancos é extremamente elevada. “Do que se paga para o banco, 44,65% vai para o cofre da União.”

A Federação tem razão na afirmação. Mas ao contrário do que tenta provar é o cliente quem paga pelos tributos. Quem arca com o peso desses tributos é o cliente. Os bancos, portanto, não têm do que reclamar, pelo simples fato de não contribuir com o bolo da arrecadação tributária, pois apenas repassam para o Executivo o tributo que embutem as taxas bancárias que cobram de seus clientes.

“Os nossos tributos têm muitos subsídios cruzados. O Banco Central fala para o banco que não pode cobrar tarifa sobre dez folhas de talão de cheque. Tudo bem, o banco não vai cobrar sobre aquela operação, mas vai repassar esse custo embutido em outras tarifas. Não existe almoço de graça. Pode-se isentar uma determinada operação, mas vai aumentar em outra ponta”, reconhece o assessor da Febraban.

Segundo Vian, os bancos são os maiores contribuintes de arrecadação da receita total da União. Duzentas e dezessete instituições financeiras responderam por 30% da arrecadação federal, em 2007. Na verdade, como ele próprio reconheceu, os bancos apenas repassam para o governo os impostos que são pagos por seus clientes.

Entenda os mecanismos que os ricos utilizam para driblar o Fisco

O sistema tributário de um país é o reflexo da correlação de forças que há na sociedade. Existem três formas clássicas de tributação no mundo: sobre a renda, o patrimônio e o consumo. O peso que é atribuído a cada uma delas é que define quem irá arcar com o ônus da carga tributária nacional.

Maior tributação sobre o patrimônio e a renda pressupõe maior justiça tributária, ou seja, paga quem é dono de propriedade ou detentor de capital. Já os impostos que são cobrados sobre o consumo penalizam, principalmente, os pobres, que destinam a maior parte de seu orçamento para a compra de produtos e serviços. Os trabalhadores assalariados de classe média também são atingidos por esse mesmo mecanismo, quando o governo opta pela ênfase nesse tipo de arrecadação de tributos.

No Brasil, sempre se privilegiou a taxação do consumo em detrimento do patrimônio e da renda. Atualmente dois terços da arrecadação das três esferas (União, Estados e municípios) tributam o consumo. “Os ricos nunca pagaram muito tributo”, ressalta o presidente da delegacia de Campinas do Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), Paulo Gil Introíni. O auditor fiscal explica à Caros Amigos alguns dos mecanismos utilizados pelos ricos para driblar o fisco e não pagar impostos, dentro da lei.

O caso mais emblemático é o do ITR (Imposto Territorial Rural). Esse imposto é praticamente residual no total da arrecadação da carga tributária. Segundo o estudo divulgado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a valor pago pelos donos da terra representou R\$ 0,3 bilhão de um total de R\$ 141,1 bilhões de tributos arrecadados incidentes sobre a propriedade e renda do capital, em 2006. “O Brasil é vice campeão mundial em concentração de terras, mas latifundiário não paga imposto.”

Ao contrário do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), que é lançado pelas prefeituras, no ITR cabe ao proprietário rural lançar o valor de sua propriedade. Ele paga em cima daquilo que declara. O formulário preenchido é semelhante ao imposto de renda. Cabe ao Executivo verificar se a declaração é verdadeira ou não.

Além dessas injustiças sociais, a tributação sobre a renda e o patrimônio praticamente não é progressiva. “Para se fazer justiça deveria se tributar progressivamente a renda e o patrimônio. Quem ganha mais e tem mais renda, deveria pagar proporcionalmente mais. Está na nossa Constituição. Só que esse princípio não é respeitado”, ressalta.

Segundo Gil, a partir de meados da década de 90 houve um aprofundamento da injustiça tributária. O projeto capitaneado pelo ex presidente da República Fernando Henrique e operado pelo então secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, desonerou a renda do capital e aumentou a tributação sobre o consumo.

No primeiro ano do governo FHC ocorreu uma grande reforma no imposto de renda, com a diminuição da tributação sobre a renda do capital e o aumento sobre a renda do trabalho. Pelo mecanismo proposto pelo governo tucano, “a pessoa física que ganhasse, por exemplo, R\$ 5 mil estava sujeita a uma alíquota de 27,5%, já o empresário que retirasse, no mesmo período, R\$ 50 milhões em lucros de sua empresa ficava isento do imposto de renda de pessoa física”, conta. A legislação aprovada garantia à distribuição de lucros, isenção.

O argumento era o de que a empresa já havia pago o imposto como pessoa jurídica. Mas o governo poderia fazer com que os empresários abatessem da pessoa física o que a jurídica pagou. Só que FHC não fez isso.” Os empresários, como pessoas físicas, não pagam um tostão de imposto de renda quando transferem os lucros de suas empresas.

“Pagam o imposto de renda de pessoa jurídica de até 25%. Mas como pessoa física, o montante entraria na alíquota de 27,5%.” Nos países desenvolvidos a tributação das pessoas física e jurídica é separada, independente.

Além desse subterfúgio, os setores empresarial e financeiro também se valeram de outro mecanismo para engordar ainda mais seus recursos: o juro de capital próprio. Existem duas formas de distribuição de lucro no país. Uma é a isenção pura e simples, a outra, o juro de capital próprio.

Lançam mão do recurso do juro de capital próprio, as empresas muito capitalizadas e os bancos. Sobre um percentual de seu patrimônio líquido, eles calculam uma taxa de juros fictícia, baseada na TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). É como se estivessem tomando emprestado o seu próprio capital. É em cima dessa remuneração fictícia, que calculam quanto podem abater de tributos que deveriam pagar ao fisco, caso tivessem tomado de fato o empréstimo dos recursos no mercado financeiro.

Normalmente pagam até 25% de imposto de renda de pessoa jurídica e 9% de contribuição social, mas o mecanismo permite abater a despesa fictícia na rubrica juros de capital próprio. Ao lançar isso como despesa, diminuem a receita e mascaram o lucro. A tributação sobre o lucro, cai.

“Deixam de pagar os 34% de imposto e contribuição e passam a pagar 15%, apenas. Isso representa uma economia de 19%. O guia de um jornal econômico paulista recomendava essa forma de distribuição de lucros, como a mais vantajosa”, frisa o dirigente do sindicato dos auditores fiscais.

Desoneração dos ricos

A principal medida do governo FHC para reformar o imposto de renda, em meados da década de 90, foi a da desoneração da renda do capital. A pessoa física, ao contrário, foi penalizada com o congelamento da tabela. E mais pessoas tiveram de passar a declarar à Receita. “A tabela ficou congelada por cinco anos e provocou uma defasagem de 35%. No ano 2000, o número de declarantes mais que dobrou.”

A classe média também foi arrojada por FHC e passou a ser mais tributada. “Enquanto os ricos passaram a pagar menos ou a não pagar nada”, comenta. Houve um deslocamento da tributação da renda oriunda do trabalho e uma desoneração da renda originária do capital.

Na base dos metalúrgicos do ABC, poucos trabalhadores apresentavam declaração de imposto de renda. Mas após 1995 muitos passaram a declarar à Receita. Não ocorreu distribuição de renda, não houve aumento da massa salarial, pelo contrário a massa diminuiu. O que ocorreu foi que o governo avançou sobre a parcela dos salários, entrou no que se costuma chamar de mínimo existencial.

O mínimo existencial é levado em consideração em alguns países, para não se tributar pessoas pobres. Trata-se de um mínimo de recursos de que a pessoa necessita para viver (para manter gastos com alimentação, moradia, saúde, educação, transporte e, inclusive, lazer). “Se a pessoa desvia algum recurso necessário à sobrevivência, para o pagamento de tributos, isso é considerado confisco.”

Para Gil, a carga tributária do país é profundamente mal distribuída. “Há um falso debate, se é alta ou baixa. A pergunta fundamental que tem de ser respondida é quem é que paga a conta. Os que estão gritando que a carga tributária é alta, não são os que arcam com a carga. Quem arca de fato e nem sabe disso, são os trabalhadores, vítimas inocentes dessa história”, ressalta.

“Quem tem isenção de lucros, não tem moral para dizer que a carga tributária é alta. Não são os banqueiros, não são os empresários das multinacionais, os grandes executivos, que pagam essa carga. São os trabalhadores. Pela ordem, os assalariados de baixa renda e a classe média. O nosso sistema tributário é Robin Hoodiano às avessas”, acrescenta.

Lúcia Rodrigues é jornalista

No Brasil quem paga impostos SÃO OS POBRES

A carga tributária brasileira é profundamente injusta. Os trabalhadores que recebem salários mais baixos trabalham três meses a mais do que os ricos, para pagar tributos. A propriedade e o capital sofrem baixa taxação. E os latifundiários praticamente não pagam imposto sobre a terra.

Os dados oficiais mostram que os ricos pagam menos impostos do que os pobres. Isso ocorre porque a carga tributária brasileira é regressiva, ou seja, cobra mais dos pobres do que dos ricos. Segundo o IBGE, em 2008, os ricos pagaram 10,5% dos impostos, enquanto os pobres pagaram 20,5%. Isso significa que os pobres pagam o dobro dos impostos em relação ao seu rendimento.

Além disso, a carga tributária brasileira é muito mais pesada para quem trabalha do que para quem não trabalha. Isso ocorre porque os trabalhadores pagam impostos sobre o consumo, enquanto os não-trabalhadores pagam impostos sobre a renda. Isso significa que os trabalhadores pagam impostos sobre o que consomem, enquanto os não-trabalhadores pagam impostos sobre o que ganham.

Essa situação é extremamente injusta, pois significa que os trabalhadores, que são os que produzem a riqueza, são os que pagam a maior parte dos impostos. Isso ocorre porque a carga tributária brasileira é regressiva, ou seja, cobra mais dos pobres do que dos ricos.

PAGAMENTO DE AZÚRS

Um empresário brasileiro que se tornou uma carga tributária progressiva. Depois de mais de dez anos, para pagar uma dívida de mais de R\$ 10 milhões, ele precisa pagar mais de R\$ 10 milhões de impostos. Isso ocorre porque a carga tributária brasileira é regressiva, ou seja, cobra mais dos pobres do que dos ricos.

Essa situação é extremamente injusta, pois significa que os trabalhadores, que são os que produzem a riqueza, são os que pagam a maior parte dos impostos. Isso ocorre porque a carga tributária brasileira é regressiva, ou seja, cobra mais dos pobres do que dos ricos.

(CA, nº 150, p. 28-31)

Entenda os mecanismos que os ricos utilizam para driblar o Fisco

Os ricos utilizam diversos mecanismos para driblar o fisco. Isso ocorre porque a carga tributária brasileira é regressiva, ou seja, cobra mais dos pobres do que dos ricos. Isso significa que os ricos pagam menos impostos do que os pobres.

Essa situação é extremamente injusta, pois significa que os trabalhadores, que são os que produzem a riqueza, são os que pagam a maior parte dos impostos. Isso ocorre porque a carga tributária brasileira é regressiva, ou seja, cobra mais dos pobres do que dos ricos.

Redução do PI

Os ricos utilizam diversos mecanismos para reduzir o PIB. Isso ocorre porque a carga tributária brasileira é regressiva, ou seja, cobra mais dos pobres do que dos ricos. Isso significa que os ricos pagam menos impostos do que os pobres.

Essa situação é extremamente injusta, pois significa que os trabalhadores, que são os que produzem a riqueza, são os que pagam a maior parte dos impostos. Isso ocorre porque a carga tributária brasileira é regressiva, ou seja, cobra mais dos pobres do que dos ricos.

ANEXO 3

Governo mantém perdas para 38% dos aposentados

(CA, nº 151, out. de 2009, p. 18-20)

Acordo firmado entre centrais sindicais e governo Lula atenua prejuízos, mas mantém distorções. Proposta deve ser votada ainda este ano na Câmara dos Deputados. Novas regras devem entrar em vigor em 2010.

O acordo firmado entre a CUT, Força Sindical, CGTB, UGT e o governo federal, e que deve ser aprovado em breve na Câmara dos Deputados, ficou aquém das expectativas dos aposentados brasileiros. A decisão é contestada pela Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), que não reconhece nas centrais sindicais legitimidade para fechar acordos em nome dos trabalhadores aposentados com o Executivo. “Queremos que os projetos do senador Paulo Paim (PTRS) é que vão à votação”, destaca o presidente da Cobap, Varley Gonçalves.

O senador petista tem sido o principal aliado dos aposentados no Congresso Nacional. São de autoria dele os projetos de lei que preveem o mesmo percentual de reajuste para os beneficiários que recebem acima do salário mínimo e os que ganham o piso. Paim também quer extinguir o fator previdenciário, mecanismo que achata o salário do trabalhador em até 40% no momento em que ele sai da ativa. O parlamentar também está empenhado em aprovar uma emenda à Constituição que veta o bloqueio ou contingenciamento das dotações orçamentárias destinadas à seguridade social pelo Executivo.

Os três mecanismos que penalizam milhares de aposentados foram introduzidos no cenário nacional pelo governo do ex presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 90. A proposta acordada entre as quatro centrais sindicais e o governo Lula atenua as perdas causadas ao longo dos anos pela administração tucana, mas mantém distorções ao não garantir a isonomia no percentual de reajuste dos vencimentos entre os aposentados que recebem acima do salário mínimo e os que ganham o piso salarial.

O teto das aposentadorias pagas pelo Ministério da Previdência Social aos segurados do INSS é de R\$ 3.218, 90. Em julho, o Ministério pagou benefícios previdenciários a 23.213.354 segurados, dos quais 14.401.629 (62%) receberam o salário mínimo.

Pelo acordo, a partir de 2010 os aposentados que recebem até um salário mínimo terão o benefício corrigido pela variação de 100% do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 2009, além da reposição da inflação. Já para os aposentados que ganham acima do piso, o índice de reajuste em relação ao PIB cai pela metade.

O dirigente da Confederação é um dos inúmeros brasileiros que teve os benefícios previdenciários reduzidos ao se aposentar em função do fator previdenciário. “Era para eu ganhar o teto, mas só recebo R\$ 1.400”, lamenta. Varley se aposentou há seis anos após ter trabalhado por três décadas na mesma empresa. As condições de insalubridade permitiram que ele se aposentasse pela legislação especial.

Ele teme que a manutenção de um índice diferenciado de reajuste entre os segurados provoque, em alguns anos, uma forte concentração de aposentados na faixa de um salário mínimo. “A tendência é que daqui a algum tempo todos passem a ganhar o salário mínimo”, endossa o temor, o senador Paim.

A decisão acordada entre as quatro centrais sindicais e os representantes do Executivo, além de perpetuar a distorção no reajuste dos vencimentos desses aposentados em função da manutenção de percentuais diferenciados, também estabelece cláusulas de barreira que condicionam o acesso dos

trabalhadores à aposentadoria. Ao extinguir o fator previdenciário, fixa novas regras que criam o fator 95/85.

Se aprovada a proposta pela Câmara, os trabalhadores que quiserem se aposentar vão ter de cumprir uma cláusula de barreira especificada por uma fórmula que associa idade a tempo de contribuição previdenciária. A nova regra fixa que para se aposentar com o valor integral do salário, o homem deverá ter completado 60 anos de idade e contribuído por 35 anos com a previdência social. Para as mulheres, o tempo de contribuição fixado fica em 30 anos conjugado à idade mínima de 55 anos.

A atual regra vigente do fator previdenciário baliza o cálculo para se chegar ao valor do benefício a que o segurado terá direito, em uma fórmula matemática que leva em consideração a idade, alíquota e o tempo de contribuição no momento da aposentadoria, associada à expectativa de vida, prevista na tabela do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As mulheres são as maiores penalizadas pela regra atual, em função da expectativa de vida delas ser superior a dos homens.

Quintino Severo, secretário geral da CUT, uma das quatro centrais signatárias do acordo, justifica a decisão argumentando que o governo federal vetaria a proposta de reajuste isonômico para todos os aposentados. “Defendemos que o reajuste dos aposentados não pode imobilizar a reposição do salário mínimo. O governo disse que era impossível dar o mesmo índice de reajuste para todos os aposentados”, argumenta.

A tese defendida pela Central é contestada pelo senador Paim. “A CUT nesse caso foi mais conservadora que o Senado, que é considerado uma Casa conservadora”, alfineta. O petista considera que as centrais deveriam centrar fogo na pressão em cima dos parlamentares, com mobilizações populares, pela aprovação dos projetos de sua autoria que já foram chancelados no Senado.

Outra crítica que o senador tece é em relação à manutenção da DRU (Desvinculação de Receita da União) pelo Executivo para a dotação orçamentária da seguridade social, onde estão abrigados, além dos recursos destinados à previdência social, também os das áreas de assistência social e da saúde. O mecanismo admite o desvio de até 20% das receitas da dotação destinadas ao pagamento dos benefícios previdenciários, para qualquer tipo de gasto que o governo venha a ter. O pagamento de juros é um dos itens para os quais os recursos da previdência têm sido direcionados.

O ministro da Previdência Social, José Pimentel, foi procurado pela reportagem da Caros Amigos, por intermédio de sua assessoria de imprensa, para comentar as questões, mas não se pronunciou.

O desvio de recursos previsto pela DRU foi possível devido à legislação aprovada na gestão do tucano e mantida intacta na do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo Lula chegou a cogitar dobrar o seu percentual. “Em 2005, quando se discutia a tese do déficit nominal zero defendida por Antonio Palocci e Delfim Netto, o governo pensou em elevar o percentual para 40%”, relembra o professor da Economia da Unicamp, Eduardo Fagnani.

O docente é especialista em políticas públicas e em particular em previdência social. Defensor da Constituição de 1988, ele explica que as conquistas asseguradas pela Carta Magna na área da seguridade social representaram avanços importantes e que, por isso, sempre estiveram na mira do pensamento conservador.

O texto constitucional brasileiro seguiu o modelo previdenciário dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que reúne as nações mais industrializadas do mundo. O modelo desenhado pelos constituintes baseou-se no princípio da solidariedade. Por isso, foi possível garantir, por exemplo, que os trabalhadores rurais tivessem assegurado o direito ao recebimento de aposentadoria, apesar de não terem contribuído com o fundo.

Mitos neoliberais

Ao contrário do que tentam fazer crer os neoliberais, ao propagar a falsa ideia de que a Constituição de 1988 criou direitos sem prever fontes de arrecadação para o seu sustento, o artigo 195 da Constituição Federal derruba essa falácia, ao dispor sobre o estabelecimento de uma cesta de recursos para financiamento da seguridade e consequentemente para o pagamento dos benefícios a aposentados e pensionistas. “A afirmação dos neoliberais de que a Constituição de 88 só criou despesas, sem fontes de receita, é outra mentira”, afirma Fagnani.

Antes da promulgação de 1988, os recursos que bancavam a previdência social vinham basicamente da contribuição sobre a folha de pagamento em que patrões e empregados participavam com percentuais distintos, além da presença do governo. Com a promulgação da Carta Magna foram criadas contribuições específicas para subsidiar o orçamento da seguridade social como, por exemplo, Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido).

Fagnani conta que a elite não digeriu até hoje os avanços previstos na redação constitucional. “A questão de fundo é que nunca admitiram um modelo que pega 8% do PIB e vincula à seguridade social. A classe dominante e seus interlocutores, como a imprensa, queriam que esse percentual estivesse disponível para o governo pagar juros da dívida.”

O senador José Sarney (PMDB-AP), à época presidente da República, afirmou em cadeia de rádio e televisão, pouco antes dos constituintes promulgarem a Carta Magna, que se o texto proposto fosse aprovado pelos parlamentares tornaria o país ingovernável. A tese advogada por Sarney era a de que os avanços sociais previstos na redação constitucional levariam o Brasil à insolvência.

O objetivo da elite, verbalizado e expresso na fala de Sarney, era justamente o de conter os avanços sociais previstos na redação do texto constitucional, mais especificamente no que tange ao capítulo que dispõe sobre a seguridade social.

A partir de então a voz conservadora não cessou os ataques às conquistas asseguradas, ao mesmo tempo em que defende a necessidade de se reformar a previdência social brasileira. O principal argumento utilizado para justificar a reforma é o de que a previdência é deficitária. O docente da Unicamp contesta essa versão. “Quando se fala que a previdência tem déficit, se mente à luz da Constituição. É uma atitude no mínimo leviana”, frisa. O senador Paim reforça os argumentos de Fagnani. “Nos últimos 10 anos a seguridade teve superávit de R\$ 400 bilhões. Só no último ano, o superávit foi superior a R\$ 50 bilhões”, destaca o petista.

Os neoliberais, no entanto, insistem em afirmar que ocorreu o crescimento da despesa. A tese é rechaçada por Fagnani. Para o economista da Unicamp, o X da questão reside no fato de o mercado de trabalho ter sido comprimido ao longo de duas décadas e meia e na ausência de crescimento econômico.

“Tivemos 25 anos de estagnação econômica. O problema da previdência não é de despesa, mas de receita, de arrecadação. E arrecadação depende do quê? Depende do crescimento da economia, do mercado de trabalho, de carteira assinada. Durante 25 anos nossa taxa de crescimento foi em média de 1,8%”, conta. Ele considera que a segunda gestão do presidente Lula melhorou significativamente o crescimento econômico do país.

“Todo o pensamento neoliberal se apoia em mitos, falsas verdades e no senso comum. Essa ideia que se criou, não tem nenhuma sustentação. É uma mentira”. Para o professor, há uma jogada por trás desse discurso crítico em relação à previdência social nos anos 90. “Queriam abrir o mercado ao capital privado”, alerta.

Os bancos e as seguradoras são os principais beneficiários dessa estratégia. A criação de um teto para as aposentadorias previstas no regime geral de previdência social também serviu a esses interesses. “Quando se cria um teto, se abre um enorme espaço para os grandes bancos internacionais e nacionais avançarem. Por isso, detonam. Agem ideologicamente, porque estão de olho nesse filão”, adverte.

A reforma realizada no final dos anos 90, pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, além de mexer na previdência dos trabalhadores cobertos pelo INSS, pavimentou o caminho para os banqueiros, ao regulamentar os planos de previdência privada. O estabelecimento de um teto para os benefícios pagos pelo INSS induziu milhares de trabalhadores a buscarem uma previdência privada, para complementar a renda.

O governo Lula também prosseguiu com a regulamentação dos planos de previdência complementar fechados, nos quais os sindicatos podem gerir e incentivar seus sócios a aderir a esses planos de previdência privada, que também contribuem com a movimentação da ciranda financeira.

Idosos mantêm família

A previdência pública ainda funciona para muitos beneficiários como um colchão protetor. Muitas vezes é a única fonte de renda de que dispõem para sobreviver. Dados do IBGE revelam que, em 53% dos domicílios brasileiros em que residem idosos, são eles os responsáveis por mais da metade de renda familiar. Esse percentual se eleva para 63,5% dos domicílios nordestinos.

Os vencimentos da aposentadoria também ajudam a movimentar a economia de muitas cidades brasileiras. Segundo o professor Fagnani, em aproximadamente 70% dos municípios do Estado de São Paulo o valor das aposentadorias recebidas pelos idosos é superior ao montante repassado pelo Fundo de Participação dos Municípios. No Nordeste esse percentual atinge 90% das cidades.

“Esse programa de proteção social é extraordinário. Dizem que o Brasil saiu rápido da crise por causa do consumo interno. E o que é o consumo interno? São essas famílias que continuam direcionando sua renda para o consumo.” Ele teme, no entanto, que, no futuro próximo, os novos idosos não possam desfrutar dessa realidade. A desregulamentação do mercado de trabalho, em que menos gente possui carteira assinada, inviabilizaria a concessão de aposentadorias no futuro.

Legislação protege sonegadores

A lista com os nomes dos empresários sonegadores da previdência social não pode mais ser consultada pela internet. Ela foi removida do sítio do Ministério da Previdência Social com a criação da Super Receita [em 2007], que passou a administrar os recursos previdenciários.

A mudança de órgão fiscalizador favoreceu os devedores da Previdência Social ao assegurar o anonimato. A Receita Federal se baliza no Código Tributário Nacional, que garante sigilo fiscal aos devedores. A nova lista que está disponível no sítio da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, responsável pelas cobranças judiciais, não aponta nem a natureza do débito nem o valor da dívida do sonegador.

O novo formato inviabiliza a consulta quando o interesse é descobrir quem são os devedores da previdência e o montante que devem ao fisco. Aproximadamente um milhão de devedores constam dessa lista, mas não se sabe o porquê de terem sido inscritos no Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal). A atual listagem praticamente só favorece aos bancos, que podem levantar informações sobre os tomadores de empréstimo.

O senador Paim conta que a dívida das três esferas do Estado Brasileiro (municípios, Estados e União) com a Previdência ultrapassa R\$ 3,5 trilhões. “Mas os principais devedores da Previdência são da área privada, depois vêm os municípios.” Ele critica o fato do Legislativo conceder anistia aos devedores.

“O Congresso dá anistia para devedores, vai anistiando, vai anistiando e eles nunca pagam. As prefeituras não depositam a previdência e veem toda hora aqui chorar para continuar não pagando.”

“Me aposentei com nove salários mínimos e hoje recebo dois...”

O metalúrgico Antonio Valeri trabalhou 35 anos antes de se aposentar. Poderia ter saído da ativa antes, em função da aposentadoria especial por insalubridade que o cargo de pintor de automóveis, que desempenhou por 28 anos na Ford, garantia. Preferiu continuar trabalhando, para robustecer o futuro benefício previdenciário, a antecipar o descanso previsto na legislação trabalhista.

A certeza de uma vida digna ao lado da mulher, logo após se aposentar em 1988, foi se frustrando ao longo das duas décadas. Valeri viu sua aposentadoria sofrer um achatamento drástico. O sonho acabou se transformando em pesadelo. “Me aposentei com nove salários mínimos e hoje recebo dois e um pouquinho. Eu não entendo isso”, lamenta.

As adversidades da vida nunca foram motivo para desanimar o italiano de Strangolagalli, cidade localizada na região metropolitana de Roma, que chegou ao Brasil em 1953, com 19 anos de idade, em busca de uma vida melhor. Não tinha parentes, nem amigos, nem dinheiro. Dormiu uma semana na rua até conseguir uma vaga em um quarto, que o proprietário aceitou fiar até ele encontrar trabalho. “Naquela época não tinha perigo.”

O primeiro emprego veio por indicação do dono do bar onde ele guardava a mala enquanto saía para procurar trabalho. Começou a abrir buracos no solo para a instalação da rede de esgoto. O trabalho era pesado e o salário míngua. A condição de imigrante sem documentação legalizada manteve Valeri no emprego até encontrar outro que o remunerasse melhor.

Agora já não dormia mais ao relento, mas os bens materiais limitavam-se a uma cama com colchão e uma cobertura fina. “Demorei seis meses para comprar o travesseiro”, relembra.

Valeri não esconde a indignação de ver a aposentadoria corroída pelas perdas acumuladas ao longo de anos. “Trabalhei 35 anos e agora passaria fome se os meus filhos não me ajudassem. A gente tem de ir à feira, farmácia, ao mercado, sacolão, não dá, não dá mesmo. Os aposentados no Brasil são maltratados, pisados, esmagados.”

Ele critica a decisão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de desvincular o índice de reajuste dos aposentados do percentual aplicado ao piso. “O Fernando Henrique chamou a gente de vagabundo. Mas vagabundo é ele, que se aposentou com 39 anos de idade”, devolve.

O descaso em relação aos aposentados é apontado por ele como um desrespeito a quem ajudou a construir o país. “Não é só comigo que fazem isso, tem muito velhinho aposentado que deu a vida neste país. Quem construiu este país foram os aposentados, mas vê se eles entendem isso”, critica, referindo-se às autoridades.

O ex metalúrgico não debita na conta do ex colega de profissão e atual presidente da República uma fatura alta. “O Lula entrou lá e disse que ia melhorar para nós, mas continua a mesma coisa do Fernando Henrique. Mas eu não vou xingar ele, porque foi o único que ajudou o Brasil. Estacionou a inflação e sustentou até hoje, senão não dava nem para comer”, ressalta.

Ele tem esperança em conseguir recompor o poder de compra que adquiriu quando estava na ativa. “Não quero nem os atrasados, só quero voltar a ganhar os nove salários que eu ganhava quando me aposentei.”

A situação de Valeri se complicou nos últimos meses. Ele precisou ser hospitalizado devido a um problema ocasionado por um remédio errado entregue na farmácia do posto de saúde perto de sua residência.

Na sequência o aposentado foi vítima de erro médico. A solicitação da ressonância magnética especificava que o exame deveria ser feito sem contraste, devido a uma insuficiência renal, mas o médico realizou o procedimento com a substância.

Atualmente ele realiza sessões de hemodiálise três vezes por semana e duas de fisioterapia. Não dirige mais e depende da mulher e dos filhos para tudo. O convênio e os remédios são pagos pela filha, que é professora da rede municipal de ensino na capital paulista.

“Se eu fosse pagar do meu bolso eu ia comer o quê? O sol, a lua...”, afirma indignado. Ele também reclama da propaganda feita pelo prefeito Gilberto Kassab na eleição passada. “O posto de saúde está uma droga, falavam que tinha remédios em casa, mas não tem nem lá. É tudo mentira, só fazem isso para ganhar votos.”

Lúcia Rodrigues é jornalista

Luiza Rodrigues



PREVIDÊNCIA

Governo mantém perdas para 38% dos aposentados

Acordo firmado entre centrais sindicais e governo Lula abriu prejuízos, mas mantém discórdias. Proposta deve ser votada ainda este ano na Câmara dos Deputados. Novas regras devem entrar em vigor em 2010.

Integrador: Rildo Gomes

O acordo firmado entre a CTEC, União das Centrais Sindicais (UCS) e o governo federal, que prevê a criação de um novo regime de previdência para quem não tem direito ao benefício por tempo de contribuição, trouxe algumas mudanças importantes. Mas o acordo não resolveu todas as questões pendentes. A discussão da previdência para quem não tem direito ao benefício por tempo de contribuição deve ser retomada em 2009, segundo o acordo. O governo federal não conseguiu convencer os sindicatos a aceitar o novo regime de previdência. O acordo prevê que o novo regime de previdência seja criado em 2010, mas os sindicatos não concordam com isso. O acordo prevê que o novo regime de previdência seja criado em 2010, mas os sindicatos não concordam com isso. O acordo prevê que o novo regime de previdência seja criado em 2010, mas os sindicatos não concordam com isso.

Em meio a uma manobra de um lado e de outro, o governo federal tenta resolver o problema da previdência. Mas não dá para dizer que o acordo firmado entre as centrais sindicais e o governo federal resolveu o problema. O acordo prevê que o novo regime de previdência seja criado em 2010, mas os sindicatos não concordam com isso. O acordo prevê que o novo regime de previdência seja criado em 2010, mas os sindicatos não concordam com isso.

MITOS MOURBENS

O acordo prevê que o novo regime de previdência seja criado em 2010, mas os sindicatos não concordam com isso. O acordo prevê que o novo regime de previdência seja criado em 2010, mas os sindicatos não concordam com isso. O acordo prevê que o novo regime de previdência seja criado em 2010, mas os sindicatos não concordam com isso.

“Me aposentei com nove salários mínimos e hoje recebo dois...”

Luiza Rodrigues

O estatístico Antônio Valério trabalhou 30 anos em um emprego. Foi um bom funcionário, mas não conseguiu se aposentar com o benefício que ele queria. Ele se aposentou com nove salários mínimos e hoje recebe dois. Ele se aposentou com nove salários mínimos e hoje recebe dois. Ele se aposentou com nove salários mínimos e hoje recebe dois.

LEGISLAÇÃO PROTEGE BOMBADEIROS

A legislação protege bombeiros que trabalham em áreas de risco. A legislação protege bombeiros que trabalham em áreas de risco. A legislação protege bombeiros que trabalham em áreas de risco.

Um bilhão de mortos-vivos contra as Cutrales do mundo

(CA, nº 152, nov. de 2009, p. 7)

Por José Arbex Jr.

“Pela primeira vez na história, mais de um bilhão de pessoas estão subnutridas no mundo inteiro. Isso representa cerca de 100 milhões a mais do que no ano passado e significa que uma a cada seis pessoas passa fome todos os dias. Este recente aumento da fome não tem sido consequência das fracas colheitas a nível global, mas sim resultado da crise econômica mundial, que tem reduzido rendas e oportunidades de emprego, assim como o acesso aos alimentos por parte da população mais pobre. (...) A crise espreita os pequenos agricultores e as áreas rurais onde trabalham e vivem 70% das pessoas que passam fome no mundo.”

O diagnóstico é feito por Jacques Diouf, diretor geral da FAO (órgão da ONU para a agricultura e alimentos), durante a celebração do Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro). Trata-se de uma crise “sem precedentes” na história mundial, afirma Diouf: entre 2006 e 2008, observou-se um aumento contínuo dos alimentos básicos. Notem a ironia: justamente nas áreas rurais, aquelas responsáveis pela produção de alimentos, “vivem 70% das pessoas que passam fome no mundo.”

“Na África Subsaariana, 80 a 90% de todos os preços dos cereais monitorados pela FAO em 27 países, continuam sendo 25% mais altos do que antes do começo da crise dos alimentos, dois anos atrás. Na Ásia e na América Latina e o Caribe, os preços são monitorados num total de 31 países, e entre 40 e 80 % do preço dos cereais mantêm mais de 25 % mais alto do que no período pré-crise dos alimentos. E a nível local, em alguns países, os preços dos alimentos básicos não sofreram qualquer tipo de baixa. Além disso, a produção continua sendo obstruída pelo aumento do custo dos insumos, – 176 % no caso dos fertilizantes, 70% sementes, 75% ração para os animais, tornando o investimento na agricultura extremamente difícil.”

O que Diouf não diz diretamente, mas apenas nas entrelinhas de uma linguagem diplomática que causa náuseas, é que a razão para o aumento da fome e da subnutrição, especialmente no campo, é bastante simples: a crescente concentração de riqueza, traduzida na implantação de vastos latifúndios que exploram monoculturas. Se aumenta a produtividade do campo mediante o uso de tecnologias cada vez mais sofisticadas – afirmação, aliás, que deve ser analisada com muita cautela –, piora muito a situação de quem não tem acesso a essas mesmas tecnologias.

Um singelo dado, também divulgado pela FAO, mostra isso com grande clareza: em franco contraste com o crescimento da fome, da subnutrição e da pobreza nas áreas rurais, há um próspero crescimento das vendas de máquinas agrícolas cada vez mais sofisticadas, muitas delas guiadas por robôs orientados via satélite (com o sistema GPS). Entre 2000 e 2005, o comércio mundial de máquinas agrícolas cresceu à razão de 6% ao ano, muito mais do que a produção de comida no mesmo período (2,6% aa) e o da população mundial (1,2% aa). Entre 2005 e 2010, prevê-se um crescimento respectivo de 4,8%, 2,5% e 1,1%. Em termos absolutos, a demanda global por máquinas agrícolas cresceu de 53 bilhões de dólares em 2000 para 70 bilhões em 2005 e deverá chegar a 88 bilhões de dólares em 2010.

Mesmo levando-se em conta que as compras de máquinas pela Índia e pela China são, em boa parte, responsáveis pelo crescimento do setor, é óbvio que existe uma relação direta entre a crescente mecanização da agricultura e o aumento da fome, como consequência da concentração da propriedade e da renda. Nas grandes culturas mecanizadas, um único trabalhador pode cultivar cerca de 200 hectares, com altíssimo índice de produtividade (medido em toneladas de cereais por trabalhador por ano), graças a investimentos em tecnologia, bioquímica, seleção de sementes etc. Em contrapartida, menos da metade dos trabalhadores rurais dispõe de tração animal para tocar suas culturas, e cerca de 1/3 estão completamente à margem da “revolução verde”. São os camponeses pobres que formam o vasto exército de seres humanos forçados, quando podem, a vender sua força de trabalho por valores aviltantes em grandes plantações (não raro, os “salários” situam-se no limite de dois dólares diários, valor que serve de parâmetro de linha de pobreza para o Banco Mundial).

É óbvio que ninguém propõe, aqui, a destruição das máquinas e a volta à agricultura rudimentar como solução para a fome. Trata-se de fazer exatamente o oposto: colocar a máquina a serviço do ser humano. Para isso, comida teria que deixar de ser tratada como commodity, artigo de especulação negociado em mercados futuros, sem qualquer relação com a demanda real da população. O comércio da comida deveria ser submetido ao primado da segurança alimentar, priorizando o ser humano e não o lucro.

Mas, no pé em que está o “mercado globalizado”, a FAO há tempos admite a barbárie: a Cúpula Mundial da Alimentação definiu, em 1995, o objetivo de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas que passam fome no mundo. E o que fazer com a outra metade? Atenção: estamos falando de 500 milhões de seres humanos condenados à morte por fome (isto é, se fosse mesmo possível mitigar as demandas de proteína da outra metade, hipótese cada vez mais longínqua).

É esse, concretamente, o contexto em que atuam a Cutrale (grileira de terras públicas, exportadora de suco de laranja e superexploradas do trabalho de seus empregados) e outras agroempresas. Elas não têm nada que ver com a “alimentação do povo brasileiro” ou de quaisquer outros povos, como quer fazer crer a asquerosa campanha de mídia destinada a criminalizar o MST pela ocupação das terras da Cutrale. São empresas que se destinam ao ramo da especulação financeira, como qualquer banco ou corretora da bolsa de valores, com o agravante de que operam com uma mercadoria sagrada, o alimento, e exploram aquilo que deveria ser tratado como um bem comum: a terra.

A “mídia gorda” e seus especialistas ocultam a profunda, total e inegável relação entre a especulação com o alimento e a tragédia que envolve 1 bilhão de seres humanos famintos (e mais de 2 bilhões em estado de subnutrição e expostos a todo o tipo de doenças e epidemias causadas pela falta de proteínas). Eles produzem, assim, uma total inversão de valores: são criminosos os que lutam em defesa do mais sagrado dos direitos humanos, o direito à vida, e são tratados como vítimas (e heróis) os monstros, os carrascos, os que especulam com a comida. Não há limite para a canalhice.

A “mídia gorda” fez absoluta questão de ocultar a reivindicação central do MST no “caso Cutrale”: a formação de uma comissão de investigação, integrada por personalidades respeitadas por toda a sociedade, para apurar a verdade dos fatos. Os donos da mídia sabem que isso não pode acontecer. Não está em jogo, apenas, saber se o MST destruiu ou não meia dúzia de pés de laranja, mas sim o significado do agronegócio para o Brasil e para o mundo. 1 bilhão de mortos vivos serviriam de testemunha de acusação em tal julgamento

José Arbex Jr. é jornalista

1 BILHÃO DE MORTOS-VIVOS CONTRA AS CUTRALES DO MUNDO

"Pela primeira vez na história, mais de 1 bilhão de pessoas estão subnutridas no mundo inteiro. Isso representa cerca de 100 milhões a mais do que no ano passado e significa que uma a cada seis pessoas passa fome todos os dias. Este recente aumento da fome não tem sido consequência das fracas colheitas a nível global, mas sim resultado da crise econômica mundial, que tem reduzido rendas e oportunidades de emprego, assim como o acesso aos alimentos por parte da população mais pobre. (...) A crise espelha os pequenos agricultores e as áreas rurais onde trabalham e vivem 70% das pessoas que passam fome no mundo."

O diagnóstico é feito por Jacques Diouf, diretor geral da FAO (órgão da ONU para a agricultura e alimentação), durante a celebração do Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro). Trata-se de uma crise "sem precedentes" na história mundial, afirma Diouf: entre 2006 e 2008, observou-se um aumento contínuo dos alimentos básicos. Notem a ironia: justamente nas áreas rurais, aquelas responsáveis pela produção de alimentos, "vivem 70% das pessoas que passam fome no mundo."

"Na África Subsaariana, 80 a 90% de todos os preços dos cereais monitorados pela FAO em 27 países, continuam sendo 25% mais altos do que antes do começo da crise dos alimentos, dois anos atrás. Na Ásia e na América Latina e o Caribe, os preços são monitorados num total de 31 países, e entre 40 e 80% do preço dos cereais mantém mais de 25% mais alto do que no período pré-crise dos alimentos. E a nível local, em alguns países, os preços dos alimentos básicos não tocam qualquer tipo de baixa. Além disso, a produção continua sendo obstruída pelo aumento do custo dos insumos – 136% no caso dos fertilizantes, 70% os sementes, 75% ração para os animais, tornando o investimento na agricultura extremamente difícil."

O que Diouf não diz diretamente, mas aponta nas entrelinhas de uma linguagem diplomática que causa mágoa, é que a razão para o aumento da fome e da subnutrição, especialmente no campo, é bastante simples: a crescente concentração de riqueza, traduzida na implantação de vastos latifúndios que exploram monoculturas. Se aumenta a produtividade do campo mediante o uso de tecnologias cada vez mais sofisticadas – alienação, aliás, que deve ser analisada não muito distante da situação de quem não tem acesso a essas mesmas tecnologias.

Um singelo dado, também divulgado pela FAO, mostra isso com grande clareza: em franco contraste com o crescimento da fome, da subnutrição e da pobreza nas áreas rurais, há um próspero crescimento das vendas de máquinas agrícolas cada vez mais sofisticadas, muitas delas guiadas por robôs orientados via satélite (com o sistema GPS). Entre 2000 e 2005, o comércio mundial de máquinas agrícolas cresceu à razão de 6% ao ano, muito mais do que a produção de comida no mesmo período (2,6% aa) e o da população mundial (1,2% aa). Entre 2005 e 2010, prevê-se um crescimento respectivo de 4,8%, 2,5% e 1,1%. Em termos absolutos, a demanda global por máquinas agrícolas cresceu de 53 bilhões de dólares em 2000 para 70 bilhões em 2005 e deverá chegar a 88 bilhões de dólares em 2010.

Mesmo levando-se em conta que as compras de máquinas pela Índia e pela China são, em boa parte, responsáveis pelo crescimento do setor, é óbvio que existe uma relação direta entre a crescente mecanização da agricultura e o aumento da fome, como consequência da concentração da propriedade e da renda. Nas grandes culturas mecanizadas, um único trabalhador pode cultivar cerca de 200 hectares, com altíssimo índice de produtividade (medido em toneladas de cereais por trabalhador por ano), graças a investimentos em tecnologia, bioquímica, seleção de sementes etc. Em contrapartida, menos da metade dos trabalhadores rurais dispõe de tração animal para tocar suas culturas, e cerca de 1/3 estão completamente à margem da "revolução verde". São os camponeses pobres que formam o vasto exército de seres humanos forçados, quando podem, a vender sua força de trabalho por valores aviltantes em grandes plantações (não raro, os "salários" situam-se no limite de dois dólares diários, valor que serve de parâmetro de linha de pobreza para o Banco Mundial).

É óbvio que ninguém propõe, aqui, a destruição das máquinas e a volta à agricultura rudimentar como solução para a fome. Trata-se de fazer exatamente o oposto, colocar a máquina a serviço do ser humano. Para isso, comida teria que deixar de ser tratada como commodity, artigo de especulação negociado em mercados futuros, sem qualquer relação com a demanda real da população. O comércio da comida deveria ser submetido ao primado da segurança alimentar, priorizando o ser humano e não o li-

vro. Mas, no pé em que está o "mercado globalizado", a FAO há tempos admite a barbárie: a Cúpula Mundial da Alimentação definiu, em 1995, o objetivo de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas que passam fome no mundo. E o que fazer com o outro metade? Atenção: estamos falando de 500 milhões de seres humanos condenados a morte por fome (isto é, se fosse mesmo possível mitigar as demandas de proteína da outra metade, hipotese cada vez mais longínqua).

É esse, concretamente, o contexto em que atuam a Cutrale (grileira de terras públicas, exportadora de suco de laranja e superexploradora do trabalho de seus empregados) e outras agroempresas. Elas não têm nada que ver com a "alimentação do povo brasileiro" ou de quaisquer outros povos, como quer fazer crer a esquerosa campanha de mídia destinada a criminalizar o MST pela ocupação das terras da Cutrale: São empresas que se destinam ao ramo da especulação financeira, como qualquer banco ou corretora da bolsa de valores, com o agravante de que operam com uma mercadoria sagrada, o alimento, e exploram aquilo que deveria ser tratado como um bem comum: a terra.

A "mídia gorda" e seus especialistas ocultam a profunda, total e inequívoca relação entre a especulação com o alimento e a tragédia que envolve 1 bilhão de seres humanos famintos (e mais de 2 bilhões em estado de subnutrição e expostos a todo o tipo de doenças e epidemias causadas pela falta de proteínas). Eles produzem, assim, uma total inversão de valores: são criminosos os que lutam em defesa do mais sagrado dos direitos humanos, o direito à vida, e são tratados como vítimas (e heróis os monstros, os carnaucos, os que especulam com a comida. Não há limite para a canalhice.

A "mídia gorda" fez absoluta questão de ocultar a reivindicação central do MST no "caso Cutrale": a formação de uma comissão de investigação, integrada por personalidades respeitadas por toda a sociedade, para apurar a verdade dos fatos. Os donos da mídia sabem que isso não pode acontecer. Não está em jogo, apenas, saber se o MST destruiu ou não meia dúzia de pés de laranja, mas sim o significado do agronegócio para o Brasil e para o mundo: 1 bilhão de mortos vivos serviram de treinamento de acusação em tal julgamento.

José Arbex Jr. é jornalista.



Novo sitio: www.carosamigos.com.br

16 de outubro de 2008 | **Caros Amigos**

ANEXO 5

Guerra do lixo massacra catadores

(CA, nº 153, dez. de 2009, p. 36-39)

A reciclagem do lixo pode ser uma fonte de geração de emprego e renda para milhares de pessoas. O governo federal disponibilizou R\$ 5.9 milhões para a construção de 10 cooperativas na capital paulista, mas o projeto não sai do papel porque a Prefeitura de São Paulo emperra o empreendimento.

Viver do que os outros descartam tem sido a rotina de milhares de pessoas espalhadas pelo país e que fazem da coleta de material reciclável a fonte do próprio sustento e de seus familiares. Retirar o ganha-pão do que é jogado fora nada tem de humilhante e pode trazer dignidade para muita gente, dependendo da forma como o poder público encaminha essa questão.

É preciso o empenho das prefeituras, que são as responsáveis diretas pela destinação dos resíduos produzidos pela sociedade. Assegurar a infraestrutura básica para a manutenção das cooperativas de reciclagem e a criação de novas unidades de triagem é elemento decisivo para que esse trabalho deixe de ser penoso e adquira o status de uma profissão como qualquer outra.

Se engana quem considera, no entanto, que o lixo garante apenas a sobrevivência dos pobres. Ao contrário do que muitos imaginam, ele é fonte de riqueza para uma parcela expressiva do empresariado. Na cidade de São Paulo, duas concessionárias, EcoUrbis Ambiental S/A e Loga Ambiental de São Paulo S/A, dividem os recursos gerados pelo espólio do lixo que é produzido pela população.

Mensalmente, a Prefeitura da capital paulista desembolsa R\$ 48 milhões que são repassados a essas duas empresas pelos serviços prestados. A EcoUrbis, responsável pelo lixo das regiões leste e sul, tem entre seus acionistas majoritários a Construtora Queiroz Galvão, a mesma que participa da construção das linhas dois e quatro do Metrô paulista.

A empreiteira era uma das responsáveis, junto com a Camargo Corrêa e OAS, pela obra da estação Pinheiros do metrô que desmoronou, em janeiro de 2007, matando sete pessoas, além de destruir a moradia de inúmeras famílias que residiam no entorno da construção.

A outra concessionária, a Loga, é uma sociedade entre a Vega Engenharia Ambiental S/A, que possui 62,347% de participação acionária, e a Cavo Serviços e Meio Ambiente, que detém 37,653%. A Vega Engenharia surgiu a partir do esfacelamento da Vega Sopave envolvida no escândalo de corrupção que ficou conhecido como a máfia do lixo da cidade de São Paulo, na década de 90. Em sua página na rede mundial de computadores a Vega Ambiental informa que foi constituída em 1997 e que herdou a experiência de sua antecessora, embora não faça alusão à Vega Sopave, apesar de ter mantido sua logomarca.

A Vega Sopave possuía ligação com a construtora OAS, a Cavo pertence à empreiteira Camargo Corrêa. A promiscuidade nas relações entre concessionárias de lixo e empreiteiras se estende a uma fatia do poder público. Os dois segmentos empresariais, ao lado dos bancos, são identificados no cenário nacional como os principais agentes financiadores de campanhas políticas nacionais.

Contra a Camargo Corrêa pesa ainda outra grave acusação: a construtora é identificada como uma das empresas responsáveis pelo financiamento da tortura e da repressão política contra os opositores da ditadura militar. Segundo relatos de ex presos políticos, a Camargo Corrêa financiou, por exemplo, a implantação da Oban (Operação Bandeirante), embrião do famigerado DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), um dos centros de tortura mais temidos do país, no final da década de 60 e início dos anos 70.

Concessão pública

Tanto a Loga quanto a EcoUrbis têm concessão da Prefeitura de São Paulo para operar os serviços na cidade até 2024. Em seu sítio na internet, a EcoUrbis informa que é uma das maiores empresas do segmento na América do Sul nas áreas de coleta, transporte e destinação de resíduos. A empreiteira Queiroz Galvão encabeça a lista dos principais acionistas da empresa.

Juntas, as duas concessionárias recolhem 15 mil toneladas do lixo que é produzido diariamente na capital. Deste total, 9.630 toneladas são de resíduos domiciliares. De acordo com dados apresentados pela Secretaria de Obras da prefeitura paulistana, ao qual está vinculado o Departamento de Limpeza Urbana, Limpurb, apenas 20% desses resíduos são passíveis de reciclagem.

Mas o percentual efetivamente processado na reciclagem está muito aquém deste índice. A Prefeitura informa que 7% do lixo reciclável recolhido é destinado ao processo de triagem. O baixo percentual, mesmo assim, é questionado e desmentido por especialistas e pessoas que atuam na área de reciclagem. “Esse número não é real, chega muito menos material para os cooperados reciclarem”, sustenta a presidente da Cooperativa Granja Julieta, Mara Lúcia Sobral Santos.

“A base de cálculo da Prefeitura de São Paulo está errada. O cálculo deve ser feito em outro patamar. Para se chegar ao percentual que uma cidade efetivamente recicla de seus resíduos, deve-se levar em conta o total do lixo produzido naquele município”, comenta Ana Maria Luz, do Instituto Gea – Ética e Meio Ambiente, organização da sociedade civil que presta assessoria na implantação de programas de coleta seletiva e reciclagem.

A Prefeitura de São Paulo possui 16 centrais de triagem, ou cooperativas como os catadores preferem chamar, espalhadas pela cidade, onde aproximadamente mil pessoas trabalham na separação do material reciclável na condição de cooperados. Os números são irrisórios, perto da demanda de trabalhadores que querem atuar nessa área e das dimensões geográficas da capital paulista.

As cooperativas, geridas pelos próprios trabalhadores, funcionam como agentes catalisadores na geração de renda. Antes da crise, algumas cooperativas chegaram a distribuir entre seus associados em torno de R\$ 1.200 mensalmente.

Mas a falta de vontade política por parte da Prefeitura de São Paulo na efetivação de novas centrais de triagem, inviabiliza o acesso de outras pessoas a essa possibilidade de trabalho e renda. A Prefeitura não se dispõe nem mesmo a receber os recursos que são oferecidos pelo Executivo federal para a implantação de novas cooperativas de reciclagem.

O governo federal disponibilizou para a Prefeitura de São Paulo R\$ 5.965 milhões do Orçamento Geral da União, vinculados ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), para a construção de 10 galpões, equipados com prensas enfardadeiras, balanças mecânicas, carrinhos plataforma e empilhadeiras, mas a Prefeitura paulistana não demonstrou interesse em receber esses recursos.

Em ofício encaminhado ao prefeito Gilberto Kassab, em 5 de maio de 2008, o secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Leodegar Tiscoski, solicita que a Prefeitura entregue os projetos de engenharia e os respectivos planos de trabalho para a Gerência de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal, para a agilização dos empreendimentos.

Além de não tomar as medidas necessárias para a efetivação das cooperativas, a Prefeitura de São Paulo solicitou que o governo federal reduzisse de 10 para cinco, o número de galpões a serem construídos e equipados. A Prefeitura também quer reduzir o tamanho das áreas dos terrenos onde serão construídas as novas cooperativas de reciclagem.

O diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica do Ministério das Cidades, Manoel Renato Machado Filho, em ofício encaminhado, em 23 de junho de 2009, à Caixa Econômica Federal, onde os recursos estão depositados à disposição da prefeitura paulistana, esclarece que o governo federal não aceita a proposta de redução do número de galpões, apresentada pela Prefeitura de São Paulo.

“O Ministério das Cidades em momento algum abriu mão da quantidade de galpões a serem construídos.” Ele registra que o número de novas cooperativas foi acordado com o Movimento Nacional de Catadores. A única concessão feita é em relação à área dos terrenos. “Será aceita a redução máxima de 5% na área do galpão, desde que mantida a capacidade de processamento da unidade e a capacidade de inserção dos catadores anteriormente prevista”, enfatiza o texto.

A contrapartida da prefeitura paulistana exigida pelo governo federal, para a efetivação do empreendimento, é a de que o Executivo municipal entre com R\$ 228 mil. Os recursos federais continuam à disposição do município, mas a construção dos galpões não saiu do papel.

Um número considerável de pessoas que poderia extrair o sustento dessas 10 novas cooperativas, se já estivessem em funcionamento, continua a ser penalizado pela falta de vontade política e até mesmo desprezo com que o Executivo municipal trata essa questão.

“São Paulo está fora de seu tempo, não priorizou esse tema”, critica o deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP) ao se referir à ausência de uma política pública consistente por parte da Prefeitura de São Paulo, para a reciclagem do lixo da cidade. Teixeira teve um projeto de lei vetado em 2005, pelo então prefeito José Serra, quando o petista ainda era vereador na capital paulista. O projeto previa a possibilidade de contratação dos catadores pela Prefeitura. Se a lei tivesse sido aprovada, os catadores teriam o direito de receber um valor mensal da Prefeitura pelo trabalho que desenvolvem nas centrais de triagem de material reciclável.

“A Prefeitura de São Paulo, ao invés de ajudar essas pessoas, só trabalha contra”, desabafa o deputado. Ele conta que o Executivo federal apresentou projeto para criar um marco regulatório nessa área e que em breve deve ser aprovado pela Câmara dos Deputados, em Brasília. Pela lei de saneamento, os catadores também podem ser contratados pelo Executivo, com dispensa de licitação.

O descaso da prefeitura paulistana é total, não leva em consideração nem mesmo o papel de agentes ambientais que os catadores desempenham na cidade. Apesar de imprescindíveis, essas pessoas se tornaram invisíveis aos olhos do poder público municipal e da maioria da sociedade. Convivem lado a lado com os mais sofisticados automóveis, nas principais vias da cidade, puxando suas pesadas carroças sem chamar a atenção.

Só são notados quando o peso excessivo de seus carrinhos abarrotados de material teima em fazê-los manter um ritmo mais lento do que o habitualmente tolerado nos tradicionais congestionamentos que paralisam o fluxo na cidade.

“Às vezes somos xingados por alguns motoristas que acham que estamos atrapalhando o trânsito”, revela a catadora Vilma Conceição Lopes, de 42 anos e mãe de 11 filhos, sobre o comportamento de alguns condutores que se irritam com a presença das carrocinhas à sua frente.

Vilma não está associada a nenhuma cooperativa de reciclagem. Ela recolhe o material individualmente pelas ruas do Grajaú, bairro pobre da zona sul, onde reside. “É tudo o que eu mais queria”, ressalta, enquanto puxa a carroça, ao se referir ao desejo de se tornar uma cooperada. Vilma mantém a família com a venda do que recolhe pelas ruas e com as doações que recebe. O marido faz bicos. Ninguém sabe ao certo quantas pessoas vivem às expensas do lixo paulistano, em circunstâncias semelhantes à de Vilma, mas se considera que esse número não é pequeno. É uma legião de famélicos, que aumenta dia a dia em função das dificuldades impostas pela crise econômica. Trabalhar como catador é uma das únicas alternativas que restam para conseguir o sustento da família.

Atravessadores exploram trabalho dos catadores

A principal dificuldade enfrentada pelos catadores que não estão associados a nenhuma cooperativa e atuam de maneira isolada, recolhendo material pelas ruas, é conseguir superar a exploração do trabalho imposta pelos atravessadores, que intermedeiam a relação comercial entre eles e a indústria que processará os produtos recolhidos.

A falta de escala (quantidade expressiva do mesmo tipo de material para ser vendido), aliada à ausência de um local para depositá-lo, torna essas pessoas reféns dos atravessadores, popularmente conhecidos como ferros-velhos. O nível de exploração da força de trabalho a que são submetidos esses catadores atinge índices inimagináveis e revoltantes.

O preço pago pelo quilo da imensa maioria dos materiais recolhidos nas vias da capital paulista gira na casa dos centavos. Pelo quilo das latinhas de cerveja ou refrigerante, mais valorizadas, os donos de ferro-velho desembolsam R\$ 2. São necessárias 75 latinhas para se conseguir atingir um quilo. A disputa pelo material nobre é acirrada.

A crise econômica atingiu em cheio esses trabalhadores. O valor pago pelo preço do quilo dos produtos recolhidos caiu drasticamente. O das latinhas despencou pela metade. “A latinha já chegou a R\$ 4 o quilo”, lembra a catadora Vilma da Conceição Lopes. “Se não tivesse o atravessador, daria para ganhar mais”, conclui.

Uma tarde de trabalho árduo percorrendo vários quilômetros de ruas e avenidas do bairro Grajaú, debaixo de sol e chuva, rendeu a Vilma apenas R\$ 3,50. O peso excessivo da carroça abarrotada de materiais impressiona os mais desavisados, mas ela sabe que o esforço não renderia grande coisa. Vazio o equipamento de trabalho, que antigamente era puxado por burros e não por seres humanos, pesa em torno de 20 quilos.

A baixa remuneração não a faz desistir do serviço. Vilma recolhe até mesmo o material que é descartado pelo ferro-velho, só para não desagradar as pessoas que fornecem o material. “Senão o morador pode se aborrecer e não querer entregar mais nada”, enfatiza.

Ela conta que consegue tirar em torno de R\$ 100 por mês. Esse é o mesmo valor pago pelo aluguel do cômodo apertado, localizado praticamente dentro da Favela Rubi, no Grajaú, que ela divide com o marido e cinco filhos do casal: Taiane, de 2 anos, Tainá, de 5, Maria Ângela, de 6, Talita, de 8, e Ronaldo, de 10.

O aluguel do mês passado está atrasado. “Meu armário estava vazio. É um sufoco danado”, afirma para justificar o porquê do atraso na conta. Enquanto a reportagem da Caros Amigos conversa com Vilma, ela recebe a doação de uma cesta básica e vibra. Corre para pegar o café e açúcar que haviam acabado. “Não passo sem um cafezinho”, brinca.

Ela percebe que não tem fósforos para acender o fogão, que fica do lado de fora do cômodo por absoluta falta de espaço no interior da moradia. Vilma pede um isqueiro emprestado para um dos vizinhos. As crianças se divertem com as figuras de bichinhos de um dos pacotes de biscoito que vieram na cesta. A ausência constante das guloseimas não as torna menos solidárias: oferecem os mimos para a reportagem.

Antes da doação, na geladeira que funciona como armário, poucos alimentos para saciar a fome dos filhos: uma maçã, uma cenoura, um ovo, um pouco de farinha de mandioca, um pouco de aveia, meio saco de macarrão, quatro fatias de pão de forma, uma garrafa de óleo, um pote com um pouco de arroz, uma travessa com comida preparada, uma pequena quantidade de comida e bife, dois litros e meio de leite e um potinho com tempero.

Jornada dupla

A vida da mulher catadora e ainda mais difícil do que a do homem que atua nessa função. Além de recolher o material pelas ruas, elas têm uma segunda jornada no lar. Vilma não descuida da atenção com os filhos e o marido e da organização da casa, no caso um único e pequeno cômodo, que não possui mais do que 10 metros quadrados levando-se em conta um cubículo interno transformado em banheiro, que nem ao menos porta tem.

Tudo é improvisado. O cano da descarga é sempre uma incógnita e pode se transformar de uma hora para outra em um chuveiro quando a válvula é acionada. Uma das paredes do banheirinho representa uma ameaça bem mais perigosa e pode desmoronar a qualquer momento devido a uma enorme rachadura nos tijolos. “Morro de medo dessa parede cair. Meu sonho é ter a minha casinha”, revela.

O antigo fogão também representou uma ameaça real à vida da família. Apesar de localizado do lado de fora do cômodo, por absoluta falta de espaço, vazava muito gás. “A mulher que doou tinha colocado durepox para fechar o furo”, afirma. Desse problema Vilma já se livrou, conseguiu outra doação para poder preparar as refeições.

O cômodo em que vive é extremamente insalubre, praticamente não tem ventilação. Localizado vários metros abaixo do nível da rua, é preciso descer uma escada íngreme para se ter acesso à moradia, que conta com uma única porta e um pequeníssimo vitrô, além de ficar comprimida entre altas paredes e uma lona preta que ela colocou para impedir que a água da chuva avance para dentro da residência, já basta a goteira em cima da lâmpada que condena a família a permanecer no escuro quando chove, para se evitar que a fiação entre em curto. “Quando chove temos de ficar com a luz apagada”, ressalta. O ventilador, fruto de doação, torna o ambiente um pouco menos abafado.

Praticamente ela ganhou tudo que tem dentro de casa. As exceções são a TV de 20 polegadas, que ela comprou com dinheiro do Bolsa Família, programa do governo federal, e o DVD, comprado pelo marido. Além da geladeira adquirida de segunda mão por R\$ 50 em uma igreja evangélica. “Comprei naquela igreja safada, que os pastores lavavam dinheiro. Queriam me cobrar R\$ 100”, critica.

O videogame doado pelo tio das crianças faz a festa do menino, que recebeu o nome em homenagem ao craque Ronaldinho Gaúcho. Ao saltar do andar de cima do beliche, onde dorme - três irmãs dividem a cama debaixo e a caçula dorme entre os pais no colchão jogado no chão - Ronaldo vai imediatamente para a frente da TV jogar videogame. Vilma não gosta de misturar os filhos. “Ele e homem” reforça a preocupação da mãe, a menina Talita.

O menino improvisa uma banquetta a um metro da TV e se diverte sozinho com os jogos. Mesmo que quisesse não conseguiria ficar mais afastado do aparelho, sobra pouco espaço dentro do cômodo. Normalmente ele estuda de manhã, mas perdeu a hora nesse dia, porque ficou ajudando a mãe nos afazeres de casa durante a madrugada.

“Eles nunca repetiram na escola”, fala com o orgulho de uma mãe coruja, enquanto prepara a caçula para leva-la para a creche. Vilma faz questão de levar todos os filhos na escola. A caçula é conduzida no colo por uma longa e íngreme subida. Só é colocada no chão na entrada do centro de educação infantil. “Eu subia esta ladeira puxando a carroça quando estava grávida de nove meses”, recorda, para demonstrar que não custa nada carregar a menina no colo.

Além das cinco crianças, Vilma é mãe de mais seis filhos de dois relacionamentos anteriores. Um deles foi doado pelo ex-marido, sem que ela soubesse. “Eu estava em cima de uma cama de tanto que ele me batia”, afirma ao exibir marcas de cicatriz provocadas pelas queimaduras do álcool seguido de fogo que o ex-marido ateou em seu corpo.

A criança não havia nem sido registrada. A única informação de que ela dispõe é de que o menino mora em Santos. “Não lembro nem o nome que eu coloquei.” Vilma também não se recorda do nome da mulher que levou seu filho. “Sei que ela estava louca para ter uma criança.”

Reciclando a vida

Vilma torce para que a Cooperativa Granja Julieta seja reaberta pelo prefeito Gilberto Kassab (DEM) conforme ele prometeu na presença do presidente Lula, em outubro, durante a Expocatadores. A catadora sabe que sua vida poderá mudar radicalmente se conseguir trabalhar como cooperada. “A Vilma vai ganhar um salário digno e vai ter um horário de trabalho, não vai ser essa loucura que é hoje”, frisa a presidente da Cooperativa Granja Julieta, Mara Lúcia Sobral.

Mara é uma guerreira. Sua história de vida faz jus ao nome da cidade onde nasceu na Bahia há 40 anos: Vitória da Conquista. A menina foi violentada pelo padrasto quando tinha oito anos de idade. Ao abusos persistiram por quase um ano porque a mãe não acreditava no que ela falava. “Minha mãe achava que eu estava mentindo”, conta.

Quando a mãe morreu, ela vai viver com as tias, mas a convivência não dá certo, e Mara vai parar nas ruas da região central da capital paulista, próximas à Praça da Bandeira. Perambula pelas ruas dos 11 aos 17 anos. Entra nas drogas, fuma maconha, cheira cocaína.

A reciclagem foi a porta de entrada para que Mara resgatasse sua dignidade. Largou as drogas e nunca mais passou fome, depois que começou a trabalhar na cooperativa, que ela também preside. A vitória da conquista faz com que a baiana se emocione e chore por causa da recusa da Prefeitura de São Paulo a reabrir do local de trabalho.

Mãe de 12 filhos, três biológicos e os demais adotados, ela conta que primeiro são servidas crianças e depois os maiorezinhos. Os mais velhos e ela só comem quando os demais estão alimentados e se sobrar comida. “Pensei que nunca mais fosse passar fome, depois que entrei para a reciclagem”, afirma, com lágrimas nos olhos.

“Não vou aguentar outro final de ano como o de 2008. Ano passado dei uma panela de arroz para meus filhos comerem e eles foram dormir. Isso fere demais. O pobre não tem direitos. Eu odeio essas datas.”

Lésbica e atéia, Mara enfrenta o preconceito na favela de maneira altiva. “A minha alma é de menino, só nasci no corpo de mulher.” A casa onde Mara mora com a família, na Favela Rubi, também é fruto de sua luta. Ela ocupou o terreno sobre um córrego, onde foi erguida a residência. Construiu parte da moradia, que desmoronou com o tempo. Apelou então para a solidariedade de um amigo, que a ajudou a erguer os cômodos.

O grau de consciência adquirido leva a pensar que ela tem nível superior em humanas. No entanto, Mara só estudou até o segundo ano do ensino fundamental. “A religião serve para fazer com que o pobre se conforme, Está assim porque Deus quer. Mas não é porque Deus quer, mas porque o governo não fez nada por você. Não acredito nesse Deus ditador, que condena as pessoas a serem pobres. A religião ensina a ser um conformado. A resposta não está em um Deus, mas sim no Estado”, teoriza.

Dentro da favela, no entanto, Mara é uma voz quase isolada. A maioria das pessoas busca refúgio, para agruras do dia a dia, nas inúmeras igrejas que existem dentro da comunidade. A amiga Vilma acredita em Deus. “sem ele nós não somos ninguém”. Em cima de uma estante improvisada em sua casa repousam quatro imagens de Nossa Senhora Aparecida.

Lúcia Rodrigues é jornalista

Uma outra matriz produtiva

(LMDB, nº 18, jan. de 2009, p. 9)

Quando eclodiu a crise econômica atual, já vivíamos uma situação anômala, semelhante à Revolução Verde na década de 1970: as melhores terras, mais próximas das grandes cidades e dos portos, estão produzindo energia para os automóveis da classe média, no lugar de alimentos para toda a população

por João Pedro Stédile

Na primeira metade da década de 1960, a economia brasileira já demonstrava sinais de esgotamento e estagnação do modelo de desenvolvimento apoiado no capital industrial. Naquele momento, o presidente João Goulart e seu ministro Celso Furtado elaboraram uma proposta de reforma agrária que talvez tenha sido a mais avançada já vista em nosso país. Para ampliar o mercado interno e o abastecimento dos centros urbanos, Furtado sugeriu limitar o tamanho máximo da propriedade da terra e desapropriar as áreas em torno das rodovias, garantindo assim o escoamento da produção, além do acesso dos camponeses à energia e à infraestrutura. O Plano de Reforma Agrária foi anunciado por Jango no famoso comício da Central do Brasil, um dos acontecimentos que desencadearam o golpe de 1964.

O regime militar não apenas interrompeu a oportunidade mais efetiva que tivemos de democratizar o acesso à terra, como apresentou uma saída para a crise do capital industrial brasileiro ao ampliar sua dependência do capital internacional. Estabeleceu também um violento processo de mecanização, concentração de terras e êxodo rural. Era um período de expansão das empresas transnacionais, que começavam a dominar mercados, controlar matérias-primas e explorar a mão-de-obra barata dos países periféricos. Esse avanço foi justificado sob a bandeira da “Revolução Verde”, com a promessa de eliminar o problema da fome no mundo, que naquela época atingia 80 milhões de pessoas.

No entanto, seu verdadeiro objetivo era introduzir uma nova matriz produtiva na agricultura, baseada no uso intensivo de insumos industriais, tais como máquinas, fertilizantes químicos e agrotóxicos. De fato, a produtividade por hectare se multiplicou e a produção média global do campo aumentou quatro vezes. Mas a fome não acabou! Pior: os famintos passaram de 80 milhões para 950 milhões de pessoas e cerca de 70 países tornaram-se dependentes das importações para alimentar seu povo.

Há ainda outras consequências perversas, como o esgotamento dos recursos naturais, a contaminação dos alimentos por agrotóxicos, a expulsão da mão-de-obra do campo e o inchaço das cidades.

Na verdade, esse modelo serviu apenas para concentrar o controle da produção e do comércio agrícola mundial em torno de 30 grandes empresas transnacionais, entre elas Bunge, Cargill, ADM, Dreyfuss, Monsanto, Syngenta, Bayer, Basf, Nestlé etc.

Durante a década de 1990, com o neoliberalismo em voga, essas empresas continuaram crescendo, pois o capital financeiro injetou montantes significativos na agricultura. Com esses recursos, as transnacionais conseguiram comprar outras companhias menores e mantiveram o setor cada vez mais concentrado.

Mais recentemente, o grande capital internacional se articulou para solucionar a crise de sua matriz energética, que é baseada no petróleo. Formou-se uma aliança diabólica entre as empresas petroleiras, as automobilísticas e as transnacionais do agronegócio para atuarem nos países do hemisfério sul. O alvo eram regiões com abundância de terra, sol e água para a produção dos agrocombustíveis – que eles chamam erroneamente de “biocombustíveis”, mesmo não tendo nada de vida.

Assim, nos últimos cinco anos, milhões de hectares que antes eram destinados ao cultivo de alimentos ou eram controlados por camponeses passaram para as mãos de grandes fazendeiros e empresas e tornaram-se áreas de monocultura de cana, soja, milho, palma africana e girassol. Tudo para produzir etanol ou óleo vegetal.

Estamos assistindo a uma repetição da manipulação da Revolução Verde: as melhores terras, mais próximas das grandes cidades e dos portos, deixam de dar alimentos para produzir energia para os automóveis da classe média americana, chinesa, japonesa etc.

O filão do etanol

Visto que o etanol utiliza a cotação do petróleo como parâmetro, a taxa média de lucro na agricultura subiu de patamar e puxou consigo o preço médio de todos os produtos alimentícios. Ou seja, a população em geral, consumidora de alimentos, teve de ajudar a pagar a taxa média de lucro que os capitalistas e os fazendeiros impuseram em função da produção dos agrocombustíveis.

Além disso, mesmo com a mudança na matriz energética, não será resolvido o problema do petróleo nem do aquecimento global e da poluição. Os cientistas nos advertem que essas questões estão diretamente relacionadas com o grande número de veículos utilizados no transporte individual. Para substituir apenas 20% de todo o petróleo ora consumido, teríamos de utilizar todas as terras férteis do planeta.

Quando eclodiu a crise econômica atual, já estávamos vivendo uma situação anômala na produção e no preço dos alimentos. Muitos desses capitalistas, detentores de volumosas somas de capital financeiro – seja na forma de dinheiro ou de capital fictício (títulos do tesouro, debêntures, cartas de hipotecas...) – correram para aplicá-lo nas bolsas de mercadorias e futuro, com medo de perder tudo. Nos países periféricos, eles ampliaram a compra de bens de natureza, principalmente terra. A consequência dessa movimentação é que o preço dos produtos agrícolas não está mais relacionado aos custos de produção nem aos volumes de oferta e demanda. Agora, o valor dos alimentos oscila rapidamente para cima ou para baixo, sob a força exclusiva da especulação praticada pelos capitalistas nas Bolsas de todo o mundo. Ou seja, as variações ocorrem em função do controle oligopolista que as empresas transnacionais exercem sobre o mercado mundial de produtos agrícolas. Com isso, a humanidade está nas mãos de empresas transnacionais e de grandes especuladores. E o resultado disso é que, em apenas dois anos, cerca de 100 milhões de pessoas ingressaram na categoria “famintos”, de acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação).

Em nosso país, o modelo agroexportador resultou também no bloqueio da reforma agrária, agora sob responsabilidade do presidente Lula. A democratização do acesso à terra esbarra na transformação dos recursos naturais em reserva de expansão do agronegócio. O governo dá prioridade à produção de monoculturas destinadas à exportação, sob controle das empresas transnacionais e do capital financeiro, para sustentar a política econômica neoliberal herdada de FHC. Nesse contexto, não há espaço para os camponeses, para a reforma agrária e para um modelo agrícola baseado em pequenas e médias propriedades, voltado para a produção de alimentos para o povo brasileiro.

Esse avanço das empresas transnacionais na agricultura segue combinado a uma ofensiva de repressão dos movimentos sociais, articulada por parte do Poder Judiciário, da imprensa empresarial e do Estado. Um exemplo recente ocorreu no Rio Grande do Sul, onde o Ministério Público Estadual e a governadora Yeda Crusius determinaram oficialmente a “eliminação” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O resultado geral do cenário descrito acima é lamentável: temos hoje os menores índices de desapropriação e assentamentos da história do Brasil. Em 2008, das 18.630 famílias oficialmente assentadas pelo governo federal, apenas 2.366 são novas, enquanto o restante são ainda regularizações

de projetos de assentamentos dos anos anteriores. É uma vergonha para aqueles que tinham um compromisso histórico com a reforma agrária.

Soberania alimentar

Nesse contexto, a Via Campesina, que reúne dezenas de organizações camponesas de todo o mundo, propõe uma mudança estrutural na ordem econômica da produção e do comércio de alimentos. O conceito central que defendemos é a soberania alimentar. Ou seja, que em cada região, estado e país os governos apliquem políticas públicas que estimulem e garantam a produção dos alimentos necessários para o abastecimento da população. Não há nenhuma nação do mundo impossibilitada de produzir seus próprios alimentos, seja por condições climáticas ou outras adversidades.

A humanidade tem de encarar os alimentos como um direito de todo ser humano e deixar de tratá-los como mercadorias, para dar lucro às empresas transnacionais. Precisamos de políticas para estimular o fortalecimento mundial da produção camponesa, única forma de fixar as pessoas no interior e produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Em nosso país, estamos diante da oportunidade de realizar uma reforma agrária de novo tipo, que tenha caráter popular em sua natureza e interesses. Temos de implementar um novo modelo agrícola, baseado numa matriz produtiva agroecológica e destinada à soberania alimentar, capaz não apenas de democratizar o acesso à terra e à produção, mas de impedir o processo em marcha, rumo ao colapso ambiental e alimentar.

Vamos seguir a nossa luta pelo acesso à terra e contra o atual modelo agrícola, que impede a consolidação dos pequenos e médios produtores, transforma em mercadoria nossos recursos naturais e trata a agricultura e os alimentos como jogos de cassino. Podemos pregar para governantes indiferentes, mas, na atual conjuntura, sem mudanças radicais as contradições e os problemas sociais aumentarão. E, algum dia, vão explodir.

João Pedro Stédile é integrante da coordenação nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da Via Campesina Brasil.



(LMDB, 18, p.9)

Perversos contratos de trabalho

(LMDB, nº 22, maio de 2009, p. 22-23)

Estima-se que milhares de pessoas, em diferentes regiões do Brasil, trabalhem em condições degradantes e estejam impedidas de romper com o empregador. É a escravidão contemporânea, que longe de ser um resqúcio de modos de produções arcaicos, é usada como forma de viabilizar a concorrência na economia globalizada

por Leonardo Sakamoto

A cada ano, milhares de trabalhadores rurais vindos de regiões pobres do país são obrigados a trabalhar em fazendas e carvoarias. Submetidos a condições degradantes de serviço e impedidos de romper a relação com o empregador, eles permanecem presos até que terminem a tarefa para a qual foram aliciados, sob ameaças que vão de torturas psicológicas a espancamentos e assassinatos. No Brasil, essa forma de exploração é chamada de escravidão contemporânea, nova escravidão, ou, ainda, trabalho análogo ao escravo.

Sua natureza econômica difere da escravidão da Antiguidade clássica e da escravidão moderna, mas o tratamento desumano, a restrição à liberdade e o processo de “coisificação” são similares. O número de trabalhadores envolvidos é relativamente pequeno, porém não desprezível: de 1995 – quando o sistema de combate ao trabalho escravo contemporâneo foi criado pelo governo federal – a 2008, mais de 31 mil pessoas foram encontradas nessa situação, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Nesse mesmo período, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou cerca de 50 mil denúncias sobre a utilização de mão de obra escrava.

A produção capitalista necessita de espaços não capitalistas para se desenvolver. Em função de sua natureza, não admite limitações na aquisição de matéria-prima e na criação de mercados. Vale lembrar que ao longo de séculos, países e corporações têm ido à guerra por esse motivo. Em um curto espaço de tempo, de acordo com uma sinalização de demanda pelos centros capitalistas nacionais e globais, os empreendimentos agropecuários são capazes de se expandir sobre áreas, na maioria das vezes, ocupadas por populações que vivem sob um modo de produção não capitalista. Em questão de anos, surgem grandes fazendas de gado, lavouras de soja, algodão e cana-de-açúcar, além de carvoarias, produzindo matéria-prima e gêneros alimentícios, onde antes viviam populações indígenas, camponeses, comunidades quilombolas ou ribeirinhas.

Nessa expansão, coexistem tecnologia de ponta, vendida e financiada pelos mesmos centros capitalistas nacionais e globais, e formas ilegais de trabalho. O que parece contraditório na verdade expressa um processo fundamental para o desenvolvimento desses empreendimentos, acelerando sua capitalização e garantindo a capacidade de concorrência.

A utilização de trabalho escravo contemporâneo não é resqúcio de modos de produção arcaicos que sobreviveram provisoriamente à introdução do capitalismo, mas sim um instrumento utilizado pelo próprio capital para facilitar a acumulação em seu processo de expansão.

A superexploração do trabalho, da qual a escravidão é sua forma mais cruel, é deliberadamente utilizada em determinadas regiões e circunstâncias como parte integrante e instrumento do capital. Sem ela, empreendimentos mais atrasados em áreas de expansão não teriam a mesma capacidade de concorrer na economia globalizada.

Há condições sociais que facilitam a disponibilização de mão de obra para essa pilhagem constante da força de trabalho. Em verdade, elas são consequências do próprio sistema, como o crescimento do exército de reserva de mão de obra que resulta da progressiva redução da participação relativa do trabalho na composição do capital. Mas também do processo de grilagem e expulsão de posseiros e de outras populações tradicionais de suas terras na região de fronteira agrícola amazônica – frequente durante o regime militar nas décadas de 1970 e 1980 e que se mantém ainda hoje – que serve tanto para aumentar o contingente de mão de obra para o campo e as cidades, quanto para ampliar os territórios dos empresários.

Isso, estruturalmente, gera um excedente alijado de meios de produção e emprego, diminuindo o valor de mercado a ser pago por um serviço. Os trabalhadores são impelidos a aceitar a oferta de serviço do “gato”, mesmo não recebendo garantias de que as promessas dadas no momento do recrutamento serão cumpridas. Baseado nesse contexto de fragilidade social, promovido pelo próprio capital, o capitalista pode utilizar a mão de obra necessária pagando o montante que desejar. Que pode ser nada no caso do trabalho análogo ao escravo.

As propriedades rurais mais atrasadas do ponto de vista tecnológico tendem a compensar essa diferença por meio de uma constante redução da participação do “trabalho” no seu custo total. Simulam, dessa forma, uma composição orgânica do capital de um empreendimento mais moderno, em que a diminuição da participação do custo do trabalho se dá através do desenvolvimento tecnológico. Em outras palavras, há fazendeiros que retiram o couro do trabalhador para poder concorrer no mercado. Outros se aproveitam dessa alternativa não para gerar competitividade, mas para capitalizar-se durante um período de tempo (e depois trocar trabalhadores por colheitadeiras) ou aumentar sua margem de lucro.

Esse processo de acumulação capitalista baseado em formas não capitalistas de produção opera no momento de expansão do sistema, em que este consome formas exteriores para crescer. Depois, essas formas são introduzidas no capital, que continua seu avanço. Essa inserção não é automática, mas sim um processo que varia em tempo e intensidade, de acordo com o tipo de empreendimento e seu grau de modernização. Tal processo ocorre em três situações:

a) Há atividades que, por motivos técnicos – seja porque não é possível sua mecanização, seja porque a utilização de mão de obra demanda menor investimento inicial, continuam excessivamente dependentes de trabalho manual.

Um dos casos registrados de escravidão contemporânea está no desmatamento e limpeza de antigas áreas abandonadas para a introdução de empreendimentos agropecuários ou extrativistas. A força de trabalho é utilizada para derrubada de mata nativa, construção de cercas, plantação de pastos, produção de carvão vegetal, e catação de raízes para possibilitar o cultivo da soja e do algodão. Dessa forma, esses empreendimentos são capazes de gerar recursos já no momento de sua abertura.

Modernização incompleta

Um exemplo são os pecuaristas proprietários de terras na região de influência do polo siderúrgico de Carajás, no Pará, que têm produzido carvão vegetal a partir do desmatamento (na maior parte das vezes, ilegal), realizado para implantação ou ampliação de pastagem. O carvão é vendido a usinas siderúrgicas do Maranhão e do Pará para a produção de ferro-gusa, matéria-prima do aço, exportado principalmente para os Estados Unidos. E a área fica limpa para a plantação de pastos. Os recursos obtidos na venda do carvão são usados para construir infraestrutura ou comprar gado. Nessas duas etapas – de carvoejamento e de introdução da pecuária – têm sido realizadas por trabalho análogo ao escravo. Há um gasto mínimo com a manutenção da mão de obra, superexplorada, enquanto a economia gerada pode viabilizar a concorrência ou aumentar o capital constante. Nesse caso, o ganho com a produção tem sido repassado a algumas usinas que aceitam a mercadoria mesmo com irregularidades.

b) Outra situação de escravidão contemporânea é encontrada em empreendimentos já implantados, mas que estão expandindo sua área, como as propriedades rurais em funcionamento que crescem em superfície cultivável a partir da derrubada de mata nativa, da limpeza de antigas áreas abandonadas, de mudanças de ramo de atividade econômica, entre outros contextos. Nesse caso, o trabalho escravo contemporâneo cumpre a função de motor de expansão em empreendimentos consolidados.

Empregadores utilizam tecnologia de ponta em uma área da produção, enquanto depreciam a mão de obra em outra. O grupo móvel de fiscalização do governo federal, responsável pela libertação de pessoas, encontrou 54 trabalhadores em condição análoga à de escravo na fazenda Peruano, em Eldorado dos Carajás, sudeste do Pará, em dezembro de 2001. Eles trabalhavam em atividades de ampliação da infraestrutura e do pasto nessa fazenda que produz gado e é considerada modelo no desenvolvimento de matrizes reprodutoras, inseminação artificial e comercialização de embriões. O proprietário era um dos maiores criadores da raça nelore do estado. Esse não é o único caso: há diversos exemplos de fazendas de soja e algodão que utilizam tecnologia de ponta na produção de grãos e fibras, enquanto a preparação de solo e a ampliação de área são feitas de forma arcaica, com baixo investimento.

Em operação de fiscalização iniciada no dia 20 de novembro de 2003, foram libertados 22 trabalhadores que estavam em situação de escravidão na fazenda Entre Rios, produtora de arroz e soja, a 125 quilômetros do município de Sinop, norte do estado de Mato Grosso.

A ação foi motivada por denúncias de maus-tratos e cerceamento da liberdade. Algumas pessoas não eram pagas há meses, recebendo apenas comida e alojamento – pequenas barracas de lona nas quais se amontoavam, em redes, famílias inteiras. A água que utilizavam era imprópria e servia ao mesmo tempo para consumo, banho e lavagem de roupa. Inicialmente, 40 pessoas haviam sido contratadas para a empreitada, mas como não suportaram as duras condições impostas, muitos fugiram antes de a fiscalização chegar. O proprietário, Manoel Barbosa Lopes Júnior, do grupo Rota-Oeste Veículos, representante da empresa Scania, tentou convencer os peões a voltarem para a Entre Rios durante a operação de fiscalização, afirmando que precisava dessa mão de obra para o serviço. Porém, apesar das alternativas de contratação oferecidas por ele, os trabalhadores se negaram a retornar – estavam com medo do comportamento violento e das constantes ameaças de espancamento de Clóvis, gerente da fazenda. Segundo os auditores do Ministério do Trabalho e Emprego, os empregados também eram constantemente ameaçados pelos dois “gatos” da fazenda que, assim como o gerente, andavam armados. De acordo com Valderéz Monte, auditora fiscal e coordenadora da operação, os trabalhadores sempre ouviam o gerente dizer que “maranhense tem que apanhar mesmo de facão”.

Dois modos de produção atuam de forma complementar e simultânea. O modo arcaico serve ao moderno para garantir uma expansão do capital (terras e benfeitorias), sem que seja necessário capitalizar grandes montantes de mais-valia provenientes da parte moderna, garantindo que esta mantenha sua competitividade no mercado enquanto cresce.

c) O mesmo vale para empreendimentos cujo processo de modernização é muito lento ou estagnou-se. Podem ser incluídos o plantio e a colheita de lavouras como café, cana-de-açúcar, pimenta-do-reino, frutas, arroz, tomate ou atividades de extração vegetal.

Assim, encontra-se trabalho escravo contemporâneo não apenas em atividades em área de expansão agropecuária, mas também em empreendimentos cuja modernização foi incompleta, em comparação com o restante do setor. Em outras palavras, o desenvolvimento capitalista de uma propriedade rural pode ter se estagnado e, sem aumento da produtividade do trabalho, ela deprecia o capital variável para continuar operando de forma viável.

Nas regiões de fronteira agrícola encontra-se a maior incidência de trabalho escravo, mas esse tipo de exploração não está restrito à Amazônia ou ao Cerrado. Não é de se estranhar que empreendimentos com modernização incompleta utilizem mão de obra análoga à de escravo, como nas lavouras de cana-

de-açúcar em Campos dos Goitacazes, estado do Rio de Janeiro, ou em fazendas de extração de resina, no interior de São Paulo.

Esses dois momentos, o moderno e o arcaico, se chocam ou se completam devido à sua proximidade física. Durante uma ação de fiscalização em uma fazenda do Mato Grosso, os auditores fiscais do trabalho presenciaram aviões pulverizando o campo com agrotóxicos enquanto os catadores de raízes ainda estavam na área, deixando-os cobertos de veneno.

Em empreendimentos pecuaristas, os vaqueiros recebem do proprietário da fazenda e do gerente ou preposto tratamento melhor que os peões, muitas vezes com contratos de trabalho. Isso deve-se ao fato de os vaqueiros serem profissionais especializados e depositários de confiança por parte do proprietário. Em diversas ocasiões, o grupo móvel de fiscalização encontrou vaqueiros atuando na vigilância dos trabalhadores recrutados para o trato do pasto, evitando que fugissem antes do fim do serviço.

A utilização de formas extremas de exploração da força de trabalho, em que os custos com a manutenção da mão de obra são insuficientes para a reprodução social ou biológica do indivíduo, é restrita a uma parcela pequena da população economicamente ativa. A incidência de trabalho análogo ao escravo tem sido pequena comparada ao universo de trabalhadores rurais. Com isso, ele não é capaz, diretamente, de reduzir os preços de produtos em nível nacional e internacional, mas sim os custos individuais de capitalistas, quando estes vendem commodities, ou seja, mercadorias com padrão e preço comuns.

Porém, por ser um instrumento de redução individual de custos, contribui com a viabilização da implantação de novos empreendimentos e, portanto, facilita a expansão agropecuária sobre áreas não inseridas no modo de produção. Maior número de áreas de produção significa aumento da oferta de mercadorias.

A acumulação primitiva, adotada como instrumento de capitalização, foi usada em larga escala na Amazônia para a implantação de fazendas durante o período da ditadura militar. E não foi devido a uma suposta ausência estatal que essa forma de exploração teve condições de se desenvolver; pelo contrário, é a ação direta de setores cúmplices ou coniventes do Estado que permite e incentiva esse *laissez-faire* no campo. Historicamente, esses empreendimentos têm conseguido recursos por intermédio dos governos federal, estadual e municipal, garantindo um nível de capital constante que permite sua atuação no mercado. As placas que mostram o financiamento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Banco da Amazônia (Basa), expostas nas porteiras das fazendas, provam que o Estado se faz presente na fronteira agrícola para o capital, através de incentivos fiscais, isenção de impostos, taxas e subsídios, e de infraestrutura para os produtores rurais, e que há uma política pública apoiando aquelas práticas. Hoje, há uma política federal de negar empréstimos a quem foi flagrado com trabalho escravo, mas ainda é muito pouco considerando o que é oferecido a quem traz o “progresso” à região.

Escravos contemporâneos e trabalhadores assalariados, elementos antigos e novos, convivem dentro do capitalismo de forma complementar e para o bem desse sistema. Marx afirmava que o “morto apodera-se do vivo”. Com base em mais de um século de experiência capitalista, com a manutenção de antigas práticas dentro do sistema, constata-se que não são apenas as velhas formas que se inserem nas novas, mas que as novas também recorrem às velhas.

Erradicar o trabalho escravo contemporâneo requer uma mudança estrutural. Dado o nível de domínio do capital sobre a sociedade, e a falta de perspectivas de alteração do panorama visível, é necessário adotar uma postura pragmática. Há a possibilidade de atenuar o problema, diminuindo a incidência de trabalho escravo e mesmo de formas não contratuais de trabalho, por meio de alterações no modo de produção e na sua forma de expansão. Não se trata, aqui, de analisar as políticas de erradicação do

trabalho escravo, mas sim de apontar que, para ter sucesso, tais políticas devem atingir de forma inequívoca a base econômica dessa estrutura.

A distribuição de terra não é a panacéia para o problema da exploração do trabalho no país, mas representa a mais importante mudança nessa estrutura e no modelo de expansão do modo de produção no campo brasileiro. A reforma agrária, ou seja, a socialização, pelo menos parcial, dos meios de produção no campo significaria um pesado golpe no capital que, direta ou indiretamente, se aproveita do exército reserva de mão de obra disponível para superexplorá-la.

Leonardo Sakamoto jornalista e doutor em Ciência Política pela USP, é coordenador geral da ONG Repórter Brasil e membro da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

22 | *Le Monde Diplomatique Brasil* | outubro

TRABALHO ESCRAVO

Perversos contratos de trabalho

Estimam-se que milhares de pessoas, em diferentes regiões do Brasil, trabalham em condições degradantes e estão aglomerados de rampas com o empregador. É a escravidão contemporânea, que longe de ser um resquício de mídias de produção arcaicas, é usada como forma de viabilizar a concorrência na economia globalizada



Um novo tipo de escravidão de trabalho surgiu no Brasil, em diferentes regiões do país, em condições degradantes e está aglomerado de rampas com o empregador. É a escravidão contemporânea, que longe de ser um resquício de mídias de produção arcaicas, é usada como forma de viabilizar a concorrência na economia globalizada

Um novo tipo de escravidão de trabalho surgiu no Brasil, em diferentes regiões do país, em condições degradantes e está aglomerado de rampas com o empregador. É a escravidão contemporânea, que longe de ser um resquício de mídias de produção arcaicas, é usada como forma de viabilizar a concorrência na economia globalizada

23 | *Le Monde Diplomatique Brasil* | outubro

Empregadores usam tecnologia de ponta em uma área de produção, enquanto deixam a mão de obra em outra, com trabalho análogo ao escravo



Um novo tipo de escravidão de trabalho surgiu no Brasil, em diferentes regiões do país, em condições degradantes e está aglomerado de rampas com o empregador. É a escravidão contemporânea, que longe de ser um resquício de mídias de produção arcaicas, é usada como forma de viabilizar a concorrência na economia globalizada

Um novo tipo de escravidão de trabalho surgiu no Brasil, em diferentes regiões do país, em condições degradantes e está aglomerado de rampas com o empregador. É a escravidão contemporânea, que longe de ser um resquício de mídias de produção arcaicas, é usada como forma de viabilizar a concorrência na economia globalizada

(LMDB, 22, p. 22-33)

ANEXO 8

Zâmbia: privatização, poluição e pobreza

(LMDB, nº 22, maio de 2009, p. 30-31)

Com suas minas de cobre privatizadas, a Zâmbia não se beneficiou da alta dos preços das matérias-primas nesses últimos anos, apenas as empresas mineradoras e seus acionistas. Mas, agora, quem está pagando os custos da queda dos preços são os mineiros, suas famílias e o meio ambiente

por Jean-Christophe Servant

Peter e Irene¹ têm 30 anos. Engenheiros diplomados pela Universidade de Lusaka, trabalham, desde 2006, em Chingola, pequena vila do Copperbelt (cinturão do cobre) da Zâmbia. São empregados da Konkola Copper Mine (KCM), principal empresa de extração desse país da África Austral cuja metade do Produto Interno Bruto (PIB) vem da exploração mineral.

Produtora de 70% do cobre nacional, a KCM oferece salários líquidos de 5 milhões de kwachas (cerca de R\$ 2.100) por mês e participação no capital da empresa – num país onde a renda média mensal dos 400 mil empregados formais gira em torno de 2 milhões de kwachas (R\$ 840). Enquanto 68% dos 11 milhões de habitantes vivem com menos de R\$ 4 por mês.

Mas Peter e Irene foram obrigados a fazer alguns sacrifícios. Em 2007, a jovem teve de abandonar marido e filho para fazer um curso na Índia. Isso porque desde 2004, a transnacional indiana Vedanta é a principal acionista da KCM. Desde o final dos anos 1990, 257 de 280 empresas da Zâmbia deixaram o setor público. Cerca de 100 mil trabalhadores foram demitidos ao longo do período, dentre eles os 40 mil da estatal Zambia Consolidated Copper Mine (ZCCM), progressivamente desmontada pelo setor privado. A Vedanta finalmente se apropriou da maior fatia do bolo ao comprar a instalação de Chingola.

Quando voltou à Zâmbia, Irene encontrou, na KCM, no lugar de alguns colegas zambianos demitidos nesse meio tempo, jovens expatriados indianos “com melhores salários para funções equivalentes, instalados em alojamentos especiais e com automóveis à disposição”. Durante a ausência de Irene, Peter enfrentou a alta não só dos preços dos produtos de primeira necessidade e do combustível, como do aluguel. Eles pagam 2 milhões de kwachas (R\$ 840) por um apartamento de dois quartos, cheio de baratas e com constantes problemas elétricos.

No final do ano passado, com a queda no preço da tonelada de cobre – que passou de US\$ 8.675 para US\$ 2.817, o fantasma do fechamento de minas ressurgiu. O Natal foi sombrio para os cerca de 20 mil empregados do setor minerador – um contingente três vezes menor que o da época das estatais, no fim dos anos 1970.

Na filial da Vedanta da Zâmbia, que teve US\$ 122 milhões de lucro em 2008 – metade do que faturava antes –, a primeira medida foi reduzir os contratos com empresas terceirizadas, majoritariamente sul-africanas. Assim, milhares de pessoas que recebiam salários baixos, não eram sindicalizadas e cuidavam das tarefas mais perigosas, foram dispensadas. Para garantir o máximo de rendimento, a Vedanta demorou a pagar seus fornecedores – o que levou muitos à falência – e intensificou os horários de trabalho: “Quatro dias com jornadas de 12 horas, seguidos de dois dias de repouso”, como explica um sindicalista do Sindicato dos Mineradores da Zâmbia (Miners Union of Zambia, MUZ). “Somos explorados ao máximo”, confessa Peter, embora seja considerado um funcionário modelo. “Temos de estar disponíveis 24 horas por dia, para qualquer chamada telefônica”, diz.

Professor da Universidade de Copperbelt, em Kitwe, o economista James Lungu questiona: “Quem se beneficiou com a alta dos preços das matérias-primas nesses últimos anos? As empresas mineradoras e

seus acionistas. E quem vai pagar os custos da queda? Os mineradores, suas famílias e o meio ambiente. Estamos a ponto de vivenciar uma catástrofe social”.

No dia 6 de novembro de 2006, os habitantes das margens do rio Kafue presenciaram uma cena surpreendente: a água do rio se tornou verde-azulada. A Vedanta tinha despejado seus resíduos tóxicos no rio, acidentalmente. Durante pelo menos dois dias, 2 milhões de habitantes do distrito de Chingola, dos quais pelo menos 100 mil se abastecem de água diretamente do rio, ficaram sem água potável. Centenas de pessoas foram para o hospital depois de comer pescados do Kafue. As análises químicas revelaram que um litro de água continha 38,5 mg de manganês, 10 mg de cobre e 1 mg de cobalto. Ou seja, concentrações 1,7, 10 e 10,7 vezes, respectivamente, mais elevadas que os níveis recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Com pH de 1,5, o Kafue se tornou um rio ácido.

O funcionário da empresa que reconheceu a responsabilidade sobre o acidente foi imediatamente demitido. A multinacional ameaçou o jornal governamental Times of Zambia de não publicar mais anúncios se o fato se tornasse público. A redação resistiu. O escândalo explodiu. Após a decisão do Conselho de Meio Ambiente da Zâmbia, a Vedanta suspendeu temporariamente as atividades mineradoras em Chingola – ficou indignada em perder o equivalente a R\$ 6 milhões. Depois os negócios foram retomados, o preço do cobre continuou a subir vertiginosamente, e a poluição a crescer.

Na estação das chuvas, uma visita (não autorizada) à gigantesca Vedanta revelou um espetáculo dantesco. A 3 km das minas, uma barragem transbordou, fazendo com que as águas cheias de cobre e de odor ácido invadissem um afluente do Kafue. “Sim, nós poluímos. Mas todas as minas poluem”, comenta um funcionário.

“Era pior na época da ZCCM. Estamos cansados de ser condenados, não podemos gerenciar uma mina sem poluir”, diz Sampa Chita, diretora do programa de “responsabilidade social” da KCM. A Vedanta é a única que possui um departamento como esse, voltado à “comunidade”. Tem um orçamento que Chita estima, hesitante, em “US\$ 12 ou 13 milhões”. Suas atividades: luta contra a malária, prevenção da Aids, financiamento de orfanatos, bolsas de estudo universitárias e apoio ao clube de cricket.

Chita diz ignorar os lucros da empresa. Pressionada, reconhece apenas que seu escritório tem um orçamento muito baixo em relação às necessidades. “A ZCCM tinha uma política social. Sem dúvida muito social”, reitera. “Nós somos mais voltados aos resultados. Mas é um erro querer gerar capital?” Três meses após abocanhar 51% das ações da KCM, a Vedanta já tinha valorizado a empresa em R\$ 57 milhões.

Privatização às escuras

James Lungu é autor de um estudo sobre as condições de privatização das minas de cobre.² Orquestradas por instituições financeiras internacionais, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), as privatizações foram implementadas pelo governo do presidente Frederick Chiluba.³ “A privatização da ZCCM foi feita às escuras, sem debate parlamentar, com contratos leoninos a que poucos tiveram acesso”, resume Lungu. “Ela jamais trouxe benefícios aos habitantes do Copperbelt. Nem ao meio ambiente.”

Essa constatação é corroborada por Edith Nawakwi, ex-ministra de Finanças da Zâmbia, encarregada de supervisionar as privatizações. “O Banco Mundial e o FMI disseram que o preço do cobre nunca subiria. Todos os estudos indicavam que não tiraríamos nada daqui nos 20 anos subsequentes. Por outro lado, se privatizássemos as empresas, a dívida externa seria aliviada. Não tínhamos alternativa a não ser aceitar.”⁴

Nesses últimos anos, a atenção da mídia internacional recaiu sobre a responsabilidade social das companhias chinesas implantadas no Copperbelt. Mais de 40 anos depois de construir o Tanzam,

estrada de ferro que liga a Zâmbia ao porto de Dar es-Salam, na Tanzânia, o governo de Pequim voltou a investir no país. Atualmente, a China é o terceiro parceiro comercial da África Subsaariana. Em abril de 2005, uma usina chinesa de dinamite, contratada em Chambishi pela NFC África explodiu acidentalmente. Resultado: 52 mortos e um crescente sentimento antichinês. Em fevereiro de 2007, o presidente Hu Jintao, em visita oficial, foi obrigado a cancelar sua visita ao norte minerador do país.

Com baixos salários e negação de direitos sindicais, as condições de trabalho dos zambianos empregados pelos chineses são piores que as oferecidas por outras transnacionais originárias do Canadá, Suíça ou África do Sul. Mas em termos gerais, segundo a Fundação Bench Marks, na Zâmbia as “filiais de empresas extrativistas operam com exigências muito menores em termos de saúde, normas de segurança e respeito ao meio ambiente que aquelas aplicadas em suas sedes localizadas em países desenvolvidos”.⁵

Em janeiro de 2008, a poluição mineradora atingiu os lençóis freáticos de Mufulira, a cerca de 40 km de Chingola. Resultado: outro despejo de rejeitos ácidos. Mais de 800 pessoas da vizinha township (aglomerado urbano precário) de Mopani Copper Mine (MCM) – co-propriedade do grupo suíço Glencore e do canadense First Quantum – queixaram-se de diarreias, dores abdominais e vômitos.

A repetição desse tipo de acidente aumenta a “dívida ecológica” denunciada por duas jovens pesquisadoras zambianas, a economista Nachilala Nkombo e a jurista Brenda Mofya. Para elas, as questões ambientais foram sacrificadas no altar das privatizações: “Essa dívida é muito maior do que os mais de R\$ 15 bilhões que a Zâmbia devia às instituições financeiras internacionais quando foi forçada a privatizar as mineradoras”.⁶

É mais fácil entender o sentido dessa dívida ecológica visitando as townships da zona mineradora de Mufulira, em particular Kankoyo, com 30 mil habitantes. Esgotos a céu aberto, shacks (casinhas) castigadas, com os tetos enferrujados pela chuva ácida, postos médicos abandonados, armazéns com janelas quebradas. Kankoyo está sob a fumaça dos fornos de alta temperatura da MCM. A cada ano, cerca de 700 mil toneladas de dióxido de enxofre são lançadas ao céu. O cólera aparece regularmente. E a insegurança aumenta na mesma velocidade do desemprego.

Um ar pesado e viciado envolve a antiga enfermaria, onde o honorável Percy Chanda, deputado do distrito de Mufulira e membro da Frente Patriótica – partido de oposição –, instalou seu escritório. “Não sou contra empresas estrangeiras, precisamos delas. Mas a maneira como atuam no Copperbelt é particularmente lamentável.” Antigo minerador, Chanda conheceu os “tempos dourados” da ZCCM, quando esse verdadeiro Estado dentro do Estado cuidava dos mineradores e de suas famílias do nascimento até à morte. Manutenção da township, educação, saneamento, cursos noturnos, clubes de futebol, cricket e natação, tudo era gerenciado pela empresa que chegava até a trocar as lâmpadas queimadas das casas, ironizam os mais velhos.

Queda no preço do cobre

Na época em que a Zâmbia optou por seguir os conselhos das instituições financeiras internacionais, a tonelada do cobre girava em torno de US\$ 2.500. Quando os preços do cobre começaram a subir, Chanda, deputado desde 2006, tentou negociar um aumento de salário para os mineradores. “Eles responderam que não podíamos nos beneficiar da alta dos preços, pois o cobre deles tinha sido vendido adiantado, com os preços praticados um ano antes. E agora dizem que são obrigados a demitir em razão da queda do cobre. No entanto, eles ainda vendem o produto com os preços praticados em setembro. Os mais altos. Mas é perigoso viver num território hostil, em meio aos inimigos. Um dia, vão se arrepender.”

A tempestade também chegou a Luanshya. A Luanshya Copper Mines (LCM), joint venturesuíço-israelense registrada na Holanda, acaba de demitir seus 300 funcionários. “As atividades não serão retomadas até que os preços do cobre voltem a subir”, diz o diretor-geral da LCM, Derek Webbstock.

Na vila mineradora, o ambiente está pesado. Cerca de 60 policiais foram enviados para vigiar o acesso ao lugar.

Até agora, as relações entre a LCM e a população eram corretas. Ao contrário de outras zonas de mineração, a estrada que leva a Luanshya está em bom estado. A cidade foi eleita a mais limpa do Copperbelt em 2008, num concurso que existe desde a época da ZCCM. Dois terços das arrecadações fiscais do município – ou seja, 1,2 bilhão de kwachas (R\$ 500 mil) – provinham de impostos locais pagos pela LCM. “Recentemente, eles ainda disseram que tinham dinheiro suficiente para não fechar”, lembra Mutakela Kayonde, responsável pela planificação municipal em Luanshya. Moradores de Copperbelt, jornalistas e Kayonde se perguntam: com a queda dos preços do cobre, as empresas não estariam aproveitando a situação para chantagear a Zâmbia?

Na primavera de 2008, o governo finalmente decidiu revisar os contratos com as mineradoras. O imposto sobre as empresas passou de 25% a 30%.⁷ A taxa sobre o lucro subiu de irrisórios 0,6% para 3%. O Banco Mundial foi o primeiro a apoiar a medida, forçado a reconhecer a modéstia das somas até então revertidas ao tesouro zambiano.

A exploração das minas não deixava nada no país, enquanto gerava enormes dividendos às multinacionais do ramo. Com filiais offshore, as transnacionais preservavam seus lucros de impostos. Em 2006, o cobre gerou o equivalente a R\$ 300 milhões para a Zâmbia, enquanto a exportação do produto movimentou quase R\$ 7 bilhões.

Em 2008, estima-se que a exploração do cobre teria rendido às mineradoras outros R\$ 7 bilhões. Porém, dos R\$ 975 milhões que deveriam ter entrado nos caixas zambianos, apenas R\$ 600 milhões foram realmente recebidos. Apesar do peso fiscal ser um das menores da África Austral, as empresas extrativistas não deixam de contestá-lo, ameaçando levar a questão a tribunais comerciais de seus países de origem. Com o argumento da queda dos preços do cobre, o risco de demissões pode oferecer um novo pretexto para pressionar o governo zambiano.

Eleito no fim de outubro de 2008, após a morte de seu predecessor⁸, o presidente Rupiah Banda anunciou que seu governo estava discutindo uma flexibilização fiscal com as empresas mineradoras. “Não devemos matar a galinha dos ovos de ouro. De que serve embolsar alguns milhões de dólares de taxas suplementares se perdemos milhares de postos de trabalho?”⁹

Para Fred M'Membe, diretor do The Post, principal jornal de oposição zambiano, e um dos homens mais ricos e influentes do país, “o governo abriu as portas às empresas estrangeiras sem jamais cogitar a possibilidade de fechá-las”. Crítico à política econômica ditada com base em acordos firmados no passado com empresas privadas, M'Membe avalia que “as privatizações criaram uma certa forma de esperança. Agora, o filme hollywoodiano terminou. Com a crise internacional, redescobriremos o mundo real”. Ele defende o retorno do capital dessas minas ao Estado, seja em forma de cooperativas ou de nacionalização.

As jazidas de zinco e chumbo de Kabwe eram as mais ricas da África. Acabaram sendo abandonadas, quase esgotadas, em meados dos anos 1990, depois de serem exploradas durante quase um século pela gigante sul-africana Anglo American. Desde então, apesar da campanha de limpeza do local financiada pelo Banco Mundial, a cidade de 300 mil habitantes está entre as dez cidades industriais mais poluídas do mundo, de acordo com estudo do instituto americano Blacksmith Institute.¹⁰ A taxa de chumbo no sangue das crianças seria de 5 a 10 vezes superior ao limite fixado pela Agência de Proteção ao Meio Ambiente dos Estados Unidos (EPA).

Com a corrida pela economia das minas, a Zâmbia abandonou a agricultura: a fome atinge atualmente cerca de 35% da população – e 80% da população campesina continua a viver abaixo da linha de pobreza. Na casa de Peter Kapumba, antigo funcionário da ZCCM, a família de seis pessoas vive com 1,2 milhão de kwachas por mês (R\$ 500). “A vida é dura”, confessa Kapumba. “Mas prefiro estar aqui

ANEXO 9

Do trabalho precário ao desemprego

(LMDB, nº 23, jun. de 2009, p. 21-23)

Uma cadeia internacional de relações comerciais com Hong Kong, Taiwan e Coréia do Sul, num primeiro momento levou Dongguan a multiplicar suas fábricas e empregos, na fase atual a queda nas compras provoca demissões em massa e rupturas de contratos de locação de fabricas locais pelos estrangeiros

por Tristan de Bourbon

Os mais diversos zumbidos tomam conta das ruas de Chenghai desde a primeira hora do dia. Nesse distrito administrativo da cidade de Shantou, situada no extremo leste da província do Guangdong, na China, a vida fervilha.

Os riquixás avançam na contramão, ziguezagueando entre as fileiras de carros. As motos desafiam a gravidade transportando dezenas de pacotes ao mesmo tempo. Caminhões cruzam as avenidas lotados de caixas de papelão destinadas ao porto mais próximo ou repletos de cargas pesadas que devem viajar pelas estradas do país.

Salvo durante a pausa para o almoço, com frequência seguida por um cochilo, a intensidade da atividade local nunca arrefece, seguindo até o pôr do sol.

Nos intervalos entre os turnos das fábricas, milhares de operários aparecem na cidade. Formam grupos de dois ou três, circulam pelas lojas de departamentos nos centros comerciais, almoçam sentados sobre papelões ou em banquinhos e descansam à sombra das árvores, onde também costumam jogar cartas ou dados.

Chenghai é especializada na fabricação e na comercialização de brinquedos.

Oficialmente, 3 mil fábricas produzem brinquedos na cidade. Na verdade, elas são de três a quatro vezes mais numerosas. Conforme divulgado pelo governo chinês, essa indústria foi prejudicada com a crise econômica internacional.

Encontro uma jovem mulher dobrando a esquina de uma rua. Ela segura uma criança recém-nascida no colo. Sua roupa – uma calça jeans desbotada, um blusão de má qualidade, uma camiseta de algodão e calçados esportivos – não deixa dúvida em relação a sua profissão: operária.

“Não estou trabalhando no momento para cuidar da minha filha de 6 meses”, explica Mei Lan, migrante originária de uma aldeia da província do Guangxi. “O meu marido está na fábrica, é óbvio. Acredito que não terei problema algum para conseguir um novo emprego. As empresas da região precisam tanto de operários que passaram a aceitar que as jovens mães compareçam ao trabalho com seu filho. Por enquanto, eu prefiro criá-la sozinha. Decidirei o que fazer quando ela tiver idade suficiente para ser inscrita na creche”, diz.

De fato, cartazes de papelão e grandes faixas vermelhas estão dependurados nas fachadas da maior parte das fábricas de Chenghai. “Admitimos operários, homens ou mulheres, qualquer que seja sua profissão”, anuncia um letreiro no muro de uma fábrica recém-implantada.

“Procuramos homens e mulheres para começar a partir de hoje”, especifica outro estabelecimento de dimensão mais modesta.

Na sede do governo municipal de Chenghai, um prédio de aspecto tão gigantesco quanto deprimente, os funcionários não se mostram surpresos: “Esses anúncios não são nenhuma novidade, alguns deles estão colocados ali há vários anos”, garante um dos oficiais, que pede para não ter seu nome citado.

“De fato, com exceção de Dongguan [ver box], as fábricas de brinquedos da província do Guangdong não chegaram a ser gravemente prejudicadas pela crise, ao contrário do que foi alardeado pela imprensa oficial e estrangeira. Algumas delas vêm funcionando com sua capacidade máxima há vários meses, a tal ponto que seus operários não puderam retornar para casa durante as festas do Ano Novo. Os serviços da alfândega da cidade informam que as exportações no decorrer dos meses de janeiro e fevereiro aumentaram 18% em 2009, em comparação com o mesmo período em 2008.

Os proprietários das fábricas preferem ser mais ponderados. “Chenghai foi severamente atingida pela crise internacional. Quem disser o contrário estará mentindo”, garante o sr. Wang, dono de uma pequena fábrica.

“Até este ano, 80% dos brinquedos fabricados nesta cidade estavam destinados à exportação. A grande maioria das fábricas perdeu boa parte das suas encomendas no plano internacional e, com isso, sofreu um desaquecimento da sua atividade.

Reduz-se um ritmo frenético de produção

Já o fundador da fábrica e companhia de importação-exportação You Yi Toys conta que “em 2008, nós registramos vendas de 20 milhões de exemplares de alguns dos meus brinquedos. Para poder atender essa enorme quantidade de encomendas, tive que contratar um número considerável de operários. Desde o final do ano passado, a situação está muito difícil. Atualmente, eu não emprego mais do que 300 deles”.

Apesar desse retrocesso, o salário dos operários das fábricas de brinquedos não diminuiu. “Ele varia entre 14 iuans e 15 iuans (R\$ 4,31 e R\$ 4,61) para um turno de quatro horas de trabalho.

Em muitos casos, os patrões das fábricas fornecem moradia gratuita. Oferecem também uma cantina, que pode ser utilizada pelos operários mediante o pagamento de 100 iuans a 120 iuans (R\$ 30,75 a R\$ 36,91) por mês. Esses valores praticamente não sofreram nenhuma alteração no último ano.

Contudo, isso não quer dizer que a crise não tem nenhum impacto na renda dos operários. As fábricas cujas encomendas diminuíram optaram por reduzir a atividade para dois turnos de trabalho por dia em vez de três. “Portanto, os salários diminuíram na mesma proporção”, declara.

Todas as fábricas funcionam sete dias por semana. Com isso, o soldo fixo dos operários alcança em média 900 iuans (R\$ 276,79) por mês, contra os 1.350 iuans (R\$ 415,19) de poucos meses atrás. Os prêmios concedidos aos mais produtivos permanecem limitados.

Xu Hong é um dos trabalhadores afetados pela situação. Vindo de uma aldeia da província do Henan, ele chegou a Chenghai há cinco meses. Até então, ganhava entre 1.300 iuans e 1.400 iuans por mês. “O meu patrão acaba de nos avisar que em razão das fortes reduções de encomendas, devemos tirar quatro ou cinco dias de folga, evidentemente não pagos. Portanto, vou descansar e passear um pouco pela cidade na próxima semana. Eu não pretendo procurar emprego em outro lugar porque estou certo de voltar ao batente muito em breve. Além disso, as condições de trabalho são bastante aceitáveis: elas me permitem enviar mensalmente entre 700 iuans e 800 iuans para a minha família, que permaneceu na aldeia”. O empregador lhe fornece a alimentação e um alojamento. São oito trabalhadores vivendo num quarto de 9 m². Mas a dimensão das moradias oferecidas nem sempre é tão reduzida. “Para atrair e manter os operários, nós temos de oferecer-lhes condições de vida melhores do que as de outros lugares”, assegura, falando um bom inglês, John X, um dos executivos da Haipengda Plastic Toys.

Assim como os outros, ele só aceitou falar com a condição de não ter seu nome revelado. “Para tanto, nós construímos um novo dormitório onde os operários são hospedados gratuitamente. Cada quarto é compartilhado por dois ou três funcionários”, diz.

Atrás dele, cerca de 50 trabalhadores estão distribuídos por 15 fileiras de máquinas. Os primeiros derramam os componentes de plástico dentro de gordos sacos de estopa, no interior de um funil localizado acima da máquina. O conteúdo é então derretido e, alguns segundos mais tarde, após um processo que emitiu múltiplos ruídos mecânicos, uma pistola de plástico amarela ou verde aparece na ponta de um tubo.

Uma atividade penosa demais

Esses operários não trajam nenhum capacete e nem mesmo uma roupa de proteção contra os produtos químicos. O mesmo ocorre com seus colegas que, sentados num minúsculo banquinho, são encarregados de controlar a qualidade da produção.

“Para encontrar novos operários”, prossegue John, “nós pedimos àqueles que trabalham aqui para se informarem junto a seus amigos migrantes ou colocamos um anúncio na entrada. Se isso não der certo, vamos até o centro de empregos na cidade”.

John refere-se ao escritório montado pelas autoridades municipais há alguns anos. Conforme explica um de seus sete funcionários, os desempregados preenchem fichas que são destinadas às empresas. Nelas, devem colocar seu nome, número de telefone, apontar sua experiência profissional, o tipo de emprego que procuram e o salário que desejam. “O número de demissões tem sido muito limitado: as fábricas preferem manter seus operários por perto, em caso de encomenda repentina.

Enquanto, de maneira geral, os salários não aumentaram e até mesmo diminuíram nos últimos meses para os empregos de escritórios, as remunerações oferecidas pelas fábricas de brinquedos se mantêm. Contudo, elas não são um nicho de interesse: trata-se de uma atividade penosa demais e com salários que não compensam, além de ser uma função que não requer nenhuma competência técnica ou capacidade física em particular.

No decorrer dos três primeiros meses do ano, 253 vagas de emprego foram oferecidas e nenhum interessado se apresentou!”, relata o trabalhador. As visitas às fábricas confirmam o que ele diz: as mesas de montagem ou de verificação da qualidade das peças são ocupadas por homens e mulheres jovens, e também por mulheres na faixa dos 40 anos. Os homens da mesma idade optam pelas profissões da construção civil ou por determinados empregos no setor têxtil, onde podem conseguir um salário próximo de 3 mil iuans (R\$ 922,64). Ou seja, duas a três vezes superior àquele oferecido pelas fábricas de brinquedos.

Procuramos operários em grande número

Aos sábados, o centro se transforma numa feira de ofertas. As empresas pagam 100 iuans para manter um dos 22 estandes onde recebem os desempregados. Para estes últimos, os trâmites são gratuitos. Todas as empresas que estavam presentes naquele sábado, dia 4 de abril, trabalhavam na indústria de brinquedos.

O décimo segundo estande era ocupado pela companhia Yuike Electronics Limited, que havia destacado o seguinte anúncio: “Procuramos operários em grande número, sem distinção de sexo, com boa saúde, responsáveis, com idade de 18 a 40 anos, por um salário que vai de 700 iuans a 2.500 iuans (R\$ 215,68 a R\$ 768,87). A comida e a moradia são oferecidas pela empresa. Um quarto para um casal está disponível. A nossa fábrica possui um café com internet, uma livraria e uma sala de esporte – nós queremos que os operários que trabalham conosco tenham tempo para o seu lazer”.

“Nós vemos por aqui, sobretudo, habitantes de Chenghai ou dos outros bairros de Shantou, diz um dos organizadores da feira. Os migrantes costumam ir diretamente às fábricas onde consultam diretamente as ofertas de emprego. Ou, ainda, preferem se informar por intermédio das suas redes de amigos”.

Feng Xu chegou a Chenghai dessa maneira. “Eu cheguei ontem a Chenghai. Eu era camponês até então, mas a minha família precisa de dinheiro. Pretendo ganhar 1.300 iuans (cerca de R\$ 400) por mês. Tenho reservas suficientes para me manter entre três e cinco dias aqui sem trabalhar e, por isso, quero aproveitar para descansar e visitar a cidade”. Enquanto isso, ele está hospedado junto com seus amigos num pequeno cômodo.

Quando fala de sua aldeia, esse migrante de 22 anos ressalta que a maior parte dos homens e das jovens mulheres deixou a terra e sua família para trabalhar em fábricas ou na construção civil. Nenhum deles teria retornado à aldeia.

“Alguns migrantes retornaram mais cedo para o seu lar porque estavam afastados de sua família havia dois ou três anos”, conta Cui Jian, um operário de 24 anos oriundo do Henan. “Quando foram informados de que o volume das encomendas havia diminuído este ano, outros optaram por esticar sua folga, retornando alguns dias após o final oficial das férias do Ano Novo. O fenômeno limitou-se a isso.

Ninguém permaneceria em casa, onde não há absolutamente nada a fazer, enquanto pode encontrar trabalho em qualquer outro lugar do país”, conta.

Cui Jian tem certeza de suas afirmações: “Estou me referindo tanto à região de Chenghai quanto ao restante da província do Guangdong e ao leste ou norte da China. Tenho amigos migrantes em todo lugar do país. Trocamos regularmente informações entre nós para conhecer a situação de cada um e sentir um pouco o ambiente geral”.

Além dos comentários sobre a redução substancial de sua renda mensal, a maioria dos operários das fábricas de brinquedos também se dedica a discutir, em conversas por telefone, a respeito da não aplicação generalizada da lei sobre o contrato de trabalho. Esta, que entrou em vigor oficialmente em agosto de 2008, deveria fazer com que os trabalhadores se beneficiassem, por intermédio da sua empresa, de uma proteção social e de um seguro de saúde, além de terem direitos a um seguro-desemprego e uma aposentadoria.

“Em Chenghai, nenhuma empresa respeita a lei”, explica Cao Yuanfang, uma migrante de 25 anos. “O governo central de Pequim não tem condições para impor sua política aqui. Os patrões não estão nem aí com essa lei, se eu ficar doente, terei de pagar com meus próprios recursos”, diz.

A vantagem dos clientes ocidentais

O senhor Xie, que dirige uma pequena agência de empregos, confirma essas declarações, fornecendo mais detalhes: “É verdade que as empresas nada têm a temer por aqui. Todas elas contam com a proteção das autoridades locais e do governo da província, e, portanto, não respeitam a lei. Há uma única exceção: a Audley, que é a maior companhia de brinquedos da cidade. Por quê? Porque ela produz brinquedos para marcas estrangeiras famosas como a Disney ou a Bandai. Sua política social é vigiada de muito perto pelos seus clientes”.

O diretor de uma pequena fábrica confessa não respeitar a lei e não pagar as cotizações sociais dos seus empregados. “Eu não posso oferecer nem os salários nem as vantagens que fábricas como a Audley, com seus mais de 3 mil empregados, oferecem. Com meus 12 operários, eu sou um nanico ao lado delas. Minhas margens de lucro nunca passam de 10%, ao passo que aqueles com clientes ocidentais ganham no mínimo 25%”, declara. Ele faz um esforço para acalmar-se e recuperar o fôlego: “E não se esqueçam de que se as despesas de fábricas como a minha fossem mais elevadas, as tarifas de vendas para as importadoras ocidentais também o seriam, na mesma proporção. Com isso, vocês

jamais poderiam comprar brinquedos tão baratos. Ora, será mesmo que todos os pais de família do seu país conseguem comprar brinquedos de grandes marcas?”. Com um discreto sorriso de satisfação no canto dos lábios, ele retorna ao seu escritório, onde coloca água para ferver, para preparar seu chá verde.

(Box) Aumentam os custos caem as compras

Por mais que as fábricas de brinquedos e de produtos destinados à exportação chinesas estejam enfrentando dificuldades, não se pode afirmar que a crise internacional seja, por si só, a principal responsável pelos problemas que atingem esse país.

Dongguan é uma cidade situada no coração da província do Guangdong, esse centro chinês da produção e de exportação de brinquedos, móveis, calçados e têxteis, que simplesmente afundou.

"Muitas fábricas fecharam na cidade", conta Mei Hua, uma operária de 26 anos originária da província do Jiangxi e atualmente instalada em Chenghai. "Os meus pais ainda moram lá. Eles me dizem que os salários voltaram a baixar e não é tão fácil encontrar trabalho quanto nas fábricas daqui", diz.

Com o objetivo de manter os migrantes ocupados, as autoridades municipais empreenderam uma vasta operação de reformas das suas infraestruturas, contando com a liberação de verbas que foi aprovada por ocasião da votação do plano nacional de recuperação da economia, lançado pelo governo. Com isso, Dongguan é atualmente um gigantesco canteiro de obras, no qual trabalham milhares de operários. Mas essas dificuldades não devem ser atribuídas integralmente a crise internacional.

A falência que ameaça Dongguan começou muito antes da queda da demanda estrangeira que teve início no decorrer do ano de 2008.

"Desde meados de 2007, os executivos estrangeiros que alugavam apartamentos, em particular os de Hong Kong, de Taiwan e da Coreia do Sul, sumiram", conta Cheng Wanhong, o executivo responsável pelos espaços industriais de uma das sucursais de Dongguan do grupo de agências imobiliárias Century Q1. "Isso teve uma relação direta e imediata com a queda das compras e das locações de fábricas", conta.

Em seu escritório, na sede de Shenzhen, Liu Kaiming, o presidente e fundador da ONG Instituto de Observação Contemporânea, explica: "Desde o início de 2007, os custos de produção aumentaram em 20% a 30% [em razão da alta de preço das matérias-primas] e o da mão de obra subiu 10%. Enquanto isso, o valor do iuan aumentou em 20% em relação ao dólar e ao euro, o que representa um aumento total de cerca de 50%.

Para agravar a situação, nos últimos anos, os salários tiveram uma valorização em razão da carência crônica de mão de obra, avaliada por Liu Kaiming em 4 milhões de pessoas somente na província do Guangdong, no ano passado.

Por causa desses aumentos, parte dos produtores e compradores baseados na China, cujas margens eram bastante reduzidas, não pode manter sua fábrica em funcionamento, pois eles não tinham como repassar esses aumentos de custos nos seus preços de venda.

Ora, segundo foi confirmado pela jovem migrante, Dongguan é conhecida acima de tudo pela sua mão de obra pouco qualificada e seus produtos de qualidade medíocre. O "escândalo dos brinquedos" só contribuiu para enfatizar essa imagem: em agosto de 2007 milhões de produtos fabricados por algumas dessas companhias foram recusados por compradores internacionais, entre os quais os americanos Mattel e RCQ, em razão de uma quantidade de Chumbo acima do permitido na composição de sua tinta ou ainda de uma fragilidade excessiva de seus ingredientes de plástico.

Ha ainda outra especificidade das usinas de Dongguan que explicaria tantas falências num período tão curto de tempo: a nacionalidade dos seus patrões. "Aqui em Chenghai, todas as companhias são propriedades de habitantes da região", justifica um dos dirigentes da associação local dos fabricantes de brinquedos. "Essas fábricas representam o fruto do trabalho de sua vida inteira. Assim, para aguentar a fase difícil, eles reduzem a mão de obra até que a atividade seja retomada.

A maior parte das fábricas de Dongguan era arrendada por representantes de firmas de Hong Kong, Taiwan e da Coreia do Sul. Tão logo os bancos começaram a cortar a torneira dos empréstimos, sua matriz decidiu reduzir as despesas do grupo no exterior.

Esse conceito de "empresa sem investimento" foi lançado por empreendedores de Hong Kong há 20 anos. "Eles visitaram aldeias inteiras e ofereceram aos habitantes um negócio: 'nós fornecemos as máquinas e arranjamos as encomendas, vocês contribuem para a empresa fornecendo os locais e a mão de obra'", conta Fabrice Turries, sócio da empresa de consultoria Palazzari & Turries, instalada há mais de 12 anos na China e em Hong Kong.

Inicialmente, esse procedimento contou com o apoio do governo central, até que este se deu conta de que, na prática, estava outorgando um poder exorbitante às autoridades locais, as quais se revelaram pouco respeitadas quanto as normas sociais e ambientais. "Diante disso, Pequim deslançou em 2006 uma grande operação de limpeza, lançando mão de regulamentos mais estritos destinados a limitar os danos e a forçar uma evolução qualitativa da indústria chinesa", prossegue Turries.

Isso explica por que os investidores oriundos de Hong Kong se mudaram para o Vietnã, onde os custos permanecem mais baixos. A implantação no ano passado de uma regulamentação sobre "as safras anormais dos investimentos estrangeiros" confirma isso.

Essas medidas têm também como alvo os empreendedores chineses cujas sociedades são registradas em paraísos fiscais. Muitos deles, detentores de um duplo passaporte, fugiram após terem aplicado a totalidade dos seus haveres em contas no exterior.

Apesar de não poder ignorar que é parcialmente responsável por esses problemas, o governo chinês vem tentando atribuí-los a crise internacional. Foi assim que Chen Xiwen, principal responsável pelo planejamento rural no âmbito do governo, afirmou em janeiro que "20 milhões de trabalhadores migrantes perderam seu trabalho, não encontraram outro emprego e acabaram retornando para casa" em razão da redução da atividade manufatureira e industrial.

Esse anúncio do governo deve ser analisado com cautela. Em primeiro lugar, aquele número foi obtido apenas em decorrência "de pesquisas efetuadas em 150 aldeias do país", conforme explica a agência oficial de notícias Xinhua. Em segundo lugar, milhões de operários migrantes retornam todos os anos para casa para celebrar com suas famílias as festas do Ano Novo chinês. Essas migrações, portanto, nada têm de excepcional. Por fim, o escritório nacional das estatísticas anunciou, no final de março, que além dos 11 milhões de migrantes sem trabalho instalados nas cidades, outros 14 milhões teriam permanecido na região rural depois do Ano Novo - uma informação recebida com precaução pelos especialistas e refutada por todos os que entrevistamos desde então.

Durante a Assembleia Nacional Popular que foi realizada em março, o prefeito de Dongguan, Li Yuquan, havia alertado: "Nos deveríamos consertar a casa antes que comece a chover". Ele temia ver se alastrarem movimentos de revolta social, uma vez que sua cidade havia sido atingida pela supressão de 66 mil empregos entre janeiro e fevereiro de 2009, enquanto outras 440 fábricas com 48 mil operários se encontravam numa situação "instável".

De fato, desde meados do ano passado a imprensa vem multiplicando as reportagens a respeito das manifestações de trabalhadores demitidos. Contudo, conforme explica um industrial europeu baseado em Dongguan, todas essas matérias omitiram aspectos importantes da questão, a saber, que "o

fenômeno não é nenhuma novidade”; e que, “na maioria dos casos, os migrantes não se reúnem para protestar contra a perda do seu emprego, mas sim para garantir o pagamento dos salários pendentes. Uma vez que eles obtêm esta satisfação, partem em busca de um novo trabalho, pois as fábricas da província seguem contratando”.

Coincidência ou não, a propaganda sobre a crise na indústria chinesa foi divulgada no momento em que dirigentes ocidentais se manifestavam para pedir que o país, até então menos prejudicado pelo cataclismo financeiro e protegido por reservas em divisas colossais, participasse de maneira mais efetiva e generosa do salvamenio do sistema financeiro internacional, Talvez tivesse sido uma forma educada de colocar sua recusa categórica a todos aqueles que as autoridades chinesas consideram como os principais responsáveis pelo colapso global. (T de B.)

Tristan de Bourbon é jornalista.



(LMDB, 23, p.21-23)

ANEXO 10

O fim do pleno emprego nas maquiladoras

(LMDB, nº 28, nov. de 2009, p. 26-27)

Implantadas no México na década de 1960 e potencializadas pelo tratado de livre comércio com os Estados Unidos nos anos 1990, as fábricas de montagem de peças praticamente não são fiscalizadas e exploram a mão de obra local com abusos flagrantes e chantagens cotidianas

por Anne Vigna

Crise? Qual crise? Ah, existe uma nova crise? Bem, em Tijuana nós jamais saímos dela!”, afirma Jaime Cotta, sempre sorridente. Apesar de todas as desgraças que passam por seu escritório, ele se esforça para manter o senso de humor. Em Tijuana, sem dúvida é ele quem melhor conhece as condições de vida nas *maquiladoras*, fábricas de montagem implantadas no México a partir da década de 1960 ao longo de 3 mil quilômetros de fronteira com os Estados Unidos. O que as levou ao México? Mão de obra barata, impostos praticamente inexistentes, autoridades que pouco fiscalizam e a vizinhança da primeira economia do mundo¹. “Graças às *maquiladoras*, somos uma economia de pleno emprego”, repetiram, sucessivamente, os últimos governadores do estado da Baixa Califórnia.

Cotta começou a trabalhar como operário, e depois se tornou pesquisador e advogado. Seu Centro de Informações para Trabalhadoras e Trabalhadores (Cittac)² é o único que auxilia as vítimas dessas fábricas há cerca de 20 anos. De funcionários demitidos àqueles que sofreram acidentes de trabalho, ou temporários sem direitos nem contratos, os abusos são flagrantes. Os trabalhadores que passam por seu escritório recebem aconselhamento e, em alguns casos, são orientados a abrir um processo judicial. Trata-se, portanto, do lugar ideal para sentir o “clima quente” dessa cidade de 1,4 milhão de habitantes.

Hoje, três operárias foram atendidas. Uma delas foi suspensa por dois dias por causa de uma peça mal feita entre as 700 que produz em dez horas de trabalho diário. “Eles querem me demitir, me perseguem o tempo inteiro e inventam mentiras”, afirma com os olhos baixos. No papel que mostra a Cotta, está escrito que ela “intencionalmente causou prejuízos à empresa”. A operária acrescenta que nessa *maquiladora* as “paradas técnicas” acontecem semanalmente e que, com um dia de trabalho remunerado a menos, o salário fica ainda mais insignificante – 755 pesos mexicanos por semana, cerca de R\$ 98.

As chamadas paradas técnicas figuram entre as últimas “sacadas” dos proprietários dessas fábricas. O presidente mexicano, Felipe Calderón, promove-as em nome da luta contra as demissões em massa. O governo federal paga um terço dos salários, a *maquiladora* outro terço, e o assalariado... perde o último terço com esses dias, compulsoriamente não trabalhados! Em troca, as fábricas se comprometem a demitir um número de empregados proporcional – e não superior – à baixa da produção. Mas, como explica a presidente da Associação da Indústria Maquiladora e de Exportação de Tijuana³, Magnolia Pineda, “poucas empresas aceitaram entrar nesse programa pois consideraram impossível não ter liberdade para demitir. Trata-se de uma restrição inaceitável”. Essas empresas, no entanto, recorrem mesmo assim às “paradas técnicas”, mas sem pagar sua parte no salário, ou seja, de forma completamente ilegal. E mais, “os assalariados compreenderam muito bem a situação; não houve nenhuma greve”, acrescentou a presidente dessa organização patronal.

De fato a agitação social não abalou essas fábricas, de produção terceirizada, que reexportam seus produtos para os Estados Unidos imediatamente após a montagem. De acordo com um estudo realizado em Tijuana⁴, apenas 18% dessas empresas têm alguma organização sindical, pejorativamente apelidadas de “fantasmas” pelos funcionários. Pineda constata que, em 50 anos de *maquiladoras*, jamais houve conflito. Contudo, não é exatamente a “compreensão” dos trabalhadores, mas sim o medo das represálias que faz com que a paz social continue reinando na cidade fronteiriça. Basta se dirigir aos parques industriais ao amanhecer para compreender isso.

Há vários meses, filas de trabalhadores se formam todas as madrugadas em frente às empresas – alguns chegam a dormir no local para ter mais chances. Às cinco da manhã, mesmo sem nenhum funcionário de recrutamento presente, estão todos aterrorizados: “Não fale comigo, não se aproxime de mim. Não posso te dizer nada”, murmura um deles para a reportagem. Outro afirma: “Você não tem o direito de estar aqui, é proibido. Sim, é verdade, é a rua, mas estamos em frente à fábrica e a rua também é ‘deles’”. Às sete horas, apesar de ninguém ter sido empregado e de já estarem todos a 500 metros da usina se aquecendo com um café ruim, eles ainda têm medo. Apenas uma mulher aceita contar que busca um trabalho há meses e que “não há nada”. Mas ela não quer dizer seu nome nem sua idade ou origem.

As *maquiladoras* sempre tomaram medidas para ocultar as informações. É preciso voltar ao escritório do Cittac para aprender um pouco mais sobre esse mundo tão secreto. Aqui, aqueles que um dia abriram a porta e aprenderam seus direitos não têm mais receio de falar.

Há anos o mesmo discurso é repetido: trabalhar nas *maquiladoras* é um inferno. E a nova crise só agrava esse cenário. No mercado há mais de 20 anos, Rogelio já passou por várias empresas da região: “Venho do Michoacán e quando cheguei aqui comecei a trabalhar para a japonesa Tabuki, onde montava alto-falantes; depois, na Tabushi, também japonesa, fazia cabos para a Canon; por último fui para a americana Sohnen, a pior de todas, onde consertava máquinas elétricas”. Na Sohnen, Rogelio fez cursos noturnos, que frequentava após dez horas diárias de trabalho, para se tornar técnico. Foi promovido e tinha um salário quase decente (1.700 pesos por semana, R\$ 224), mas o ritmo era exaustivo. “Tínhamos 20 minutos para consertar uma máquina. Se não conseguíssemos, era preciso terminar à noite. Sem receber hora extra, é claro.”

Segundo seu supervisor, Rogelio não era rápido o suficiente. A verdade, porém, é que ele começou a organizar um sindicato com outros operários: eles haviam se reunido várias vezes em um parque e distribuíam panfletos na saída da fábrica. Os supervisores perguntaram aos outros trabalhadores se Rogelio era quem os incitava e, considerado pela diretoria como “o chefe”, uma bela manhã ele foi demitido e recusou o cheque irrisório de indenização que lhe ofereceram depois de anos na empresa. Graças a uma batalha judicial travada pelo Cittac, Rogelio recebeu uma quantia maior.

A Sharp o contratou e o manteve durante algumas semanas, antes de tomar conhecimento de seu “passado terrível” e demiti-lo. Desde então, a indústria eletrônica de toda a península da Baixa Califórnia fechou as portas para Rogelio. Em 2007, ele conseguiu trabalho na Unisolar Ovonics, uma *maquiladora* americana de painéis solares. “O trabalho não é fácil. Há 16 fornos e nenhum exaustor, o calor é sufocante. A zona de cortes é a mais perigosa. Durante todo o dia você respira a poeira da fibra de vidro, que também cola na pele e cobre o corpo inteiro”, conta. As queixas dos trabalhadores não surtem efeito: “Toda vez nos repetem que temos sorte de ter trabalho em tempos de crise”.

Ameaças constantes de demissão

As ameaças de demissão tornaram-se mais sérias ao longo do ano. Junto com Manuel, um imigrante hondurenho, Rogelio levantou informações sobre a empresa para redigir um panfleto que eles distribuíram discretamente aos operários. Descobriram assim que o novo presidente da Unisolar Ovonic, Mark Morelli, foi recentemente parabenizado pelos bons resultados do grupo (“alta de 16% nos lucros”, precisa Manuel), antes de anunciar perspectivas radiantes para os painéis solares – graças à “consciência ambiental”! “Se acreditarmos no presidente, eles já têm encomendas garantidas até 2012. Então, por que nos ameaçar constantemente de demissão?”, indigna-se Rogelio. “A crise econômica existe de fato,” acrescenta Cotta, “mas ela é também um pretexto para manter os funcionários desmobilizados e deixar de lado qualquer possibilidade de aumento salarial”.

Para as organizações patronais, “em tempos difíceis” esse tipo de reivindicação seria “inoportuna”. Mas isso não é o mais importante, pois, de acordo com Claudio Arriola, presidente em Tijuana da Câmara Nacional da Indústria Eletrônica e das Telecomunicações (Canieti), mesmo que ainda restem alguns meses turbulentos, o crescimento econômico se aproxima. O presidente Calderón havia feito exatamente o mesmo discurso na véspera, afirmando que “os sinais de retomada se multiplicam”.

Se o otimismo domina a imprensa internacional, a realidade local parece colocá-lo à prova. A indústria eletrônica, setor que mais emprega na cidade, não está em alta. Há dez anos, os proprietários falavam de Tijuana como o “sul do Vale do Silício californiano”, a “capital mundial da televisão” e a “cidade do pleno emprego”. Os entusiastas das *maquiladoras* não se cansavam de elogiar um modelo que havia atraído milhões de dólares em investimentos estrangeiros, exaltando o fato de que sete em cada dez televisores vendidos nos Estados Unidos eram fabricados em Tijuana.

De 1994, ano de assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), a 2001, houve de fato uma expansão prodigiosa. O setor apreciava muito as pequenas mãos ágeis dos operários e as autoridades não fiscalizavam a utilização de produtos poluentes, principalmente o chumbo.

Às portas da Califórnia, as *maquiladoras* contratavam migrantes para produzir os aparelhos eletrônicos cujo consumo aparentemente jamais cairia. “De 1994 a 2000, tivemos uma economia de pleno emprego em Tijuana, com apenas 1% de desocupados”, explica Cuauhtémoc Calderón, pesquisador em economia do Colégio da Fronteira Norte de Tijuana.

“Em toda a zona fronteira, as *maquiladoras* tornaram-se uma faixa de contenção da imigração. Mas esse modelo de empresa é totalmente isolado do resto da economia e não produz efeitos estruturais em outros setores: os materiais são importados, montados e exportados. As *maquiladoras* não puderam absorver a migração massiva a que assistimos e a desregulamentação brutal de nossa economia provocou o deslocamento de 500 mil mexicanos por ano, um fenômeno que um país normalmente vive apenas em tempos de guerra”, diz ele.

As primeiras falhas do modelo apareceram com o novo milênio: a recessão de 2001 nos Estados Unidos provocou a demissão de 200 mil trabalhadores nas *maquiladoras* da fronteira. Em 2002, o setor eletrônico demitiu 31% de sua mão de obra, sendo 27% em Tijuana. Isso porque, como explica Leticia Hernandez, especialista nas questões de investimentos, “Tijuana é totalmente dependente dos Estados Unidos. Até 2008, 78% do investimento direto estrangeiro destinado à zona de fronteira era americano”. E conclui: “Portanto, é evidente que a crise lá provocou um desemprego inédito aqui”.

No segundo semestre de 2009, a taxa de desemprego oficial em Tijuana (7%) está maior do que a média nacional (5%) e a economia informal ainda ocupa, como no resto do país, a metade da população ativa. O despertar é amargo: “Não houve transferência de tecnologia e, em quatro décadas, a criação de postos de engenheiros e técnicos foi decepcionante”, analisa a socióloga Cirila Quintero, especialista em *maquiladoras*, do Colégio Superior da Fronteira Norte de Matamoros. Em Tijuana, 13% dessas empresas não dispõem de nenhum engenheiro e 65% empregam de um a dez. Da mesma forma, 73% das *maquiladoras* em eletrônica não possuem centros de pesquisa e desenvolvimento, e metade dessas empresas monta apenas uma variedade de produto. “As *maquiladoras* sozinhas não criam desenvolvimento, mas apenas um crescimento desequilibrado que tem como principal consequência empregos precários e mal remunerados”, lamenta a pesquisadora.

Essa economia de exportação, totalmente dependente do grande vizinho do norte, já estava se desacelerando antes da crise. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 havia modificado o cenário. “Há dez anos observamos abusos cada vez mais escandalosos, além das demissões não indenizadas,” constata Cotta. “As fábricas se negam a pagar qualquer coisa e até mesmo a oferecer proteção contra os produtos perigosos. Mas como não há mais trabalho, as pessoas não dizem nada.”

Sem escolha

Atualmente fala-se muito da Power Sonic, uma *maquiladora* que fabrica baterias para aparelhos eletrônicos. “Antes, ninguém queria trabalhar lá porque é preciso manipular chumbo o dia inteiro,” explica Rogelio. “Hoje, há fila na porta da fábrica todas as manhãs”. Aos 36 anos, com dois filhos e um financiamento para sua casa, Netzahualcóyotl afirma que não teve escolha quando perdeu seu emprego na Sohnen. Ele quer crer na qualidade do equipamento de segurança que utiliza: “Os chefes dizem que apenas quem não os utiliza corretamente fica doente”. Ele ainda não foi atingido – segundo os critérios da empresa, que realiza testes sanguíneos mensais. “Eles não nos dão os resultados, mas se a taxa de chumbo no sangue está muito alta, nos mudam de posto. É assim que sabemos quando estamos doentes.”

Componente essencial de todo equipamento eletrônico, o chumbo é onipresente, seja nos temores ou nos rios. Durante seis anos, o bairro de Chilpancingo, localizado abaixo dos parques industriais, lutou contra os resíduos de chumbo abandonados na natureza. Graças à ajuda de uma organização não-governamental (ONG) americana, a Environmental Health Coalition, em 2008 foram enviadas 3 mil toneladas de terra aos Estados Unidos para despoluição e 8 mil toneladas foram vedadas sob uma capa de concreto.

Quem arcou com os custos foram os governos dos dois países, e não as empresas. “Eles comemoravam diante da imprensa enquanto nós, durante anos, gritávamos à toa quando nasciam crianças sem cérebro ou que morriam precocemente. Infelizmente, isso não mudou nada, ainda não há um controle sério sobre os resíduos abandonados pelas empresas, nem sobre a saúde dos trabalhadores”, lembra Yesina Palomares, uma das colaboradoras da organização em Chilpancingo. Carmen, que trabalhava na Panasonic, é testemunha: “Eu selava chumbo nas placas eletrônicas e sentia nitidamente que respirava fumaça a cada operação”. Em seis meses, apareceram manchas em seu rosto, cansaço generalizado e dores nos rins. “O médico da Panasonic garantia que não era nada, e depois um clínico geral fez exames e me disse: ‘ou você para, ou terá uma leucemia em breve’”, conta.

Carmen obedeceu porque, na época, era possível mudar facilmente de *maquiladora*. Hoje é diferente. “Somos menos criteriosos”, afirma. No seu bairro, o número de desempregados vem aumentando desde o fechamento da Sony. Alguns de seus vizinhos decidiram voltar aos estados de origem. “Eu vim de Chiapas quando tinha 13 anos. Em três décadas aqui, nunca tinha visto ninguém voltar ao sul”, diz ela.

A crise é sentida em Tijuana em especial por aqueles que têm mais de 50 anos. Desde sempre, as *maquiladoras* contratam trabalhadores jovens. “As pessoas que atingiram essa idade realmente sofrem,” explica Netzahualcóyotl. “Trabalham como loucos para não ouvir ‘você não tem ritmo’. Têm a melhor produtividade da empresa, mas custam caro demais. Por mais que trabalhem duro, não adianta: serão demitidos.”

Foi o que aconteceu com Delfina, aos 54 anos: “Me lembro que no final eu fazia o trabalho de três pessoas, tinha dor de cabeça, meu nariz sangrava e meu supervisor estava o tempo todo atrás de mim, dizendo para eu me apressar. Depois decidiram nos fazer trabalhar de pé, porque sentados éramos menos eficazes. Não podíamos falar, ir ao banheiro, nem mascar chicletes”.

Delfina foi demitida sem explicações em novembro de 2008. Não recebeu qualquer indenização, nem mesmo sua última semana de trabalho foi paga. Prestou queixa e aguarda que o Conselho de Conciliação, o equivalente a um tribunal de pequenas causas trabalhistas, dê o veredicto. Atualmente ela sobrevive com apenas 200 pesos por semana (R\$ 26), enviados por uma de suas filhas, que tem uma mercearia. E divide a quantia por três pessoas. “Fazemos duas refeições por dia”, afirma. Depois de 25 anos *namaquiladora*, Delfina não tem aposentadoria nem economias. Criou sozinha seus sete filhos e, como muitas mães solteiras, trabalhou à noite durante anos, enfrentando todo o tipo de percalços.

Na Mattel, fábrica de brinquedos, Delfina teve de lutar por seus direitos. “Quando a empresa em que eu trabalhava foi comprada pela Mattel, eles quiseram me demitir sem pagar meus direitos. Como eu recusei, eles me sequestraram.” Ela passou uma noite inteira trancada em um escritório com um guarda e foi obrigada a aceitar um cheque de 2 mil pesos (R\$ 263) para poder sair na manhã seguinte. “Meus filhos estavam esperando, entende?” Com a ajuda do Cittac, ela denunciou na televisão e no rádio o ocorrido, mas ainda assim a Mattel não fez absolutamente nada. Além disso, a Justiça considerou que não houve qualquer “reclusão forçada”, pois não foi feito um pedido de resgate.

Hoje Delfina sabe que não encontrará trabalho em uma *maquiladora*. “É impossível na minha idade, pois nem os jovens eles contratam mais”, diz ela, mostrando seu enteadado, desempregado aos 20 anos. “Há quem tente vender bugigangas, mas somos todos pobres aqui, não podemos comprar grandes coisas.” Seu bairro se parece com muitos outros de Tijuana: no início a ocupação da área era ilegal, depois foi regularizada. No entanto, as autoridades nunca asfaltaram as ruas e a comunidade teve que se organizar para obter água e eletricidade. Quando a casa de seu filho pegou fogo, os bombeiros não vieram e a família perdeu tudo. “Isso não é normal,” indigna-se, “mas a quem reclamar? A *maquiladora* em que ele trabalha não ajudou com nada, apenas seus colegas contribuíram. A solidariedade é a única coisa que ainda funciona aqui”.

Anne Vigna é jornalista.

- 1 Ler notadamente Janette Habel, "Entre le Mexique et les Etats-Unis, plus qu'une frontière" e Anne Vigna, "Sem tortillas nem empregos", *Le Monde Diplomatique*, respectivamente dezembro de 1999 e março de 2008.
- 2 Mais informações em: www.cittac.org
- 3 Mais informações em: www.aim.org.mx
- 4 Jorge Carrillo e Redi Gomis, *La Maquiladora en datos, resultados de una encuesta*, Colegio de la Frontera Norte, Tijuana, 2004.

26 | O Mundo Diplomatique Brasil | novembro 2008

MSD NEOLIBERALISMO

O fim do pleno emprego nas maquiladoras

Implantadas no México na década de 1960 e potencializadas pelo tratado de livre comércio com os Estados Unidos nos anos 1980, as fábricas de montagem de peças praticamente não são fiscalizadas e exploram a mão de obra local com abusos flagrantes e chantagens cotidianas.

POR ANNE VIGNA, ENVIADA ESPECIAL

Cada qual costuma dizer que o México não é mais o mesmo. Mas, em verdade, não mudou nada. Desde a independência, em 1821, o país viveu sob o domínio de elites locais e estrangeiras que se preocuparam em manter o status quo. Desde então, o México viveu sob o domínio de elites locais e estrangeiras que se preocuparam em manter o status quo. Desde então, o México viveu sob o domínio de elites locais e estrangeiras que se preocuparam em manter o status quo.

Salário médio por hora nas maquiladoras (US\$)

16 a 22
10 a 13

Nota: Indústrias maquiladoras foram fechadas ou em processo de fechamento em Baja California Sur e no Estado de Baja California Sur.

Fonte: Banco de México e Encuesta de Empleo y Salarios en Maquiladoras de Baja California Sur, 2007.

As maquiladoras são fábricas de produção montada que operam sob o regime de franquias. Elas são implantadas ao longo da fronteira com os Estados Unidos e o Canadá. Desde a década de 1960, essas fábricas foram se multiplicando ao longo da fronteira, especialmente na região da Baixa California. O crescimento das maquiladoras foi impulsionado pelo tratado de livre comércio entre o México e os Estados Unidos em 1985, que reduziu as barreiras comerciais e atraiu investimentos estrangeiros para o setor.

Embora tenham gerado empregos em massa, as maquiladoras também são conhecidas por condições de trabalho precárias, baixos salários e abusos contra a mão de obra local. Muitas vezes, os trabalhadores enfrentam jornadas longas, falta de benefícios e insegurança no emprego. Além disso, as maquiladoras são frequentemente acusadas de evasão fiscal e de não pagar impostos adequadamente.

Recentemente, houve um fechamento significativo de maquiladoras em Baja California Sur e no Estado de Baja California Sur, o que gerou preocupação entre os trabalhadores e a comunidade local. Isso pode ser devido a mudanças nas estratégias de produção das empresas ou a dificuldades econômicas globais.

27 | O Mundo Diplomatique Brasil | novembro 2008

MSD NEOLIBERALISMO

As maquiladoras são fábricas de produção montada que operam sob o regime de franquias. Elas são implantadas ao longo da fronteira com os Estados Unidos e o Canadá. Desde a década de 1960, essas fábricas foram se multiplicando ao longo da fronteira, especialmente na região da Baixa California. O crescimento das maquiladoras foi impulsionado pelo tratado de livre comércio entre o México e os Estados Unidos em 1985, que reduziu as barreiras comerciais e atraiu investimentos estrangeiros para o setor.

Embora tenham gerado empregos em massa, as maquiladoras também são conhecidas por condições de trabalho precárias, baixos salários e abusos contra a mão de obra local. Muitas vezes, os trabalhadores enfrentam jornadas longas, falta de benefícios e insegurança no emprego. Além disso, as maquiladoras são frequentemente acusadas de evasão fiscal e de não pagar impostos adequadamente.

Recentemente, houve um fechamento significativo de maquiladoras em Baja California Sur e no Estado de Baja California Sur, o que gerou preocupação entre os trabalhadores e a comunidade local. Isso pode ser devido a mudanças nas estratégias de produção das empresas ou a dificuldades econômicas globais.

As maquiladoras são fábricas de produção montada que operam sob o regime de franquias. Elas são implantadas ao longo da fronteira com os Estados Unidos e o Canadá. Desde a década de 1960, essas fábricas foram se multiplicando ao longo da fronteira, especialmente na região da Baixa California. O crescimento das maquiladoras foi impulsionado pelo tratado de livre comércio entre o México e os Estados Unidos em 1985, que reduziu as barreiras comerciais e atraiu investimentos estrangeiros para o setor.

Embora tenham gerado empregos em massa, as maquiladoras também são conhecidas por condições de trabalho precárias, baixos salários e abusos contra a mão de obra local. Muitas vezes, os trabalhadores enfrentam jornadas longas, falta de benefícios e insegurança no emprego. Além disso, as maquiladoras são frequentemente acusadas de evasão fiscal e de não pagar impostos adequadamente.

Recentemente, houve um fechamento significativo de maquiladoras em Baja California Sur e no Estado de Baja California Sur, o que gerou preocupação entre os trabalhadores e a comunidade local. Isso pode ser devido a mudanças nas estratégias de produção das empresas ou a dificuldades econômicas globais.

(LMDB, 28, p.26-27)

ano XIII número 142 janeiro 2009
R\$ 9,90

C

BOLÍVIA: LOCALIZAMOS SOBREVIVENTE DO MASSACRE

caros amigos

PM ASSASSINA

POLÍTICA DE EXTERMINIO DE JOVENS NAS PERIFERIAS



**SOCIÓLOGO
CHICO DE OLIVEIRA
PERDEU AS ESPERANÇAS:
"LUZ NO FIM DO TÚNEL É DO
TREM QUE VEM"**

**PSICANALISTA
GAIARSA: O BEBÊ
JÁ SABE O QUE QUER
E COM TRÊS ANOS PODE
ESCREVER UM LIVRO**

CARLOS ARRIVALDI
PAI DE HENRIQUE
ARRIVALDI, 18 ANOS,
MORTO A TIRO,
PELAS COSTAS,
POR DOIS PMs, SÓ
EM SÃO PAULO, E
SÓ ATÉ SETEMBRO
DE 2008, A PM
MATOU 289
PESSOAS, MAIS DE
UMA POR DIA.

GUTO LACAZ FERRÉZ RENATO POMPEU JOSÉ ARBEX JR. ANA MIRANDA FIDEL GLAUCO MATTOSO MYLTON SEVERIANO
PALMÉRIO DÓRIA FREI BETTO GUILHERME SCALZILLI GILBERTO VASCONCELLOS ULISSES TAVARES MC LEONARDO
MÁRCIO RAMOS MÁRCOS BAGNO GERSON KNISPÉL EDUARDO SUPLYC GEORGES BOURDOUKAN CAROLINA ROSSETTI
DE TOLEDO GAIARSA JOEL RUFINO DOS SANTOS MARCELO SALLES MÁRCIO STRUMIELLO EMIR SADER HAMILTON
OCTAVIO DE SOUZA CESAR CARDOSO JOÃO PEDRO STEDILE LAFAYETTE VICTOR ZALMA MARILENE FELINTO CLAUDIUS

1539 1414 2004

www.carosamigos.com.br

com 115 minutos 148 fevereiro 2009 R\$ 9,90

CAROS AMIGOS

ATÉ QUANDO ISRAEL OPRIMIRÁS TEUS IRMÃOS?

MATARÁS VELHOS, MULHERES E CRIANÇAS? BOMBARDEARÁS LARES, ESCOLAS E HOSPITAIS? ACASO QUERES SUPLANTAR OS NAZISTAS? PERDESTO O SENSO DE HUMANIDADE, ISRAEL?

CHANCELER CELSO AMORIM
Intermediários ganham com a dependência

CASO DE POLÍCIA
Só no Brasil Samey poderia chegar aonde chegou

NOSSA REPÓRTER EM HAVANA
Os 50 anos da revolução

NOSSO REPÓRTER EM LA PAZ
Um 2009 difícil para Evo

GUTO LACAZ FERREZ RENATO POMPEU JOSÉ ARBEX JR. ANA MIRANDA FIDEL GLAUCO MATTOSO MYLTON SEVERIANO PALMERIO DÓRIA FREI BETTO GUILHERME SCALZILLI GILBERTO VASCONCELLOS ULISSES TAVARES MC LEONARDO ANA MARIA STRAUSE MARCOS BAGHO GERSHON KNISPEN EDUARDO SUPLICY GEORGES BOURDOUKAN CAROLINA ROSSETTI CAMILA MARTINS JOEL RUFINO DOS SANTOS MARCELO SALLES LUANA SCHABIB EMIR SADER HAMILTON OCTAVIO DE SOUZA CESAR CARDOSO JOAO PEDRO STEDILE RAFAEL BAVARESCO RAFAEL CAMPOS ROCHA MARILENE FELINTO NORMAN FINKELSTEIN CLAUDIUS

www.carosamigos.com.br





ano XIII número 146 maio 2009 R\$ 9,90

CAROS AMIGOS

A MÍDIA SURREPIU OS CRIMES DA **CAMARGO CORRÊA**

DEPRESSÃO

NA SOCIEDADE DO VAZIO

ENTREVISTA COM MARIA RITA KEHL



INJUSTIÇA ESCANCARADA

\$\$



BRIZOLA NETO
HERANÇA FORTE NA
LUTA NACIONALISTA

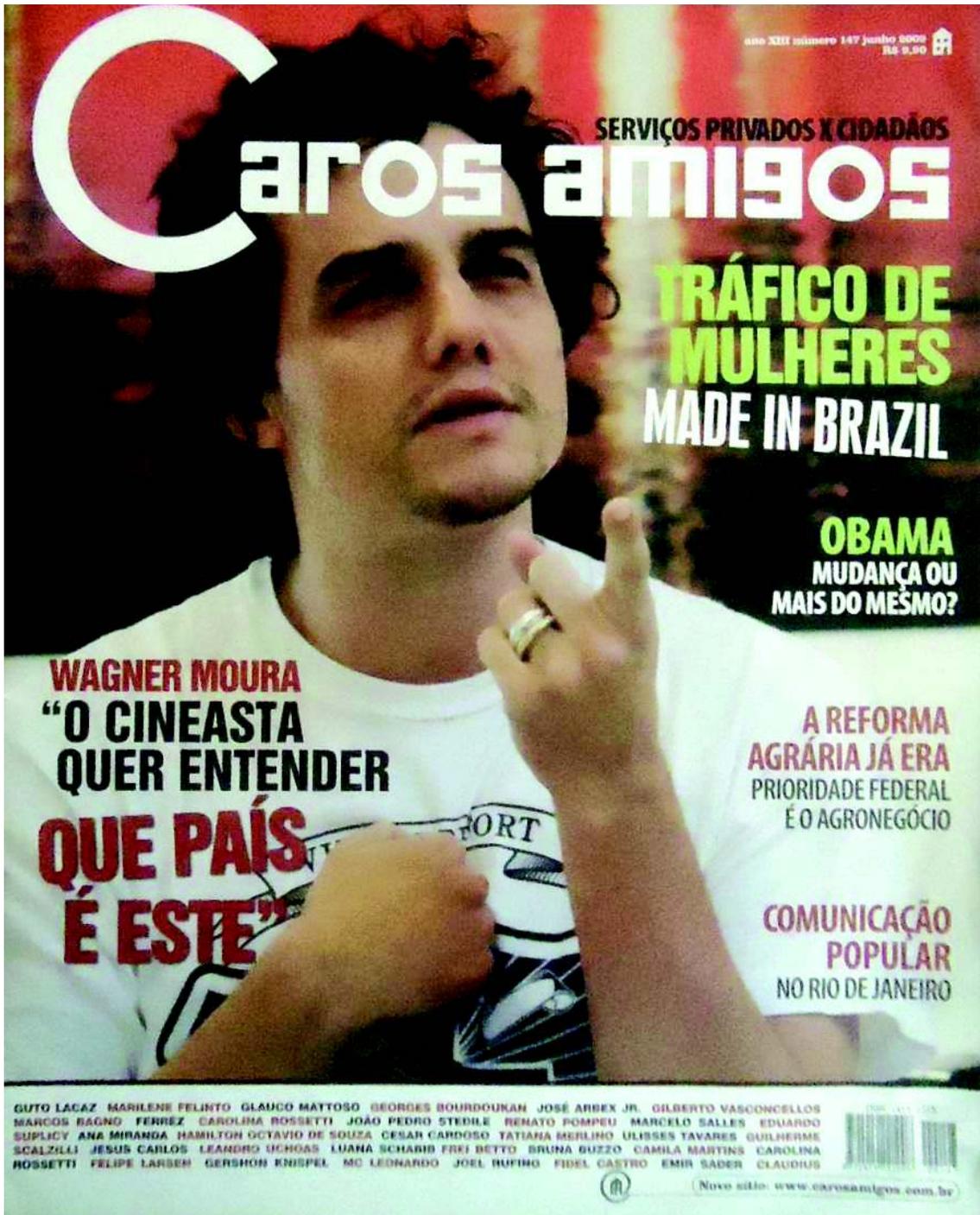


JOSÉ PADILHA
"GARAPA" MOSTRA
A DUREZA DA FOME

GUTO LACAZ MARILENE FELINTO GLAUCO MATTOSO ANA MIRANDA JOSÉ ARBEX JR. GILBERTO VASCONCELLOS MARCOS BAGNO FERREZ JOÃO PEDRO STEDILE RENATO POMPEU TATIANA MERLINO EDUARDO SUPLICY GEORGES BOURDOUNAN HAMILTON OCTAVIO DE SOUZA CESAR CARDOSO FREI BETTO GERSHON KNISPTEL FIDEL CASTRO EMIR SADER MARCELO SALLES PLINIO TEODORO CAROLINA ROSSETTI FELIPE LARSEN MC LEONARDO ULISSES TAVARES GUILHERME SCALZILLI CLAUDIUS

100% FOLHA 02/09

www.carosamigos.com







CAROS AMIGOS

ENTREVISTA EXCLUSIVA
Virginia Fontes
"A LUTA POPULAR HOJE
DEVÉ SER ANTICAPITALISTA"

IMPOSTOS
POBRES PAGAM MAIS
DO QUE OS RICOS

MARIA DA PENHA LEI REDUZIU
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

PRA QUÊ SENADO?
CONHEÇA AS OPINIÕES DE **MARCO AURÉLIO
GARCIA** - **WANDERLEY GUILHERME DOS
SANTOS** - **CHICO DE OLIVEIRA** - **JOSÉ DIRCEU**
- **JOÃO PEDRO STEDILE** - **WALDEMAR ROSSI**

JOSÉ ARBEX JR.
A OFENSIVA MILITAR IANQUE
NA AMÉRICA LATINA

RENATO POMPEU
O QUE ESTÁ POR TRÁS DA GRIPE SUÍNA

ARA MIRANDA CESAR CARDOSO CLÁUDIO EMER LADEN EDUARDO SUPLEY FERREZ FIDEL CASTRO FREDRIZO GERSHON
KRIEPEL CILBERTO FELIPEBERTO VANCONCELLOS CLÁUDIO MATTOZO CILMERHNE SCALZELLI GUTO LACAZ HAMILTON OCTAVIO
DE SOUZA JOAO PEDRO STEDILE JOAO ROBERTO REPPER JOEL RUIRO DOS SANTOS JOSE ARBEX JR. LATUFF LUCIA
RODRIGUES MARCELO KILLEN MARCOS BAGNO MARILENE FELINTO SAC LEONARDO RENATO POMPEU TATIANA BERLINO

Novo site: www.carosamigos.com.br



ano XIII número 151 outubro 2009 R\$ 0,90

PERIFERIA DE SÃO PAULO RECRIA A CULTURA POPULAR

CAROS AMIGOS

ENTREVISTA EXCLUSIVA

Ferréz

ÓDIO DA FAVELA
VAI EXPLODIR

CHILE A LUTA CENTENÁRIA
DOS ÍNDIOS MAPUCHE
HONDURAS CRISE ABALA
A DOCTRINA MONROE
URUGUAI A GRANDE PROVA
DE FOGO DA ESQUERDA

RIO DE JANEIRO
AUTO DE RESISTÊNCIA
É LICENÇA PARA MATAR

O que muda na
APOSENTADORIA

ANA MIRANDA CAROLINA CORAL CESAR CARDOSO CLAUDIUS EDUARDO SUPLYCY EMIR SADER
FERRÉZ FIDEL CASTRO FREI BETTO GERSHON KNISPEN GILBERTO FELISBERTO VASCONCELLOS
GUILHERME SCALZILLI GUTO LACAZ JOÃO ZINCLAR JOEL RUFINO DOS SANTOS JOSÉ ARBEX JR.
MARCELO SALLES MARCOS BAGHO MC LEONARDO RENATO POMPEU TATIANA MERLINO
FANIA RODRIGUES
GLAUCO MATTOZO
LUCIA RODRIGUES
WAGNER NABUCCO

ISSN 1114-211X

Novo site: www.carosamigos.com.br

ano XIII número 152 novembro 2009 R\$ 9,90

CAROS AMIGOS

DROGAS: AVANÇO DA DESCRIMINALIZAÇÃO

ENTREVISTA
Eduardo Galeano
"Tentamos recuperar nossa própria voz"

JOGOS OU NEGÓCIOS OLÍMPICOS?

veja
publica dossiê falso de arapongas da ditadura

Os mortos vivos da CUTRALE

ENTREVISTA
Juíza Kenarik
"O Estado brasileiro continua matando muito"

ANA MIRANDA ANELISE SANCHEZ ARTURO HARTMANN CESAR CARDOSO CLAUDIUS DORA MARTINS EMIR SADER EDUARDO SUPLYCY FANIA RODRIGUES FERREZ FIDEL CASTRO FREI BETTO GERSON KNISPEL GILBERTO FELISBERTO VASCONCELLOS GLAUCO MATTOSO GUILHERME SCALZILLI GUTO LACAZ JOÃO PEDRO STEDILE JOEL RUFINO DOS SANTOS JOSÉ ARREX JR. JÚLIO DELMANTO LÚCIA RODRIGUES MARCELO SALLES MARCOS BAGNO MC LEONARDO RENATO POMPEU TATIANA MERLINO

0009 1354-2234

Novo site: www.carosamigos.com.br

ano XIII número 153 dezembro 2009 R\$ 9,90

Rio de Janeiro **A vingança do helicóptero**

CAROS AMIGOS

REPORTAGEM ESPECIAL
Agrotóxicos envenenam nossa comida

ENTREVISTA
Carlos Nelson Coutinho
"As condições objetivas do socialismo nunca estiveram tão presentes"

Guerra do lixo massacra os catadores

ENTREVISTA
Paulo Vannuchi
"Vamos abrir os arquivos, punição é com o Judiciário"

José Arbex Jr. detona o "imperialismo de face humana"

ANA MIRANDA ARI DE OLIVEIRA ZENHA CESAR CARDOSO CLAUDIUS EMIR SADER EDUARDO SUPLICY FERRÉZ FIDEL CASTRO FREI BETTO GERSHON KNISPÉL GILBERTO FELISBERTO VASCONCELLOS CLAUÇO MATTOSO GUILHERME SCALZILLI GUTO LACAZ JOÃO PEDRO STEDILE JOEL RUFINO DOS SANTOS JOELMA COUTO JOSÉ ARBEX JR. LÚCIA RODRIGUES MARCELO SALLES MARCOS BAGNO MC LEONARDO RENATO POMPEU TATIANA MERLINO

Novo site: www.carosamigos.com.br

ANO 2 / NÚMERO 18 / JANEIRO 2009 R\$ 8,90

 FÓRUM SOCIAL MUNDIAL COMBATER AS DESIGUALDADES POR GUSTAVE MASSAH	12	 BANCOS POPULARES INVESTIMENTO SOLIDARIO POR JOÃO JOAQUIM DE MELO	24	 ORIENTE X OCIDENTE CONFLITO DE CIVILIZAÇÕES POR ALAIN GRESH	32
---	-----------	--	-----------	---	-----------

LE MONDE

diplomatique**** BRASIL

UM NOVO OLHAR SOBRE O MUNDO. UM NOVO OLHAR SOBRE O BRASIL.

SEGURANÇA PÚBLICA

A POLÍCIA NA MIRA

**Combater a política de
exterminio e criar
uma nova corporação**

POR LUIZ EDUARDO SOARES



REFORMAS DE BASE
PROPOSTAS PARA UM NOVO BRASIL
POR ALDAÍZA SPOSATI, AMIR KHAIR, EVILÁSIO SALVADOR, GUILHERME DELGADO E JOÃO PEDRO STEDILE



7 CRISE FINANCEIRA DINHEIRO E PODER POR SERGE KALIB	20 ESPIONAGEM O DREAMTEAM DA CIA POR HERNANDO CALVO OSPINA	36 CONFLITOS NA GRÉCIA A RECUSA DO FUTURO POR YALSA KAMAKI
--	---	---

CLACSO
CADERNOS DA
AMÉRICA LATINA
VIII
REINVENTAR A
UNIVERSIDADE
PÚBLICA

ANO 2 / NÚMERO 19 / FEVEREIRO 2009 R\$ 0,70

 MERCOSUL INTEGRAÇÃO DAS MOEDAS POR CARLOS EDUARDO CARVALHO	10	REGULAÇÃO FUNDO SOBERANO* POR FERNANDO J. C. DE CARVALHO	 12	RELAÇÕES INTERNACIONAIS AVANÇO BÉLGICO DO CANADA POR MARC-OLIVIER BHERER	30
--	-----------	--	---	--	-----------

LE MONDE

diplomatique **BRASIL**

UM NOVO OLHAR SOBRE O MUNDO. UM NOVO OLHAR SOBRE O BRASIL.

AMÉRICA DO SUL

IMPERIALISMO BRASILEIRO

O país como potência regional
A expansão do agronegócio
Os investimentos em infraestrutura

POR MARIA DE MORAES, BEATRIZ M. DE MELO, GUSTAVO TORRES GONZÁLEZ E CARLOS TAUTZ



DOSSIÉ GAZA
INTERVENÇÃO CONTRA A PALESTINA
POR SERGE HALIMI, DOMINIQUE VIDAL, ALAIN GRESH, ALASTAIR CROOKE, TOM SERGEV E JOHN BERGER



ANO 2 / NÚMERO 20 / MARÇO 2009 R\$ 9,90

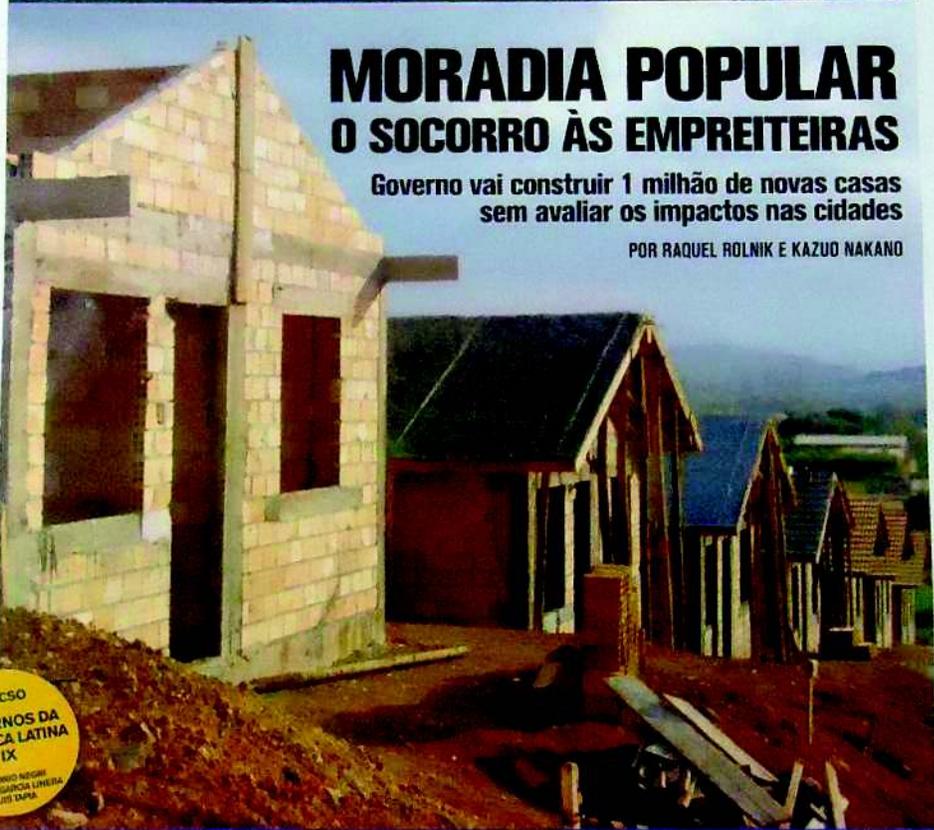
 A PRODUÇÃO DAS CIDADES ENTREVISTA EXCLUSIVA COM DAVID HARVEY	6	SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE A ÁGUA E A COMIDA POR ALAIN GRESH	21	QUESTÃO FUNDIÁRIA GRILAGEM DE TERRAS POR ARIEVALDO UMBELINO	24	
---	----------	--	-----------	--	-----------	---

LE MONDE

*diplomati***que**

BRASIL

UM NOVO OLHAR SOBRE O MUNDO UM NOVO OLHAR SOBRE O BRASIL



MORADIA POPULAR O SOCORRO ÀS EMPREITEIRAS

Governo vai construir 1 milhão de novas casas sem avaliar os impactos nas cidades

POR RAQUEL ROLNIK E KAZUO NAKANO

CLACSO
CADERNOS DA AMÉRICA LATINA IX
ANTONIO NEGRI
ALVARO GARCÍA LINIETA
LUIS TAPIA

TEMPOS DE CRISE
O NOVO PROTECIONISMO EUROPEU
POR SERGE HALIMI E JACQUES SAPIR

14 PARLAMENTO EUROPEU
DIREITOS TRABALHISTAS
POR ANNE-CECILE ROBERT

18 CONTROLE SOCIAL
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
POR M. KURIATH, G. BAIKOCIA, LEONARDO AVITZER E A. MARQUETTI

26 MEIO AMBIENTE URBANO
CHUVAS COMO SOLUÇÃO
POR RICARDO MORETTI, FRANCISCO COMARU E J. ALAN





